



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIII - Nº 191 - SEXTA-FEIRA, 21 DE NOVEMBRO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE Garibaldi Alves Filho - (PMDB-RN) (2) 1º VICE-PRESIDENTE Tião Viana - (PT-AC) 2º VICE-PRESIDENTE Alvaro Dias - (PSDB-PR) 1º SECRETÁRIO Efraim Morais - (DEM-PB) 2º SECRETÁRIO Gerson Camata - (PMDB-ES)	3º SECRETÁRIO César Borges - (PR-BA) (1) 4º SECRETÁRIO Magno Malta - (PR-ES) Suplentes de Secretário 1º - Papaléo Paes - (PSDB-AP) 2º - Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE) 3º - João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º - Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

LIDERANÇAS

Maioria (PMDB) - 21 Líder Valdir Raupp - PMDB Líder do PMDB - 21 Valdir Raupp Vice-Líderes do PMDB Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto De Conto Wellington Salgado de Oliveira	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PC DO B/PP/PRB) - 21 Líder Ideli Salvatti - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles Líder do PT - 12 Ideli Salvatti Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns Líder do PR - 4 João Ribeiro Vice-Líder do PR Expedito Júnior Líder do PSB - 2 Renato Casagrande Vice-Líder do PSB Antonio Carlos Valadares Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda Líder do PP - 1 Francisco Dornelles Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 25 Líder Mário Couto - PSDB Vice-Líderes Heráclito Fortes Flexa Ribeiro Demóstenes Torres Eduardo Azeredo Adelmir Santana João Tenório Kátia Abreu ⁽¹⁾ Papaléo Paes Líder do DEM - 12 José Agripino Vice-Líder do DEM Kátia Abreu Jayme Campos Antonio Carlos Júnior ⁽¹⁾ Maria do Carmo Alves ⁽²⁾ Líder do PSDB - 13 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Marconi Perillo Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
PTB - 7 Líder Eptácio Cafeteira - PTB Vice-Líder Sérgio Zambiasi	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT Vice-Líder Patrícia Saboya		

1. Em 07.07.2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Vice-Líder do DEM, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF Nº 068/08-GLDEM).
2. A Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009.

EXPEDIENTE	
Agaciê da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 218ª SESSÃO ESPECIAL, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2008

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada ao lançamento oficial do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, de acordo com o Requerimento nº 1.336, de 2008, da Senadora Fátima Cleide e outros Senhores Senadores..... 46799

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Alvaro Dias)

1.2.2 – Leitura dos compromissos

1.2.3 – Oradores

Senadora Fátima Cleide 46802

Senador Marconi Perillo..... 46804

Senador Cristovam Buarque..... 46807

Senador Sérgio Zambiasi 46808

Senador Valdir Raupp 46810

Senador José Nery 46812

Sra. Jupyra Ghedini (Fundadora do Movimento Feminista em Brasília, Vice-Presidenta da Associação das Mulheres de Negócios, e Chanceler da Ordem JK) 46814

Sr. Divino Roberto Veríssimo (Membro da Organização pela Preservação Ambiental) 46815

O Sr. Presidente (Senador Mão Santa) 46816

Senador Flexa Ribeiro (Art. 203 do Regimento Interno) 46817

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 219ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA, EM 20 DE NOVEMBRO DE 2008

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.451, de 2008, de autoria do Senador Virgínio de Carvalho, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 1º a 10 de dezembro de 2008*..... 46820

Nº 1.452, de 2008, de autoria do Senador Neuto de Conto, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no dia 19 de novembro de 2008*..... 46820

Nº 1.453, de 2008, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, *solicitando autorização para*

desempenho de missão parlamentar no período de 26 a 29 de novembro de 2008..... 46820

Nº 1.454, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 27 a 30 de novembro de 2008*..... 46820

Nº 1.455, de 2008, de autoria do Senador Marcelo Crivella e outros senhores Senadores, *solicitando que o Período do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 4 de dezembro próximo seja destinado à comemoração dos 75 anos da criação do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia*. 46820

Nº 1.456, de 2008, de autoria da Senadora Marisa Serrano, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 23 a 25 de novembro de 2008*..... 46821

Nº 1.457, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de congratulações ao Ministro Marcos Vileça, Ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras e Ministro do Tribunal de Contas da União*. 46821

Nº 1.458, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando voto de louvor ao Dr. Davi Everson Uip, médico infectologista brasileiro*. 46822

Nº 1.459, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do artista plástico Cláudio Seto*. 46823

Nº 1.460, de 2008, de autoria do Senador Leomar Quintanilha, *solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 23 a 25 de novembro de 2008*..... 46824

Nº 1.461, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Agência 3*. 46824

Nº 1.462, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à TV-Cultura, de São Paulo*. 46824

Nº 1.463, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à estudante paranaense Ana Clara Ferreira*. 46825

2.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR ROMEU TUMA – Ocorrências no âmbito da CPI da Pedofilia. Homenagem pelo transcurso hoje, do Dia Nacional da Consciência Negra. 46825

2.2.3 – Leitura de projetos

Projeto de Decreto Legislativo nº 290, de 2008, de autoria do Senador José Agripino e outros Srs. Senadores, que *escolhe o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União*. 46829

Projeto de Lei do Senado nº 449, de 2008, de autoria do Senador Francisco Dornelles, que *prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências*. 46839

Projeto de Lei do Senado nº 450, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave de aposentar-se integralmente por invalidez*. 46840

2.2.4 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR JARBAS VASCONCELOS – Anuncio da desistência da relatoria da Proposta de Emenda à Constituição 20, de 2008, conhecida como PEC dos Vereadores. Expectativa de consenso, com a inclusão na reforma política, da proposta de emenda Constitucional que trata do aumento do número de vereadores... 46841

SENADOR VALTER PEREIRA – Defesa de isonomia entre a remuneração dos trabalhadores da ativa e os trabalhadores inativos. 46842

SENADOR JAYME CAMPOS, como Líder – Eleição de um negro para a presidência dos Estados Unidos da América. Transcurso, hoje, do Dia Nacional da Consciência Negra. Incidente de racismo envolvendo o cantor Dudu Nobre e sua esposa. .. 46847

SENADOR JOSÉ NERY – Transcurso, hoje, do Dia Nacional da Consciência Negra. 46849

2.2.5 – Proposta de Emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados

Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Casa de origem), que *altera a denominação do Capítulo VII, do Título VIII, da Constituição Federal e modifica o seu art. 227. (Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*. 46851

2.2.6 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 179, de 2008 (nº 940/2007, na Casa de origem), de iniciativa da Procuradoria-Geral da República, que *dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público*. 46853

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Transformação em sessão solene do Congresso Nacional, a Sessão Especial do Senado em homenagem ao Dia do Marinheiro, objeto do Requerimento nº 848, de 2008, a ser realizada no dia 9 de dezembro de 2008. 46860

2.2.8 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Intenção do governo de postergar o prazo de pagamento do Simples Nacional. 46860

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Manipulação, pela Governadora do Pará, de dados relativos ao crescimento do PIB daquele Estado, omitindo os resultados obtidos no governo do PSDB. 46861

2.2.9 – Mensagens do Presidente da República

Nº 218, de 2008 (nº 848/2008, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários, sancionado e transformado na Lei nº 11.801, de 4, de novembro de 2008*. 46864

Nº 219, de 2008 (nº 849/2008, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. (Determina que cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos), sancionado e transformado na Lei nº 11.802, de 4 de novembro de 2008*. 46864

Nº 220, de 2008 (nº 872/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2008–CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de um milhão, cento e oitenta e sete mil e duzentos e dezessete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.808, de 13 de novembro de 2008*. 46864

Nº 221, de 2008 (nº 873/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2008 – CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de cinco milhões, oitocentos e setenta mil reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.809, de 13 de novembro de 2008*. 46864

Nº 222, de 2008 (nº 874/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2008 – CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de duzentos e quatro milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei*

Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.810, de 13 de novembro de 2008..... 46864

Nº 223, de 2008 (nº 875/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2008–CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de trezentos e quatorze milhões, setenta e nove mil e setenta e cinco reais, para os fins que especifica; sancionado e transformado na Lei nº 11.811, de 13 de novembro de 2008..... 46864

Nº 224, de 2008 (nº 876/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2008–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de setenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil, oitenta e oito reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.812, de 13 de novembro de 2008..... 46864

Nº 225, de 2008 (nº 877/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2008–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de quarenta e um milhões quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.813, de 13 de novembro de 2008..... 46864

Nº 226, de 2008 (nº 878/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2008–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de cento e cinquenta e três milhões de reais, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.814, de 13 de novembro de 2008..... 46864

Nº 227, de 2008 (nº 879/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 27, de 2008–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de hum bilhão e trezentos milhões de reais, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.815, de 13 de novembro de 2008..... 46864

Nº 228, de 2008 (nº 880/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2008–CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de dois bilhões oitocentos e cinquenta e um milhões setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta

e oito reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.816, de 13 de novembro de 2008..... 46965

Nº 229, de 2008 (nº 881/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 2008–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios das Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.817, de 13 de novembro de 2008..... 46865

Nº 230, de 2008 (nº 882/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 2008–CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.818, de 13 de novembro de 2008..... 46865

Nº 231, de 2008 (nº 889/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 32, de 2008–CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo ELETROBRÁS, crédito suplementar no valor total de setecentos e oitenta milhões setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.825, de 13 de novembro de 2008..... 46865

Nº 232, de 2008 (nº 883/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 33, de 2008–CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A e Boa Vista Energia S.A., do Grupo ELETROBRÁS, crédito especial no valor total de sessenta e oito milhões trezentos e noventa e sete mil e oitocentos e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.819, de 13 de novembro de 2008..... 46865

Nº 233, de 2008 (nº 884/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 2008–CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de sessenta e seis milhões e novecentos mil reais, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.820, de 13 de novembro de 2008..... 46865

Nº 234, de 2008 (nº 885/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do

Projeto de Lei nº 37, de 2008—CN, que *abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.821, de 13 de novembro de 2008*..... 46865

Nº 235, de 2008 (nº 886/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 45, de 2008—CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de cinco milhões de reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.822, de 13 de novembro de 2008*..... 46865

Nº 236, de 2008 (nº 887/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2008—CN, que *abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.823, de 13 de novembro de 2008*..... 46865

Nº 237, de 2008 (nº 888/2008, na origem), de 13 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2008—CN, que *abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de cento e sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.824, de 13 de novembro de 2008*..... 46865

Nº 238, de 2008 (nº 895/2008, na origem), de 19 do corrente, *submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor José Viegas Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e República da Albânia*. 46866

2.2.10 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 180, de 1999; 27, 80, 192, 206, 209, 210, 214 e 216, de 2008, que tendo sido aprovados em decisão terminativa pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, vão à *promulgação*. 46919

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 57, 58, 59 e 60, de 2008 e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008..... 46919

2.2.11 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR MAGNO MALTA, como Líder – Carência de legislação contra a pedofilia. Expectativa de sanção presidencial ao projeto de lei que combate a pedofilia pela Internet. 46920

2.2.12 – Comunicação da Presidência

Recebimento das 55 indicações de candidatas que concorrerão à 8ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. 46922

2.2.13 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR JOÃO PEDRO – Comemoração, hoje, do Dia Nacional da Consciência Negra. 46950

SENADOR MÃO SANTA – Aplausos à decisão do Presidente Garibaldi Alves Filho de devolver ao Executivo a Medida Provisória nº 446. 46954

2.2.14 – Apreciação de matérias

Requerimentos nºs 1.451, 1.452, 1.453, 1.454, 1.456 e 1.460, de 2008, lidos no Expediente da presente sessão. **Aprovados**. 46956

2.2.15 Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Preocupação com a situação de alerta contra a dengue do Estado de Roraima, tendo em vista os dados divulgados pelo Ministério da Saúde..... 46956

2.2.16 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.455, de 2008, lido no Expediente da Sessão. **Aprovado**..... 46957

2.2.17 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Transcrição de matérias jornalísticas sobre a corrupção na Funasa e em várias ONGs no Estado de Roraima. . 46957

2.2.18 – Leitura de requerimento

Nº 1.464, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de aplauso ao professor e poeta Oliveira Silveira. 46966

2.2.19 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR PAULO PAIM – Voto de aplauso ao professor e poeta Oliveira Silveira. Satisfação com aprovação na Câmara dos Deputados de projeto que vai garantir a política de quotas nas universidades e escolas técnicas. Cobranças da aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Estatuto da Igualdade Racial..... 46966

2.2.20 – Leitura de pareceres

Nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências*..... 46975

Nº 1.149, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Aviso nº 101, de 2007 (nº 1.693/2007, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), proferido nos autos do processo TC 007.444/2001-7, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e do fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo.

46977

2.2.21 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008.

46979

Arquivamento do Aviso nº 101, de 2007, em observância as conclusões do parecer lido anteriormente.

46979

2.3 – ORDEM DO DIA (Apreciação transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária)

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira – SÍDEC; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de

janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).....

46979

Item 2

Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públicos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal

Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em

Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).....

46979

Item 3

Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008, que dispõe sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008).....

46981

Item 4 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da Anvisa, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro

de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003..... 46981

Item 5 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008..... 46981

Item 6

Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008, e dá outras providências. (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008)..... 46982

Item 7

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de setembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto de Sacoleiros)..... 46982

Item 8

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social). 46982

Item 9

Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação..... 46982

Item 10

Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições. 46982

Item 11

Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar. 46983

Item 12

Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50-A e altera os arts.

52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto parlamentar. 46983

Item 13

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores). .. 46983

Item 14

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências. (Estabelece dias e períodos de feriado forense e de suspensão dos prazos processuais) 46983

Item 15

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal. 46983

Item 16 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 46983

Item 17 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 220, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera a redação do art. 228 da Constituição Federal..... 46984

Item 18 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que altera o artigo 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal. 46984

Item 19 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Iris Rezende, que altera o artigo 228 da Constituição

Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece...

46984

Item 20 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que *inclui parágrafo único no artigo 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.*

46984

Item 21 (Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao artigo 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

46984

Item 22

Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. (Dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

46984

Item 23

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº 5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (prescrição em cinco anos da ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente ou de terceiros por conta dele).*

46984

Item 24

Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

46985

Item 25

Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

46985

Item 26

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).*

46985

Item 27

Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

46985

Item 28

Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

46985

Item 29

Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

46985

Item 30

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres – MT e a fronteira com a Venezuela.*

46986

Item 31

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

46986

Item 32

Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteira de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

46986

Item 33

Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.*

46986

Item 34 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta*

artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços...

46986

Item 35 (Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

46986

Item 36 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

46987

Item 37

Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

46987

Item 38 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade.

46987

Item 39

Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

46987

Item 40

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças

climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos.....

46987

Item 41

Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa). ...

46987

Item 42

Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.

46988

Item 43

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos auto produtores de energia elétrica.

46988

Item 44

Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator **ad hoc**: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, a Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontra em tramitação na Casa.....

46988

Item 45

Requerimento nº 778, de 2007, de autoria da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

46988

Item 46

Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos Econômicos já se encontra esgotado.

46988

Item 47

Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.....

46988

Item 48 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC...* 46988

Item 49

Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – FARC, e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.*..... 46989

2.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Defesa da retirada de ADIN contra o estabelecimento do piso salarial dos professores. 46989

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Preocupação com a questão da suplementação de recursos orçamentários destinados à agricultura e agropecuária..... 46991

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO, EM 20-11-2008

4 – ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.563, de 2008. 46997

SENADO FEDERAL

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 53ª LEGISLATURA

6 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

8 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

11 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTA

12 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

13 – REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

14 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

15 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

16 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

Ata da 218ª Sessão Especial, Em 20 de Novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Alvaro Dias, Augusto Botelho e Mão Santa

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 22 minutos, e encerra-se a sessão às 13 horas e 28 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se ao lançamento oficial do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, de acordo com o Requerimento nº 1.336, de 2008, da Senadora Fátima Cleide e outros Srs. Senadores.

De acordo com decisão desta Presidência, usarão da palavra os Srs. Líderes ou quem S. Ex^{as} indicarem.

Nesta sessão, excepcionalmente, a Presidência vai conceder a palavra também à primeira subscritora do Requerimento.

Convido para compor a Mesa a Senadora Fátima Cleide, primeira subscritora do Requerimento; o Exm^o Senador Marconi Perillo; a Exm^a Sr^a Jupyra Ghedini, fundadora do Movimento Feminista em Brasília, vice-Presidente da Associação das Mulheres de Negócio e Chanceler da Ordem JK; o Sr. Divino Roberto Veríssimo, da Organização pela Preservação Ambiental; convido Lara Roberta de Moraes Carneiro e Bernardo Azevedo, representando todas as crianças aqui presentes também para comporem a Mesa ao nosso lado.

Sr^{as} e Srs. Senadores, autoridades nominadas, crianças aqui presentes, a infância é reconhecida como a fase mais importante para a consolidação de valores e referências que irão, no futuro e para sempre, forjar os homens e mulheres adultos. Todavia, a infância não se constitui apenas em uma etapa a ser cumprida em direção ao mundo adulto, mas uma época de formação, é verdade, na qual cabe respeitar o indivíduo em suas necessidades próprias e suas peculiaridades características.

Esse momento tão especial, a infância, é, no entanto, bastante relegado por nossa sociedade. Com condenável frequência, descuidamos da educação – essa base formativa insubstituível –, deixamos de oferecer condições gerais de saúde e bem-estar; inviabilizamos o acesso ao mundo lúdico e da diversão, negligenciamos

a segurança, não fornecemos os meios materiais básicos e, por muitas vezes, até mesmo negamos o direito à vida. No lugar, ainda persistem a violência, as elevadas taxas de mortalidade, o abandono, a exploração do trabalho infantil.

Iniciativas como a de lançar este “Primeiro Pacto Global pela Cidadania da Infância” vêm se somar a uma cadeia de ações que tem o macro-objetivo de mudar os rumos do tratamento que a sociedade brasileira vem, historicamente, destinando às nossas crianças. Por isso, congratulo-me com as Senadoras Fátima Cleide e Marisa Serrano e com os Senadores Wellington Salgado, Flávio Arns, Valtêr Pereira, Sérgio Zambiasi, Renato Casagrande, Marconi Perillo, autores do requerimento para esta sessão especial.

A infância tem sido objeto de constantes trabalhos aqui no Senado Federal, seja no que refere ao acompanhamento e à fiscalização dos programas governamentais, seja no que se refere à produção legislativa e seu permanente aperfeiçoamento, seja ainda quanto à criação de uma cultura institucional favorável ao tema. Assim é que promovemos, em novembro do ano passado, o “Terceiro Fórum Senado Debate Brasil: Políticas para a Primeira Infância – Quebrando a Cadeia da Violência” e, agora, a “Primeira Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz”, em paralelo à Audiência Pública Conjunta – também sobre o tema da primeira infância e a cultura da paz – efetuada pelas Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Assuntos Sociais, de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presididas pelos Senadores Cristovam Buarque, Patrícia Saboya e Paulo Paim, respectivamente.

O Pacto Global é um documento elaborado pelas organizações não-governamentais Conferência Criança Brasil no Milênio e Organização pela Preservação Ambiental. O objetivo central é promover a dignidade, o respeito, a liberdade e a convivência comunitária e cultural das crianças, além de chamar à responsabilidade a família, a sociedade e o Estado em linha com o que pregam a Carta das Nações Unidas, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Convenção sobre

Direitos da Criança e a nossa Constituição Cidadã, que completou no último dia 5 de outubro 20 anos de existência.

Sr^{as} e Srs. Senadores, crianças aqui presentes, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) lançou este ano mais uma edição do seu Relatório sobre a *Situação Mundial da Infância*, volume acompanhado de um caderno especialmente dedicado ao Brasil. Nele se pode constatar a evolução do País em relação ao tema da mortalidade infantil, mas, ao mesmo tempo, a cruenta persistência de indicadores capazes de nos inscrever no rol dos países que, ao maltratar suas crianças, tolhem suas melhores possibilidades de futuro.

Com efeito, permanecem a insegurança alimentar de mães e filhos; os desequilíbrios ligados à renda familiar; região ou raça e etnia; a falta de saneamento básico; os índices de gravidez precoce; as baixas taxas de educação formal de boa parte das mães; a rede insuficiente de serviços de saúde e de higiene; a insuficiente rede de creches e pré-escolas; a má qualidade da educação; a marginalidade geográfica ou política de grandes grupos de famílias; entre vários outros fatores que adiam o Brasil dos nossos sonhos.

Em tal contexto, lutar pela cidadania das crianças brasileiras significa tratar bem dos alicerces de um País inclusivo, fraterno e solidário, com os olhos voltados para o futuro.

Obrigado pela atenção (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido as crianças para a leitura dos compromissos.

Criança Thailiny Oliveira Farias.

A SRA. THAILINY OLIVEIRA FARIAS – Meu nome é Thailiny de Oliveira Farias, estudo na Escola Criança Feliz 1.

Art. 1º Assumirem o objetivo geral de promoção e desenvolvimento da cidadania da infância a partir das crianças entre 6 e 13 anos de idade, com os compromissos de :

1) contribuir para a construção e manutenção de um mundo melhor com as crianças – e não para as crianças – garantindo... (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido João Marcos de Lima Faria.

O SR. JOÃO MARCOS DE LIMA FARIA –...

a) Tratar as crianças como cidadãos e cidadãs que merecem atenção e respeito prioritários, capazes de construir e fazer valer os pactos sociais necessários aos atuais planos governamentais e humanos de construção de

um mundo melhor, um mundo que respeita os direitos humanos, o meio ambiente e a vida comunitária e familiar, profundamente modificada no mundo globalizado.

Isso está proposto ser garantido para nós no art. 2º da CDC e art. 15 do ECA. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido a Cleiriane Batista Monte.

A SRA. CLEIRIANE BATISTA MONTE –...

b) Fornecer as possibilidades e os meios para as crianças estabelecerem uma ordem de referência coletiva própria sobre moradia, habitação, meio ambiente de habitação e meio ambiente global, por meio da qual possam dialogar com os adultos sobre o mundo a construir e não apenas se adaptarem ao “mundo construído pelos adultos”.

Isso está proposto ser garantido para nós no art. 12, 13 e 14 da CDC. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Chamo a Larissa Rosa da Silva.

A SRA. LARISSA ROSA DA SILVA –...

c) Fornecer as possibilidades e os meios para que as crianças de cada Estado, região ou comunidade possam desenvolver suas capacidades e habilidades para identificar, defender e transmitir sua identidade e cultura nas relações com outras crianças, entre as regiões rurais e urbanas, Estados e países e com outras crianças e com adultos.

Isso está proposto ser garantido para nós no art. 12, 13, 14 e 29 da CDC, **caput** do art. 227 da CB, art. 3º do ECA. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Ainda para leitura dos compromissos, a Débora Blendá Silva Pereira.

A SRA. DÉBORA BLENDA SILVA PEREIRA

–...

2) Investir nos próximos anos, a partir deste pacto, nos mecanismos de união, organização e amizade solidária das crianças, de um ponto de vista integral intra e extra-escolar, contribuindo para a criação e sustentação de uma cultura de Paz, Equilíbrio Ambiental e Bem-Estar Social, individual e coletivo.

Isso está proposto ser garantido para nós no artigo 5º da CDC. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Agora, passamos à leitura do Plano de Ação.

Com a palavra, Isla Fernandes Silva.

A SRA. ISLA FERNANDES SILVA – ...

Art 2º Para consecução da realização desses compromissos, todos os signatários do presente pacto assumem as seguintes estratégias de ação: (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido Stellamaris Silva Souza.

A SRA. STELLAMARIS SILVA SOUZA – ...

a) Promover encontros, debates, discussões entre crianças de 06 a 13 anos que as ajudem a identificar e afirmar laços de pensamentos, propostas e compromissos, com os quais possam firmar amizades e pactos, ser solidárias, reduzir e eliminar a violência interpessoal e social no mundo infantil.

Isso está proposto ser garantido para nós no art.15 da CDC. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido Ana Carolina Pereira Silva.

A SRA. ANA CAROLINA PEREIRA SILVA – ...

b) Apoiar a integração de platéias infantis em conferências ou fóruns de crianças de 06 a 13 anos destinadas a mapear, registrar e promover a visão, a proposta e os compromissos da população infantil, das diferentes regiões geográficas do País, sobre o mundo global e local de moradia, habitação e meio ambiente, em especial a construção da Agenda 21 Infantil e das declarações das crianças por bioma ou região, que vem sendo realizada no âmbito da Conferência Criança Brasil no Milênio (CCBM), desde o ano 2000.

Isso está proposto ser garantido para nós no art.13 da CDC. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido Manuela Guerra.

A SRA. MANUELA GUERRA –...

c) Acolher e promover esses registros (tratados, declarações e outros documentos), elaborados, reconhecidos e firmados pelas crianças reunidas em Assembléias, diante da sociedade civil e do Estado, como patrimônio do saber e da experiência da infância e como propriedade intelectual das crianças.

Isso está proposto ser garantido para nós no art. 13 da CDC. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido Lys Renata Veloso de Macêdo.

A SRA. LYS RENATA VELOSO DE MACÊDO

–...

d) Apoiar a integração de platéias infantis em festivais, seminários, encontros e em eventos de seu interesse, promovidos no País e no mundo, para que as crianças possam organizar, desenvolver e apresentar seus valores e posições.

Isso está proposto ser garantido para nós no art. 13 da CDC. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Convido Pedro Alves da Silva Neto.

O SR. PEDRO ALVES DA SILVA NETO – ...

e) Apoiar a criação e o desenvolvimento de associações, grêmios e clubes infantis em torno das visões, propostas ou compromissos das crianças, registrados na Agenda 21 Infantil e em declarações infantis coletivas.

Isso está proposto ser garantido para nós no art. 13º, inciso da CDC e inciso d do seu art. 29. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) –

Com a palavra, Guilherme Henrique Oliveira Silva.

GUILHERME HENRIQUE OLIVERIA SILVA –

f) Acompanhar, de forma sistemática, as propostas expressas pelas crianças em documentos coletivos, para que possam ser incluídas nas políticas públicas sobre saúde, educação, segurança e assistência social e nas ações técnicas de engenharia e arquitetura das cidades.

Isto está proposto ser garantido para nós no artigo 12 da CDC.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Com a palavra, Luan Vilar Peres Amaral.

LUAN VILAR PERES AMARAL –

g) Sensibilizar e mobilizar parceiros para incentivar a discussão de idéias de autoria coletiva das crianças do Brasil no mundo.

Isso está proposto ser garantido para nós nos artigos 12 E 14 Da CDC.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os nossos parabéns a todos. Senadora Fátima Cleide, quem sabe estejam surgindo aí futuros senadores e senadoras da República. Estão fazendo um ensaio hoje.

Vamos conceder a palavra aos oradores que falarão em nome dos partidos designados pelas Lideranças partidárias, mas antes concedo a palavra, com satisfação, à Senadora Fátima Cleide, primeira subscritora desta homenagem. Portanto, a Senadora Fátima Cleide é a responsável pela iniciativa deste evento.

Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, meu muito bom-dia. Bom-dia às crianças aqui presentes.

Sr. Presidente, antes mesmo de fazer o meu pronunciamento, eu gostaria de ouvir as duas crianças que estão aqui na Mesa. Os dois também trazem mensagens a este Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Vamos ouvir então, primeiramente, Lara Roberta de Moraes Carneiro e, depois, Bernardo Azevedo.

Com a palavra Lara Roberta.

LARA ROBERTA – Bom-dia.

Para os presentes, crianças e adultos nesta sessão; para os ausentes crianças e adultos que estão em suas casas em todo o Brasil; e para as nações e comunidades do mundo que compartilhamos – a Terra.

As pessoas, instituições, órgãos e organizações de Estado, Governo e sociedades membros no presente Pacto acordam, sob a proteção de Deus e diante da fé e do saber de cada um, o seguinte plano de promoção do exercício da cidadania na infância por nós, as crianças entre 6 e 13 anos. É esse o compromisso e o plano de ação. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Bernardo Azevedo.

BERNARDO AZEVEDO – Essas são as decisões das pessoas, autoridades e instituições que fazem esses pactos com a gente. Nós acreditamos que eles vão cumprir essas decisões e nos ajudar a realizar nossos direitos de vida de cidadãos! Nós podemos acreditar? Acreditamos, porque, filhos e filhas do Brasil, é uma honra ver este Pacto ser lançado!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, a Senadora Fátima Cleide, primeira subscritora desta homenagem, e depois o Senador Marconi Perillo.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Exmº Senador Alvaro Dias, Presidente desta sessão solene, Exmº Senador Marconi Perillo, comigo subscritor do requerimento para a realização desta sessão especial, Exmº Sr. Divino Roberto Veríssimo, da Organização pela Preservação Ambiental, Exmª Srª Jupyra, fundadora do Movimento Feminista em Brasília, vice-Presidenta da Associação das Mulheres de Negócio e Chanceler da Ordem JK, queridos Lara Roberta e Bernardo Azevedo, em nome de quem cumprimento todas as crianças presentes.

Cumprimento ainda a Exmª Srª Maria Regina Dall Negro, Presidente da Associação de Mulheres de Negócios do DF, presente também, e o Revº Irmão

Valter Pedro Zancanaro, Diretor do Colégio Marista, senhoras e senhores, diretores de escola, meu bom-dia, mais uma vez, a todos e a todas que atenderam ao nosso convite para que pudéssemos realizar esta sessão especial de lançamento oficial do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

Inicialmente, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar o Sr. Divino Roberto Veríssimo, em nome da Organização da Preservação Ambiental, pela iniciativa de buscar o Senado Federal para que pudéssemos realizar esta Semana de Valorização da Infância e de, juntamente com crianças e adolescentes aqui representadas, elaborar também o 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

Ações como esta engrandecem nossa sociedade e nos honram, pois incentivam o Senado Federal a ampliar sua atenção aos problemas sociais e a aumentar o espaço de participação das organizações da sociedade civil com propostas afirmativas e emblemáticas para a construção de uma sociedade mais justa, digna e igualitária.

Em nosso País, temos como marco fundamental para a promoção, garantia e proteção do direito de crianças e adolescentes a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1988. São 20 anos de construção. Infelizmente, muito ainda há que se fazer para implementar, de fato, o ECA em nosso País.

O ECA, além de ser uma compilação de leis pautadas nas demandas da sociedade civil organizada brasileira, transformou significativamente o olhar da sociedade no que tange à realização de políticas públicas voltadas para esse importante setor da população. Porém, ainda há muito que ser feito e transformado no processo cultural e educacional brasileiro para que possamos ter uma sociedade mais sensível e responsável pela qualidade de vida de crianças e adolescentes, entendendo a importância fundamental dessas etapas da vida para o desenvolvimento humano.

A discussão, em nível internacional, teve início em 1924 em Genebra, na Suíça, mas somente depois da 2ª Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas e posteriormente das suas subsidiárias Unesco e Unicef, foi que os países passaram a se dedicar de maneira mais contundente ao tema.

Em 1959, foi aprovada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças e, em 1989, foi aprovada a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, obrigando os Estados signatários a promover, garantir e proteger os direitos ligados aos temas de Saúde, Educação, Igualdade e Proteção.

A partir daí, foram criados o comitê específico para o monitoramento do cumprimento da convenção, articulações regionais, relatorias específicas e inserção

do tema em convenções correlatas. Em âmbito regional ainda há o Pacto de San Jose da Costa Rica, que aborda o tema.

Além das iniciativas internacionais dos Estados partes das Nações Unidas, os movimentos sociais, a exemplo da Ecpat Internacional, da DNI e da Rede Internacional de combate ao trabalho infantil têm construído importantes mobilizações para sensibilizar, cobrar, propor e monitorar os países para que sejam criadas e implantadas políticas públicas para crianças e adolescentes.

Muitas dessas atividades têm apoio direto de agências e programas das Nações Unidas tais como: Unesco, Unicef, Acnur, Pnuma, dentre outras.

Como visto, faz-se necessária uma mudança de olhar, de paradigma, não apenas vinculada às políticas dos governos, mas, sim, de responsabilidade de toda a sociedade. O debate acerca desse tema envolve diferentes atores, estatais e não estatais, das mais distintas culturas, em todos os continentes.

Por isso, a importância de criação e lançamento de documentos como o 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, onde todos e todas podem aderir e colaborar para a sua efetivação.

Eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, que esse Pacto baseia-se em importantes documentos, como a Constituição Federal, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, a Agenda 21 Global e a Carta da Terra.

Além disso, e tão importante quanto, todo o processo foi construído com as crianças, como elas mesmas aqui ressaltaram, ou seja, esse não é e nem será apenas mais um documento escrito por adultos, definindo o que achamos ser importante para as crianças. O protagonismo infanto-juvenil sai extremamente fortalecido a partir da participação das crianças na elaboração desse documento.

A concepção de interação entre os debates do tema ambiental e infanto-juvenil faz desse Pacto um documento provocativo e crucial, ampliando nossos anseios, incentivando mudanças e propondo um futuro promissor para a nossa sociedade.

E aqui, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer um registro e lamentar, porque, na sua fala mesmo, Sr. Presidente, o senhor coloca com muita propriedade o problema da educação, da má qualidade da educação, que, infelizmente, ainda hoje nós oferecemos às nossas crianças. E, neste momento em que estamos tratando do Pacto Global pela Cidadania da Infância, eu não poderia deixar de registrar e lamentar que alguns governadores do nosso País se colocam contra a estruturação de políticas públicas para a educação neste País, como é o caso do piso salarial, aprovado

por unanimidade, Senador Marconi Perillo, aqui, neste Congresso Nacional, discutido por toda a sociedade. O piso salarial dos trabalhadores na educação, dos professores que são responsáveis pela formação da nossa criança, não é um direito trabalhista dos professores apenas, é um direito das nossas crianças e adolescentes de terem acesso e oportunidade de ter educação de qualidade.

Por isso faço esse registro, lamentando profundamente que ainda existam neste País pessoas que não compreenderam a necessidade de termos política de Estado, e não apenas política de Governo para a educação. Quando falamos em educação, referimo-nos principalmente à primeira infância e nesse pedaço, nessa população que aqui está representada por esses alunos, que é essa faixa etária de seis a treze anos.

Por isso, Sr. Presidente, parabeno também a direção do Senado Federal, os funcionários, os Senadores que se dedicaram à promoção da 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, com a realização de várias palestras focadas na infância, como a que tivemos ontem, sobre os cuidados e estímulos adequados à primeira infância para a formação de adultos sadios e identificados com a cultura da paz.

Finalmente, em nome da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, quero conclamar a sociedade brasileira e internacional, e em especial meus nobres Pares, Senadores e Senadoras da República, a aderirem a essa importante iniciativa.

A todos e a todas, meu muito obrigada pela presença e meu registro de satisfação ao ver aqui nesta solenidade simples, mas carregada de imensa satisfação, crianças também se pronunciarem, protagonistas desse pacto, fazendo uso da tribuna do Senado. Como o senhor bem disse, Presidente Alvaro Dias, quem sabe aqui, hoje, não tivemos o ensaio de futuros Senadores e Senadoras? Como a maioria das crianças que se pronunciaram aqui foram mulheres, espero que seja o prenúncio de que, daqui a algumas gerações, teremos uma maioria de mulheres também no plenário do Senado Federal. (Palmas.)

Sr. Presidente, senhores participantes, agradeço e peço desculpas por não poder ficar aqui por toda a solenidade, porque nós estamos também, na Comissão de Direitos Humanos, fazendo hoje o lançamento da campanha Dezesesseis Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, que é, no nosso entender, um mal que também atinge as famílias brasileiras. Meu muito obrigado.

Mais uma vez, meus parabéns, Professor Divino.

O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, em nome do PSDB, o Senador Marconi Perillo, um dos subscritores do requerimento.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exm^o Sr. Presidente em exercício do Senado e que preside esta sessão especial, ilustre ex-governador do Paraná, Senador da República pelo terceiro mandato, Dr. Alvaro Dias; Exm^a Sr^a Senadora Fátima Cleide, primeira subscritora deste requerimento, com a qual tive a honra e o privilégio de compartilhá-lo; Ilm^a Sr^a Jupyra Ghedini, fundadora do Movimento Feminista em Brasília; Ilm^o Sr. Divino Roberto Veríssimo, da Organização pela Preservação Ambiental, com quem tenho trabalhado; prezados Lara Roberta e Bernardo Azevedo; crianças que compõem esta Mesa; Ilm^a Sr^a Maria Regina, Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do DF; Rev^o Irmão Valter Pedro Zancanaro, Diretor do Colégio Marista; prezadíssimas crianças que leram aqui trechos do pacto: Ana Carolina, Cleiriane, Débora, Guilherme, Isla, João Marcos, Lara, Larissa, Lyz, Luan, Mariana, Manuela, Stellamaris, Thailiny e Bernardo; minha saudação a todos os Sr^{os} e Sr^{as} aqui presentes que nos honram muito nesta manhã de hoje.

Minhas primeiras palavras são de cumprimento aos Colegas Senadores por terem aderido a essa idéia, a essa iniciativa de autoria da Senadora Fátima Cleide, de minha autoria e de outros Colegas Senadores, objetivando realizar uma sessão especial para o lançamento oficial do Primeiro Pacto Global pela Cidadania e pela Infância. Quem dera durante o ano tivéssemos inúmeras sessões como esta, não só aqui no plenário do Senado, mas também nas comissões e em outras dependências desta Casa de Rui Barbosa, destinadas a debater este tema tão caro para gerações atuais e futuras como é a questão da infância, especialmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um dos mais importantes legados de Jean-Jacques Rousseau, O Cidadão de Genebra, foi o *Emílio*, obra precursora da Pedagogia, que, na essência e na preocupação em educar nossas crianças, permanece atual e pertinente para o contexto dessas primeiras décadas do século XXI. Isso porque o *Emílio* resgata o sentido da educação pela liberdade e para a liberdade.

O caminho para a liberdade de nossos pequeninos está no exercício pleno da cidadania na infância, começando pela infância, em particular no período de 6 a 13 anos de idade, quando as crianças começam a desenvolver a consciência de si mesmas, a abstrair e criticar os valores da realidade social e a compreender a necessidade de preservação de seus direitos na qualidade de cidadãos de hoje e, principalmente, de cidadãos do amanhã.

Apesar do intuito da Carta Constitucional Brasileira e da Carta das Nações Unidas em preservar os direitos e as garantias das crianças e dos adolescentes, verificamos não só em nossa sociedade, mas também em muitos outros países, a necessidade de se resgatar o verdadeiro sentido da infância e da adolescência como período de desenvolvimento e formação, principalmente psicológica e intelectual, mas também física, das próximas gerações.

Por isso o 1^o Pacto Global pela Cidadania da Infância entre 6 e 13 anos, do qual temos a honra de ser um dos primeiros signatários, revela-se como instrumento fundamental para a conclamação de todos os homens e mulheres autoridades das organizações humanas a se comprometerem efetivamente com os direitos humanos e a educação de nossas crianças, para o tão almejado, sonhado e discutido desenvolvimento sustentável.

O conjunto da sociedade civil organizada e o Poder Público precisam se conscientizar da importância da infância e da adolescência como período fundamental para o desenvolvimento das capacidades e habilidades dos jovens, bem como para o estabelecimento de uma ordem de referência coletiva própria.

Unir esforços para garantir a cidadania da infância de 6 a 13 anos significa atribuir o devido respeito a nossas crianças, a quem temos o dever de entregar o mundo voltado para o pleno desenvolvimento social e humano e a preservação ambiental. Colocado em prática, o 1^o Pacto Global pela Cidadania da Infância terá o condão de abrir as portas de futuro promissor para nossos pequeninos e pequeninas.

A razão de ocuparmos esta tribuna no dia de hoje é, portanto, das mais importantes para o desenvolvimento do Brasil. É das mais importantes para o futuro da Nação, porque, se não lançarmos um pacto em favor de nossas crianças e da infância, se não fizermos uma mobilização nacional em prol de nossos pequeninos e do pleno desenvolvimento das potencialidades de cada um deles, certamente não haverá sentido no amanhã.

Para nós, a condição de primeiro signatário do 1^o Pacto Global pela Cidadania da Infância de 6 a 13 anos, que se lança neste momento, revela-se como uma responsabilidade acima de tudo. Temos o dever maior de divulgar esse ideal que precisa acalentar os corações de todos e colocar-se como um norte, um rumo para efetivamente criarmos um Brasil cidadão, na plenitude da expressão.

É com essa preocupação que desejamos externar a alegria de comparecer à presente sessão solene e de saber que esta Casa de Rui Barbosa realiza um seminário com o objetivo de mobilizar a sociedade

brasileira para a importância do desenvolvimento do indivíduo no período de 0 a 6 anos de vida. O intuito maior é o de promover a cultura da paz e a construção da cidadania da infância.

O evento foi articulado por iniciativa do nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves, com a Primeira Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, tema a ser debatido no dia 19, em audiência pública conjunta das Comissões de Educação, Cultura e Esporte; de Assuntos Sociais e de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Queremos parabenizar a todos os colegas por essa realização e, como contribuição pessoal, aproveitamos para comunicar a iniciativa, cujo objetivo específico é a promoção do exercício da cidadania pelas crianças de 6 a 13 anos; portanto, da segunda infância.

Trata-se de um pacto que congrega a sociedade em geral e busca o resgate da cidadania dessas crianças conforme as diretrizes da Carta de 1988.

Registramos essa iniciativa porque nos parece complementar à iniciativa de nosso Presidente e porque reforça nossa responsabilidade diante da Convenção sobre os Direitos da Criança, ao assumirmos como diretriz o art. 227 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA.

Nossa posição de apoio ao 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância vai ao encontro de outras ações de fundamental importância, como a Declaração das Crianças do Cerrado, que tornamos pública aqui neste Plenário.

Sem dúvida, nós somos responsáveis não só por colocar as crianças a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, mas também por lhes assegurar o exercício dos direitos de cidadania. Isso significa os aspectos tanto políticos e econômicos quanto humanos, sociais, éticos, morais, filosóficos e religiosos da cidadania. Isso significa, igualmente, que a criança e a infância devem ser temas de políticas públicas que se destinem à garantia da liberdade e habilidade de expressão, opinião, comunicação, convivência familiar e também comunitária. O intuito é garantir o respeito e o reconhecimento da cultura da criança e assegurar a dignidade na relação social no que tange à alimentação, saúde e assistência na doença.

O **caput** do art. 227º da Constituição Federal observa:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar

e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Isso é o que diz o caput do art. 227 da nossa Constituição Federal.

Acreditamos que o 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância é a primeira iniciativa a reunir um conjunto de orientações para a realização dessa tarefa no dia-a-dia e na rotina das relações das crianças entre si e com os adultos e familiares. Queremos uma relação horizontalizada, dentro de cada comunidade, cidade, estado e país, marcada pelo respeito às peculiaridades da infância e da adolescência.

Trata-se de uma filosofia a ser difundida como o papel pátrio e tutelar de cada cidadão ou entidade humana. Trata-se de uma forma de nos relacionarmos com as crianças a ser passada de geração a geração, para se empregar em todo o espaço e tempo que compartilhamos com as nossas crianças.

O Pacto Global pela Cidadania da Infância é um movimento que envolve a conduta de todos, inclusive de Senadores desta Casa, que, assim como nós, assinaram o Pacto e cujos nomes gostaríamos de assinalar: nosso Presidente, Senador Garibaldi Alves; os Senadores Mão Santa, Demóstenes Torres, Flávio Arns, Flexa Ribeiro, João Pedro, José Agripino Maia, Marisa Serrano, Papaléo Paes, Renan Calheiros, Renato Casagrande, Sérgio Guerra, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Wellington Salgado, entre outros.

Ademais, já apóiam o movimento o Colégio Marista João Paulo II, a Secretaria de Estado da Educação do Amapá, entre outras entidades, que, juntamente com a sociedade civil organizada, autoridades e governos, transformarão o Pacto Global pela Cidadania da Infância dos 6 aos 13 anos numa bandeira de luta de todos nós, Sr. Presidente.

Desejamos ver a infância como o alicerce para o desenvolvimento das potencialidades humanas. Desejamos ver as crianças como sujeitos de nossas ações e como beneficiários do esforço conjunto desses signatários. Assim, fortaleceremos a população infantil de hoje e do amanhã.

Vale ressaltar que o objetivo e o eixo principal da iniciativa são:

a) A construção de uma forte comunidade de valores sociais na infância pelas crianças nessa faixa etária sobre as suas relações, compromissos e realizações para a paz e para o estabelecimento e desenvolvimento de uma sociedade humana e equilíbrio ambiental sustentável nacional e internacional.

b) A construção de um patrimônio cultural da infância de referência desses valores para a melhora da comunicação entre adultos e crianças.

Registramos também que, de um modo muito casual e natural, se vêm afirmando nesta Casa a história e um processo de iniciativas promovendo a construção da cidadania da infância.

Se verificarmos os *Anais*, constataremos que, em 2001, ainda sob a Presidência do saudoso Senador Ramez Tebet, foi apresentada a Agenda 21. Mais tarde, em 2005, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, discutiu-se com as crianças o tema da violência, exploração sexual infantil, entre outros.

Agora, chega às nossas mãos um requerimento da Senadora Fátima Cleide e de outros Senadores, com o nosso apoio, para a realização de uma sessão especial de lançamento do Pacto Global pela Cidadania da Infância.

Essas ações colocam esta Casa, o Senado Federal, à frente na organização e sistematização da direção do processo de construção da cidadania das crianças no mundo. Um processo que vai ao encontro das conferências internacionais de crianças realizadas pelo Pnuma, hoje denominadas Tunza, do Fórum Infantil para a Sessão Especial da ONU para a Infância em 2002 e da Conferência Criança Brasil no Milênio.

Essas ações vão também ao encontro das administrações e prefeitos mirins criados em várias partes do mundo, inclusive em Mato Grosso do Sul, no Brasil, e de muitas outras ações, como a Associação para a Promoção Cultural da Infância em Portugal.

Assim, o Senado tem prestado relevante serviço à sociedade civil e ao Poder Público, no Brasil e no mundo, ao acolher a Agenda 21 Infantil e ao promover discussões como na 1ª Semana de Valorização da Primeira Infância.

Ações dessa natureza são de extrema relevância, porque envolvem o diálogo das crianças e o diálogo dos adultos com as crianças para garantir a estas dignidade, respeito, liberdade, convivência comunitária e cultural, enfim, o alcance da verdadeira cidadania.

Temos acompanhado e apoiado essas iniciativas e hoje registramos o orgulho de sermos o primeiro signatário do 1º Pacto Global pela Cidadania na Infância de 6 a 13 anos.

Concedo, com prazer, o aparte ao ilustre Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Eu pediria desculpas a V. Exª por interrompê-lo, mas gostaria de cumprimentá-lo pela gloriosa passagem de V. Exª pelo Governo de Goiás, de onde V. Exª traz a esta Casa uma experiência adquirida no seu trabalho como Governador

em favor da infância, da juventude e da adolescência. Neste sentido, eu não poderia deixar de fazer um aparte a V. Exª não apenas para cumprimentá-lo, mas também para pedir licença para ser signatário do requerimento, que não me foi apresentado. Quero dizer que, como um policial que passou cinquenta anos na atividade, sei o que representa esse pacto de assistência permanente, como V. Exª diz no seu discurso, à infância e à juventude, porque vemos FEBEMs da vida e outros órgãos com muitas crianças, infratoras ou abandonadas, sem assistência, sem uma estrutura que possa realmente ser trabalhada a longo prazo para que se crie uma cidadania e para que haja um futuro brilhante para essas crianças. Então, quero cumprimentá-lo não apenas por ser V. Exª o primeiro signatário, mas também por trazer, no seu discurso, um libelo a favor da juventude e da infância.

O SR. MARCONI PERILLO (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Romeu Tuma pelo aparte, que agrega muito valor a este modesto pronunciamento e que, ao mesmo tempo, também declara o compromisso de S. Exª.

É claro que todos teremos o maior prazer, Sr. Presidente, de passar às mãos do Senador Romeu Tuma não só o requerimento de iniciativa da Sessão Especial, mas também do Pacto Global, para que S. Exª, com a experiência e honradez de que desfruta, possa colaborar conosco.

Mas encerro afirmando que, sem dúvida, nosso intuito, compartilhado pelos demais signatários, é resgatar o sentido humanista da infância e recuperar a educação para a liberdade e pela liberdade conforme preconizava o Cidadão de Genebra, Jean Jacques Rousseau.

Agradeço pela oportunidade que o meu Partido, o PSDB, concedeu-me para falar aqui representando a Bancada. Peço desculpas às crianças se, muitas vezes, utilizamos aqui palavras ainda não conhecidas por elas, mas esta sessão, esta cerimônia tem o objetivo de dar início e estabelecer um debate e uma interlocução permanentes com a sociedade civil no Brasil, com vistas a um engajamento cada vez maior de todos em relação a esse 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

A todos os senhores e a todas as senhoras o meu muito obrigado. Coloco-me à disposição, no Senado, para colaborar com a construção desse Pacto.

Muito obrigado! (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Marconi Perillo, o Sr. Alvaro Dias, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto Botelho.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Marconi Perillo.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, pela ordem de inscrição e pela Liderança do PDT. Em seguida, falará o Senador Sérgio Zambiasi, pela Liderança do PTB.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, querido público infantil, especialmente a quem me dirijo agora.

Vocês já devem ter aprendido na escola o que é uma pirâmide. Já não aprenderam o que é uma pirâmide? Vocês sabem o que é uma pirâmide. A pirâmide fica sempre assim. Se botar uma pirâmide assim, Sr. Presidente, ela cai. A pirâmide invertida não fica em pé, mas o Brasil ainda não descobriu isso. O Brasil é um país que quer ter a pirâmide invertida, porque a gente dá mais prioridade aos adultos do que às crianças, que são a base. A gente dá mais ajuda, apoio, para vender os produtos caros dos que estão lá em cima, aqueles poucos ricos, do que para vender aquilo de que a população pobre precisa. Somos um País de pirâmide invertida. Por isso, vivemos em crise; por isso, vivemos na violência, na desigualdade, na ineficiência. Damos mais importância à universidade do que ao ensino médio; damos mais importância ao ensino médio do que ao ensino fundamental; damos mais importância ao ensino fundamental do que ao da primeira infância. Trabalhamos com a pirâmide invertida, o que gera um desequilíbrio. Quando a gente não dá importância ao ensino médio, a qualidade da universidade vai lá para baixo, porque os alunos que entram na universidade estão despreparados. Quando a gente dá mais importância ao ensino do que ao ensino fundamental, a qualidade do ensino fundamental é puxada para baixo, porque os que entram no ensino médio não vieram preparados. E quando a gente dá importância ao ensino fundamental sem garantir boa alimentação, bom atendimento médico, brinquedos pedagógicos para as crianças antes da idade de entrar na escola, fazemos com que o ensino fundamental fique sem qualidade, porque as crianças chegam lá sem condições de aprender.

Hoje, a menor importância que é dada neste País é à primeira infância. As crianças não recebem alimentação devida na maioria da população pobre, não recebem os brinquedos pedagógicos que ajudam a desenvolver sua intelectualidade, não começam a brincar com letras mesmo antes de saber ler, e aí, quando elas entram na escola, aos cinco ou seis anos, não conseguem avançar rapidamente.

Nós precisamos, no Brasil, colocar a pirâmide na posição certa, começando a investir na base: na base

etária, que quer dizer a base de idade, na primeira infância, e na base social, que quer dizer investir na maioria da população, que é pobre. Mas acontece o contrário no Brasil. Toda a nossa economia foi desenvolvida com base na produção dos bens para a minoria rica. Por exemplo: o automóvel. Todos querem ter um automóvel. E aí o que foi preciso fazer para que todos tivessem automóvel? Concentrar a renda, para que alguns pudessem comprar, porque, num país pobre como o nosso, ninguém ia poder comprar carros. Um ou outro comprava importado. Mas, para produzir aqui, para vender muitos, tivemos que concentrar a renda, porque a nossa economia é baseada pelo topo, não pela base da pirâmide.

Aí deixamos de cuidar da água, do esgoto, deixamos de resolver a questão da habitação da população, deixamos de fazer hospitais, abandonamos as escolas públicas para garantir que não faltariam estradas, viadutos e muito financiamento para vender os automóveis. Preferimos o topo no lugar da base da pirâmide. Aí entrou em crise, porque é preciso financiar, é preciso que o banco dê dinheiro, ninguém tem dinheiro no bolso para comprar o carro à vista. Aí os bancos emprestaram tanto que começaram a quebrar. O que o Governo fez? Pegou oito bilhões e jogou esse dinheiro no sistema bancário para ajudar a vender mais automóveis, outra vez pelo topo, outra vez pelo topo.

Já que há uma crise na venda de automóveis, por que não investimos na habitação popular, na água, no esgoto? Por que não aumentamos o salário dos professores, para criar demanda? Não fizemos isso. Escolhemos sempre o topo da pirâmide. E, aí, ela fica assim e vai cair sempre.

Nós precisamos inverter a posição da pirâmide, colocar a pirâmide, Senador Duque, pela base. Na verdade, a base são duas: a base social, investindo para atender às necessidades dos pobres; e a base etária, de idade, para atender às necessidades da primeira infância.

A Senadora Heloísa Helena, uma Senadora que tínhamos aqui e que saiu, dizia: “O Brasil só precisa fazer uma coisa para resolver seus problemas: adotar uma geração inteira”. Adotar. O Brasil inteiro precisa adotar as crianças quando nascerem. Se a gente fizer isso, quando essas crianças crescerem, elas vão adotar o Brasil. Aí o Brasil vai estar com seus problemas resolvidos.

Quando vejo esse 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, o que vejo é uma tentativa de inverter a pirâmide. Em vez de ficar assim, ela ficar assim. Aí vai ficar estável, ficar consolidada, ficar equilibrada, sem ameaças de virar por qualquer soprinho que se fizer de um lado ou de outro.

Precisamos fazer esse Pacto Global pela Cidadania da Infância virar uma grande realidade não apenas para beneficiar as crianças, mas para, por intermédio das crianças, beneficiar o Brasil inteiro.

Esse é um Pacto pela Cidadania da Infância, mas é um pacto pela cidadania do Brasil. A gente tem que saber que o Brasil começa na infância, é na infância que o Brasil começa, não é naqueles da minha idade, porque são as crianças que vão fazer o Brasil.

Por isso, parabéns por esta solenidade, Sr. Presidente Mão Santa, parabéns a cada um de vocês que levam adiante essa campanha. E que Deus ajude que o Brasil, por meio de um Pacto Global pela Cidadania da Infância, faça com que a pirâmide fique na posição certa: todo o apoio às crianças e todo o apoio à maioria da população pobre.

Um grande abraço para vocês e, como brasileiro, muito obrigado por vocês estarem querendo fazer aquilo que é óbvio: pôr a infância em primeiro lugar, porque, aí, estamos pondo em primeiro lugar o futuro do nosso Brasil.

Um grande abraço para cada um e para cada uma de vocês. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir o Senador Cristovam Buarque. Ele representa aqui, no Senado, o PDT, mas, maior do que isso, ele representa os professores do Brasil; maior do que isso, ele simboliza o que o mundo civilizado aceita. O mundo civilizado não valoriza tanto os poderosos, ricos, milionários, banqueiros, senadores, presidentes. Só a uma classe o mundo se curva e diz “Mestre”, igual a Cristo. E o professor Cristovam Buarque simboliza isto: é o mestre do Brasil, é o símbolo maior hoje da educação.

Neste Senado, tivemos grandes símbolos da educação: João Calmon,

Pedro Calmon, Darcy Ribeiro e o professor Cristovam Colombo Buarque. Colombo, porque foi o descobridor. Ele está mais que o Cristovão Colombo, porque o Cristovão descobriu terras. Ele desbravava mentes, educa mentes. Então, em nome deles quero somar os nossos aplausos em homenagem a todos os educadores.

Convidamos para usar da palavra o Senador que representa o Rio Grande do Sul, o Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Gertúlio Vargas, o estadista, e quis Deus ele ter também as mesmas raízes gaúchas.

V. Ex^a poderá usar da palavra pelo tempo que achar conveniente, Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vou utilizar o menor tempo possível até pelo adiantado do tempo e da hora, pois não queremos submeter os nossos colegas miniparlamentares aqui presentes, como disse o nosso querido Alvaro Dias, quem sabe futuros parlamentares, futuros dirigentes do Brasil, e não queremos submetê-los ao sofrimento da fome, não queremos ser acusados de estarmos submetendo os nossos visitantes a um sofrimento diante de uma homenagem que queremos prestar a todos eles.

Agradeço, inicialmente, ao Presidente Garibaldi Alves, na pessoa do Presidente desta sessão, Presidente Mão Santa. Cumprimento todos os que estão aqui presentes, especialmente o Senador Cristovam que tem uma sensibilidade extraordinária e que é uma referência sempre em infância, em adolescência, em educação. Esta Casa tem no Senador Cristovam essa maravilhosa referência, que nos orgulha muito.

Cumprimento a Sr^a Jupyra Ghedini, fundadora do movimento feminista em Brasília, Vice-Presidente da Associação das Mulheres de Negócio e Chanceler da Ordem JK.

Cumprimento o nosso querido amigo Divino Roberto Veríssimo, da Organização pela Preservação Ambiental. É bom vê-lo aqui, Divino. É uma luta permanente que faz também em defesa dos direitos da criança, do adolescente, dos jovens, enfim, uma luta que tem o nosso apoio.

Cumprimento a Lara Roberta e o Bernardo Azevedo, que estão aqui à Mesa, representando todas as crianças do Brasil, aqui presentes; a Ex^{ma} Sr^a Mara Regina Dall Negro, Presidente da Associação de Mulheres de Negócio do Distrito Federal; o Rev^{mo} Irmão Valter Pedro Zancanaro, Diretor do Colégio Marista.

Aproveito para estender também um abraço ao Irmão Arlindo Corrent, da Província Marista do Rio Grande do Sul, conterrâneo, que é Diretor-Geral do Colégio João Paulo II, aqui em Brasília. E também, Irmão Arlindo, deixe-me estender um abraço para toda a comunidade marista do Rio Grande do Sul; o Irmão Miguel Orlandi, nosso querido amigo, que é Coordenador das Obras Sociais da Província Marista do Rio Grande do Sul, por meio de quem pude conhecer o fantástico, impressionante, maravilhoso trabalho social que os Maristas promovem lá no nosso Estado e, por extensão, em todo o Brasil. Sou orgulhoso de tê-lo aqui como representante no Distrito Federal da Província Marista do Rio Grande do Sul e de ser amigo de um dos grandes de um dos grandes promotores sociais

do Rio Grande do Sul, que é o irmão Miguel Orlandi, e de, por seu intermédio, conhecer toda a obra marista gaúcha.

Enfim, cumprimento todos os presentes, aqueles que nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, rádio e TV, dizendo que tenho muita honra de ter sido um dos signatários deste 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, cujo caderno, em sua primeira página, diz:

Um pacto geral de conduta em prol da promoção do exercício da cidadania na infância pelas crianças entre os 06 e 13 anos para todos os homens, mulheres e autoridades de todas as organizações humanas comprometidas com os direitos humanos e a educação pelo desenvolvimento sustentável.

E nós, Presidente Mão Santa, assinamos um compromisso. O Senado assinou um compromisso, somos signatários desse compromisso.

O art. 1º desse Pacto diz, Compromissos: “Assumirem o objetivo geral de promoção e desenvolvimento da cidadania da infância a partir das crianças entre 06 e 13 anos de idade”. Então, aí vem uma série toda de compromissos que nos envolve e realmente nos compromete com o futuro do nosso Estado, com o futuro da nossa Nação, com o futuro da humanidade. E olhando um pouquinho para este futuro percebemos que fizemos pouco, ainda estamos fazendo pouco por este futuro. Olhamos e percebemos que há muito investimento no custeio de obrigações sociais; na manutenção do *status quo*, o que é visível nas próprias contas do Governo; nos investimentos nas políticas sociais ao longo das últimas décadas. Porém, nós não conseguimos ainda estabelecer o necessário espaço de preocupação com o futuro. E o futuro está aqui, no plenário. Está aqui representado por essas crianças aqui presentes.

Aliás, o Senado está numa semana muito especial. Ainda ontem, nós tivemos uma audiência pública tratando da questão da criança de zero a seis anos. Tivemos uma belíssima audiência pública; uma experiência maravilhosa com gestores sociais, médicos, psicanalistas, tratando dessa questão da atenção à criança de zero a seis anos de idade, época em que realmente formamos praticamente todo o seu futuro, toda a sua vida.

Aqui estamos ampliando esse pacto, dos seis aos treze, e a partir dali desenvolvendo realmente a sociedade do futuro. Então, queremos garantir esse amanhã, e para isso o Congresso, o Governo precisa garantir investimento maciço em políticas que conscientizem os jovens, os adolescentes, da responsabilidade de se tornarem pais e mães e darem aos seus filhos

uma educação digna, o amor, o acompanhamento necessário para enfrentarem as diversas etapas do seu crescimento num mundo cada vez mais complexo e violento, Senador Valdir Raupp.

As políticas de juventude devem, sim, focar o entretenimento, o lazer, a ocupação do tempo livre produtivamente, mas também visar à construção de uma cidadania responsável pelo futuro e ainda visar ao desenvolvimento de um estilo de vida saudável e responsável, que reproduza o bem-estar individual e familiar, irradiando influências positivas para toda a sociedade, livrando a juventude do assédio do tráfico e da violência, entre outras coisas.

Isso porque o comando das instituições necessariamente será entregue a esses jovens. O nosso futuro será entregue nas mãos de vocês, crianças, que estão aqui presentes. Vocês vão cuidar de nós no futuro. Por isso a nossa obrigação de cuidar bem de vocês neste presente. É por essa razão que nós estamos hoje nesta sessão, chamando a atenção de toda a sociedade para a nossa responsabilidade. E a família, a mais importante de todas as instituições, Senador Paulo Duque, deverá ser mantida e gerida por esses jovens, que reproduzirão modelos de gestão baseados exatamente em sua formação.

É importante advertir que, se sua formação não for adequada, os problemas sociais se repetirão agravados em intensidade, submetidos que são às pressões da vida contemporânea.

Por outro lado, para garantir o bem-estar das crianças, o Estado e a sociedade precisam pactuar para a geração de novos empregos, que garantam a inserção dos jovens num mundo de trabalho bastante diferenciado da nossa época, da época de seus pais.

Essa transição para um novo ambiente produtivo baseado mais na inovação, na tecnologia, em competências técnicas especializadas e atitudes proativas exige um modelo de educação empreendedora que vincule escolas e mercado.

É necessário um modelo de gestão na formação dos jovens que construa caminhos menos tortuosos para a inserção na economia formal e minimize o poder da indução quase forçada por falta de opções à economia informal, à marginalidade e à conseqüente criminalidade.

Sr. Presidente Mão Santa, colegas e demais presentes neste plenário, lembramos hoje da infância e da promoção da cultura da paz, mas ela só se tornar realidade se houver realmente esforços competentes e conjugados na gestão de políticas de planejamento, do atendimento às crianças e da geração do seu primeiro emprego, ali na frente, que possa garantir sustentabilidade.

Os desafios sociais da construção de uma cidadania sadia no Brasil são imensos. Tenho, contudo, convicção de que é possível construir uma nação baseada na solidariedade e focada nesse futuro, na qual investimentos públicos e privados priorizem a infância e a paz.

A desagregação familiar, infelizmente crescente em alguns segmentos da nossa sociedade, irradia mal-estar social e reproduz a violência doméstica, cuja principal vítima é a criança, que tem seu futuro comprometido devido aos traumas gerados pela violência física e psicológica, além do abandono.

As escolas, infelizmente, em algumas situações, deixaram de ser um ambiente de transcendência no qual o acesso à educação é a garantia de estabilidade futura e de inserção no mercado de trabalho. Muitas escolas hoje foram capturadas pela criminalidade. E quem assistiu aos últimos noticiários, da semana passada para cá, viu escolas destruídas pela violência, escolas que viraram depósitos de armamentos, redutos de traficantes, depósitos de armas de quadrilhas. O noticiário de hoje de manhã estava mostrando isso aí. Algo que, efetivamente, preocupa e exige uma ação imediata dos Governantes. Outras escolas passaram a receber adolescentes problemáticos cujas famílias não conseguiram dar-lhes o devido preparo para irem às escolas e aprenderem, sobretudo, a conviver com o outro – é no espaço da escola –, a ser cidadãos.

Milhares de professores encontram-se desanimados, assustados, amedrontados, e muitos outros afastados do ambiente escolar por diversas motivações. Entre elas destacam-se o estresse, a frustração e a decepção com a prática profissional.

O desafio da reconstrução da escola no Brasil, portanto, é imenso.

O Estado, a meu ver, precisa repactuar com as famílias um novo modelo escolar, inclusive, que proteja as crianças dos traficantes, dos seqüestradores, dos assaltantes, dos pedófilos e de outros agentes sociais nocivos à construção de uma cultura verdadeiramente da paz. Esta pressupõe, basicamente, o respeito ao outro, ao patrimônio público, ao bem-estar coletivo, ao bem-estar comum.

Como legislador, desde o primeiro momento, tenho-me empenhado em elaborar proposições legislativas que ajudem a mudar essa realidade. Procuro sempre estar alerta e alertar aqueles que comigo convivem, a sociedade, para a importância estratégica de uma novo pacto social e uma articulação mais intensa com o Estado para, juntos, desenvolvermos ações que promovam a paz e garantam o futuro e o bem-estar de nossas crianças.

Esse é o futuro. Somente assim o Brasil poderá dar o salto qualitativo, Senador Valdir Raupp, tão necessário para a participação soberana de uma nova ordem política e econômica global, que se estabelece sinuosamente, engendrando armadilhas perigosas para os países que não se prepararem competentemente e desenvolverem ações para enfrentar graves desafios numa época que será, certamente, marcada pela imprevisibilidade – está aí a crise global.

Este é o século XXI, que se iniciou cheio de promessas e de esperanças e se desenvolve com muitos desafios e imprevisibilidade. A cultura da paz é um sonho, uma utopia, mas pode se tornar realidade se todos nós compartilharmos dessa visão de futuro, colaborando diariamente, assumindo sua responsabilidade como cidadão e como pessoa.

Enalteço, portanto, a iniciativa desta Casa e dos agentes que nos permitiram estar nesta sessão especial do Pacto Global pela Cidadania da Infância de trazer à discussão no plenário desta Casa tão relevante tema.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Sérgio Zambiasi, vamos dar seqüência.

Lamento informar que as crianças convidadas e homenageadas ficariam até 12h30min, mas eu gostaria apenas de lembrar Aquele que disse: “Vinde a mim as criancinhas”. Então, temos de aproveitar. Ele foi o maior orador do mundo. Ele fez o Pai Nosso em um minuto, com 56 palavras, e o Sermão da Montanha em três minutos. Então, sem dúvida alguma, Cristo, que está aí, vai inspirá-los a serem sintéticos em homenagem às crianças que estariam aqui até 12h30min e ainda estão no plenário.

Crianças, Bilac disse: “Não verão nenhum país como este”. Vamos ouvir os oradores aqui que vão se aproximar à síntese do maior orador do mundo, Cristo.

Convidamos o Líder do meu Partido, Senador Valdir Raupp, do PMDB do Estado de Rondônia, para proferir a sua homenagem às crianças nesta sessão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, já vou começar a abreviar pela saudação às autoridades que compõem a Mesa: em nome do Presidente, das crianças que compõem a Mesa, das crianças presentes e das crianças de todo o Brasil, cumprimento todos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nada se insere mais apropriadamente nesta semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, promo-

vida pelo Senado Federal pela primeira vez este ano, do que o lançamento desse Pacto Global pela Cidadania da Infância.

De fato, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faz parte da valorização da infância e da promoção de uma cultura da paz, que vem atrelada a essa valorização, a preocupação em preparar nossas crianças para o pleno exercício da cidadania – o que significa considerar nossas crianças não apenas como sujeitos ou portadores de direitos, que desde sempre são, mas, sobretudo, já lançando, a partir delas, uma mirada para o futuro, lembrar que serão, também, atores políticos, cidadãos no sentido ativo, não apenas portadores, mas atores de direitos e deveres.

Preparar nossas crianças para desempenhar plenamente o papel de cidadãos é, sem dúvida nenhuma, não só algo que devemos a cada uma delas, no sentido de que devemos nos preocupar em garantir os meios necessários para o pleno desenvolvimento de suas faculdades e potencialidades, mas também algo que devemos à sociedade como um todo.

Essa preparação para a plena cidadania é um ingrediente necessário, indispensável, para o cultivo de uma cultura de paz. Por isso, considero altamente louvável a iniciativa da Organização pela Preservação Ambiental, no âmbito da Conferência Criança Brasil no Milênio, de propor este 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, reunindo diversos atores em torno do compromisso de “contribuir para a construção e manutenção de um mundo melhor com as crianças – e não para as crianças” –, garantindo tratar as crianças como cidadãos e cidadãs que merecem atenção e respeito prioritários.

Fornecer as possibilidades e os meios para as crianças estabelecerem uma ordem de referência coletiva própria e não apenas se adaptarem ao “mundo construído pelos adultos” e fornecer as possibilidades e os meios para que as crianças possam desenvolver suas capacidades e habilidades para identificar, defender e transmitir sua identidade e cultura nas relações com outras crianças e com adultos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando investimos em nossas crianças, estamos investindo em nosso futuro. O futuro de nosso País depende das crianças de hoje.

Se quisermos uma cidadania mais ativa, mais capaz de influir nos destinos da Nação, mais apta ao exercício cotidiano da política, mais consciente e exigente, temos de dar aos nossos futuros cidadãos as condições para concretizarem essa aspiração.

Se quisermos ver florescer entre nós, cada vez mais, uma cultura da paz, é desde hoje que devemos plantar as sementes que frutificarão no futuro.

Os valores fundamentais que orientam a cidadania democrática – os valores da igualdade, da liberdade, da tolerância, do respeito mútuo, da equidade – têm de ser aprendidos e desenvolvidos. Temos de saber como traduzi-los em nossas práticas sociais e políticas cotidianas e temos de saber quando não o estamos fazendo.

Ganhar plena consciência disso não é simples. Cuidar para que nossas crianças ganhem essa consciência, portanto, é uma condição incontornável para a consolidação, entre nós, de uma verdadeira cultura democrática. E essa consolidação, tenho certeza, Sr. Presidente, trará consigo o estabelecimento das bases de uma verdadeira cultura da paz, uma cultura na qual os conflitos se resolvem não de maneira violenta, mas de forma conciliadora e pacífica.

Parabéns à Organização por essa bela iniciativa. Desejo que esse pacto agora proposto efetivamente mobilize nossa sociedade para que, no futuro, possamos colher os bons frutos que nossas crianças, então adultas, saberão com certeza produzir, tendo tido as oportunidades necessárias.

Sr. Presidente, procurei ser o mais rápido possível. Encerro aqui a minha fala, dizendo que já participei de várias solenidades este ano, solenidades de homenagem, solenidades especiais, sessões especiais, mas, sem dúvida, com todo o respeito às demais, esta está sendo a mais importante deste ano.

Já vi, aqui, sessões especiais com flores, com muitas flores, com este plenário todo enfeitado, mas, sem dúvida, esta está sendo a sessão mais bonita de toda a história do Senado Federal.

Concedo, com muito prazer, um aparte breve ao nobre Senador do Rio de Janeiro, Senador Paulo Duque.

O Sr. Paulo Duque (PMDB – RJ) – Senador Valdir Raupp...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nas sessões especiais, normalmente, apenas os microfones das tribunas ficam ligados, mas V. Ex^a pode usar a tribuna.

O Sr. Paulo Duque (PMDB – RJ) – Solicitei o aparte devido à exiguidade do tempo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A tribuna está à disposição do Senador Paulo Duque.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Se V. Ex^a quiser usar a tribuna, já estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Não, refiro-me à tribuna da direita.

O Sr. Paulo Duque (PMDB – RJ) – Só quero fazer um aparte ao meu Líder.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Sim, mas é preciso que V. Ex^a venha à tribuna, porque os microfones estão desligados. Nas sessões especiais, em que o público que está sentado nas cadeiras não pode participar, o som não fica ligado, mas a outra tribuna está à disposição do excelente Senador Paulo Duque, que representa o Estado do Rio de Janeiro.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Nobre Senador Paulo Duque, venha à tribuna fazer a sua fala rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – E Shakespeare disse: “Junte a experiência dos mais velhos [no caso, ele] e a ousadia dos mais novos [no caso, o Senador Valdir Raupp] e teremos a sabedoria”.

O Sr. Paulo Duque (PMDB – RJ) – Meu aparte durará apenas um minuto, Senador Mão Santa. Senador Valdir Raupp, ouvindo o seu discurso e olhando bem para essas crianças, lembrei-me de um verso de um poeta imortal do meu Estado, da minha cidade: Casimiro de Abreu. Ele disse, em um de seus magníficos poemas: “Oh! Que saudades que tenho da aurora da minha vida, da minha infância querida que os anos não trazem mais”. Só queria inserir esses versos de Casimiro de Abreu, do século passado, para essas nossas queridas crianças que aqui vieram, que nos ouvem, e que talvez não tenham a dimensão desta sessão. Muito obrigado.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – É verdade, nobre Senador Paulo Duque. Qual a pessoa, homem ou mulher, acima dos 70 anos, que não daria tudo, tudo o que tem na vida, para voltar a ser criança? Esses versos reforçam ainda mais a idéia de que precisamos valorizar as crianças do nosso País.

Muito obrigado, Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Usou da palavra o Senador Valdir Raupp.

Minhas crianças, neste País desapareceu a democracia num movimento revolucionário de ditadura. O Raupp era criança, era da idade de vocês que aí estão, mas viu homens idealistas que quiseram libertar este País. Ele viu Juscelino Kubitschek – tirado daí, sacado, cassado e humilhado –; ele viu Ulysses Guimarães, que está encantado no fundo do mar; ele viu Teotônio Vilela, lutando, moribundo, com câncer... Ele viu Tancredo Neves, que se imolou pela democracia. Aí nasceu, na idade de criança, o amor à liberdade e o amor ao PMDB. E foi plantado em sua mente o ideal daquela gente. Hoje ele repete a história e é um dos maiores líderes do nosso

Partido, que se agigantou, porque tem como Líder nesta Casa o Senador Raupp, que usou da palavra.

Convidamos para usar da palavra o Senador José Nery, pelo PSOL, novo partido de solidariedade. Solidariedade é o amor na dificuldade. Ele foi criado por uma mulher guerreira, professora, enfermeira, Heloísa Helena, que passou por esta Casa com muita inteligência e grandeza.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Srs. Senadores Romeu Tuma, Paulo Duque, Valdir Raupp, Cristovam Buarque, Fátima Cleide e demais Senadores que participam desta sessão, cumprimento toda a Mesa, em especial a Sr^a Jupyrá, fundadora do Movimento Feminista em Brasília; Sr. Divino Roberto Veríssimo, da Organização de Preservação Ambiental; a jovem estudante, adolescente, Lara Roberta de Moraes Carneiro; a Ex^{ma} Sr^a Mara Regina, Presidente da Associação de Mulheres de Negócio do Distrito Federal, cumprimento também o Irmão Arlindo Corrent, Diretor do Colégio Marista João Paulo II; os professores, educadores do Colégio Marista, e, em especial, um cumprimento a todas as crianças, adolescentes, estudantes presentes nesta sessão especial.

Srs. Senadores, Sr^s Senadoras, na oportunidade em que este Senado se debruça sobre o lançamento oficial do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, gostaria de apresentar algumas reflexões.

Início afirmando que não é possível tratar da infância de maneira isolada, compartimentada. Valorizar a infância significa priorizar uma série de medidas que estão sob a responsabilidade de diferentes ministérios e promover ações articuladas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

E o que significa valorizar a infância?

Em primeiro lugar, significa dar acesso, desde cedo, a todas as crianças brasileiras, especialmente as mais pobres, a uma vaga numa unidade escolar de educação infantil.

Os dados divulgados pelo IBGE, mais recentes, mostram que apenas 17,1% das crianças de zero a três anos frequentam um banco escolar e ainda temos mais de 32% de crianças de quatro a seis anos privadas do acesso educacional. E vale lembrar que a responsabilidade desse atendimento está depositada nas costas do ente federado mais fraco, o Município.

É necessário também garantir que as crianças sobrevivam, ou seja, é fundamental proteger a saúde das novas gerações. Para isso é necessário investir em prevenção de doenças, especialmente as que matam milhões de pequenos brasileiros, as chamadas doenças da pobreza.

Dados de 2006, disponibilizados pelo Ministério da Saúde, mostram que apenas 58% da população têm acesso ao atendimento preventivo, via Programa de Ação Comunitária de Agentes da Saúde (PACS) ou Saúde da Família. E que a cada 100 crianças menores de 2 anos, quase 4 são internadas com diarreia, e, de cada 1 mil crianças com menos de 5 anos, 82 são internadas com pneumonia e 10 com desidratação.

É necessário proteger nossas crianças da agressão, da violência doméstica e das ruas, garantindo um lar estável e que possa prover um lar estável. Para isso é necessário que exista uma rede de proteção social funcionando. E isso está muito longe de acontecer em nosso País.

Ofereço um pequeno exemplo, do meu Estado do Pará. Basta percorrer os rios que contornam o arquipélago do Marajó para ver o triste espetáculo de crianças oferecendo o corpo por um pouco de comida.

Infelizmente, a prioridade do Governo não é a área social. Basta ver que o gasto com o pagamento dos juros da dívida dos últimos sete anos foi oito vezes maior do que os destinados à educação, quatro vezes maior do que o valor aplicado em saúde e mais de treze vezes maior do que o total de recursos aplicados em investimento público federal.

No ano que vem, o Governo Federal vai gastar quase metade do Orçamento em pagamento de encargos com credores da dívida pública. E, com o agravamento da crise, isso tende a piorar.

Diante da crise econômica mundial, diversos organismos internacionais afirmam que teremos quase 200 milhões de pessoas no desemprego, ou seja, sem condições de prover o sustento de suas famílias, colocando em risco um número imenso de crianças.

E qual é a preocupação central dos Governos do mundo inteiro? Salvar primeiro os banqueiros e os especuladores, cortar gastos públicos, para juntar recursos para garantir que esses senhores possam dar um futuro aos seus filhos, não aos filhos da maioria da sociedade.

Fico feliz com o lançamento oficial de um pacto pela infância, porque até agora só tenho presenciado medidas que constam de um pacto de proteção dos ricos e poderosos, dos mesmos que são responsáveis por jogar milhões de crianças prematuramente no mundo de trabalho, por jogar crianças na prostituição.

Sem alterar a política econômica, sem pôr fim à política de superávit primário, que provoca redução dos gastos sociais, especialmente em educação e saúde, não teremos condições de valorizar a primeira infância. E, agindo assim, condenaremos as próximas gerações ao subdesenvolvimento e à dependência.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. convidados, crianças aqui presentes, o Pacto de Valorização da Primeira Infância só pode ser objetivado, concretizado se mudamos radicalmente as prioridades governamentais do Parlamento e a atenção da sociedade.

Portanto, a conclamação é de que os recursos públicos, em vez de servirem para pagar banqueiros, sirvam para garantir os interesses da sociedade, em especial das nossas crianças.

E uma conclamação às crianças para que, no ambiente escolar de sua comunidade, de sua família, procurem ter uma participação maior, tendo em vista que o Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente confere a possibilidade de que as nossas crianças, reconhecidas como cidadãs portadoras de direitos, possam elas mesmas, conhecer, a partir da escola, cada artigo da lei que as protege. Inclusive, simbolicamente, vou entregar à escola Marista 20 exemplares do Estatuto da Criança e do Adolescente para a biblioteca da escola – sei que a biblioteca deve ter muitos estatutos, mas quero apenas participar com um pequeno gesto, dizendo que conhecer o direito de crianças e adolescentes é fundamental para defendê-los com a garra necessária e assim não permitir que nenhuma criança continue sendo vítima de violência, vítima de qualquer outro tipo de abuso.

Portanto, nossa saudação a todas as crianças brasileiras, especialmente às que participam desta sessão, aqui, no Senado Federal, no sentido de lutarmos para que criança de fato seja como diz o Estatuto: prioridade absoluta. E vocês, crianças, podem ajudar nesse combate, nessa luta.

Inclusive, eu queria, Senador Mão Santa, antes de reclamar de V. Ex^a por essa campanha infernizando o meu tempo e que não foi aplicada aos demais, lembrar aqui um brilhante exemplo de uma estudante de um Município paraense que esta semana enviou uma carta ao Presidente da República e ao Ibama denunciando os crimes de desmatamento lá no Pará. É a denúncia daquela adolescente, que escreveu uma carta às autoridades, pedindo providências quanto ao desmatamento. O Senador Mão Santa leu essa reportagem, parece-me, quando estava comigo aqui na sessão de terça-feira, no dia da vigília em defesa dos aposentados. É uma criança participando da defesa da cidadania, do meio ambiente, denunciando um crime.

Sabe qual foi a resposta, Senador Mão Santa?

No dia seguinte, depois de essa denúncia se tornar pública, o Ibama foi àquele Município e lá promoveu uma ação que identificou, inclusive levando a que o fazendeiro seja punido em vários milhões de reais,

por de fato ter sido constatada a devastação. E isso ocorreu graças à ação de uma adolescente.

Portanto, estímulo a participação de todos os adolescentes, de todos os jovens na construção do Brasil com que nós sonhamos.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador José Nery, lamento que haja apenas esta campanha. Mas vou pedir – e V. Ex^a vai votar em mim para a Mesa – que instale aqui um som de palmas, porque este é o meu desejo toda vez que V. Ex^a termina o discurso. Vou acionar aplausos para V. Ex^a, que simboliza aqui o espírito de Heloísa Helena. Mas foi em respeito às criancinhas, porque, a uma hora dessas, quando eu era criança, eu já estava esperando o lanche. Já tinha almoçado. Então, as nossas desculpas. E que não fuja o seu desejo de votar em mim por esse fato.

O nosso Senador Paulo Duque ainda quer usar da palavra? Há os dois convidados que vão usar da palavra com brevidade.

Paulo Duque é ainda uma criança: tem sonhos, tem ideais, tem sorrisos, tem alegria. Ele ainda leva, ao longo dos anos, as virtudes melhores das crianças. Ele é um abençoado por Deus, um bem-aventurado. Aos que Ele escolhe, aos preferidos, aos bem-aventurados, Ele dá uma longa vida.

Senador Paulo Duque, que, durante todos os dias de sua existência, V. Ex^a possa exercer com plenitude a atividade profissional. V. Ex^a exerce o Parlamento com o mesmo entusiasmo com que exercia no tempo de Getúlio Vargas, que deixou muita coisa boa para o Brasil. E V. Ex^a foi o mais beneficiado, porque casou com a sua encantadora esposa, que era a secretária de Getúlio Vargas.

Convidamos a usar da palavra os nossos convidados. Primeiramente, em respeito às mulheres, convidamos a Sr^a Jupyra Barbosa Ghedini – o nome Ghedini é de origem italiana e o nome Barbosa, portuguesa. Ela é fundadora do Movimento Feminista em Brasília, Vice-Presidente da Associação das Mulheres de Negócios e Chanceler da Ordem de JK. E tenho o maior orgulho de ter recebido sua comenda no centenário de Juscelino Kubitschek. Dois Parlamentares já a receberam: o ex-Senador Paulo Octávio, hoje Vice-Governador do Distrito Federal, e Mão Santa.

V. S^a pode usar da palavra.

A SRA. JUPYRA BARBOSA GHEDINI – E foi nessa ocasião que tive a grande satisfação de entrar em contato com o Presidente da Mesa, o grande Senador Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A Sr^a Jupyra Barbosa poderá usar da palavra sentada, ou na tribuna, como quiser.

A SRA. JUPYRA BARBOSA GHEDINI – Então, eu pediria licença para ficar sentada. Como tenho também uma formação na área do magistério, vou sintetizar minha fala, em consideração às crianças e às pessoas que ainda têm direito de usar a palavra.

Cumprimento todos os ilustres Senadores na pessoa do nosso digno Presidente que hoje está dirigindo os trabalhos da Mesa. Confesso aos senhores que tomei contato e conhecimento desse Pacto pelo grande personagem responsável pela existência dele, o Dr. Divino Roberto Veríssimo.

Vou falar só uma palavra sobre o Pacto. O Pacto, na minha opinião, também de professora, é um documento de responsabilidade civil. É um exemplo para a cidadania brasileira e do mundo.

Sinto-me bastante privilegiada de estar aqui.

Para as crianças presentes, vou dar uma tarefa como professora. Vocês assistiram aqui a muita coisa importante sobre a infância, sobre a responsabilidade de todos os cidadãos com vocês. Agora, vou transmitir uma pequena responsabilidade para vocês.

Saindo daqui, vocês serão agentes de informação, vão falar com os seus pais, com os seus parentes, com as outras crianças, tudo o que vocês ouviram aqui hoje. Vocês ouviram muito sobre o valor de ajudar a criança e vocês vão multiplicar a informação, vão ser agentes de informação. Levem para casa essa tarefa. Vocês estão sendo protegidos pela maior Casa de poder de decisão do nosso País, que é o Senado Federal. Certo? E vão reproduzir que vocês também ouviram aqui uma poesia. Então, levem tudo, tudo, como se fosse uma descrição pedida por uma professora de vocês.

Cumprimento todos vocês por estarem nessa fase de aceitar benefícios da maior Casa de decisão do País e também vou sair com o espírito de brasilidade bastante movimentado e mais forte, porque sei que os nossos políticos estão preocupados com a infância.

Parabéns a todo o corpo de Senadores desta Casa!

Um abraço a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nossos cumprimentos à Ex^{ma} Sr^a Jupyra Barbosa Ghedini, que juntou a Itália com Portugal e se coroou ao ter nascido no Brasil. É fundadora do movimento feminista em Brasília e Vice-Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Chanceler da Ordem JK. O General Osório, que me outorgou a comenda, era amigo de Juscelino Kubitschek.

A senhora lembra a mãe de Juscelino Kubitschek, professora...

A SRA. JUPYRA BARBOSA GHEDINI – Tenho escrito muito sobre Juscelino Kubitschek.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – A senhora tem escrito? E sobre a dona Júlia, mãe e mestra de Juscelino? Pois nós gostaríamos de ler as obras da senhora sobre Juscelino Kubitschek.

Convidamos, para usar da palavra, o Ex^{mo} Sr. Divino Roberto Veríssimo, da Organização pela Preservação Ambiental.

O SR. DIVINO ROBERTO VERÍSSIMO (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Na pessoa do Senador Mão Santa, cumprimento todos os Senadores da Casa e agradeço a oportunidade de estar aqui numa parceria com o Senado Federal no lançamento deste Pacto. Agradeço a presença de todas as crianças, mas muito especialmente das crianças de Nerópolis, que saíram de Goiás e vieram aqui para testemunhar este Pacto e também para lê-lo para as pessoas. Agradeço muito especialmente à Secretária Municipal de Educação Ivana Xavier, por toda a cooperação nessa direção que ela vem fazendo desde sempre com o movimento da CCBM. Muito obrigado, Sr^a Secretária, e muito obrigado a duas pessoas, a duas assistências especiais nesta luta: Paolo Chirola, que ali está, e Lúcia Maria, que aqui está. Muito obrigado de coração.

Vou falar agora para os Senadores especificamente e para as crianças.

Nós estamos construindo este Pacto com vocês, esta promessa, este compromisso e decisão dos adultos em relação às crianças como uma ação central na construção de um mundo melhor que cada um de nós quer ver e vivenciar na Terra e por duas razões essenciais. Primeiro porque sabemos que policiamento, proteção e atendimento das crianças contra a ação e os efeitos de conflitos e situações e o ensino da criança voltado apenas para o conhecimento culturalmente acumulado pelos adultos, pelos homens não mudam as disposições ou a incidência desses conflitos em situação de risco. Atendem, e é importante esse atendimento. Mas é importante também que tenhamos mecanismos de mudança, e a base disso, fundamentalmente, são as crianças. Segundo, porque acreditamos que a construção de uma forte comunidade de valores sociais do tipo amizade, amor, solidariedade, habilidade de comunicação, decisão e compromisso, expressa, vivida e reproduzida por todas as crianças na faixa etária de 6 a 13 anos, deve ser e será a mais forte e eficaz ação dos Estados, Governos e sociedades contra a origem e crescimento da violência, da exploração sexual, da

corrupção, da prostituição, da pobreza, de doenças, suicídio e outras mazelas – sem, contudo, dispensar as políticas de proteção, atendimento, assistência e ação policial e jurídica para os casos em demanda.

Crianças, assumi esse compromisso de lutar com vocês e por vocês. E o fiz por inspiração de Deus, pelo que me ensinou minha mãe, Luzia Esteves Dias, a quem agradeço muito minha formação, e ao longo da articulação e promoção da realização de várias conferências de criança em que os adultos não tinham vez, não tinham voz, não tinham voto.

Só assim podemos construir documentos genuinamente infantis e expressos genuinamente pelas crianças. Apresentamos, aqui no Senado, em 2001, a construção inicial desse documento, a Agenda 21 Infantil, depois apresentamos a Declaração das Crianças do Cerrado, e outras construções de crianças feitas em conferências.

E agora o Senado nos acolhe no lançamento deste Pacto.

Basicamente, assumi que a organização humana se constrói a partir da criança em interação humana, e não apenas como consumidora e reprodutora econômica de mercado e competição. Portanto, elaborando referências sociais e morais, interiorizando diálogos, conversações e compromissos e desenvolvendo seu próprio sentido de dignidade, respeito e responsabilidade social, individual e coletiva.

Eu me deparei com dois fatos que faço questão de registrar aqui.

Primeiro, que essa linha de direção está registrada nos decretos e ordenanças de Deus para a organização dos povos exibidos no texto bíblico – precisamente no contexto do plano eterno de Deus de comunhão com os Povos da Terra e do desenvolvimento histórico desse plano nos pactos das obras e da graça, na linha de diretrizes como a que se vê em Efésios 6.4: “E vós, pais, não provoqueis vossos filhos à ira, mas criai-os na disciplina e na admoestação do Senhor.” Ou como esta, falando aos pais: “Instruam seus filhos diariamente nas Sagradas Escrituras, na conversação e no culto doméstico.” E esta falando do dever de conduta dos pais: “Ninguém despreze a tua mocidade, ninguém despreze a mocidade da criança; pelo contrário, torna essa mocidade padrão dos fiéis, na palavra, no procedimento, no amor, na fé, na pureza.”

Este Pacto pretende criar referências morais, éticas e de valores das crianças.

O que elas realmente conseguiram absorver e que estão construindo nas agendas e nas declarações.

Por fim, a Bíblia ainda diz: “quando vividos, esses valores produzem vida; quando rejeitados [e somos livres para rejeitar], não somos abençoados.”

Em seguida, vi essa mesma linha de direção reescrita, reeditada dentro desta Casa, dentro do Congresso Nacional, na Constituição, no art. 227 da Constituição e no ECA, no contexto do Plano do Sistema das Nações Unidas e dos Homens de livre ordenamento das crianças pelo Estado de Direito e para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável – precisamente no *caput* do art. 227 e 220 da Constituição brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos arts. 2º, 5º, 12, 13, 14, 15, 18 e 29, que as crianças mencionaram aqui, e no Estatuto da Criança e do Adolescente, nos arts. 3º, 4º, 6º, 15, 16 e 17, que as crianças também mencionaram aqui.

Agora, essa linha de direção não está sistematizada. Por quê? Porque a base da sistematização dela não é econômica, não passa por políticas públicas de atendimento simplesmente, mas por políticas públicas de ordenamento da relação das famílias com as crianças e das instituições com as crianças e não para ou pelas crianças.

E vi também já sendo executado esse ordenamento, pela ONU e muitas organizações da sociedade civil e governos que agregam, como falou aqui o Senador Zambiasi, vários movimentos, várias construções de conferências, de diálogos, de conversações de crianças.

Portanto, um dos serviços práticos que este Pacto vai prestar para toda a sociedade civil e governos no Brasil e no mundo é alimentar a experiência de ações, como as da Unep e CCBM, promovendo a implementação dessa direção bíblica, da direção constitucional e do Estatuto da Criança e do Adolescente, que são ações basicamente de união das crianças sobre os valores com os quais elas possam efetivamente resistir a conflitos, superar conflitos e se unirem para superar também ações marginais contra elas.

Como disse o Irmão Arlindo, do Colégio Marista, num depoimento que solicitei a ele: “A sociedade acostumou-se a fazer para as crianças – e muito pouco deixar que as crianças façam. A idéia de um Pacto Global pela Cidadania da Infância vem despertar a sociedade para uma situação de direito que até agora era de certa forma ignorada.”

Não é que fosse ignorada, é que a demanda das políticas públicas de atendimento é muito alta. Há muito sofrimento, há muita dor e há uma população carente, uma população marginal ou marginalizada muito grande, e tudo se focou em cima dessa população. Mas nossas crianças não-carentes, filhas dos

Srs. Senadores, minhas, de todos que estamos aqui, essas crianças carecem de dignidade, de respeito, de tratamento e de exercício das suas habilidades de cidadania, e é nessa direção que estamos solicitando a adesão de todos para a realização e a efetivação deste Pacto.

Hoje, senhores, o que uma reflexão mais acurada sugere é que cada espírito, cada tempo e situação cultural tiveram e têm suas próprias exigências de vida e modelo de cidadão, sua própria engenharia de construção da comunidade de valores humanos da organização social na infância. Nós estamos carecendo dessa engenharia e estamos começando, porque essa engenharia se faz com pactos sociais e não com pactos econômicos apenas. Mas essa engenharia, todo tempo, é sustentada pelos pactos sociais.

O espírito hoje de criação do novo cidadão globaliza a família, as culturas, as economias – estou encerrando, serei rápido – de diferentes nações, em todos os países. Isso significa que hoje o conceito da família está sendo reinventado pelas crianças, pelos pais e pelas mães de uma maneira não religiosa apenas, de uma maneira que incorpora não apenas a família matrimonizada, com pais biológicos inseparáveis, mas a família sociológica, de ligações afetivas. As relações extramatrimoniais dispõem de assento constitucional no nosso País e as uniões homoafetivas vêm sendo reconhecidas e isso gera toda uma reconstrução familiar. E são elas, as crianças, e não nós que estamos nos adaptando a essa situação.

Muito obrigado.

Antes de concluir, quero dizer uma coisa só: empresas e comunidade econômica se constroem com contrato jurídico e econômico sobre propriedade, lucro, mercado e competição, mas comunidades humanas, sobre pactos sociais.

Espero ter o apoio de todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Após brilhante pronunciamento do Ex^{mo} Sr. Divino Roberto Veríssimo, cabe-me encerrar esta sessão.

Então busco, inspirado pelo orador Divino Roberto Veríssimo, que puxou a Sagrada Escritura, a Cristo, em três passagens, o Paulo Duque: “Vinde a mim as criancinhas.” Para ganhar o reino dos céus, tem que se comportar como as crianças. Atentai bem: olhai as virtudes, as purezas das crianças. E Cristo, firme e violento, da mesma maneira que Ele teve de ser quando puxou o chicote e botou os vendilhões do mercado do templo de Deus para fora, disse: “Ai daqueles que escandalizarem as crianças. É melhor amarrar uma pedra no pescoço e se atirar de um penhasco no fundo do mar.”

O Senado está combatendo o mais vergonhoso atentado contra a mensagem de Jesus: o combate à pedofilia. Só isso é uma razão da grandeza do nosso Senado.

Queria dizer às nossas crianças que vou buscar aqui o nosso patrono, Ruy Barbosa, que disse: “Pátria é a família amplificada”. E família tem as crianças, as suas riquezas.

Estou aqui, é dever do Senado. O Senado só tem razão de ser se formos pais da Pátria. E digo sempre aos meus filhos: o presente maior que dou aos meus quatro filhos, Francisco, Gracinha, Cassandra e Daniela, é amar a mãe deles. Eu, que estou aqui debaixo de Cristo e de Ruy Barbosa, passo a esta Nação: “Pátria é a família amplificada”.

O maior presente que se pode dar neste Pacto da criança, que este Senado ensina ao Brasil e ao mundo, é que nós, homens, amemos as mães de nossos filhos.

Eu terminaria fazendo uma homenagem aos poetas, aqueles que traduzem, porque vivemos de símbolos. Ontem, Dia da Bandeira, que beleza! As cores, minhas crianças, foram oriundas de bandeiras tradicionais de impérios ligados ao Brasil, de famílias imperiais, mas a inteligência do brasileiro transformou logo o verde na riqueza da nossa natureza, da nossa mata; o amarelo, o ouro, na nossa riqueza; o branco, na paz e pureza; e o azul, no nosso céu. Lá eles escreveram. Os nossos antepassados foram muito grandes, Presidente Luiz Inácio, muito competentes, muito estudiosos. Basta esse símbolo. Eles, que fizeram a República, o governo do povo, pelo povo, para o povo, pensaram e foram buscar a filosofia do francês Auguste Comte, positivista. Na frase tinha amor na frente – amor, ordem e progresso. Dessa filosofia positivista de Auguste Comte o republicano Benjamin Constant foi um dos líderes. Ainda foi discutido se deviam colocar o amor. Eu acho que foi um erro, deviam ter se lembrado.

Mas essa religião, essa filosofia positivista tem o amor como princípio, a ordem como base e o progresso como fim. Isso é para ser hasteado em cada casa de brasileiro e brasileira. Ó minha criança, peça. As civilizações, grandes civilizações amam a sua pátria. “Pátria é a família amplificada.” Se se tem amor à família, tem-se que ter à Pátria.

Então, em homenagem a isso tudo, às crianças, fui buscar Olavo Bilac. Está aqui o meu assessor, José Roberto. Aqui é uma Casa em que quem sabe menos sou eu. Todo mundo sabe, e é só gritar aqui. E ele pegou rapidamente. Como funciona o Senado! Qualquer

um pode ser Presidente disso, a coisa mais fácil é ser Presidente do Senado, porque são muito eficientes os assessores, a consultoria.

A PÁTRIA (Olavo Bilac)

Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste!

Criança! não verás nenhum país como este!

Olha que céu! que mar! que rios! que floresta!

A Natureza, aqui, perpetuamente em festa,

É um seio de mãe a transbordar carinhos.

Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,

Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos!

Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!

Vê que grande extensão de matas,
onde impera, fecunda e luminosa,
a eterna primavera!

Boa terra! Jamais negou a quem trabalha

O pão que mata a fome, o teto que agasalha!

Quem com o seu suor a fecunda e ume-dece,

Vê pago o seu esforço, e é feliz, e enriquece!

Criança! não verás país nenhum como este!

Imita, na grandeza, a terra em que nasceste!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) –

O Sr. Senador Flexa Ribeiro enviou discurso à Mesa alusivo ao presente evento para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} será atendido.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, fiz questão de vir hoje à tribuna, nesta sessão especial, para louvar publicamente a iniciativa da Organização pela Preservação Ambiental e da Conferência Criança Brasil no Milênio de propor este 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância.

De fato, Sr. Presidente, quando falamos dos cidadãos, geralmente pensamos, fundamentalmente, nos

eleitores, ou seja, naquelas pessoas que já possuem seus direitos políticos, que votam nas eleições, que participam ativamente da vida política de suas comunidades, e assim por diante. Muito raramente nos lembramos de incluir, no rol dos cidadãos, as nossas crianças.

É bem verdade que crianças e jovens de menos de 16 anos não podem votar. Não possuem títulos de eleitores, não podem exercitar ativamente esta parte essencial da cidadania, que são os direitos políticos. Mas nem por isso deixam de ser um componente essencial de nossa cidadania – até porque ser cidadão não significa apenas ser sujeito ativo de determinados direitos, como os direitos políticos, mas também implica ser sujeito passivo de direitos e garantias, cuja existência justamente protege e garante o exercício pleno da cidadania.

Promover a cidadania da infância, portanto, tem um duplo sentido. Por um lado, implica lembrar a todos nós, à família, à escola, ao Estado, à sociedade, enfim, nossa responsabilidade compartilhada no que se refere à proteção da infância, à criação de um ambiente saudável e propício ao desenvolvimento pleno das potencialidades das nossas crianças. Ou seja, implica lembrar-nos de que as crianças são sujeitos de direitos, e, sobretudo, de que têm alguns direitos especiais em função das peculiaridades de sua condição infantil.

É assim que, por exemplo, o direito à educação, o direito à saúde, a vedação do trabalho infantil adquirem para elas um sentido especial, na medida em que são meios para que se realize um direito talvez até mais fundamental, que eu chamaria de “direito ao aperfeiçoamento”. De fato, Sr^{as} e Srs. Senadores, é um direito inalienável das crianças que tenham à sua disposição os meios necessários para aperfeiçoar ou para desenvolver plenamente aquilo que a sua natureza humana e os seus talentos individuais permitem que realizem ou atinjam. Promover a cidadania da infância é promover esse direito ao aperfeiçoamento, a que corresponde um dever de todos nós, no sentido de prover a elas o ambiente propício para que tal coisa se dê.

Esse é um lado da questão, Sr. Presidente. Promover a cidadania da infância é lembrar que as crianças são sujeitos passivos de direitos, e especialmente desse direito ao pleno aperfeiçoamento de suas potencialidades. Mas há outro lado que eu gostaria de abordar antes de encerrar.

As crianças são, podemos dizer, cidadãos passivos: são cidadãos na medida em que são sujeitos de direitos e protegidos por garantias que o Estado e a

sociedade lhes devem. Mas considerá-los apenas desse ponto de vista é ver o problema pela metade, e isso significa mutilar nossa visão da infância e da cidadania. Nossas crianças não são apenas cidadãos passivos: são futuros cidadãos ativos. Se acreditarmos, como devemos e como está dito em nossa Constituição, que a autoridade suprema está com o povo, ou seja, com o conjunto dos cidadãos, então nossas crianças serão o futuro soberano. Se descuidarmos de nossas crianças, estaremos descuidando da formação de nosso futuro soberano – ou seja, estaremos condenando nosso País a um futuro medíocre, talvez até perigoso, pois é da fraqueza da autoridade soberana que sempre se valem os aproveitadores e aventureiros políticos.

Portanto, Sr. Presidente, temos de ter a maior atenção, o maior cuidado no que se refere à formação de nossas crianças para a cidadania. Temos de vê-las, desde já, como os futuros condutores deste País – e, vendo-as assim, agir consistentemente para torná-las os melhores condutores que podem ser. Disso depende a saúde de nosso corpo político, disso depende nosso futuro.

Por tudo isso, só posso louvar essa iniciativa da Organização pela Preservação Ambiental e da Conferência Criança Brasil no Milênio de propor esse pacto, de modo a promover o compromisso de todos nós de fazer avançar o exercício dos direitos da cidadania na infância.

Neste ano em que o Estatuto da Criança e do Adolescente completa 18 anos, nada melhor do que renovar nossos compromissos com a promoção dos meios para uma infância mais rica e plena, inserida no contexto da cidadania. Afinal, seremos, no futuro, tão bons quanto o que conseguirmos fazer de nossas crianças. Promovendo hoje a cidadania da infância, estamos já atuando no futuro, criando cidadãos mais ativos, mais conscientes, mais seguros, nas mãos dos quais podemos depositar sem medo o nosso futuro e o futuro do País.

Meus parabéns a todos os idealizadores e responsáveis por essa bela iniciativa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada esta sessão de 20 de novembro, quinta-feira, iniciada às 11 horas, uma sessão especial do Senado da República do Brasil para o lançamento oficial do 1º Pacto Global pela Cidadania da Infância, no plenário do Senado Federal. (Palmas.)

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 28 minutos.)

Ata da 219ª Sessão Deliberativa Extraordinária, Em 20 de Novembro de 2008

2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Augusto Botelho, Jayme Campos e Mão Santa

(Inicia-se a Sessão às 16 horas e 14 minutos, e encerra-se a sessão às 20 horas e 22 minutos)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

219ª SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA

Período : 20/11/2008 07:24:22 até 20/11/2008 20:30:13

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PTB	AL	ADA MELLO	X	
DEM	DF	ADELMIR SANTANA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JÚNIOR	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X	
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCLIDIO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
DEM	MG	ELISEU RESENDE	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
Bloco-PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GABRIEL DI ALVES FILHO	X	
PMDB	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
DEM	MT	GILBERTO GOELINER	X	
PMDB	AP	GILVAM BORGES	X	
PTB	DF	GIMARGELLO	X	
DEM	PI	HERACLITO FORTES	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	
PDT	BA	JÓÃO DÜRVAL	X	
Bloco-PT	AM	JÓÃO PEDRO	X	
Bloco-PR	TO	JÓÃO RIBEIRO	X	
PTB	PI	JÓÃO VICENTE CLAUDINO	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
P-SOL	PA	JOSÉ NERY	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PI	MÃO SANTA	X	
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	PE	MARCO MACIEL	X	
PSDB	GO	MARCONI PERILLO	X	
PT	AC	MARINA SILVA	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO	X	
PDT	PR	OSMAR DIAS	X	
PMDB	RJ	PAULO DUQUE	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
DEM	SC	RAIMUNDO COLOMBO	X	
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCA	X	
PTB	SP	ROMÉU TUMA	X	
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MS	VALTEIR PEREIRA	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 58 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.451, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do RISF, e do disposto no art. 55, inciso III, da CF, seja autorizado meu afastamento dos trabalhos desta Casa no período de 1º a 10 de dezembro próximo, para cumprir missão oficial em Hyderabad – Índia, decorrente de delegação formada no âmbito da CPI da Pedofilia, da qual sou integrante, para tomar parte em missão oficial do **Internet Governance Forum** (IGF).

Nos termos do art. 39, inciso I e parágrafo único do RISF, comunico que estarei ausente do País no citado período.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – **Virginio de Carvalho**, Senador.

REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2008

Tendo sido designado por Vossa Excelência para participar da Conferência Internacional de Biocombustíveis: os biocombustíveis como vetor do desenvolvimento sustentável” a realizar-se em São Paulo, estando minha participação marcada para o dia 19 de novembro, venho solicitar, nos termos do inciso II, a, do Artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, seja concedida licença para desempenhar a referida missão, estando dessa forma, ausente dos trabalhos da Casa, na referida data.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Neuto de Conto**, PMDB/SC.

REQUERIMENTO Nº 1.453, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal, e do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a necessária autorização para participar da Reunião da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos do Parlamento do MERCOSUL, no dia 27, e da XV Sessão do Parlamento do Mercosul, nos dias 28 e 29 de novembro de 2008.

Informo que estarei ausente do País no período de 26 a 29 de novembro do corrente ano para participar dos referidos eventos.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – **Geraldo Mesquita Júnior**, Senador (PMDB – AC).

REQUERIMENTO Nº 1.454, DE 2008

Como membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, fundado no art. 40 do Regimento Interno do Senado, requeiro licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa nos dias de 27 e 28 de novembro do ano em curso, para fins de participar da XV Sessão do Parlamento do Mercosul, a realizar-se em Montevideu, no Uruguai.

E, nos termos do art. 39 do Regimento Interno desta Casa, comunico que estarei ausente do País no Período de 27 a 30 de novembro de 2008, para atender a missão

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos vão à publicação e serão votados oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.455, DE 2008

Requeremos, na forma do disposto no art. 199, do RISF, que o Período do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 4 de dezembro seja destinado à comemoração dos 75 anos da criação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.

Na oportunidade, estarão presentes as delegações de vários países que se encontrarão no Brasil, o que de certo contribuirá para abrilhantar o evento.

Justificação

Oficialmente, em 11 de dezembro de 1933, nasceu o Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o Sistema CONFEA/CREA, por meio do Decreto 23.569, que “delimitava os direitos e deveres dos profissionais, passava ainda a impedir definitivamente que continuasse impunemente a invasão da profissão por indivíduos desprovidos das credenciais necessárias e que por longo tempo vinham competindo ilegalmente com os que após anos de estudos, atingiam um grau de conhecimento compatível com as finalidades dos cursos superiores por eles”.

Mas, desde o Período Colonial até o Império, a engenharia, arquitetura e agrimensura eram exercidas por pessoas de formações diversas. Havia os engenheiros formados na Europa ou nas “aulas de fortificações” existentes no País, aqueles que aprendiam no dia-a-dia e trabalhavam nos canteiros de obras exercendo a função de engenheiro, causando, desde aquela época, o sombreamento da profissão.

Os engenheiros chegavam da Europa e logo se juntavam aos que haviam concluído as aulas de fortificação, oferecidas desde 1699, em função da necessidade da Coroa Portuguesa de defender os primeiros pólos de administração da nova colônia. Durante esse período muitos engenheiros construíram fortes, portos, igrejas e estruturas urbanísticas.

A engenharia no Brasil colonial realizou os Arcos da Carioca para abastecer o Rio de Janeiro de água, o Palácio do Governador e vice-rei na Praça XV. Na engenharia naval construíram algumas embarcações, mas era muito comum encontrar obras de grande porte sem o acompanhamento de engenheiro. Por isso, muitas obras precisaram ser enquadradas em um “Código de Obras”, elaborado na Bahia em 1886, obrigando aos “mestres de obras”, depois de alguma construção, a comunicarem seus nomes à Câmara Municipal da cidade de Salvador, sob pena do pagamento de multas ou até mesmo de prisão em caso de omitido.

Em Minas Gerais, no ano de 1724, o português Manoel Francisco Lisboa obteve a primeira carta de carpinteiro, que era considerada melhor das profissões, pois abrangia vários ofícios – entre eles o de desenhar plantas. Seu filho, Antônio Francisco Lisboa, o grande mestre escultor “Aleijadinho”, seguiu os mesmos passos.

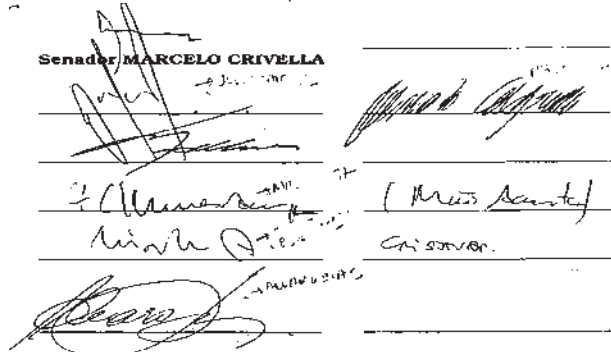
Com a chegada da corte portuguesa em 1808, as artes também tiveram grande renovação com a vinda da missão artística francesa liderada pelo arquiteto Grandjean de Montigny que, ao chegar ao Brasil, recebeu o título de professor de arquitetura, o primeiro oficialmente concedido no país.

Montigny foi autor do projeto do edifício da Academia Imperial de Belas Artes que à época, com sua concepção estilo neoclássica, alterou os conceitos arquitetônicos até então vigentes, se tornando grande centro de produção de projetos oficiais e privados.

Esta é uma pequena página da rica trajetória dos profissionais que integram o Confea, que se confunde com a saga do povo brasileiro, a merecer essa justa homenagem pelo Senado Federal

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008.

Senador MARCELO CRIVELLA



O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.456, DE 2008

Tendo sido autorizada por Vossa Excelência para representar o Senado Federal, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, no Fórum das Águas das Américas, a realizar-se na cidade de Foz do Iguaçu, requeiro, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal licença para ausentar-me dos trabalhos da Casa no período compreendido entre os dias 23 a 25 de novembro do corrente para desempenhar a mencionada missão.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senadora **Marisa Serrano**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.457, DE 2008

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado, Requeiro que seja enviado Votos de Congratulações ao Dr. Marcos Vilaça, Ex-presidente da Academia Brasileira de Letras e Ministro do Tribunal de Contas da União, pelo recebimento do título de Cidadão Honorário das mãos do Presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e pelo lançamento do seu novo livro “Para além do pórtico”

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**.

Justificação

Homenagear o Dr. Marcos Vilaça, Ex-presidente da Academia Brasileira de Letras e Ministro do Tribunal de Contas da União, é homenagear uma personalidade rara, renascentista, na qual a vida espiritual e os dotes para a ação prática coexistem em grau elevado, equilibrado e transformador.

Falar do Dr. Marcos Vilaça, não é uma tarefa simples, corre-se o risco de cometer injustiças, pois Sua Excelência tem se notabilizado nos mais diversos setores da existência.

Assim, acredito que com esse gesto singelo não somente estaremos registrando, para a posteridade, uma homenagem a um brasileiro que fez e que ainda faz história, e estaremos, ao mesmo tempo, preservando um pouco da memória de toda uma era de erudição,

de ousadia renovadora e de fé iluminista, no seio do serviço público brasileiro e do campo literário.

Desta forma submeto à apreciação deste Plenário o presente Requerimento de Votos de Congratulações, solicitando a sua aprovação.

REQUERIMENTO Nº 1.458, DE 2008

Requerimento de voto de louvor ao Dr. Davi Everson Uip, maior infectologista do Brasil no combate à transmissão materno-fetal do vírus da AIDS, de renome internacional, que conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação daquela enfermidade em Angola, na África.

Com fundamento no artigo 222 do Regimento Interno do Senado Federal, tenho a honra de requerer a inserção em ata de Voto de Louvor pelo trabalho do ilustre e eminente infectologista brasileiro, Dr. David Everson Uip, maior especialista do país, com renome e fama internacional.

Davi Uip, meu amigo particular, a quem tenho profunda admiração e apreço, foi coordenador do “Projeto de Prevenção da Transmissão Materno-Fetal do Vírus da AIDS”, implantado no ano de 2002, mais especificamente em Angola, na África, cujo tratamento inédito reduziu drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS da população carente daquele país africano. Seu trabalho social, sobretudo na população menos favorecida de Angola, gerou reconhecimento mundial, de modo que ele é atualmente uma das referências mundiais no tratamento daquela enfermidade.

Requeiro, outrossim, que seja dado conhecimento da aprovação e cópia deste voto de louvor à Presidência dos Poderes Executivo e Legislativo do município e do Estado de São Paulo, bem como ao agraciado em endereço a ser fornecido, posteriormente, por meu gabinete parlamentar.

Justificação

Angola é um país da costa ocidental da África cujo território principal é limitado ao Norte pela República Democrática do Congo; a Leste pela Zâmbia; ao Sul pela Namíbia; e a Oeste pelo Oceano Atlântico.

Angola foi colonizada por Portugal, no século XV, permanecendo dependente daquele país ibérico até 1975, quando adquiriu sua independência.

Com a independência, eclodiu uma guerra civil de proporções catastróficas que perdurou até 2002, sendo responsável pela destruição de quase toda a infra-estrutura do país, principalmente o sistema de saúde, que necessita permanentemente de reconstrução médico-hospitalar, por intermédio da reformulação dos hospitais, formação, capacitação, graduação e pós-graduação dos

profissionais da área de saúde, que até o momento, ainda são em número bastante reduzido.

Angola possui, hoje, uma população de quase 18 (dezoito) milhões de habitantes, tem como capital Luanda e é dividida em 18 províncias e mais de 140 municípios.

Pelo reconhecimento que o Dr. David Uip obteve não apenas no Brasil, mas internacionalmente, como infectologista de renome no combate à AIDS, em 2002, o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, por intermédio da Ministra da Saúde, Dra. Albertina Júlia Hamikawaya, convidou aquele brasileiro para desenvolver vários projetos de saúde naquele país africano.

O Projeto Angola reúne hoje mais de 40 (quarenta) profissionais brasileiros da área de saúde, são médicos, biomédicos, enfermeiros e gestores de saúde residindo em Luanda e tantos outros que coordenam ou assessoram as equipes que se deslocam e permanecem em Angola por períodos variáveis de tempo.

O Projeto Angola engloba diversos programas, em execução ou em fase de implantação, sob a supervisão do Dr. David Uip, dos quais se destaca:

- Prevenção da transmissão materno-fetal do vírus da AIDS;
- Biossegurança em unidades sanitárias;
- Melhoria da capacidade de resposta dos hospitais de Angola – convênios com a Faculdade de Medicina da USP, Faculdade de Medicina do ABC e Hospital Sírio Libanês.
- Especialização e pós-graduação de profissionais angolanos da área de saúde no Brasil – convênio com a Faculdade de Medicina da USP, Faculdade de Medicina do ABC e Hospital Sírio Libanês;
- Sangue Seguro
- Hepatites
- Prevenção, diagnóstico e tratamento de angolano no Brasil em parceria como o hospital Sírio Libanês.

David Everson Uip possui graduação em Medicina pela Faculdade de Medicina da Fundação Universitária do ABC (1975), Mestrado e Doutorado, em 1989 e 1993, respectivamente, na Universidade de São Paulo, em doenças infecciosas e parasitárias. Atualmente é Professor Livre-Docente da Universidade de São Paulo, Diretor-Presidente da Fundação Zerbini, Professor Titular da Faculdade de Medicina do ABC e Diretor-Executivo do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

O tratamento inédito promovido pelo ilustre e eminente infectologista brasileiro conseguiu reduzir drasticamente o índice de contaminação materno-fetal da AIDS que, na África, atinge até 50% (cinquenta por cento) das mulheres portadoras do vírus que tem filho HIV positivo, para a incrível taxa de contaminação, em Angola, de apenas 4% (quatro por cento).

A presente proposição objetiva o meu conhecimento formal, no Senado da República, do trabalho humanitário daquele ilustre brasileiro em terras africanas, com reflexos diretos no tratamento humanitário das portadoras da referida enfermidade no Estado de São Paulo e, em consequência, em todo o território brasileiro, razões pelas quais solicito a aprovação deste justo Voto de Aplauso.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PTB – SP.

REQUERIMENTO Nº 1.459, DE 2008

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, de acordo com as tradições da Casa, homenagem de pesar, consistente em inserção em ata de Voto de Pesar e apresentação de condolências à família, pelo falecimento, ocorrido sábado, dia 15, do artista plástico Cláudio Seto, diretor do Departamento de Cultura da Sociedade Nipo-Brasileira de Curitiba, no Paraná.

Justificação

Vítima de acidente vascular cerebral que sofreu na véspera, morreu na manhã de sábado, aos 64 anos de idade, em Curitiba, o artista plástico Cláudio Seto.

A inesperada e prematura morte de Cláudio Seto não surpreendeu e entristeceu apenas a esposa, os três filhos e os paranaenses de origem nipônica. Sua morte enlutou também o meio artístico curitibano, do qual era figura de destaque. E particularmente os admiradores dos “mangás”, as belas histórias em quadrinhos com traços japoneses. Isto porque Cláudio Seto era um talentoso autor daquele tipo de produção artística, do qual é apontado como um dos introdutores no país.

Outro setor da vida curitibana que sentiu particularmente a morte de Cláudio Seto foi o dos profissionais de imprensa, entre os quais atuou por muitos anos, como ilustrador e chargista, dos mais talentosos.

Tive, quando me elegi governador do Paraná, em 1986, o privilégio e a honra de contar com sua participação entre os colaboradores de minha campanha.

Nascido em Guaíçara, interior de São Paulo, Cláudio Seto chegou a ser vereador e presidente da Câmara Municipal e presidente do Conselho Municipal de Cultura da sua terra natal. Em 1975, em busca de novos horizontes, mudou-se para Curitiba, onde pôde dar vazão a todo o seu talento: paralelamente ao seu trabalho na imprensa, conquistou diversos prêmios, nacionais e internacionais, participando de exposições coletivas e individuais de cartunismo, fotografias e ilustrações no Brasil, bem como de mostras de quadrinhos na Alemanha, Itália, França e até no Japão.

Como jornalista, revelou-se extremamente talentoso e eclético: além de sua marcante atuação como ilustrador e chargista, também foi redator, fotógrafo e editor do Jornal **Nikkei**, publicação voltada para os descendentes dos imigrantes japoneses.

Fiel às suas origens, Cláudio Seto foi também, sempre, uma presença atuante em meio à comunidade. Na direção do Departamento de Cultura da Sociedade Nipo-Brasileira de Curitiba, o artista revelava outra faceta de sua personalidade que era o dinamismo, atuando na coordenação e organização dos festivais Haru e Hana Matsuri, que todo ano encantam Curitiba e celebram, respectivamente, o nascimento de Buda e o início da primavera.

A família, com certeza, terá atenuada a dor que sente pela perda prematura do seu chefe por saber que a cidade que ele escolheu para viver o acolheu de braços abertos: Em 1988, Cláudio Seto recebeu o prêmio Cidade de Curitiba em Jornalismo, concedido pela Câmara Municipal, pelos 80 anos da imigração japonesa; em março de 2007 o artista foi agraciado, em sessão solene no plenário da Câmara Municipal, com o título de Cidadão Honorário de Curitiba. Em junho último, teve seu livro *Lendas Trazidas pelos Imigrantes do Japão*, lançado como parte das comemorações do Centenário da Imigração Japonesa no Brasil.

Por seu talento, pela importante contribuição que prestou às artes plásticas e por sua vida exemplar, com certeza Cláudio Seto se faz merecedor desta homenagem por parte do Senado Federal.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Alvaro Dias**.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.460, DE 2008

Tendo sido autorizado por Vossa Excelência para representar o Senado Federal no Fórum das Águas das Américas, a realizar-se na cidade de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, no período de 23 a 25 de novembro de 2008, requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa nos dias acima especificados, para desempenhar a referida missão.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008.
– Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.461, DE 2008

Requer voto de aplauso à Agência 3, por ter sido a grande vencedora, neste ano de 2008, da 12ª Edição do Prêmio de Propaganda O Globo.

Requeiro nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à Agência 3, por ter sido a grande vencedora, neste ano de 2008, da 12ª Edição do Prêmio de Propaganda **O Globo**.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da direção da homenageada e, por seu intermédio, aos profissionais que elaboraram as peças, vencedoras, bem como da direção do jornal **O Globo**.

Justificação

A Agência 3 foi a grande vencedora da 12ª Edição do Prêmio de Propaganda O Globo, cujos prêmios foram entregues em festa realizada, no dia 18 deste mês de novembro de 2008, no Museu de Arte Moderna, no Rio

de Janeiro – RJ. Com a peça “Tijolão”, realizada para a construtora Rossi, a Agência 3 conquistou a principal premiação, o Grande Prêmio de Propaganda **O Globo**, além de ter obtido Ouro na categoria Imóveis. Ela ficou ainda com Prata na categoria Turismo e Ouro e Prata na categoria Online. Pelos excelentes trabalhos apresentados, escolhidos por um júri de profissionais das áreas de propaganda e marketing entre os 47 finalistas de um total de 700 inscritos, a Agência 3 faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

REQUERIMENTO Nº 1.462, DE 2008

Requer voto de aplauso à TV Cultura, de São Paulo, por sua decisão de suprimir, a partir de janeiro de 2009, todos os anúncios comerciais em sua faixa de programação infantil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, voto de aplauso à TV Cultura, de São Paulo, por sua anunciada decisão de suprimir, a partir de janeiro de 2009, todos os anúncios comerciais em sua faixa de programação infantil.

Requeiro, ainda, que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Direção da TV Cultura, de São Paulo, da Direção da Fundação Padre Anchieta e do jornalista e professor Eugênio Bucci, integrante do Conselho Curador dessa Fundação.

Justificação

É digna do mais caloroso aplauso a decisão da TV Cultura, de São Paulo, há pouco anunciada, de, a partir de janeiro de 2009, não mais incluir anúncios comerciais na sua faixa de programação infantil. Como bem assinalou o jornalista e professor Eugênio Bucci, em artigo publicado na edição de hoje, dia 20 de novembro de 2008, do jornal **O Estado de S. Paulo**, a Direção da emissora deixa claro que “as crianças têm o direito de ser protegidas do assédio da mercadoria”. Os anúncios não são necessariamente benéficos ou educativos para essa faixa etária. Fica claro também, segundo o articulista, que se impõe claro limite ao espaço dos anúncios, que acabam por afetar a identidade de um canal público cujo objetivo principal é proporcionar programação de caráter

educativo e cultural. Por essa meritória decisão, a TV Cultura, de São Paulo, faz jus à homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.463, DE 2008

Requer voto de aplauso à jovem estudante paranaense Ana Clara Ferreira, vencedora do 1º Concurso de Redação do Senado Federal, tendo por tema o Dia da Bandeira.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais do Senado, Voto de Aplauso à jovem estudante paranaense Ana Clara Ferreira, vencedora do 1º Concurso de Redação do Senado Federal, o qual teve por tema o Dia da Bandeira.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada, bem como da Direção da Escola de Ensino Fundamental Imaculada Conceição, de Jacarezinho – PR.

Justificação

Ana Clara Ferreira, de 14 anos de idade, aluna da 8ª série da Escola de Ensino Fundamental Imaculada Conceição, da cidade de Jacarezinho-PR, foi a vencedora do 1º Concurso de Redação promovido pelo Senado Federal e que teve por tema o Dia da Bandeira. Sua redação, intitulada “Um símbolo, uma nação”, foi escolhida entre as enviadas por mais de 20 mil estudantes do País. Ana Clara leu-a, ontem, Dia da Bandeira, em solenidade realizada o Salão Nobre desta Casa, com a presença do Presidente, Senador Garibaldi Alves Filho, do Ministro da Educação, Fernando Haddad, de vários Senadores e outras autoridades. Por esse feito, a jovem estudante merece a homenagem que ora proponho.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – Esta Presidência comunica as Sr^{as} e aos Srs. Senadores, especialmente aos Senadores Jarbas Vasconcelos e Mão Santa, que havia uma lista que valia para a sessão ordinária, mas foi cancelada aquela sessão. A presente sessão é extraordinária. Quem quiser falar tem de se inscrever agora.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE) – Sr. Presidente, não tem comunicação inadiável?

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – Tem comunicação inadiável, podem se inscrever. Parece-me que a ordem é: Senador Jarbas Vasconcelos, Senador Mão Santa e Senador Flexa Ribeiro.

Com a palavra o Senador Romeu Tuma, primeiro orador inscrito.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, vou procurar ser rápido. Quero registrar um fato importante relacionado à CPI da Pedofilia.

Após consulta à Procuradora de Justiça do Rio de Janeiro, do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, Ana Lúcia da Silva Melo, recebi a seguinte resposta:

Como solicitado, remeto à V. Ex^a resumo da Operação Conjunta no Rio de Janeiro:

Foi realizada no dia 17 de novembro de 2008, no Rio de Janeiro, operação conjunta entre MP Estadual do RJ, Interpol, Polícia Federal e Embaixada Americana para a prisão de cidadão americano que é condenado no Estado de Lousiana por prática de crimes sexuais contra adolescentes, e é investigado em mais dois Estados por crimes da mesma espécie.

Eric Andrew Graig, de 40 anos, é foragido dos Estados Unidos há sete anos e, pelo menos há seis, residia no Rio de Janeiro, utilizando-se de identidades e documentos falsos.

A prisão foi decretada pela Justiça Americana e ratificada pelo STF. Agora ele será extraditado para os Estados Unidos.

Após investigação de inteligência reunindo todas as instituições, logrou-se êxito em

localizá-lo em um bar situado no Leblon, zona sul do Rio de Janeiro.

O MP do Estado do Rio de Janeiro realizou busca e apreensão na residência do criminoso, situada no bairro de Botafogo. Apreendeu material de informática, dentre os quais CPU e CD's, que será submetido à perícia para verificar se há indícios de prática de crimes sexuais com crianças brasileiras também.

A CPI vem desenvolvendo um trabalho bastante sério, Senador Augusto Botelho, e tem alcançado bons resultados sob a Presidência do Senador Magno Malta. Ainda agora tivemos a aprovação do projeto apresentado pela CPI, que criminaliza os usuários e portadores de filmes e outros materiais relacionados à prática da pedofilia.

V. Exª tem acompanhado de perto esse trabalho e tem colaborado bastante. Acho que essa operação traduz a importância do “comunicado vermelho”, da “informação vermelha” feita pela Interpol, cujo projeto encaminhamos e está sendo votado na Câmara – a Interpol comunica à autoridade do governo onde está residindo o foragido pedófilo ou conhecido pedófilo para que haja ação rápida da Justiça, sua prisão, deportação se necessário, ou condenação no Brasil se a prática do crime foi aqui também.

Senador Paulo Paim, hoje transcorre o Dia da Consciência Negra, dia em que devemos enaltecer exemplos de vida, como o do médico sul-africano Hamilton Naki.

Venho de São Paulo, Estado cuja grandiosidade foi construída pela fusão de várias raças. Lá não há diferenciação de raça ou de cor, é um cadinho de origens.

O Governo – se não me engano o de Mário Covas – decretou feriado hoje: hoje é feriado em São Paulo em homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Tenho aqui um pronunciamento feito. Não quero atrapalhar os demais eleitores do futuro Presidente da Casa, mas quero enaltecer a atuação do Senador Paulo Paim, que é um líder, um guia nosso em várias comissões por tudo aquilo que ele representa na esfera social, tendo sido hoje, no Congresso, claro na discussão e apresentação do quanto capam da Seguridade Social em benefício de outros órgãos que nada representam para os aposentados, para a saúde pública, para nada. Temos de analisar com frieza e firmeza aquilo que Paulo Paim trouxe ao nosso conhecimento hoje, olhando, em cada orçamento, de onde sai a verba. Há

que se responder por que tiraram aqueles valores de verbas importantes para a continuidade do trabalho de administração governamental.

Então, peço a V. Exª que dê como lido o meu pronunciamento sobre a homenagem ao Dia da Consciência Negra.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ROMEU TUMA

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ao longo de milênios, paralelamente a espetaculares conquistas científicas, políticas e econômicas, a História assinala tenebrosos episódios de racismo e ódio repudiados por quem, a exemplo de nós, os brasileiros, acostumou-se a ver seu país como um imenso cadinho de raças, um mavioso e multicolor amálgama de epidermes, que emerge do povo para embelezar esse calidoscópio racial chamado sociedade.

Esta data – o Dia da Consciência Negra – constitui boa oportunidade de, anualmente pelo menos, lembrarmos-nos de que nossas conquistas sociais não caíram do céu. Estão presentes porque se fortaleceram mais e mais em dolorosos episódios do passado.

Muito ainda há por fazer, é evidente. Mas, venho de uma cidade e um Estado que se agigantaram graças, exatamente, à fusão de todas as raças e hoje a comemoram com feriado. A grandeza e o poderio de São Paulo envolto em pele de diversos matizes demonstram a insensatez e representam a negação de tudo quanto cassandras segregacionistas profetizaram ao redor da Terra, prognosticando carências intelectuais e físicas que adviriam de qualquer miscigenação.

Vejo, assim, nesta comemoração, um significado que transcende os limites a ela originalmente destinados. Eu mesmo, Sr. Presidente, encontro em minha própria família motivo para pensar de tal maneira, pois, nas veias de meus netos, circula sangue oriundo de quatro padrões raciais, entre eles o árabe. E orgulho-me disso.

Além do mais, um dos maiores heróis da História de São Paulo, ao qual se deve grande parte das origens da metrópole, foi o indômito cacique Tibiriçá, valente defensor dos jesuítas fundadores. Seus despojos estão sepultados na Catedral Metropolitana daquela cidade.

Entendo que a expressão “Dia da Consciência Negra” destina-se a induzir profunda reflexão sobre como acelerar a plena inserção social de metade da

população brasileira. Embora, segundo o IBGE, menos de 10% dos brasileiros sejam negros, temos consciência de que, se a eles somarmos seus mestiços com europeus ou índios, encontraremos 50% do nosso povo. Daí, o sentido de dia nacional de luta em prol da inserção sócio-econômica. Daí, também as minhas considerações sobre o alcance da miscigenação no Brasil.

Se 60% dos jovens brancos entre 15 e 17 anos cursaram ou cursam o ensino médio, esse índice educacional atinge apenas 36,3% da mesma faixa etária entre os negros. Dentre as pessoas de até 24 anos, só 18,4% chegaram ao ensino superior entre os negros, contra 57,2% entre os brancos.

Flagrante disparidade atinge e macula a distribuição de renda, pois se considera que o rendimento médio da população branca seja de R\$ 812,00, contra R\$ 409,00 destinados aos negros. Além disso, os brancos constituem 86% da parcela de 1% formada pelas pessoas mais ricas do País.

Sabemos que esta data foi escolhida por coincidir com o dia da morte do guerreiro Zumbi, em 1695. Líder do Quilombo dos Palmares, Zumbi é alvo, porém, de dúvidas relativas ao que realmente fez. Há estudiosos respeitáveis que reconhecem em Ganga Zumba o grande líder de Palmares. Não importa. O fato é que, de acordo com a Wikipédia, aquele quilombo constituía *“uma comunidade auto-sustentável, um reino (ou república na visão de alguns) formado por escravos negros que haviam escapado das fazendas brasileiras. Ele ocupava uma área próxima ao tamanho de Portugal e situava-se onde era o interior da Bahia, hoje estado de Alagoas. Naquele momento sua população alcançava por volta de trinta mil pessoas.”*

Ainda de acordo com a Wikipédia, Zumbi nasceu livre, em Palmares, em 1655, mas foi capturado e entregue a um missionário português quando tinha cerca de seis anos. Batizado com o nome cristão de Francisco, aprendeu português e latim. Ajudava diariamente na celebração da missa. Aos 15 anos, fugiu para o local de origem. Aos vinte e poucos anos, já era um respeitado estrategista militar.

Ganga Zumba encabeçava o Quilombo dos Palmares quando, por volta de 1678, o governador da Capitania de Pernambuco ofereceu-lhe a paz e a libertação de todos os escravos fugidos, com a condição de aceitar a autoridade da Coroa Portuguesa. Ganga Zumba acolheu a proposta, mas Zumbi rejeitou-a. Desafiou Ganga Zumba e, sob promessa de continuar resistindo à opressão portuguesa, passou a liderar o quilombo.

Quinze anos depois, coube ao bandeirante Domingos Jorge Velho organizar a invasão do quilombo. Em 6 de fevereiro de 1694, a capital de Palmares foi destruída e Zumbi, ferido. Depois, traído por Antonio Soares, viu-se surpreendido pelo capitão Furtado de Mendonça em seu reduto. Mesmo apunhalado, resistiu, mas acabou perecendo ao lado de vinte dos seus guerreiros.

Zumbi teve a cabeça cortada, salgada e levada ao governador de Pernambuco, Caetano Melo e Castro, em Recife. Este, em 14 de março de 1696, enviou ao Rei a seguinte mensagem:

“Determinei que pusessem sua cabeça em um poste no lugar mais público desta praça, para satisfazer os ofendidos e justamente queixosos e atemorizar os negros que supersticiosamente julgavam Zumbi um imortal, para que entendessem que esta empresa acabava de todo com os Palmares.”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, esta semana é toda dedicada à igualdade racial. Desta feita, adquire inédito significado, pois transcorre no momento em que um negro afro-americano, Barack Hussein Obama Jr., monopoliza as atenções e boa parte das esperanças internacionais ao ser eleito 44.º presidente dos Estados Unidos da América. Tornou-se o primeiro negro a governar a nação mais poderosa do mundo. Sua trajetória de vida reflete esplendida vitória sobre as adversidades e as forças da segregação e do intolerantismo.

Obama é filho do queniano Barack Obama e da norte-americana Ann Dunham. Desde os 10 anos, vivia no Havaí, com os avós maternos.

Ainda na adolescência, radicou-se em Nova York onde se formou em ciências políticas pela Universidade Colúmbia. Graduou-se depois, em direito, pela Universidade de Harvard.

Em Chicago, foi líder comunitário e professor de Direito Constitucional. Iniciou-se, então, nas atividades políticas. Casou-se em 1992 com a Sra. Michelle. Possuem as filhas Malia e Sasha.

Eleito em 1996 para o Senado do Estado de Illinois, nele permaneceu até 2004. No meio do mandato, tentou eleger-se para a House of Representatives, equivalente a uma Câmara dos Deputados no Congresso norte-americano. Quatro anos depois, conseguiu ser eleito para o Senado dos Estados Unidos, pelo Partido Democrata.

Obama ganhou notoriedade por seu trabalho em diversas comissões do Senado e acabou eleito, neste mês, para a Presidência dos EUA, com uma plataforma de campanha assentada em três propostas essenciais: o fim da guerra do Iraque, a obtenção da auto-suficiência energética dos Estados Unidos e a universalização dos serviços de saúde no país. Referindo-se à sociedade norte-americana, enfatizou o que pensa sobre as diferenças que a estigmatizaram até passado recente. Acabou relegando a plano secundário a questão racial, ao afirmar:

“Não há uma América negra e uma América branca e uma América latina e uma América asiática. Há os Estados Unidos da América”.

Mas, se Obama chega à posição de líder internacional e nela recebe todas as honras, há muitos outros seres humanos de igual gabarito ainda amargando a incompreensão e o ódio de quem se compraz em martirizar outrem apenas porque lhe parece dessemelhante. Digo-lhes isso com a autoridade moral e a tranquilidade de espírito que todo brasileiro deve ter por representar um País exemplar no campo da convivência harmônica entre os diferentes. Como disse Martinho da Vila há dias, ao descrever a alma verde-amarela durante uma entrevista à TV, ainda podemos encontrar aqui alguns preconceitos, mas não o racismo. E preconceito é algo mais fácil de questionar, demolir ou contornar.

Todavia, não precisamos buscar nos Estados Unidos da Secessão ou no Brasil de Palmares exemplos de quão deletério foi o racismo do passado. Ou, ainda, recordar as canalhices de quem, como Hitler e seus sequazes, alicerçou seu poderio numa falaciosa superioridade racial. Basta olharmos para algo bem mais recente, como a África do Sul durante o “apartheid”, para comprovar quanta indignidade acontece quando se confunde o poder com uma imaginária supremacia biológica ou genética. Nesse sentido, a trajetória de Hamilton Naki, cidadão sul-africano nascido em 26 de junho de 1926 e falecido a 29 de maio de 2005, aos 78 anos, é algo comovente e, ao mesmo tempo, revoltante.

Sem nenhum reconhecimento acadêmico devido às leis raciais então vigentes, Hamilton Naki só no final da vida pôde alcançar oficialmente a posição de cirurgião e professor de Medicina, apesar do trabalho técnico-científico anônimo que desenvolveu, durante muitos anos, na Universidade da Cidade do Cabo. Hoje, é citado em diversas publicações como assistente ci-

rúrgico do Dr. Christiaan Barnard nas pesquisas que resultaram no primeiro transplante de coração com sucesso, no mundo, realizado no Groote Schuur Hospital, África do Sul, em 1967.

Como fui submetido a uma cirurgia cardíaca no Incor de São Paulo, há anos, sinto, por experiência própria, o quanto de importância e esperança se encerra nos avanços da medicina nesse campo. Por isso, a história de Hamilton Naki me empolgou. Dejo resumi-la para que figure nos Anais do Senado da República, de maneira a nos associarmos a todos quantos o reverenciem no Dia da Consciência Negra em sua dimensão universal.

Nascido de uma família pobre da aldeia Ngcingane, estado de Cabo do Leste, África do Sul, Hamilton Naki completou o curso primário e, aos 14 anos, foi de carona para a Cidade do Cabo. Conseguiu emprego de jardineiro na universidade local.

O professor Robert Goetz, da Faculdade de Medicina, escolheu-o para trabalhar nos laboratórios clínicos, inicialmente cuidando dos animais doentes ou utilizados como cobaias. Depois que Goetz lhe pediu para segurar uma girafa ao ser operada, Hamilton Naki foi-se envolvendo em procedimentos cirúrgicos cada vez mais complexos. Demonstrou tanta vocação e aptidão que, mesmo sem estudos formais, lhe permitiram realizar pesquisas de laboratório com bichos, inclusive neles efetuando transplantes.

Naki ajudou a aperfeiçoar técnicas cirúrgicas posteriormente aplicadas em seres humanos, sem que ele mesmo jamais pudesse operá-los, devido à legislação do “apartheid”. Transformou-se, porém, num dos quatro técnicos de laboratório da faculdade. Prestava assistência e orientava acadêmicos em seu treinamento cirúrgico com animais, inclusive mediante transplantes de rins, coração e fígado. Recebia o mais elevado salário conferido pelo hospital a alguém sem diploma, embora permanecesse registrado nos cargos de faxineiro ou jardineiro. Vivía num barraco sem luz elétrica, nem água corrente.

Aposentou-se em 1991 como jardineiro e com proventos equivalentes a 275 dólares por mês. Em 2002, findo o “apartheid”, ganhou a Ordem Nacional de Mapungubwe em reconhecimento por seu trabalho. No ano seguinte, recebeu o diploma de médico “honoris causa” daquela Universidade. Mesmo aposentado, prosseguiu na atividade de cirurgião a bordo de um ônibus adaptado para servir de clínica móvel.

O próprio Christiaan Barnard reconheceu que, se houvessem dado oportunidade e liberdade a Hamilton Naki, este poderia ter sido um cirurgião melhor do que ele. Em um documentário sobre a vida de Naki, elaborado pelo produtor cinematográfico Dirk de Villiers dois anos antes da morte de Barnard, vê-se o autor do primeiro transplante cardíaco revelar:

“Eu pude ver que ele era um jovem muito capaz e dei-lhe mais e mais a fazer. Eventualmente, ele poderia fazer um transplante cardíaco, até melhor do que os realizados por médicos que eu vi chegarem lá.”

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, invoquei a figura desse ser humano notável chamado Hamilton Naki para personificar, hoje, todos os que pretendemos homenagear com nossa reafirmação anti-segregacionista. Espero, assim, haver contribuído para enriquecer as comemorações do Dia da Consciência Negra.

Era o que desejava comunicar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Tuma, V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto de decreto legislativo que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jayme Campos.

É lido o seguinte:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 290, DE 2008**

Escolhe o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhido o Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 73, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, e do art. 105, inciso II, da Lei nº 8.433, de 1992, em decorrência da aposentadoria do Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 14 de novembro de 2008, página 1.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

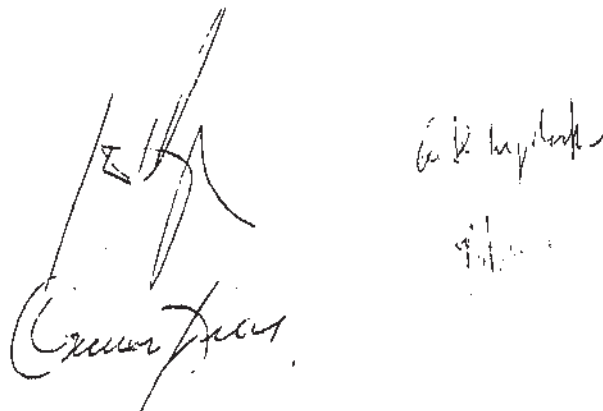
O **Diário Oficial da União** do último dia 14 de novembro publicou o ato de aposentadoria do Ministro Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União, que já honrou esta Casa como um de seus membros e que foi por ela indicado para aquela Corte abrindo-se, assim, vaga que deve ser preenchida por escolha do Senado Federal, na forma do que prevê a Constituição Federal, nos arts. 73, § 2º, inciso II, e 49, inciso XIII, a Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU) –, e o Decreto Legislativo nº 6, de 1993.

Utilizando-se, pois, dessa prerrogativa, e dentro do prazo de cinco dias de que trata o art. 2º, § 1º do mencionado Decreto Legislativo nº 6, de 1993, as lideranças no Senado Federal apresentam este Projeto de Decreto Legislativo, a ser submetido à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos, indicando o nome do Senhor José Jorge de Vasconcelos Lima, que, até a última legislatura, foi um dos mais ilustres membros do Senado Federal, para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União na vaga decorrente da aposentadoria do nobre Ministro Guilherme Gracindo Soares Palmeira.

O **Curriculum Vitae** do indicado, que instrui esta proposição, demonstra que sua formação acadêmica e experiência profissional atendem, de sobejo, às exigências constitucionais para o exercício desse elevado cargo.

Temos a absoluta certeza de que a presença de Sua Excelência na Corte de Contas significará a continuidade de uma vida inteira dedicada ao serviço público, com a competência, a dedicação, o desprendimento e a honradez que sempre caracterizaram o trabalho do Senador José Jorge.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008.



CURRICULUM VITAE

José Jorge de Vasconcelos Lima

PROFISSÃO: Engenheiro Mecânico, Economista e Professor universitário.

NASCIMENTO: 18 de novembro de 1944, Recife – PE.

FILIAÇÃO: Jorge Pedro de Lima e Maria José de Vasconcelos Lima.

NOME DO CÔNJUGE: Maria do Socorro Guimarães de Vasconcelos Lima.

NOME DAS FILHAS: Adriana Bacelar Vasconcelos Lima e Isabel Bacelar Vasconcelos Lima Apel.

ESTUDOS E GRAUS UNIVERSITÁRIOS

Curso de Engenharia Mecânica pela Universidade Federal de Pernambuco, 1967.

Curso de Economia pela Universidade Católica de Pernambuco, 1968.

Mestrado em Ciências, com especialização em Pesquisa Operacional, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – COOPE, 1971.

Pós-Graduação em Estatística pela Universidade de Madri, Espanha, 1972.

PRINCIPAIS FUNÇÕES DA VIDA ACADÊMICA E UNIVERSITÁRIA

Professor da Faculdade de Economia da Universidade Católica de Pernambuco.

Professor Assistente do Departamento de Estatística e Informática da Universidade Federal de Pernambuco.

Professor da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Pernambuco.

PRINCIPAIS FUNÇÕES DA VIDA PÚBLICA

PODER EXECUTIVO ESTADUAL

Secretário de Estado de Educação e Cultura de Pernambuco, 1975/1979.

Secretário de Estado de Habitação de Pernambuco, 1979/1982.

Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esportes de Pernambuco, 1991/1993, período no qual exerceu a Presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED.

Diretor-Presidente da Companhia Energética de Brasília, a partir de fevereiro de 2007.

PODER EXECUTIVO FEDERAL

Ministro de Estado de Minas e Energia, 2001/2002.

Presidente dos Conselhos de Administração das empresas Petrobrás, Petrobrás Distribuidora e Eletrobrás, 2001/2002.

PRINCIPAIS FUNÇÕES DA VIDA POLÍTICA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, 1983/1986.

Deputado Federal Constituinte pelo Estado de Pernambuco, 1987/1990.

Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, 1991/1994 - participou do Congresso Revisor.

Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, 1995/1998.

Principais funções exercidas nos dezesseis anos de mandato eletivo na Câmara dos Deputados

Comissão do Interior, suplente, 1983/1987.

Comissão de Economia, Indústria e Comércio, titular em 1983/1987 e suplente nos anos de 1989/1990 e 1993/1994.

Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, titular, 1985/1986.

CPI da corrupção na Sunamam e no IAA, suplente, 1985.

CPI da Concessão do Controle Acionário da NEC do Brasil e do envolvimento do Ministério das Comunicações e da Telebrás, Presidente, 1990.

Comissão Especial do Programa de Estabilização do Governo, titular, 1993.

Comissão Especial sobre o Projeto de Lei nº 3.981/93, produtos que contenham asbesto/amianto, titular, 1993.

Subcomissão do Poder Legislativo da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo na Assembléia Nacional Constituinte, Relator, 1987.

Subcomissão de Ciência e Tecnologia e da Comunicação, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, suplente, 1987.

Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte, titular, 1987/1988.

CPI Mista sobre o Programa Autônomo de Energia Nuclear, Vice-Presidente, 1989/1990.

Comissão Mista de Orçamento, titular, 1990.

Coordenador da Bancada Federal do Partido da Frente Liberal - PFL nos anos de 1994/1995 e 1995/1996.

Vice-Presidente Nacional do Partido da Frente Liberal - PFL, 1995/1996.

Relator da Emenda Constitucional nº 14, de 1996, que entre outras coisas, criou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF.

Relator do Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1986, proposta que resultou na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atual LDB.

Coordenador do Grupo Parlamentar Brasil/Unesco, 1997.

Relator do Projeto de Lei da Universidade sobre a Gratificação de Estímulo à Docência, 1997.

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, 1997.

SENADO FEDERAL

No pleito de 1998 elegeu-se Senador da República pelo Estado de Pernambuco para o período de 1999/2007, com 1.460.759 votos (57,77% dos votos válidos).

Principais funções exercidas no Senado Federal desde 1999

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, titular.

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, titular. Presidiu a Comissão entre 2003 e 2005.

Comissão de Educação, titular.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, titular.

Comissão de Assuntos Econômicos, suplente.

Comissão de Assuntos Sociais, suplente.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, suplente.

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, suplente.

Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Suplente.

CPI do Banestado, titular.

CPI Mista dos Correios, suplente.

CPI Mista do Mensalão, titular.

CPI dos Bingos, titular.

Relator da Reforma do Judiciário – PEC nº 29, de 2000, que resultou na Emenda Constitucional nº 45 de 2005.

Relator da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional para a regulamentação da Reforma do Poder Judiciário e promoção da Reforma Processual.

Relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da PEC do Fundeb, 2006.

GRUPO BRASILEIRO DA UNIÃO INTERPARLAMENTAR

Presidente, 1999/2000.

Vice-Presidente, 2001/2002.

Membro do Comitê Executivo Internacional da União Interparlamentar, 2003/2006.

PRINCIPAIS FUNÇÕES DA VIDA ADMINISTRATIVA

Participante do Instituto de Pesquisa Econômica da UFPB, da OEA, do CIENES, da SUDEPE, da Secretaria de Educação de Pernambuco e do PROENGE.

Titular do grupo de trabalho de reestruturação do sistema estadual de elaboração estatística, 1968.

Titular do grupo de trabalho de implantação do sistema de controle do ICM, 1969.

Titular do grupo de trabalho de estudos da viabilidade da implantação de um CPD na administração estadual de Pernambuco, 1969.

Titular da equipe de trabalhos da implantação do CETEP, Pernambuco, 1971.

Coordenador da equipe de elaboração do Programa de Ação Coordenada do Governo de Pernambuco, Recife, 1971.

Participante no desenvolvimento de modelos para empresas de saneamento – ACQUA-PLAN, Recife, 1972 e 1973.

Técnico da CETEPE e do CONDEPE.

PRINCIPAIS CONDECORAÇÕES RECEBIDAS

Medalha Pernambucana de Mérito.

Medalha do Mérito dos Guararapes.

Cidadão Honorário dos seguintes municípios de Pernambuco: Afogados da Ingazeira, Águas Belas, Arcoverde, Brejo da Madre de Deus, Cabrobó, Capoeiras, Carpina, Correntes, Limoeiro, Maraial, Parnamirim, Ribeirão, Rio Formoso, Sanharó, São Vicente Férrer, Tabira, Tracunhaém e Venturosa.

Medalha do Mérito Educacional Paulo Freire, conferida pelo Conselho Estadual de Educação de Pernambuco, 1997.

Medalha Pablo Picasso, conferida pela Unesco, 1998.

Medalha Comemorativa dos 100 anos de Gilberto Freyre, 2000.

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário Militar, conferida pelo Superior Tribunal Militar - STM, no grau de Alta Distinção, 2003.

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, conferida pelo Tribunal Superior do Trabalho – TST, no grau de Grande Oficial, 2003.

Medalha da Ordem do Mérito Militar, conferida pelo Exército Brasileiro, no grau de Grande Oficial, 2004.

PRINCIPAIS TRABALHOS PUBLICADOS

Títulos diversos

Construindo, 1984.

Política Nacional de Informática.

Centralismo.

Homenagem ao Senador Nilo Coelho.

Conciliação Nacional.

Política Nacional de Habitação.

Construindo – 1986.

Novos Rumos da Educação.

Nordeste – Uma nova visão.

Relatório e Anteprojeto da Subcomissão do Poder Legislativo da Assembléia Nacional Constituinte.

Educação – Uma Opção de Trabalho.

Educação em Primeiro Lugar.

Coleção Educação, Ciência e Tecnologia

FUNDEF – Primeiro Ano de Funcionamento.

Educação Infantil.

2000 – Ano Internacional por uma Cultura de Paz.

Energia Eólica.

Ensino Médio.

Educação Profissional.

Plano Nacional de Educação.

Lei de Informática (Lei nº 10.176/2001) e Fundo de Estímulo à Interação Universidade-Empresa (Lei nº 10.168/2000).

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Estatuto do Torcedor.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Atualização.

Coleção Pernambuco – Novos Rumos

Mananciais do Subsolo de Pernambuco – uma proposta para o abastecimento humano no sertão.

Pernambuco – Reestruturação Econômica da Zona da Mata.

Homenagens: Dom Hélder Câmara, Joaquim Nabuco, João Cabral de Melo Neto e Vicente do Rego Monteiro.

Pernambuco – A Questão dos Precatórios.

Pernambuco no Orçamento Federal de 2000.

SUAPE: A Retomada do Desenvolvimento.

Homenagens: Gilberto Freyre, Teatro Santa Isabel e José Ermírio de Moraes.

Pernambuco no Orçamento Federal de 2001.

Pernambuco: A Indiferença de Lula.

Homenagens: Celso Furtado, Capiba e Dom Mariano.

Pernambuco no Orçamento Federal de 2005.

Coleção Energia

Crise energética – vencendo um desafio.

Redução do consumo – conscientizar para o futuro.

Aumento da oferta – programas estratégicos.

Mineração – um caminho para o Brasil.

Petróleo – a caminho da consolidação.

Agências Reguladoras – em defesa da autonomia.

Oferta de Energia – cenário para os próximos anos.

Energia no Nordeste – uma visão para o futuro.

Novo Modelo do Setor Elétrico – uma avaliação crítica.

Regulamentação de Alto Risco.



(À Comissão de Assuntos Econômicos.)

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Sr. Presidente, quero saber se se trata de indicação de partido ou não.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Indicação do TCU, pelos Senadores José Agripino, Osmar Dias, Arthur Virgílio e José Nery; é pela liderança de vários partidos.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Foi indicação.

Cumprimento a Mesa pela rapidez da leitura.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Já vai para a comissão, Senador Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O projeto será publicado e remetido à Comissão de Assuntos Econômicos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jayme Campos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 449, DE 2008

Prorroga até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 8.989, de 1995, concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) aos automóveis de passageiros de fabricação nacional, movidos a combustíveis de origem renovável, quando adquiridos por taxistas ou cooperativas de trabalho que sejam permissionárias ou concessionárias de transporte público de passageiros, na categoria de aluguel.

A isenção proporciona aos taxistas a chance de comprar veículo novo em condições compatíveis com o seu nível de renda, e estimula a renovação e modernização da frota de táxis, o que beneficia, também, os passageiros, que ganham em conforto e segurança.

Ademais, a norma isenta do IPI os automóveis adquiridos por pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, diretamente ou por intermédio de seu representante legal.

Assim, o alcance social da norma é indiscutível. Contudo, sua vigência encerra-se em 31 de dezembro de 2009, a teor do art. 69 da Lei nº 11.196, de 2005, e não podemos, nesse momento, extinguir benefício fiscal tão relevante. Diante disso, apresentamos este singelo, mas importante, projeto de lei, prorrogando até 31 de dezembro de 2014 a vigência da Lei nº 8.989, de 1995.

No que se refere à renúncia fiscal ocasionada pela presente proposição, está estimada em R\$ 142.104.511,00 para o exercício financeiro de 2010 e para cada um dos dois seguintes, e não afetará as metas de resultados fiscais. Tomamos por base as estimativas feitas pela própria Secretaria da Receita Federal do Brasil, apresentadas no relatório “Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária (Gastos Tributários) 2008”.

Assim, visando à continuidade do benefício fiscal vigente até o final de 2014, propomos este projeto de lei, esperando a sua acolhida e aprovação por parte de nossos nobres Pares nesta Casa.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Francisco Dornelles**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.989, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1995

Dispõe sobre a Isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física, e dá outras providências. (Redação dada pela Lei nº 10.754, de 31.10.2003)

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, vigorando até 31 de dezembro de 1995. (Prorrogação de vigência – Lei nº 9.144, de 1995) (Prorrogação de vigência – Lei nº 93.17, de 1993) (Prorrogação de vigência – Lei nº 10.182, de 2001) (Prorrogação de vigência – Lei nº 10.690, de 2003) (Prorrogação de vigência – Lei nº 11.196, de 2005)

LEI Nº 11.196, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2005

Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº

288, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502, de 30 de novembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.245, de 18 de outubro de 1991, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 9.317, de 5 de dezembro de 1996, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.336, de 19 de dezembro de 2001, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 11.128, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001; revoga a Lei nº 8.661, de 2 de junho de 1993, e dispositivos das Leis nºs 8.668, de 25 de junho de 1993, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.755, de 3 de novembro de 2003, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

CAPÍTULO X

Do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI

Art. 69. Fica prorrogada até 31 de dezembro de 2009 a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

Parágrafo único. O art. 2º e o caput do art. 6º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI de que trata o art. 1º desta Lei somente poderá ser utilizada uma vez, salvo se o veículo tiver sido adquirido há mais de 2 (dois) anos.” (NR)

“Art. 6º A alienação do veículo adquirido nos termos desta Lei e da Lei nº 8.199, de 28 de junho de 1991, e da Lei nº 8.843, de 10 de janeiro de 1994, antes de 2

(dois) anos contados da data da sua aquisição, a pessoa que não satisfaça às condições e aos requisitos estabelecidos nos referidos diplomas legais acarretará o pagamento pelo alienante do tributo dispensado, atualizado na forma da legislação tributária.

.....(NR)”
.....

(Às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 450, DE 2008

Estabelece o direito do portador da doença de hepatopatia grave de aposentar-se integralmente por invalidez.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O portador da doença de hepatopatia grave, comprovado em laudo de perícia médica especializada, tem o direito à aposentadoria integral por invalidez.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Romeu Tuma**, PDT-SP.

Justificação

O §1º, do art. 186, da Lei nº 8.112, de 11-12-1990, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único, RJU, dos servidores públicos civis da União, descreve, exaustivamente, as doenças graves, contagiosas ou incuráveis que levam, obrigatoriamente, à aposentadoria por invalidez, no entanto, no referido dispositivo legal não consta a doença hepatopatia grave.

Nessa situação, o Servidor Público Civil, portador de hepatopatia grave, não tem o direito de aposentar-se integralmente por invalidez, porém tal situação não acontece no Regime Geral de Previdência, onde a legislação prevê que a hepatopatia grave é uma das doenças passíveis de aposentadoria integral por invalidez.

A medicina brasileira muito evoluiu permitindo hoje transplantes do coração, rins, pulmão e outros órgãos do corpo humano. No entanto, o transplante de fígado é um dos mais complicados e o índice de sobrevivência do transplantado é muito pequeno.

No mesmo diapasão, houve uma grande evolução no tratamento das doenças especificadas no 1º do artigo 186, da Lei nº 8.112, de 1990. Em relação ao tratamento na hepatopatia grave não houve uma evolução tão significativa.

O mesmo pensamento pode ser aplicado em relação ao transplante de fígado.

O transplante de fígado exige que se encontre rapidamente um doador compatível, em poucas horas, assim como a aceitação dos riscos envolvidos na realização de uma cirurgia de grande porte, do uso de potentes medicamentos imunossupressores, da possível rejeição do transplante e enfrentamento de complicações graves ou inclusive a morte.

Nesse sentido, Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional, com fulcro no princípio da isonomia, para tratar com os mesmos direitos os trabalhadores, tanto da administração pública quanto da iniciativa privada, a presente proposição tem o objetivo suprir uma ausência inaceitável na legislação nacional para fins de concessão de aposentadoria integral por invalidez.

Razões pelas quais, submeto a apreciação de meus ilustres e eminentes do Congresso Nacional a presente proposição, requerendo a aprovação deste projeto de lei.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Passo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos, para uma comunicação inadiável, e, a seguir, ao Senador Valter Pereira, pela ordem de inscrição.

Com a palavra, o Senador Jarbas Vasconcelos.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (PMDB – PE. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, encaminhei, no último dia 12, ao Senador Marco Maciel, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ofício em que solicitei a redistribuição da PEC nº 20, de 2008, que dispõe sobre a recomposição das Câmaras Municipais, mais conhecida como “PEC dos Vereadores”, para a qual S. Ex^a havia-me designado relator no dia 4 de junho do corrente.

Para dar conhecimento à Casa das razões que me levaram a tomar esta decisão e tendo em vista o grande número de pessoas que me procuram para tratar do assunto, passo a ler parte do teor do referido ofício:

De autoria do Deputado Pompeo de Mattos, a matéria foi protocolada na Câmara dos Deputados no dia 16 de novembro de 2004 – estando, portanto, completando o seu quarto aniversário.

Ao chegar ao Senado Federal, no último dia 03 de junho, a PEC encontrou o calendário

para o pleito municipal do corrente ano já em curso, com o prazo para as convenções partidárias iniciado. Ainda assim, os senhores deputados incluíram dispositivo (art. 3º da proposta) que previa, explicitamente, sua aplicabilidade às eleições municipais de 05 de outubro, uma manobra oportunista que impunha ao Senado o inexeqüível, ou seja, aprovar, em dois turnos, uma Proposta de Emenda Constitucional no prazo de duas semanas.

Apesar disso, por minha iniciativa, o assunto foi levado à reunião de Líderes desta Casa na segunda semana de junho, não havendo consenso quanto à inclusão da matéria na Ordem do Dia, pois, de minha parte, estava disposto a oferecer o relatório, mesmo correndo o risco inerente a analisar matéria tão controversa em prazo tão exíguo.

Após iniciado o período eleitoral, já não havia possibilidade de votar a matéria nem mesmo no âmbito desta Comissão, tendo em vista a evidente falta de quórum. Nas últimas semanas, voltei a procurar as Lideranças da Casa com o objetivo de identificar a disposição para a continuidade da tramitação da PEC e, mais uma vez, constatee a falta de consenso tanto em relação ao mérito quanto ao prazo.

Ao analisar o mérito da Proposição, constatee que a melhor maneira de encontrar uma solução definitiva para o assunto que contasse com o mínimo de consenso das duas Casas do Congresso Nacional seria incluí-la como parte integrante da Reforma Política. Lembro, por oportuno, que o próprio Executivo tem revelado interesse na aprovação da mesma, sensibilizado com o anseio de toda a sociedade no sentido de regular a atividade político-eleitoral-partidária em nosso País. Entendo que só na discussão de uma reforma ampla encontraremos uma solução para este impasse.

Finalmente, considerando os argumentos acima expostos e a possibilidade presente de que vários dispositivos da PEC, notadamente aquele que diz respeito a sua vigência, poderiam suscitar as mais diversas contestações junto ao Supremo Tribunal Federal, caso o texto aprovado pela Câmara dos Deputados passasse a vigor, entendo que, neste momento, não me sinto em condições de analisar individualmente o mérito da proposição. Posto isto, solicito a V. Ex^a a redistribuição da PEC 20/2008 [conhecida como a PEC dos Vereadores] e a conseqüente designação de um novo relator.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Jarbas Vasconcelos.

Agora, pela ordem de inscrição, tem a palavra o Senador Valter Pereira.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senado tem sido duramente criticado em razão de ter aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 58, de 2003. De autoria do Senador Paulo Paim, o projeto busca atualizar aposentadorias e pensões aos segurados da Previdência Social.

Vozes das mais influentes se levantaram para chamar Senadores de levianos e o autor de irresponsável. É exatamente essa heresia que precisa ser repelida e já o foi, de forma bastante eloquente, por intermédio da vigília cívica realizada anteontem e que, indiscutivelmente, sensibilizou toda a Nação.

E essa heresia precisa ser repelida, Sr. Presidente, com um debate mais leal, com um debate mais franco sobre o assunto.

Para começar, é preciso reconhecer que aposentados e pensionistas não são meros assistidos do Governo: são segurados de um sistema previdenciário. Seus benefícios foram conquistados duramente mediante contribuições recolhidas mensalmente aos cofres da Previdência Social durante longos e longos anos.

São trabalhadores que se submeteram a determinadas obrigações contratuais, porque a relação entre a Previdência e o trabalhador, na verdade, é regida por um contrato. E o fizeram para receber na inatividade o benefício correspondente à contrapartida.

Será que a União vem cumprindo a sua parte nesse seguro previdenciário, nesse contrato celebrado entre trabalhador e a Previdência? Será que o seu cliente – o aposentado e o pensionista – está sendo tratado com igualdade e respeito?

Eis a dúvida que constitui o fundamento dessa discussão.

O abismo que se está abrindo na evolução dos ganhos de quem está na ativa e do inativo é sintomática. Até entre os próprios inativos o tratamento tem sido desigual, Sr. Presidente.

Para demonstrar, invoco o estudo realizado pela Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados. É um estudo deficiente, mas permite mostrar as distorções. Valho-me também de algumas informações do *Blog* do Josias, de anteontem. O comentário do bloguista distingue dois universos de inativos. Um deles é composto por 16 milhões de criaturas, e o outro, por 8 milhões. O agrupamento maior de aposentados e pensionistas recebeu, de fato, reajustes de 115% acima da inflação. Já o outro grupo, com 8 milhões de inativos, sofreu perdas da ordem de 49%, ou seja, uma

defasagem correspondente a praticamente a metade daquilo que teria recebido se na ativa estivesse.

A prova do que estou falando está aqui, em minhas mãos.

São dois holerites diferentes, Sr. Presidente. O primeiro deles mostra que, em março de 1990, o trabalhador, ao se aposentar, recebia 3,95 salários mínimos; e o outro holerite, o atualizado, mostra que ele passou a receber o correspondente a 1,95. Isto aqui não é discurso, Senador Paim, isto aqui é holerite que me fora mandado por *e-mail* pelo trabalhador, pelo aposentado.

O outro caso concreto, que também está aqui, tem o primeiro pagamento, de 1991, de um contribuinte que recebia 5,59 salários mínimos; atualmente, o seu ganho não passa de 2,89 salários mínimos. Esta é a dura realidade, que está num documento.

Honra-me, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valter Pereira, eu quero cumprimentar V. Ex^a por trazer o tema ao plenário do Senado mais uma vez. Esse tema não vai morrer. Nós vamos, dentro do possível, fazer com que esse debate aconteça, até que a gente vote a matéria e resolva essa questão. V. Ex^a tem toda a razão: até pouco tempo atrás, dos 26 milhões de aposentados e pensionistas, os que ganhavam o salário mínimo não chegavam a um terço; hoje, já são dois terços, porque eles não ganham o mesmo reajuste concedido ao salário mínimo. Assim, em mais dez anos, em média, todos os 26 milhões vão ganhar somente um salário mínimo. A pergunta que ficaria para quem está na ativa: vale a pena pagar sobre 8, 9, 10, 5 ou 6, se vai acabar ganhando um? Os projetos, que o Senado aprovou e que estão na Câmara, resolvem essa questão. Eles garantem a equiparação pelo mesmo percentual dado ao mínimo e acabam com o Fator Previdenciário. Permita-me apresentar a V. Ex^a – sei que o Presidente vai ser tolerante nesta quinta-feira – somente três dados. Em 2004, R\$24,9 bilhões, via DRU, saíram da Seguridade Social – dinheiro que é arrecadado para a saúde, para a assistência e a Previdência; em 2005, R\$32 bilhões; em 2006, R\$35,2 bilhões; em 2007, R\$38,7 bilhões foram tirados da Seguridade Social. Agora, em quatro anos, a soma total de R\$198,7 bilhões saiu da Seguridade Social. Então, não tem esse discurso enganoso de que a Seguridade Social está falida. Ela não está falida! E temos obrigação de fazer justiça com uma política de recomposição pela integralidade dos benefícios dos aposentados. V. Ex^a, com esses dois holerites aí, não deixou nenhuma dúvida nesse sentido.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Senador Paim, tenho aqui, em mãos, também a Proposta de Emenda Constitucional nº 24, de autoria de V. Exª.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E V. Exª foi o Relator.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Fui o Relator.

E o que é que V. Exª pede nessa proposta? V. Exª pede a vedação, a proibição de qualquer contingenciamento de dotações do Orçamento da Seguridade Social.

Então, o que V. Exª está fazendo? V. Exª está fazendo um cerco. Por quê? Porque, na verdade, quando se elabora o Orçamento, faz-se a dotação. Depois, o Governo, para compor as suas contas, de maneira geral, e melhorar o seu superávit, o que faz? Ele contingencia, ou seja, proíbe de se usar.

E o que V. Exª está propondo com essa PEC? V. Exª está querendo que o dinheiro que é do seguro seja respeitado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E está no Orçamento.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Está no Orçamento, e tem que ser cumprido o Orçamento que o próprio Governo faz e que depois ele contingencia.

Então, o cerco que V. Exª está fazendo é um cerco que tem toda razão de ser.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Exª me permite um aparte, nobre Senador Valter Pereira?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honrarme, Senador Flexa.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senador Valter Pereira, V. Exª faz um pronunciamento da maior importância, porque alguns segmentos dizem que os Senadores são irresponsáveis ao aprovarem os projetos do Senador Paulo Paim, que trazem justiça àqueles que dedicaram suas vidas ao desenvolvimento do nosso País: os aposentados e pensionistas. É claro e transparente, o Senador Paulo Paim tem dito e V. Exª está fazendo referência a isso, que a Seguridade Social é superavitária, que a Previdência é superavitária, que se retiram recursos da Seguridade Social...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Como foi feito inclusive hoje.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – ...para outros Ministérios. Ainda hoje, na sessão do Congresso que antecedeu esta sessão extraordinária do Senado, vários projetos... Vamos citar um aqui, o PLN nº 42: “Abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Educação, da Cultura e do Esporte [...]”. Sabe quanto tiraram da Seguridade Social

para esses Ministérios? Tiraram R\$578.962.471,00. Aí não há arrecadação...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não funciona. Não há recursos para... Só que não é de pagamento de benefício. Essa é a realidade.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não. Eu vou ler aqui.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Está sendo canalizado para outras áreas.

Eu peço a V. Exª até para não fazer a leitura, senão vai cortar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Não lerei por inteiro, quero apenas mostrar aos brasileiros que nós não somos contra colocar recursos no Ministério da Educação, no Ministério da Cultura, no Ministério dos Esportes. O problema é a fonte. Deveriam cortar os gastos do Governo, os gastos supérfluos do Governo, e adicionar verbas nesses Ministérios, que são da maior importância. Mas não fazem isso. O Governo continua gastando como se estivesse no melhor dos mundos e corta da Previdência. Sabe quanto foi para o Ministério da Educação? Foram R\$434 milhões. Sabe para quê? “[...] destinados ao pagamento da contribuição à Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI, à expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica, ao apoio à residência multifuncional [...]”.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Flexa...

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – “[...] à complementação para o funcionamento dos hospitais de ensino federais [...]” e à implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia”.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – O que V. Exª está preconizando é o seguinte: os recursos da Seguridade Social, aqueles que se canalizaram especialmente para benefícios, têm que ser respeitados. É isso o que V. Exª está preconizando, e é isso o que todos nós queremos.

Ao analisar essa defasagem, Sr. Presidente, não se pode perder de vista um outro fato importante: quando eram meros contribuintes, o recolhimento que esses aposentados faziam baseava-se nos salários que ganhavam àquela época. Então, o pagamento, o contrato que deveria ser respeitado era aquele. Não se justifica,...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...portanto, que aquele que pagava sobre uma âncora maior, de repente passe a receber um benefício a menor.

Quanto aos reajustes daquele batalhão de 16 milhões de aposentados e pensionistas a que me referi, também cabe uma palavra, Sr. Presidente: realmente, eles tiveram ganhos reais bem pronunciados.

E qual é o fundamento desse aparente privilégio? Será que houve, realmente, privilégio para esses 16 milhões? Quem imagina que houve esse privilégio está redondamente enganado. Os aumentos concedidos ao maior agrupamento decorreram, única e exclusivamente, de um mandamento constitucional, Sr. Presidente. A Carta Magna, no seu § 2º do art. 201, proíbe o pagamento de qualquer benefício abaixo do salário mínimo. É só por isso que eles tiveram esse ganho real de 115%.

Esses 16 milhões foram contemplados porque seus proventos estavam caindo abaixo desse piso. O que houve, nesse caso, foram disparos do gatilho constitucional, criado para impedir que o benefício de menor valor desabasse até se acabar, como foi exemplificado aqui pelo Senador Paulo Paim, daquela segunda categoria, cuja defasagem vai chegar até o piso. E, se ele se descuidar, se ele não morrer antes, pode até desaparecer.

Vale dizer, Sr. Presidente, que, se essa regra não estivesse inscrita na Constituição de 1988, esses 16 milhões de inativos estariam recebendo, provavelmente, a metade de um salário mínimo – e ainda tem gente falando que a Constituição é muito detalhista e que não deveriam constar os direitos trabalhistas no seu texto!

A propósito, li, ontem, no jornal *O Globo*, que o Ministro Tarso Genro fez uma crítica desse tipo. Eis a notícia reproduzida pelo jornalista...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...Ilmar Franco. Eis o título da notícia, Senador Paim: “Foi um erro incluir direitos trabalhistas na Carta”.

Estranho! Seu conterrâneo, petista da velha guarda, e olha o que ele disse: “Ele afirmou que foi um equívoco dos Constituintes de 1988 terem ‘constitucionalizado os direitos trabalhistas’”.

Honra-me, Senador!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valter Pereira, cumprimento V. Exª. Quero dizer que fui Constituinte e, se fosse hoje, eu faria tudo de novo. Não só eu, mas tenho certeza de que todos os Constituintes iam colocar lá.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu também o teria feito!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Exª foi um dos que nos ajudaram muito, por ser advogado, conhecedor dessa causa. V. Exª foi feliz na argumentação de que, se não tivéssemos colocado lá, com certeza a maioria dos direitos dos trabalhadores teria terminado. Por isso, lamento! Até vou conversar com o Ministro Tarso para saber se realmente ele deu essa declaração. Só fico preocupado porque a gente sempre acaba botando a culpa na imprensa.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Está lá na coluna do Ilmar Franco.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O qual respeito muito.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Na minha avaliação, são os sinais dos tempos!

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Eu o conheço, inclusive ele cobriu a própria Assembléia Nacional Constituinte. Por isso, lamento essa declaração e quero torcer para que isso tenha sido um equívoco, porque não aceito! Se retirarem o direito dos trabalhadores da Constituição, eles sumirão. Quero dizer a V. Exª que só fui candidato ao Senado porque encaminharam um projeto de lei para a Câmara – lá passou e veio para o Senado – no sentido de que não ia mais valer o que estava na Constituição, em uma emenda constitucional, e, sim, a negociação entre as partes. No dia, depois de um entreviro – um entreviro mesmo – na Câmara, pensei: vou atrás desse projeto no Senado. Graças a Deus, o Senado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ...é uma Casa avançada, e não conservadora, como alguns dizem.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Valter, quero dizer a V. Exª, como disse o Senador Paim, que fui Constituinte e acho que a inclusão dos direitos trabalhistas na Constituição foi um passo muito acertado que a Constituinte deu. Não fora isso, talvez os trabalhadores estivessem vivendo à mercê de flutuações e de situações ocasionais do mercado. Então, entendo que, realmente, se podemos melhorar, ou flexibilizar, ou atualizar a CLT, isso é uma coisa, mas fico muito surpreso pelo fato de o Ministro da Justiça estar dando pitaco até nisso, porque parece, realmente, que ele não está tendo foco para se portar como Ministro da Justiça, porque veja a confusão...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – E a declaração, segundo o articulista, o que é mais grave, ele a fez de público, na frente de grandes expressões políticas, inclusive do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que teria ficado perplexo ao ouvir a declaração dele,...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...com a qual, certamente, ele está revelando os sinais dos tempos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Exatamente, Senador Valter. Acho até que o Ministro Tarso Genro está querendo se consolidar na ultraesquerda do PT, já que saiu o PSTU, o PSOL e o PCO. Ele está querendo se consolidar nessa área, porque as declarações dele, ultimamente, têm sido extremamente infelizes, inclusive...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Nesse caso, não para a Esquerda, mas para a Direita.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Sim, mas não entendo se isso está agradando a Direita ou a Esquerda, porque acho que está fora de foco. Na verdade, quando ele faz um monte de declarações, uma atrás da outra, inclusive, até deixando transparecer, de maneira muito clara, que a Polícia Federal é uma Polícia que ele comanda, e não o Ministério da Justiça – a Polícia Federal não é uma Polícia de Estado –, e, como está havendo essa confusão entre Polícia Federal e Abin, fico muito triste, principalmente com essa declaração a respeito da CLT.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Agradeço os apertes de V. Ex^{as}. Mas eu quero dizer, Senador Paim, que estou aqui, nesta tribuna, para falar da minha solidariedade a V. Ex^a, porque V. Ex^a está sendo coerente. Se alguns áulicos do seu Partido renunciam à própria identidade, V. Ex^a não o faz. V. Ex^a está aqui preservando a identidade do seu Partido e sua identidade pessoal, porque, desde o início, na Constituinte, V. Ex^a já hasteava essa bandeira e a mantém firme. Portanto, estamos aqui para dar toda solidariedade a V. Ex^a.

A norma jurídica que V. Ex^a propõe procura exatamente resgatar, além da justiça, um outro preceito social, um outro preceito constitucional, que é o princípio da isonomia. Não se pode tratar de forma diferente trabalhadores da ativa e da inatividade. Isso fere o princípio da isonomia.

Da mesma forma, não se pode distinguir inativos em razão do ganho de cada um. E V. Ex^a ouviu aqui, na minha exposição, que há um grupo que teve ganhos reais de 115%, e é justo que isso aconteça. Só que esses ganhos reais decorreram de mandamento constitucional. Não fora a Constituição para lhes proteger, talvez estivessem ganhando aí a metade de um salário mínimo.

Portanto, é na norma jurídica, sim, que V. Ex^a tem de socorrer os seus liderados; que V. Ex^a e todos nós temos de socorrer a classe trabalhadora brasileira.

O que se busca, Sr. Presidente, não é nenhum privilégio a quem quer que seja, mas, sim, o cumpri-

mento do contrato, a igualdade, a justiça social. E o Presidente Lula, indiscutivelmente, tem um grande, um fortíssimo compromisso com os aposentados e pensionistas deste País. Neste momento, o que falo não é no sentido de criticar o Governo, mas de alertar o Presidente, que precisa enxergar claramente. Aqui, se alguém se arvorar e falar que foram dados 115% de ganhos reais para a maioria dos aposentados e pensionistas, não é verdadeira a afirmação, porque o ganho real não foi dado pelo Governo, foi dado pela Constituição, veio lá da Constituinte.

Portanto, Sr. Presidente, o que aconteceu, o que vem acontecendo atualmente é uma perda de quase 50% daqueles que dependiam, realmente, de uma decisão política, de uma decisão de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – Senador Valter Pereira,...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Por todas essas razões, quero dizer que o Congresso não pode, realmente, se furtar.

E, para encerrar, quero dizer que espero que ao invés de se continuar desferindo críticas duras, críticas ásperas, até com chacota ao Senado, especialmente ao Senador Paulo Paim, espero que o Presidente acorde e promova o entendimento para que o Senado e ele, o Presidente da República, promovam a justiça social.

Espalhados por este Brasil afora há mais de oito milhões de aposentados esperando uma decisão do Governo.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Já estou terminando, Sr. Presidente.

Pode até não ser a emenda do Senador Paulo Paim; pode até o Senador Paulo Paim ser chamado para um acordo que seja viável, que seja palatável, que atenda às possibilidades do Governo, mas que cumpra o princípio da isonomia. Que se aproxime, pelo menos, daquele tratamento que está se distinguindo a um determinado agrupamento de aposentados.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Valter, permite-me um aparte?

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Honrime, Senador Geraldo.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Senador Valter, no final da nossa vigília, de forma até emocionada, o Senador Paim afirmou que, pelo que ele conhecia do Presidente Lula – e ele afirmou que o conhece muito bem, pois, na época da Constituinte, ele chegou a morar no mesmo lugar que morava o então Presidente Lula, à época que Sua Excelência era

Deputado, portanto, uma camaradagem muito antiga; então, ele está autorizado a dizer que conhece bem o Presidente –, vejam o que o Senador Paim afirmou, emocionadamente: ele disse que não acredita que o Presidente Lula conclua o seu mandato sem resolver essa grave questão. Ou seja, com o peso nas costas de um Fator Previdenciário que o Governo dele herdou, e com a situação insustentável dos aposentados deste País, eu não digo que não acredito que o Presidente Lula conclua o seu Governo sem resolver essas duas questões. Mas afirmo a V. Ex^a que essa também é uma expectativa que eu tenho, até para conciliar o passado com o presente. No passado, o Presidente Lula afirmava que, quando fosse Presidente, os aposentados deste País...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – O Presidente Lula, no passado, afirmava, para quem quisesse ouvir, que, quando chegasse à Presidência da República, ele faria por onde os aposentados do Brasil tivessem a mesma condição de vida que os aposentados da Europa. Eu não digo que a gente chegue a tanto. Mas acho que o Presidente Lula deveria conciliar o passado com o presente. Por isso que propus, na nossa vigília também, um canal aberto com o Presidente da República, direto, sem intermediário, já que o Ministro da Previdência perdeu a legitimidade e credibilidade para continuar conversando conosco. Então, nada melhor que estabelecermos um canal direto com o Presidente da República, colher toda essa sensibilidade, que é própria dele, para que, ao final, possamos resolver. Estava em meu gabinete ouvindo o discurso de V. Ex^a, quando V. Ex^a lembrou...

(Interrupção do som.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – ...que ainda hoje surrupiaram da Previdência, da Seguridade Social, milhões e milhões de reais. Ainda hoje, aqui, na sessão do Congresso, transferiram da Seguridade Social para outra finalidade. Ou seja, a tese do Senador Paim é justíssima. Não queremos nem aporte de recursos além dos valores orçamentários da Seguridade Social. Queremos só que mantenham o Orçamento da Seguridade Social. Com isso, o Brasil será capaz de pagar as aposentadorias, resgatar aquilo que é devido aos aposentados, isto é, aquele que se aposentou com cinco, seis, sete salários mínimos resgate essa condição. Basta isso. Mas ficar dilapidando o Orçamento da Seguridade Social para cobrir essa ou aquela despesa, isso aí, perdoem-me, é um absurdo!

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/ PT – RR) – Senador Geraldo Mesquita, apenas para fazer um alerta ao Senador Valter, que já passou, e muito, do seu tempo, que já está além do reajuste dos aposentados. O tempo de S. Ex^a está acima ou quase de 200%.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Então, V. Ex^a está me devendo tempo, porque o Governo está devendo para os aposentados.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Concluo, Sr. Presidente. Essa prática, inclusive, autoriza-nos a dizer que é leviana, leviana a acusação que se faz ao Senador Paim, a Parlamentares responsáveis deste Parlamento. Leviana a acusação que se faz, de que estamos agindo com irresponsabilidade. Aqui não tem moleque, aqui não tem irresponsável! Aqui tem gente que tem compromisso com os aposentados e com este País! Portanto, aqueles que se dirigem ao Parlamento e a Parlamentares responsáveis que dobrem a língua e respeitem o Parlamento brasileiro. Nós temos consciência de que basta o Orçamento da Seguridade Social para garantir tudo aquilo pelo qual estamos aqui brigando. Portanto, Senador Valter, meu parabéns pela postura de V. Ex^a!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – É chegada a hora. Também afirmei, na nossa vigília, que arrombamos uma porta que não tem volta. Essa porta nos leva a uma estrada que não tem volta. Daqui para frente teremos de conquistar aquilo que os aposentados clamam e reclamam há anos neste País: um tratamento justo, em razão do contrato que eles firmaram com este País, e que está sendo rasgado e rompido. Meus parabéns por esse pronunciamento!

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita.

Para finalizar, Sr. Presidente, o apelo que faço, aliás, não se trata de fazer um apelo – o Senador Geraldo Mesquita deu o caminho –, acho que temos de convidar – e aqui formulo o convite – o Presidente da República para conversar com o Senado. Tenho certeza de que, dessa conversa, teremos uma resposta frutífera para os aposentados. Por quê? Não é privilégio nenhum, Sr. Presidente.

(Interrupção do som.)

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Acontece, Sr. Presidente, que quando o trabalhador chega à idade de se aposentar, quando chega a certa faixa

da vida, começa a enfrentar problemas, especialmente os de saúde. É o Mal de Parkinson, é o diabetes, que está infernizando a vida de tanta gente,...

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O plano de saúde.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...é o plano de saúde, que ninguém consegue suportar, é a hipertensão etc. Quantos velhinhos enfrentam esses problemas? E, ao irem às farmácias, os preços dos remédios sobem diariamente tornando-se inacessíveis. Às vezes, eles têm de comprar um medicamento que custa exatamente o valor de um mês de aposentadoria.

Por isso, o Presidente da República tem de se sensibilizar, com a convicção de que ele não está fazendo caridade; ele está, na verdade, cumprindo um contrato, que veio lá de trás, da época em que o aposentado estava na atividade e que recolhia sobre uma base muito maior, que era, no caso que especifiquei, sobre uma base de cinco salários mínimos. E, hoje, ele está ganhando, por mês, um salário mínimo. Aliás, desculpe-me, são dois salários mínimos e meio.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valter Pereira, antes de V. Ex^a terminar, quero render-lhe homenagem. Senador Geraldo Mesquita Júnior, nós tínhamos que fazer um movimento aqui para aprovar a PEC nº 24. O que é a PEC nº 24? O Senado já a aprovou na CCJ. Já está aqui no plenário. Ela diz somente o seguinte:

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Mexer com dinheiro da seguridade. Ou seja, não se pode confiscar por motivo nenhum.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não se pode levá-lo para suprir o déficit público.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Sabe quantos bilhões a mais teríamos, de imediato, para a seguridade? Só da DRU, ficariam R\$40 bilhões a mais. Olhe bem: então, saem os R\$40 bilhões da DRU e, assim mesmo, a cada ano, são destinados para outros fins em torno de R\$24 bilhões. Nós ganharíamos R\$64 bilhões, que já são recursos da seguridade, só que não podem ser retirados. Então, se aprovar a PEC de que V. Ex^a é o Relator, já aprovada na CCJ, acaba toda a discussão. Não há problema nenhum mais.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – De recursos.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – E melhora, inclusive, a saúde. Outro dado: melhora a saúde, melhora a assistência e melhora a Previdência.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Sr. Presidente, encerro, portanto, minha intervenção de hoje. Não poderia deixar de fazer essa intervenção.

Nesses últimos dias, sei que as críticas foram muito duras. De um lado, aplausos dos aposentados; mas, de outro lado, aqueles que acham que entendem muito de economia e que interpretam a questão do superávit primário como o deus da economia, o deus das contas públicas. Aqueles que estão presos somente nessa discussão, esses, sim, crucificaram o Senador Paim, crucificaram o Senado. E, neste momento, nós não poderíamos nos calar, adotar a posição de avestruz, porque, na verdade, essa luta tem de ser uma luta de todos nós – uma luta do Senado, uma luta da Câmara, uma luta da sociedade, uma luta de toda a Nação brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Senador Valter Pereira, muito obrigado.

Com a palavra, pela Liderança, o Senador Jayme Campos. Em seguida, o Senador José Nery, de acordo com a ordem de inscrição.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT. Pela Liderança do DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve, até porque o Senador Valter, com certeza, fez um discurso maravilhoso. Pretendo que a minha fala seja bem menor que a dele.

Nesses dias de reflexões sobre os destinos da sociedade moderna, com a imprescindível e necessária intervenção do Estado na frágil malha capitalista, fomos lançados às profundezas de nossas próprias consciências quando a mais sólida república ocidental elegeu, pela primeira vez, um presidente negro para dirigir a nação. Obviamente, não pela cor da pele do dignitário, mas pela longa trajetória da sociedade americana até purgar o racismo de suas entranhas.

Trata-se de um evento histórico, não simplesmente pela cristalização dos direitos civis norte-americanos, mas sim pela biografia do Presidente eleito. Egresso de uma minoria racial, filho de um casamento segregado e criado num estado insular como o Havaí, Barack Obama mostrou ao mundo que a força das convicções é mais poderosa que a crueza do preconceito.

Ainda ecoam em nossos corações, como um hino de liberdade, as palavras do pastor Martin Luther King que previam um tempo de igualdade. “Eu tenho um sonho de ver um homem julgado pelo seu caráter e não pela cor de sua pele”, anteviu o ativista. Pois bem, a eleição de Obama equivale à queda do Muro de Berlim na luta contra a segregação racial.

Digo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque além de comemarmos hoje o Dia Nacional da Consciência Negra, inclusive com um feriado em quinze capitais brasileiras, todos nós fomos surpreendidos nesta semana com a denúncia de um lamentável ato

de racismo cometido por tripulantes de uma companhia aérea internacional contra dois artistas brasileiros.

Conforme relatou o cantor Dudu Nobre, ele e sua esposa foram vítimas de insultos, comentários impróprios e até agressões verbais pelo simples fato de serem negros. Chamado de “macaco” e instado a defender a sua honra, o sambista se conteve, enquanto seu produtor musical foi ferido com golpes de objeto cortante pelo comissário de bordo enfurecido. Tais fatos devem ser apurados com rigor pela Polícia Federal por tratar-se de um crime vergonhoso, previsto em nosso Código Penal.

O racismo não é lícito e tampouco moral. Ele é uma nódoa que ainda insiste em manchar nossos ideais democráticos. Ele não é perceptível, mas resiste. Muito já se fez para combatê-lo, mas a luta contra a discriminação racial ainda está por ser vencida.

Caro Senador Paulo Paim, severo militante das causas da igualdade neste Senado, os próprios números do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apontam para mais essa mazela no caráter nacional. Senão vejamos: do total de habitantes do País, 13,4% dos que possuem curso superior são brancos, apenas 4% são negros.

Outro levantamento mostra que, dos 14 milhões de analfabetos da Nação, 9 milhões são negros ou pardos. Ou ainda, que o percentual de brancos entre estudantes de 18 a 24 anos no nível superior é de 58%, enquanto o de alunos negros ou pardos alcança apenas 25% dos indivíduos matriculados.

A realidade ainda é mais dura no mercado de trabalho. Segundo cálculos do IBGE, a diferença nos rendimentos médios percebidos por negros e pardos, em relação aos brancos, chega à casa dos 50%. Esta tendência também se constata nos grupos com escolaridade superior, onde o negro recebe até 40% menos por hora trabalhada.

Para se ter uma idéia desse quadro, Senador Paulo Paim, entre a faixa de renda dos 10% mais pobres da população brasileira, 74% são negros ou pardos, e apenas 12% são brancos.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, essencialmente, esses índices revelam que existe um enorme abismo social no País. E, lógico, pela própria evolução histórica da Nação, os negros ficaram relegados ao lado mais pobre de nossa estrutura econômica. Não pela incapacidade deles próprios, mas pela monumental concentração de riquezas do lado mais rico da comunidade.

Falta, portanto, governo e sociedade nacional construírem pontes estratégicas para que haja uma verdadeira integração racial em nosso País. Não apenas legal ou protocolar, mas uma verdadeira integra-

ção que signifique acesso à educação e a condições equivalentes no mercado de trabalho.

Concedo um aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jayme Campos, eu quero cumprimentar V. Ex^a, com muito carinho e respeito, pelo seu pronunciamento. Senador Jayme Campos, se fosse o Senador Paim, que é o único Senador negro aqui no Senado, na tribuna, quem está em casa ouvindo poderia pensar: “Ah, o Paim, com uma posição sempre tendenciosa para defender a situação da comunidade negra!” V. Ex^a, não. V. Ex^a, como um homem de bem, não faz diferença entre negros e brancos, mas traz a realidade dos fatos e faz um clamor, faz um pedido da tribuna do Senado para que a sociedade olhe com carinho, com respeito e de forma fraternal o que está acontecendo. V. Ex^a disse que temos de estabelecer pontes. Assim, quero aproveitar este momento em que V. Ex^a fala, para, mais uma vez, fazer um pedido à Câmara dos Deputados. O Senado aprovou o que chamo de uma ponte, pegando o discurso de V. Ex^a, que é o Estatuto da Igualdade Racial e Social, que consolida o conjunto das políticas afirmativas. Em outros países, elas foram aprovadas há décadas e até foram revogadas, porque cumpriram seus objetivos. Como disse recentemente Barack Obama, os Estados Unidos já não precisam mais de ações afirmativas. E nós não queremos esperar 48 anos para dizer isso. Por isso, meus cumprimentos a V. Ex^a. Tenho certeza de que brancos, negros e índios, enfim, todas as etnias – a raça é só uma, é a humana –, com certeza, estão batendo palmas para o discurso de V. Ex^a, eis que 20 de novembro é o dia de combate aos preconceitos. Parabéns, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Obrigado, Senador Paulo Paim.

Concedo um aparte ao meu querido Senador Mozarildo Cavalcanti.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Jayme Campos, V. Ex^a aborda um tema muito importante para o Brasil e para o mundo. No início, V. Ex^a chamou a atenção para a eleição do Presidente Obama, nos Estados Unidos. É bom lembrar que ele é filho de uma mulher branca com um homem negro, sendo, portanto, o que consideramos aqui no Brasil um mulato. Todavia, não foi, como ele mesmo disse, pela cor. Aliás, toda a campanha dele, desde as primárias, não se baseou na questão racial, até porque, como disse o Senador Paim, talvez lá já tenham superado a questão social, embora saibamos que ainda existem guetos fortes. Ele não se valeu disso. Devemos dar oportunidade social e econômica aos negros a fim de que possam ascender às camadas econômica e social-

mente mais importantes. Alguém pensa, por exemplo, que há racismo contra o Pelé? Não. E por quê? Porque, socialmente, ele, por uma circunstância, chegou ao topo da pirâmide no Brasil. Então, o importante é que nós todos, independente da cor, pensemos, como foi dito aqui, em uma única raça, que é a raça humana – e, principalmente, nós, brasileiros, que somos frutos de uma miscigenação. Não interessa aqui analisar os 500 para trás, as injustiças cometidas; importa é, daqui para frente, como devemos nos comportar a fim de que possamos nos respeitar como iguais. E iguais em tudo.

O SR. JAYME CAMPOS (DEM – MT) – Agradeço o aparte do Senador Paulo Paim e o do meu valoroso companheiro, Senador Mozarildo Cavalcanti. Muito me honra receber o aparte de V. Ex^{as}.

Como disse Martin Luther King, um homem não pode ser julgado pela cor da pele; e eu acrescentaria, agora, que ele deve ser avaliado pela sua eficiência, seu caráter e sua honradez. Para que esse pensamento se cristalice, é necessário que o poder público crie políticas de inclusão tanto para negros como para qualquer de nossos irmãos em risco social.

Vai chegar o tempo em que o Brasil não será mais uma república multirracial, mas, sim, o país de uma raça apenas: a dos brasileiros.

Tenho a certeza de que esse dia chegará, e certamente veremos um Brasil diferente, sobretudo de mais oportunidades.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente, nesta oportunidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Obrigado, Senador Jayme Campos.

Concedo a palavra ao Senador José Nery, pela ordem de inscrição.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Augusto Botelho, Sr^{as} e Srs. Senadores, Zumbi dos Palmares vive! O símbolo da resistência negra à escravidão estará reencarnado nas numerosas manifestações políticas públicas organizadas para marcar, em todo o País, o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado neste 20 de novembro. A data é uma conquista do Movimento Negro e uma justíssima e obrigatória homenagem ao herói nacional covardemente assassinado em 1695, durante a destruição do memorável Quilombo dos Palmares, localizado nas terras da Serra da Barriga, no Estado de Alagoas.

Infelizmente, os negros brasileiros continuam discriminados. Na área educacional, a política de cotas para ingresso de negros na universidade é combatida com o falso argumento de que subverte o mérito

acadêmico e produz o ódio racial, que pretende negar a desigualdade abissal de acesso à educação entre negros e brancos.

A Lei nº 10.639, de janeiro de 2003, que estabelece a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” na grade curricular, está sendo descumprida pela maioria das escolas, e o próprio Governo Federal se desobriga de fazê-la cumprir, inclusive porque subutiliza a dotação orçamentária do programa denominado Educação para a Diversidade, criado para incentivar ações previstas na própria lei.

O rendimento médio dos homens brancos é quase duas vezes e meia maior que o dos homens negros e quase quatro vezes maior que o das mulheres negras. O desemprego atinge com maior incidência a população negra residente nas regiões metropolitanas. Em média, um em cada quatro brasileiros (25%) não tem acesso a condições adequadas de saneamento, mas essa taxa apresenta significativas variações, se calculada separadamente para a população negra e para a população branca.

Os negros são as maiores vítimas de chacinas e de outras formas de violência urbana, e as crianças negras são as que mais morrem antes de completar um ano de idade. As jovens negras são as maiores vítimas de mortalidade materna, e mortes por doenças curáveis abatem a população negra em proporção muito maior do que a população branca.

Na Universidade de São Paulo (USP), maior universidade brasileira, menos de dez professores são negros entre 5,4 mil professores, e são negros menos de 2% do total de alunos.

Apesar da expressa proibição legal do racismo, há muito tornado crime inafiançável, isso não tem conseguido impedir que as próprias instituições públicas encarregadas de zelar pelos direitos humanos e constitucionais os violem corriqueiramente. Exemplo disso é que a Polícia, a pretexto de combater a criminalidade, reprime de forma escancaradamente violenta os suspeitos de cometerem práticas criminosas apenas por que são negros.

Aproveito para falar também da questão da regularização das áreas remanescentes de quilombos, conquista inscrita na Constituição de 1988 como emblemática medida de reparação da dívida histórica do Estado brasileiro com a população negra. Nossa Carta Magna considera que a titulação é ato elementar de justiça em favor de descendentes de escravos que escaparam do regime de escravidão antes que esta fosse oficialmente abolida.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero me congratular com todas as entidades e movimentos negros do País, que, neste dia, nos mais diversos es-

paços públicos, nos Poderes Legislativos estaduais e municipais, nas praças públicas, nas escolas, nas entidades do movimento negro, realizam um conjunto de eventos para assinalar e comemorar as conquistas e afirmar a luta em defesa da igualdade racial.

Creio que é uma necessidade histórica que o Congresso Nacional aprove, com a maior rapidez, o Estatuto da Igualdade Racial, projeto de autoria do Senador Paulo Paim, para o qual há também outras iniciativas no Senado e na Câmara dos Deputados. Mas é urgente o Estatuto da Igualdade Racial como instrumento fundamental para a implementação das ações afirmativas em defesa da população negra, a discriminada população afrodescendente.

É com muita satisfação que fazemos a cobrança aqui da aprovação imediata desse Estatuto. Um compromisso que o Congresso Nacional, especialmente a Câmara dos Deputados, poderia assumir nesta data histórica, Senador Paim, seria a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, motivo de tão brilhante militância e iniciativa de V. Ex^a.

É com muita satisfação que concedo o aparte ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador José Nery, faço o aparte a V. Ex^a, com muito orgulho – por ser V. Ex^a o Senador que é –, nesta data de 20 de novembro, dia nacional de reflexão sobre o preconceito, sobre o racismo, o que, infelizmente, existe. Nós todos sabemos que a raça é uma só, a raça humana, mas, infelizmente, o preconceito faz com que usemos ainda o termo “racismo”, como se existisse mais que uma raça. Quero cumprimentar V. Ex^a, que é o Presidente e coordenador da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo. V. Ex^a sabe, tanto quanto eu, que a maioria dos trabalhadores sob o regime de escravidão não é branca. Noventa por cento dos trabalhadores que, no Brasil, ainda estão sob o regime de trabalho escravo – que V. Ex^a tem combatido com muita competência – são negros. Queria aproveitar este momento para dizer que não entendo por que a Câmara dos Deputados está tendo tanta dificuldade para aprovar o Estatuto da Igualdade Racial. Confesso que estou um pouco chateado, um pouco até magoado. São 120 anos da Abolição da Escravatura, 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte. O ano de 2008 é o ano em que a maior, queiramos ou não, potência do mundo elege um presidente negro. E a Câmara dos Deputados não consegue aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que lá está há mais de dez anos. Quando eu estava naquela Casa, deixei lá o Estatuto. Como o Estatuto não foi aprovado, vim para o Senado, apresentei outro, nós o aprova-

mos por unanimidade e o mandamos para a Câmara, que está com o Estatuto há dois anos e não o vota. Senador Nery, hoje, pela manhã, num programa de rádio – as rádios estão apoiando muito essa causa; permita-me, Senador, fazer aqui uma homenagem a todo o sistema de rádio do Brasil, que está apoiando muito essa luta dos aposentados e também o combate ao preconceito –, cheguei a dizer: “Votem a favor ou contra, mas votem”. Que a Câmara assuma! Se há um setor preconceituoso, assumo seu preconceito, mas vote. O que eu queria é que, ainda este ano, a Câmara votasse o Estatuto da Igualdade Racial, que, na verdade, são as políticas afirmativas que os Estados Unidos votaram ainda na década de 60 e sobre as quais Barack Obama diz: “Não precisamos mais disso, já superamos essa época”. Torço para que não tenhamos de esperar quatro décadas para dizer a mesma coisa. Se dependesse de mim, eu colocaria um artigo no Estatuto: “Esta lei fica revogada daqui a dez anos”. Pronto! Assim, mostraremos que podemos fazer acontecer, ou seja, terminar com esta chaga que é o preconceito. Parabéns a V. Ex^a! Tenho certeza de que o Presidente vai ser tolerante com V. Ex^a, porque V. Ex^a sempre fica dentro do prazo; os apartes, pelo seu prestígio, é que o acabam prejudicando.

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Faço um apelo ao Sr. Presidente, para que me conceda mais alguns minutos e eu possa concluir meu pronunciamento.

Mas, aproveitando a intervenção do Senador Paulo Paim nesse aparte, digo que uma boa medida, Senador Paim, seria formarmos uma comissão de Senadores, sob a liderança de V. Ex^a, para visitar o Presidente Arlindo Chinaglia, Presidente da Câmara dos Deputados, e fazer um apelo ao colégio de líderes da Câmara dos Deputados, sobre um projeto dessa magnitude e com essa significação social, política, de garantia e de afirmação de direitos da população negra, da população afrodescendente, para que o Brasil possa concluir o ano de 2008, tendo o Congresso Nacional aprovado o Estatuto, dando demonstração de compromisso com essa causa, no ano em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos completa 60 anos. A aprovação desse projeto poderia ser incluída como parte dessa pauta positiva de direitos humanos que o Congresso, Câmara e Senado, deveria votar de forma decisiva e urgente, para que projetos como o Estatuto da Igualdade Racial não ficassem para o ano que vem. Essa poderia ser uma medida adotada dentro de uma pauta de direitos humanos a ser referenciada pela votação de vários projetos que têm esse conte-

údo vinculado à causa dos direitos humanos. É uma proposta que faço, aproveitando o brilhante aparte do Senador Paulo Paim.

Ademais, quero aproveitar a ocasião, Sr. Presidente, para, além de comprometer as entidades nacionais que se dedicam à causa dos negros, à causa da população afrodescendente, particularmente cumprimentar as entidades do Estado do Pará que historicamente lideraram a luta em defesa da igualdade racial, em defesa da população afrodescendente, em especial o Cedenpa, por muitos anos coordenado pela Professora Zélia Amador de Deus, da Universidade Federal do Pará; os integrantes do Círculo Palmarino, de âmbito nacional, mas com presença importante no Estado do Pará; o Movimento Mocambo e o Malungo. São entidades, são instituições que se dedicam à causa do povo negro.

Sr. Presidente, pegando carona na intervenção do Senador Paim, quero lembrar nosso compromisso, a luta pela erradicação do trabalho escravo.

A Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo lidera o movimento, trabalhando para aprovação da PEC nº 438, no âmbito da Câmara dos Deputados – se não foi este ano, pelo menos que o seja em 2009 –, e, neste momento, realiza uma mobilização nacional que pretende recolher, Senador Augusto Botelho, um milhão de assinaturas da sociedade brasileira em prol da aprovação da PEC que vai expropriar as áreas onde for constatada a prática de trabalho escravo.

Nesse sentido, esta é uma oportunidade para que possamos...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço-lhe mais um minuto, Sr. Presidente, para concluir.

Esta é uma oportunidade para solicitar a adesão, a participação e o envolvimento de todas as organizações negras, de todas as organizações da população afrodescendente do nosso País, para que se irmanem nesse mutirão em prol da aprovação da chamada PEC do Trabalho Escravo, bem como das outras iniciativas que visem à erradicação do trabalho escravo no Brasil.

Registro, assim, Sr. Presidente, meu apoio às lutas do Movimento Negro para transformar o Brasil em uma verdadeira democracia social, fundada na igualdade de direitos e de oportunidades para homens e mulheres de todas as raças e etnias. Afinal, passaram-se mais de 120 anos desde a abolição da escravatura do negro no Brasil, e nada justifica que não tenham ainda alcançado a verdadeira liberdade e cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador José Nery.

Pela Liderança do PSDB, tem a palavra a Senadora Lúcia Vânia. A seguir, o Senador Flexa Ribeiro.

Enquanto a Senadora Lúcia Vânia se aproxima, vou ler um expediente rapidamente.

Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados, que passo a ler.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

(Nº 138/2003, na Casa de origem,
do Deputado Sandes Júnior)

Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal passa a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso”.

Art. 2º O art. 227 da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:

.....
II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e todas as formas de discriminação.
.....

§ 3º

.....
III – garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola;

.....
VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

.....
§ 8º A lei estabelecerá:

I – o estatuto da juventude, destinado a regular os direitos dos jovens;

II – o plano nacional de juventude, de duração decenal, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.”(NR)

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL Nº 138, DE 2003

Dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º É acrescentado à Constituição Federal o art. 230-A, com a seguinte redação:

“Art. 230-A. O Estado protegerá os direitos econômicos, sociais e culturais dos jovens, mediante políticas específicas, visando a assegurar-lhes:

- a) formação profissional e o desenvolvimento da cultura;
- b) acesso ao primeiro emprego e à habitação;
- c) lazer;
- d) segurança social. (NR)”

Art. 2º A denominação do Capítulo VII do Título da Constituição Federal, que cuida da Ordem Social, passa a vigor com a seguinte redação:

“Capítulo VII

Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.”

Art. 3º esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O contribuinte originário trouxe grandes inovações para o Nosso Direito, ao dar proteção constitucional ao adolescente e ao idoso. O Capítulo VII do Título VIII da nossa Carta Magna espelha essas justas preocupações do Constituinte de 1988.

Na esteira das inovações retrocitadas, surgiu o Estatuto da Criança e do Adolescente e diversos diplomas legais protegendo o idoso.

Temos de reconhecer, todavia, a existência de imensa lacuna no Capítulo VII do Título VIII do nosso Diploma Maior. Refiro-me à ausência do jovem não-adolescente em tal Capítulo.

É com o fito de eliminar essa falha no texto constitucional que se busca constitucionalizar a proteção à juventude, garantindo-lhe os direitos econômicos, sociais e culturais.

A propósito, vale lembrar que a Constituição de Portugal, país-irmão, o qual tem um dos diplomas constitucionais mais avançados técnico e socialmente, já cuidara de assegurar proteção à juventude.

À vista dos argumentos alinhados, peço aos meus ilustres pares apoio à presente proposta de emenda à Constituição.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2003. – Deputado **Sandes Júnior**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO VII

Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não governamentais e obedecendo os seguintes preceitos:

I – aplicação de percentual dos recursos públicos destinados à saúde na assistência materno-infantil;

II – criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência

física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

§ 2º A lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência.

§ 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos:

I – idade mínima de quatorze anos para admissão ao trabalho, observado o disposto no art. 7º, XXXIII;

II – garantia de direitos previdenciários e trabalhistas;

III – garantia de acesso do trabalhador adolescente à escola;

IV – garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica;

V – obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

VI – estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado;

VII – programas de prevenção e atendimento especializado à criança e ao adolescente dependente de entorpecentes e drogas afins.

§ 4º A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

§ 5º A adoção será assistida pelo Poder Público, na forma da lei, que estabelecerá casos e condições de sua efetivação por parte de estrangeiros.

§ 6º Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

§ 7º No atendimento dos direitos da criança e do adolescente levar-se-á em consideração o disposto no art. 204.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 179, DE 2008

(Nº 940/2007, na Casa de Origem)

(De Iniciativa da Procuradoria-Geral da República)

Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público perceberão mensalmente subsídio equivalente ao de Subprocurador-Geral da República.

§ 1º Os Conselheiros detentores de vínculo efetivo com o Poder Público ou que percebem proventos em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, da administração direta ou indireta, manterão a remuneração ou os proventos no órgão de origem, acrescida da diferença entre esses, se de menor valor, e o subsídio referido no **caput** deste artigo.

§ 2º Além da remuneração prevista neste artigo, os Conselheiros receberão passagens e diárias equivalentes às pagas a Subprocurador-Geral da República, para atender aos deslocamentos em razão do serviço.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos créditos consignados ao Conselho Nacional do Ministério Público no Orçamento-Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 940, DE 2007

(Da Procuradoria-Geral da República)

Dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Os membros do Conselho Nacional do Ministério Público perceberão mensalmente subsídio equivalente ao de Subprocurador-Geral da República.

§ 1º Os Conselheiros detentores de vínculo efetivo com o Poder Público ou que percebem proventos em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, da administração direta ou indireta, manterão a remuneração ou os proventos no órgão de origem, acrescida da diferença entre estes, se de menor valor, e o subsídio referido no **caput** deste artigo.

§ 2º Além da remuneração prevista neste artigo, os Conselheiros receberão passagens e diárias, equivalentes às pagas a Subprocurador-Geral da República, para atender aos deslocamentos em razão do serviço.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos créditos consignados ao Conselho Nacional do Ministério Público no Orçamento Geral da União.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 21 junho de 2005, data da instalação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Brasília,

Justificação

Criado pela Emenda Constitucional nº 45, de 8 de dezembro de 2004, e instalado em 21 de junho de 2005, ao Conselho Nacional do Ministério Público compete o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe, entre outras atribuições, zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, bem como pela observância dos princípios da legalidade, Impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados.

Proposta a regulamentação do artigo 130-A, § 1º da CF, para que ficasse explicitada a forma de indicação dos membros do CNMP, a definição dos subsídios dos Conselheiros e os cargos efetivos e em comissão para apoio técnico-administrativo, o Projeto de Lei nº 5.049, de 2005, foi transformado na Lei nº 11.372, de 28 de novembro de 2006. Ocorre que com a aposição de veto ao artigo que estabelecia o valor dos subsídios, os membros do CNMP até hoje, próximos de completarem o mandato de 2 (dois) anos, não receberam qualquer remuneração. Tal situação torna-se dramática na medida em que os subsídios dos membros do Conselho Nacional da Magistratura foram fixados pela Lei nº 11.365, de 26-10-2006, caracterizando-se tratamento discriminatório entre dois Conselhos Nacionais da mesma importância.

Este projeto de lei, que adota o mesmo critério e, portanto, o mesmo valor dos subsídios estabelecido em favor dos membros do CNJ pela Lei nº 11;365/2006, tem como objetivo eliminar esta injustificável diversidade de tratamento e remunerar, desde

a instalação do Conselho, a atividade dos membros do CNMP, bem como prever o direito de percepção de passagens e diárias sempre que necessário o deslocamento.

Observe, finalmente, que os membros do CNMP detentores de vínculo efetivo com o poder público ou que percebam proventos em órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, da administração direta ou indireta, manterão a remuneração ou os proventos no órgão de origem, acrescido da diferença entre estes, se de menor valor, e o subsídio previsto, que corresponde ao do cargo de Subprocurador-Geral da República. Ressalto que, diante de tal previsão, o Presidente do CNMP, que é o Procurador-Geral da República, e a atual Corregedora-Geral, que é Subprocuradora-Geral do Trabalho, não perceberão qualquer quantia e, por outro lado, a maioria dos demais Conselheiros, porque titulares de outros cargos públicos ou já aposentados, perceberão apenas pequena diferença, de modo que o projeto terá modesto impacto orçamentário. – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

Informe SG/SPO nº 50/2007.

Brasília, DF, 27 de março de 2007

Da: Secretária de Planos e Orçamento.

Ao. Senhor Secretário-Geral do Ministério Público Federal.

Assunto: Remuneração dos membros do CNMP, Referência: Projeto de Lei que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

1. O Projeto de Lei supracitado observa as projeções exigidas pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, respeitando os limites da Responsabilidade Fiscal, inclusive considerando os ingressos de servidores dos cargos autorizados no período 2007/2008, pela Lei nº 10.771/2003, e o reajuste de 5% previsto no projeto de lei que dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República e seus reflexos.

2. O impacto apurado, da ordem de 0,00059%, se configura como residual diante do limite máximo de 0,6% da RCL atribuído pela LRF ao MPU.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral do Ministério Público Federal. – **Sandra Jandyra de Oliveira Sandres**, Secretária de Planos e Orçamento.

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(Conselheiros)
DEPARTAMENTO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL-
PROJEÇÃO
2007**

LRF	R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA PROJEÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.660
Pessoal Ativo	1.660
Pessoal Inativo e Pensionistas	0
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de reprodução (art. 12, § 1º da LRF)	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0
Despesas de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	365
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE AFURAÇÃO DO LIMITE - TDP (V - (I-III+II))	2.025
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	344.731.433
% de TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE AFURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V/V) = 100	0,00059
LIMITE MÁXIMO (artigos 61 e 64, n.º 20 da LRF) - <0,40%>	2.068.389
LIMITE PRUDENCIAL (2º inciso, art. 22 da LRF) - <0,57%>	1.964.969

SUBSÍDIO PL 7298/06

CARGO ATUAL	SUBSÍDIO PL 7298/06 CARGO ATUAL	SUBSÍDIO NO CNMP	VALOR DIFERENÇA
	(A)	(B)	C=B-A
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	-	-	-
SUBPROCURADORA-GERAL DO TRABALHO	24.438,75	24.438,75	-
PROCURADORA REGIONAL DA REPÚBLICA	23.216,81	24.438,75	1.221,94
PROCURADOR DA JUSTIÇA MILITAR	23.216,81	24.438,75	1.221,94
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/DF	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROCURADOR DE JUSTIÇA - MP/GO	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROCURADOR DE JUSTIÇA - MP/AL	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/ES	22.055,97	24.438,75	2.382,78
JUIZ DO TRABALHO	22.055,97	24.438,75	2.382,78
JUIZ FEDERAL	22.055,97	24.438,75	2.382,78
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO-GERAL DO SENADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
VALOR MENSAL - 2007			114.495,64
VALOR TOTAL - 2007 (VALOR MENSAL X 14,5)			1.659.185,38
VALOR MENSAL - PROJEÇÃO 2008 (+5% DE 2007)			120.220,32
VALOR TOTAL - 2008 (VALOR MENSAL X 14,5)			1.743.194,65
VALOR MENSAL - PROJEÇÃO 2009 (+5% DE 2008)			126.231,34
VALOR TOTAL - 2009 (VALOR MENSAL X 14,5)			1.830.354,39

REFERÊNCIA:		
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	Subsídio 2008	Subsídio PL 738/04
Procurador-Geral da República	24.500,00	24.720,00
Subprocurador-Geral da República	23.275,00	24.438,75
Procurador Regional da República	22.111,25	23.216,81
Procurador da República	21.005,69	22.053,97
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR		
Procurador-Geral da Justiça Militar	23.275,00	24.438,75
Subprocurador-Geral da Justiça Militar	23.275,00	24.438,75
Procurador da Justiça Militar	22.111,25	23.216,81
Promotor da Justiça Militar	21.005,69	22.053,97
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS		
Procurador-Geral da Justiça	23.275,00	24.438,75
Procurador da Justiça	22.111,25	23.216,81
Promotor da Justiça	21.005,69	22.053,97
Procurador da Justiça Adjunto	18.455,40	20.953,17
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO		
Procurador-Geral do Trabalho	23.275,00	24.438,75
Subprocurador-Geral do Trabalho	23.275,00	24.438,75
Procurador Regional do Trabalho	22.111,25	23.216,81
Procurador do Trabalho	21.005,69	22.053,97

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(Conselheiros)**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PROJEÇÃO

2008

LRF	R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	PROTEÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.743
Pessoal Ativo	1.743
Pessoal Inativo e Pensões	0
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de rescisão (art. 16, § 3º do LRF)	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º do LRF) (II)	0
indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0
Despesas de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0
Inativos e Pensionistas com Recurso Voluntário	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	383
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP IV = (I-III-III)	2.126
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	379.204.578
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	0,00056
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 do LRF) - <0,007%>	2.275.227
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 21 do LRF) - <0,57%>	2.161.466

SUBSÍDIO PL 7298/06

CARGO ATUAL	SUBSÍDIO PL 7298/06 CARGO ATUAL	SUBSÍDIO NO CNMP	VALOR DIFERENÇA
	(A)	(B)	C=B-A
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	-	-	-
SUBPROCURADORA-GERAL DO TRABALHO	24.438,75	24.438,75	-
PROCURADORA REGIONAL DA REPÚBLICA	23.216,81	24.438,75	1.221,94
PROCURADOR DA JUSTIÇA MILITAR	23.216,81	24.438,75	1.221,94
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/DT	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROCURADOR DE JUSTIÇA - MP/GC	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROCURADOR DE JUSTIÇA - MP/AI	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/ES	22.055,97	24.438,75	2.382,78
JUIZ DO TRABALHO	22.055,97	24.438,75	2.382,78
JUIZ FEDERAL	22.055,97	24.438,75	2.382,78
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO-GERAL DO SENADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75

VALOR MENSAL - 2007		114.495,54
VALOR TOTAL - 2007 (VALOR MENSAL X 14,5)		1.660.185,34

VALOR MENSAL - PROJEÇÃO 2008 (+5% DE 2007)		120.220,32
VALOR TOTAL - 2008 (VALOR MENSAL X 14,5)		1.743.194,66

VALOR MENSAL - PROJEÇÃO 2009 (+5% DE 2008)		126.231,34
VALOR TOTAL - 2009 (VALOR MENSAL X 14,5)		1.830.354,39

REFERÊNCIA:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	Subsídio 2008	Subsídio PL 7298/06
Procurador-Geral da República	24.500,00	25.725,00
Subprocurador-Geral da República	23.275,00	24.438,75
Procurador Regional da República	22.111,25	23.216,81
Procurador da República	21.005,69	22.055,97
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR		
Procurador-Geral da Justiça Militar	23.275,00	24.438,75
Subprocurador-Geral da Justiça Militar	23.275,00	24.438,75
Procurador da Justiça Militar	22.111,25	23.216,81
Promotor da Justiça Militar	21.005,69	22.055,97
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS		
Procurador-Geral da Justiça	23.275,00	24.438,75
Procurador da Justiça	22.111,25	23.216,81
Promotor da Justiça	21.005,69	22.055,97
Promotor da Justiça Adjunto	19.955,40	20.953,17
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO		
Procurador-Geral do Trabalho	23.275,00	24.438,75
Subprocurador-Geral do Trabalho	23.275,00	24.438,75
Procurador Regional do Trabalho	22.111,25	23.216,81
Procurador do Trabalho	21.005,69	22.055,97

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
(Conselheiros)
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROJEÇÃO
2009

LRF	R\$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADADA PROJEÇÃO
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.830
Pessoal Ativo	1.830
Pessoal Inativo e Pensionistas	0
Outras Despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0
Indenizações por Demissão e Intermittência à Demissão Voluntária	0
Despesas de Decisão Judicial	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III) Contribuições Patronais	403
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP IV = (I-III)+(II)	2.233
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	417.125.034
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V) * 100	0,00034
LIMITE MÁXIMO (artigos 1, II e III, art. 28 da LRF) - <0,001%>	2.502.750
LIMITE PRUDENCIAL (§ 6º da Lei, art. 23 da LRF) - <0,57%>	2.377.613

SUBSÍDIO PL 7298/06

CARGO ATUAL	SUBSÍDIO PL 7298/06 CARGO ATUAL	SUBSÍDIO NO CAMP	VALOR DIFERENÇA
	(A)	(B)	C=B-A
PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA	-	-	-
SUBPROCURADORA-GERAL DO TRABALHO	24.438,75	24.438,75	-
PROCURADORA REGIONAL DA REPÚBLICA	23.216,81	24.438,75	1.221,94
PROCURADOR DA JUSTIÇA MILITAR	22.215,81	24.438,75	1.221,94
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/DF	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROCURADOR DE JUSTIÇA - MP/GO	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROCURADOR DE JUSTIÇA - MP/AL	22.055,97	24.438,75	2.382,78
PROMOTOR DE JUSTIÇA - MP/ES	22.055,97	24.438,75	2.382,78
JUIZ DO TRABALHO	22.055,97	24.438,75	2.382,78
JUIZ FEDERAL	22.055,97	24.438,75	2.382,78
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO-GERAL DO SENADO	-	24.438,75	24.438,75
ADVOGADO	-	24.438,75	24.438,75
VALOR MENSAL - 2007			14.495,54
VALOR TOTAL - 2007 (VALOR MENSAL X 12,0)			1.739.466,38
VALOR MENSAL - PROJEÇÃO 2008 (+5% DE 2007)			15.120,32
VALOR TOTAL - 2008 (VALOR MENSAL X 12,0)			1.814.438,66
VALOR MENSAL - PROJEÇÃO 2009 (+5% DE 2008)			15.876,34
VALOR TOTAL - 2009 (VALOR MENSAL X 12,0)			1.905.160,39

REFERÊNCIA:

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL	Subsídio 2008	Subsídio PL 7298/06
Procurador-Geral da República	24.500,00	24.438,75
Subprocurador-Geral da República	23.275,00	24.438,75
Procurador Regional da República	22.111,25	23.216,81
Procurador da República	21.005,89	22.055,97
MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR		
Procurador-Geral da Justiça Militar	23.275,00	24.438,75
Subprocurador-Geral da Justiça Militar	23.275,00	24.438,75
Procurador da Justiça Militar	22.111,25	23.216,81
Promotor da Justiça Militar	21.005,89	22.055,97
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS		
Procurador-Geral da Justiça	23.275,00	24.438,75
Procurador da Justiça	22.111,25	23.216,81
Promotor da Justiça	21.005,89	22.055,97
Promotor da Justiça Auxiliar	19.955,17	20.955,17
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO		
Procurador-Geral do Trabalho	23.275,00	24.438,75
Subprocurador-Geral do Trabalho	23.275,00	24.438,75
Procurador Regional do Trabalho	22.111,25	23.216,81
Procurador do Trabalho	21.005,89	22.055,97

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**CERTIDÃO**

Certifico que o Conselho Nacional do Ministério Público, na Terceira Sessão Ordinária, realizada no dia 5 de março de 2007, apreciou o projeto de lei que dispõe sobre a remuneração dos seus membros e aprovou a redação proposta, por unanimidade, deliberando pela remessa ao Congresso Nacional.

Brasília, 26 de abril de 2007. – **José Adonis Callou de Araújo Sá**, Procurador Regional da República/Secretário-Geral do CNMP.

MENSAGEM PGR/GAB/Nº 2

Brasília, 2 de maio de 2007

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 61, **caput**, combinado com o disposto no art. 127, § 2º, da Constituição Federal, o anexo projeto de lei que dispõe sobre a remuneração dos membros do Conselho Nacional do Ministério Público.

Atenciosamente, – **Antonio Fernando Barros e Silva de Souza**, Procurador-Geral da República.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – O projeto que acaba de ser lido vai à Comissão competente.

Este é o último, Senadora Lúcia Vânia. Aí, V. Exª poderá ter a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – A Presidência comunica ao plenário que a Sessão Especial do Senado em homenagem ao Dia do Marinheiro, objeto do **Requerimento nº 848, de 2008**, a ser realizada no dia 9 de dezembro próximo, foi transformada em Sessão Solene do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia, com o meu pedido de desculpas. Eu queria adiantar a leitura desse expediente.

V. Exª tem a palavra pela Liderança do PSDB. A seguir, o Senador Flexa Ribeiro.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde, para comentar sobre uma notícia que foi veiculada em toda a mídia nacional de hoje. Trata-se da intenção do Governo de postergar o prazo de pagamento do Simples Nacional por trinta ou sessenta dias.

O objetivo do Governo é dar mais fôlego às micro e pequenas empresas neste momento de escassez de crédito em função da crise financeira internacional.

Ao prorrogar o recolhimento do tributo, o Governo pretende que fiquem no caixa dessas empresas usuárias do Simples em torno de R\$23 bilhões, em um universo de três milhões de micro e pequenas empresas.

A medida ainda precisa da concordância dos governadores e dos prefeitos, representados no Comitê Gestor do Simples Nacional.

O Simples, como se sabe, reúne, em uma só alíquota, oito impostos federais, estaduais e municipais.

Podemos prever que, com o retardo no recolhimento do imposto e o conseqüente reforço do caixa, as três milhões de empresas trarão um benefício social para milhares de pessoas que dependem desse trabalho para sobreviver.

Senhoras e senhores, ressalto que a decisão política foi tomada no dia de ontem em reunião entre o Governador de São Paulo, José Serra, o Presidente Lula e o Ministro da Fazenda, Guido Mantega.

Quero, neste momento, parabenizar e enaltecer as qualidades do homem responsável e gestor público José Serra. Ele é nada menos do que o Governador do maior e mais importante Estado brasileiro que é São Paulo.

Sabendo da necessidade de colaboração de todos aqueles que têm uma responsabilidade pública, Serra não pensou duas vezes em sentar-se à mesa, dialogar e negociar uma medida tão importante quanto essa, pensando apenas no melhor para o País.

No esforço de reforçar e maximizar as medidas tomadas pelo Governo Federal, José Serra chamou empresários e representantes das montadoras de automóveis para negociar e encontrar alternativas para minimizar os efeitos da crise mundial.

Em apoio ao setor automotivo, o banco paulista Nossa Caixa, em parceria com o Banco do Brasil, investirá cerca de R\$8 bilhões, fazendo cair de imediato as taxas médias de financiamento para algo em torno de 1,6% e 1,7% ao mês.

Além disso, ao intervir na cadeia produtiva, estão sendo preservados milhares de empregos que vão das indústrias automotivas, passam pelas revendas e chegam até os consumidores.

No final do mês de outubro, o Governador já anunciara o investimento da ordem de R\$1,15 bilhão na recuperação de estradas, beneficiando 240 Municípios e, conseqüentemente, milhares de usuários desses serviços.

Sr. Presidente, o exemplo do Governador de São Paulo, imbuído da responsabilidade de governar o maior Estado brasileiro, mantendo constante interlocução com o Governo na busca de alternativas para minimizar os reflexos da crise financeira internacional no Brasil deve ser seguido por todos aqueles governos que têm a responsabilidade de governar os nossos Estados e o nosso País.

Essa decisão do Governo Federal, compartilhando a preocupação do Governo de São Paulo, dará um alívio de cerca de R\$4,5 bilhões para micro e pequenas empresas optantes do Simples, de imediato.

Lembro que, atualmente, a arrecadação anual do tributo está em cerca de R\$23 bilhões. Somente em outubro, foram arrecadados R\$2,2 bilhões.

Prorrogar o Simples é uma medida importante. Ao permitir um maior capital de giro, vai aumentar a capacidade de sobrevivência das micro e pequenas empresas neste momento delicado da economia brasileira.

Todos sabemos que esse é um segmento de extrema importância para o País. Lembro que são as micro e pequenas empresas que movimentam a economia, empregam grande parte da população brasileira e, conseqüentemente, promovem a geração de renda.

Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augusto Botelho. Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senadora Lúcia Vânia.

Concedo a palavra, por permuta, ao Senador Flexa Ribeiro. Dez minutos, Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Augusto Botelho, permita V. Exª que eu possa fazer, iniciando meu pronunciamento, um aparte à nobre Senadora Lúcia Vânia que, ao final de seu pronunciamento, não teve tempo regimental para conceder apertes.

Senadora Lúcia Vânia, associe-me ao pronunciamento de V. Exª sobre as ações do Governador José Serra. O Governador José Serra é um exemplo de competência, de seriedade e de determinação em todas as funções que exerceu.

Foi um grande Constituinte, aqui como Senador; foi o melhor Ministro da Saúde de todos os tempos da República e hoje é um Governador que coloca o Estado de São Paulo em condições de atender às indústrias automobilísticas com recursos equivalentes aos alocados pelo Governo Federal. Isso é uma demonstração da sensibilidade e da responsabilidade que o Governador Serra tem em levar São Paulo, que é, sem sombra de dúvida, a locomotiva do nosso País, a dar segurança necessária para que os paulistanos não per-

cam milhares de empregos caso realmente não seja atendido esse setor importante da indústria brasileira e paulista. E, mais do que isso, há a cadeia produtiva que está por trás das montadoras, que são empresas de médio e algumas delas até de pequeno porte, que poderiam ter seus empregos perdidos.

Parabéns a V. Exª pelo pronunciamento de e parabéns ao Governador José Serra.

Presidente Senador Augusto Botelho, Srs. Senadores, o meu Estado do Pará comemora um dado excepcional e, Senador Mão Santa, quem comemora esse dado é o atual Governo, o Governo do PT. Ele está comemorando o dado recentemente divulgado pelo IBGE – essa comemoração se faz através da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (Sepof) e da Governadora – de que o PIB do Pará tem a terceira maior taxa de crescimento do País.

Isso é fato. O valor do PIB (Produto Interno Bruto) do Pará, Senador Mozarildo, em 2006, foi de R\$44,376 bilhões, um crescimento de 7,11% em comparação ao PIB de 2005, que foi de R\$39,150 bilhões.

Nos 12 anos do Governo do PSDB no Estado do Pará, o PIB do Pará foi triplicado: passou de algo em torno de R\$11 bilhões para R\$39 bilhões. Agora, em 2006, passou para R\$44 bilhões; foi mais do que triplicado, quase quadruplicado. Foi a terceira maior variação real entre os Estados brasileiros, atrás apenas do Ceará, com 8,04%, e do Espírito Santo, com 7,71%.

Trata-se de um fato, aliás, elogiável e digno de ser destacado, sim. Mas a Sepof – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Governo e a Governadora Ana Júlia teriam de dizer que os dados apresentados pelo IBGE são relativos ao crescimento do PIB de 2006, ou seja, os resultados e números não são de hoje, mas, sim, do Governo do PSDB, do Governo Simão Jatene. E isso é negado pela Governadora. Ou seja, ela se apropria, como se tem apropriado de todas as obras do Governo do PSDB como se do seu Governo fosse. E sai fazendo propaganda de que é o terceiro maior crescimento.

Em 2006, tivemos um belo desempenho.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – PA) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Já lhe concedo um aparte.

Em 2006, tivemos um belo desempenho. Segundo matéria publicada no *site* Pará Negócios – jornalista Raimundo Pinto:

“A taxa de crescimento do Pará foi bem superior à do Brasil, de 3,97% [foi quanto cresceu o Brasil em 2006]. O Pará manteve a liderança na região Norte, com participação de 36,98% do PIB regional (R\$120 bilhões),

seguido pelo Amazonas [terra do nobre Senador João Pedro], com 32,63%. Em 2006, o Pará representava 1,87% do PIB nacional, ocupando a 13ª colocação, a mesma do ano anterior”.

São dados do jornalista.

Senador João Pedro, V. Exª que é o Senador do Partido dos Trabalhadores, do mesmo partido da Governadora, meu sincero desejo é de que esse desempenho positivo seja mantido em 2007. Vamos saber o quanto cresceu o PIB de 2007 agora em 2009. Espero que a Governadora, para a alegria de todos os paraenses, possa festejar não o terceiro maior crescimento do Brasil, mas o maior crescimento do Brasil.

Sabe por que, Senador João Pedro?

Porque quanto melhor governo ela faça, e não está fazendo, ela vai dar melhores condições de vida aos paraenses e vai nos trazer um desafio quando retornarmos o nosso projeto de governo, pela vontade do povo paraense, em 2011, de ter que fazer melhor do que ela está fazendo. Da forma como está sendo feito, vai ser muito fácil, não vai ser desafio nenhum para nós termos de fazer melhor. Eu, sinceramente, desejo que ela festeje em 2009 um desempenho do PIB de 2007 bem superior ao que teve o Governador Simão Jatene em 2006.

Eu quero ainda, completando outro ponto do discurso, Senador Augusto Botelho, dizer que o tempo passa e a realidade mostra que o Pará foi submetido a um estelionato eleitoral em 2006. O Presidente Lula foi aos palanques, levando a sua candidata, então Senadora Ana Júlia, dizendo: “Votem na minha candidata porque o Governo Federal colocará recursos suficientes para resolver o problema de segurança no Estado do Pará”. Ótimo! Tomara que assim tivesse sido feito. Não foi. Só discurso, só discurso, só enganação. Por quê?

Lamentavelmente, na segunda-feira passada, 17 de novembro, fez um ano, um ano! – e é lamentável que o Senador José Nery não esteja, tenha se retirado para compromissos fora do plenário – que ocorreu a primeira denúncia da prisão de uma menina de 15 anos numa cela com 20 homens no presídio de Abaetetuba. Há um ano, o Conselho Tutelar de Abaetetuba denunciou ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e da Adolescência o caso.

O escândalo tomou conta das manchetes dos jornais do Pará, do Brasil e do mundo, manchando, mais uma vez, a imagem do Pará no cenário mundial. Um ano se passou e o que foi feito, Senador João Pedro? Nada, absolutamente nada. Não só em relação ao caso específico, identificando e punindo os responsáveis pela covardia e erro de se prender uma menina em cela masculina.

A violência no Pará é gritante. A população, infelizmente, sabe disso. Não tivemos nenhuma melhoria e só piora nos índices de criminalidade.

Pior que isso: os policiais agora estão em greve. Os delegados estão em greve. No dia 17 de novembro, um ano depois do caso da menina presa na cadeia masculina, os delegados da Polícia Civil do Pará paralisaram suas atividades em protesto contra o Governo do Estado.

Enquanto era para o Governo usar a data de um ano após o crime que chocou o País para mostrar os avanços que foram realizados, não temos nada. Um ano depois, o que temos? Greve da polícia.

A questão da segurança pública deveria ser encarada como um grande problema. De difícil solução, sim, mas que merecia uma atenção maior. Não a mesma falta de preocupação como ocorre com o caso Abaetetuba.

Até hoje, ninguém foi responsabilizado, Senador Cristovam Buarque. O processo ainda está em andamento e corre em segredo de Justiça.

Dizer que nada mudou seria uma injustiça. Mudou, sim, mas sabe o que mudou, Senador João Pedro? A vida da vítima. Hoje ela vive longe do Pará. A menina foi incluída no Programa de Proteção às Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte. O pai da menor, que estava sofrendo ameaças de morte, também foi retirado do Estado e recebeu proteção federal.

No dia 27 de novembro de 2007, a Governadora do Estado anunciou a liberação imediata de R\$89,9 milhões, aprovada no Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), do Ministério da Justiça.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Esse recurso seria para utilização em ações a favor do sistema de segurança pública paraense.

O mesmo Pronasci acabou de ser aprovado por projeto encaminhado pelo Governo Federal e, na sessão do Congresso que antecedeu esta sessão do Senado, retiraram-se quase R\$500 milhões do Pronasci. É esse Pronasci que não funciona, porque o Governo Lula não tem compromisso com a segurança, que é caos – não é só no Pará, é caos nacional – em qualquer Estado brasileiro.

Foram 13 as medidas aprovadas para a implementação do Pronasci no Pará. Entre elas, a construção de dois presídios femininos, um em Marabá e outro em Santarém, com capacidade para 200 detentas em cada unidade. Além disso, seria construída uma ala feminina no presídio de Abaetetuba.

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Porém, nada disso é realidade. A única medida tomada pelo Governo foi demolir a cadeia onde a menina foi presa.

O que existe de fato em Abaetetuba é uma casa alugada. Um ano e oito meses de governo, um ano depois dessa barbaridade ocorrida em Abaetetuba, o que tem lá é uma casa alugada, que serve como delegacia, sem condições de segurança e de trabalho para os policiais que fazem o que podem para atender à demanda.

Um ano depois do triste ocorrido, não existe nada de concreto, de palpável no município nem no Estado. Essas obras anunciadas no clamor do fato todas elas continuam no discurso, nada está em realização, em relação a esse centro prometido a tantos recursos anunciados.

Peço, portanto, que a Governadora pense nos paraenses. Pense nas promessas feitas. Pense na vergonha que o paraense sentiu ao ver seu Estado nas manchetes dos maiores jornais do País por um caso grave e terrível com o aquele e faça algo, faça algo, repito.

Agora, encerro, Sr. Presidente Augusto Botelho, antecipando o pronunciamento que farei na próxima semana. No dia 15 de novembro o jornal *O Liberal* fez 62 anos e o governo fez um encarte e vou mostrar. “Pará, Governo popular. Terra de direitos”. Está aqui para o Brasil inteiro ver, porque os paraenses conhecem, e vou mostrar aqui e vou falar sobre isso mostrando as inverdades que estão aqui, as inverdades que estão no encarte do governo de Estado, a começar rapidamente pelo investimento em segurança, porque estamos falando de segurança aqui. Diz o encarte do Governo: “Publicidade paga com recursos públicos, publicidade enganosa”. O Conar deveria entrar nesse processo.

“Em parceria com o Governo Federal” [põe logo o Governo Federal na história que é o tal do Pronasci] o Governo Popular está investindo R\$241 milhões na Segurança Pública neste ano [Olhe, Senador João Pedro, preste atenção no texto da Governadora] o Governo popular está investindo R\$241 milhões na Segurança Pública neste ano – 2008. Isso é quase cinco vezes mais que o investimento feito no ano passado.

Quem era Governadora do Estado em 2007? Ana Júlia Carepa.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Mesa solicita ao ilustre Senador que conclua, tendo em vista vários Srs. Senadores inscritos ainda.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agradeço. Já concluo.

Quem era, quem era Governadora do Estado do Pará, Senador Jayme Campos, em 2007? Governado-

ra Ana Júlia. Ela própria diz, em encarte publicitário, que no ano anterior, 2007, ela fez investimento em segurança de cinco vezes menos, não é? Ou seja, se ela diz que está investindo R\$241 milhões neste ano é porque no ano passado ela investiu menos de R\$50 milhões. Está explicado o caos. Está explicado o caos na Segurança do Estado do Pará. Cinquenta milhões em um ano?! E é dito por ela.

E mais, outra inverdade – e são muitas aqui, e eu vou falar isso semana que vem –, outra inverdade: “após cinco anos sem aumento das tropas da Polícia Militar, o Governo está treinando 1.500 policiais que vão estar nas ruas ainda este ano”.

Não é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Flexa Ribeiro, concederei mais dois minutos para concluir, tendo em vista termos dez oradores inscritos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – É mais do que suficiente.

Não é verdade. É outra inverdade. É bom que está escrito. É outra inverdade. Vou provar qual foi o aumento do efetivo da Polícia Militar, ao longo dos governos do PSDB, para mostrar à governadora que ela deve, ao menos, dizer para a população a realidade. Não adianta encobrir os doze anos de governo do PSDB, que colocaram o Estado do Pará no caminho do desenvolvimento, colocando por escrito e pagando com dinheiro público. É propaganda enganosa. Houve aumento substancial do efetivo da Polícia Militar. E mais: ela só está podendo fazer, como está dizendo aqui, um concurso para 1.900 policiais – é verdade, ela vai fazer um concurso – porque o governador Simão Jatene reestruturou a Polícia Militar e, através de uma lei estadual, aumentou o efetivo da Polícia Militar para até 19 mil homens – era de 12 mil – com a lei. Ele incorporou 1.500. Então, com a lei que foi sancionada, a Governadora pode fazer um concurso agora para acrescentar 1.900 homens. Parabéns a ela, que ela continue trazendo benefícios para o povo do Pará, que é o que todos queremos.

O Sr. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB – MG) – A Governadora mereceu um aplauso do Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Agora, não tente enganar, Governadora, os paraenses, pois eles sabem muito bem a forma desastrosa do governo de V. Ex^a.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Augusto Botelho deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 218, de 2008 (nº 848/2008, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 43, de 2006 (nº 4.505/2004, na Casa de origem), que *dispõe sobre o reconhecimento do dia 26 de outubro como Dia Nacional dos Trabalhadores Metroviários*, sancionado e transformado na Lei nº 11.801, de 4 de novembro de 2008; e
- Nº 219, de 2008 (nº 849/2008, na origem), de 4 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2006 (nº 6.248/2005, na Casa de origem), que *acrescenta o § 3º-C ao art. 30 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências*. (Determina que os cartórios de registros públicos afixem, em locais de fácil leitura e acesso, quadros contendo os valores das custas e emolumentos), sancionado e transformado na Lei nº 11.802, de 4 de novembro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 220, de 2008 (nº 872/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 19, de 2008-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de um milhão, cento e oitenta e sete mil e duzentos e dezessete reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.808, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 221, de 2008 (nº 873/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 20, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de cinco milhões, oitocentos e setenta mil reais, para o fim

que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.809, de 13 de novembro de 2008;

- Nº 222, de 2008 (nº 874/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 21, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Desenvolvimento Agrário, crédito suplementar no valor global de duzentos e quatro milhões de reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.810, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 223, de 2008 (nº 875/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 22, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas estatais, crédito suplementar no valor total de trezentos e quatorze milhões, setenta e nove mil e setenta e cinco reais, para os fins que especifica; sancionado e transformado na Lei nº 11.811, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 224, de 2008 (nº 876/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Justiça e da Defesa, crédito suplementar no valor global de setenta e dois milhões, oitocentos e trinta mil, oitenta e oito reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.812, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 225, de 2008 (nº 877/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 25, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Cultura, crédito suplementar no valor global de quarenta e um milhões quatrocentos e vinte mil, quinhentos e trinta e um reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.813, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 226, de 2008 (nº 878/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 26, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de cento e cinquenta e três milhões de reais, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.814, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 227, de 2008 (nº 879/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 27, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, crédito suplementar no valor de hum bilhão e trezentos milhões de reais, para reforço de dotação constante da Lei

- Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.815, de 13 de novembro de 2008;
- Nº 228, de 2008 (nº 880/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 28, de 2008-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios da Previdência Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de dois bilhões oitocentos e cinquenta e um milhões setecentos e noventa e seis mil, oitocentos e sessenta e oito reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.816, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 229, de 2008 (nº 881/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 29, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios das Minas e Energia, dos Transportes e das Comunicações, crédito suplementar no valor global de nove milhões, seiscentos e setenta e cinco mil, cento e dois reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.817, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 230, de 2008 (nº 882/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 30, de 2008-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor dos Ministérios do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, crédito suplementar no valor global de dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.818, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 231, de 2008 (nº 889/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 32, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, crédito suplementar no valor total de setecentos e oitenta milhões setecentos e quarenta e nove mil, trezentos e sessenta e oito reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.825, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 232, de 2008 (nº 883/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 33, de 2008-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2008, em favor das empresas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A e Boa Vista Energia S/A, do Grupo Eletrobrás, crédito especial no valor total de sessenta e oito milhões trezentos e noventa e sete mil e oitocentos e cinquenta e sete reais, para os fins que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.819, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 233, de 2008 (nº 884/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 34, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Fazenda, crédito especial no valor de sessenta e seis milhões e novecentos mil reais, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.820, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 234, de 2008, (nº 885/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 37, de 2008-CN, que abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de oito milhões, duzentos e vinte e quatro mil, duzentos e vinte e oito reais, para o fim que especifica, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 11.821, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 235, de 2008, (nº 886/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 45, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, crédito especial no valor de cinco milhões de reais. para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.822, de 13 de novembro de 2008;
 - Nº 236, de 2008, (nº 887/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 46, de 2008-CN, que abre aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor da Justiça Eleitoral, da Presidência da República e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, crédito suplementar no valor global de cinco milhões, oitocentos e vinte e nove mil, novecentos e setenta e seis reais, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente, sancionado e transformado na Lei nº 11.823, de 13 de novembro de 2008; e
 - Nº 237, de 2008, (nº 888/2008, na origem), de 13 de novembro de 2008, restituindo autógrafos do Projeto de Lei nº 47, de 2008-CN, que abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Defesa, crédito especial no valor de cento e sessenta e sete milhões e quatrocentos mil reais, para o fim que especifica, sancionado e transformado na Lei nº 11.824, de 13 de novembro de 2008.
- O SR. PRESIDENTE** (Jayme Campos. DEM – MT) – Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.
- As Mensagens nºs 220 a 237, de 2008, juntadas aos processados respectivos, vão ao Arquivo.
- Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

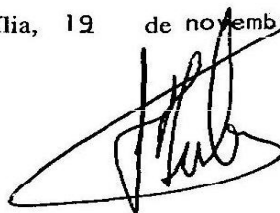
MENSAGEM
Nº 238 DE 2008
(nº 895/2008, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor **JOSÉ VIEGAS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e República da Albânia.

Os méritos do Senhor José Viegas Filho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de novembro de 2008.



EM No 00430 MRE /DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 7 de novembro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOSÉ VIEGAS FILHO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália e cumulativamente junto à República de San Marino e República da Albânia.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **JOSÉ VIEGAS FILHO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, Celso Luiz Nunes Amorim

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *JOSÉ VIEGAS FILHO*

CPF.: 7505990497

ID.: 1297/MRE

1942 Filho de José Viegas e Dirce Bastos Viegas, nasce em 14 de outubro, em Campo Grande/MS

1964 CPCD - IRBr

1966 Terceiro Secretário em 15 de fevereiro

1966 Departamento de Assuntos Jurídicos, assistente do chefe

1966 Divisão de Produtos de Base, assistente

1969 Segundo Secretário, por merecimento, em 1 de janeiro

1969 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Adjunto

1973 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário

1975 Primeiro Secretário, por merecimento, em 1 de setembro

1978 Departamento Econômico, assistente do chefe

1979 Conselheiro, por merecimento, em 21 de junho

1981 Secretaria de Assuntos Políticos e Econômicos da Área Internacional Bilateral (SEB), Secretário, substituto

1981 Missões bilaterais de Planejamento Político: França, Canadá, Angola, Moçambique, Chefe de delegações

1982 CAE - IRBr, A segurança do Atlântico Sul e as relações com a África.

1982 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de dezembro

1982 Instituto Rio Branco, Professor da cadeira de Política Externa Brasileira contemporânea, Professor

1984 Embaixada em Roma, encarregado de negócios em missão especial

1985 Embaixada em Paris, Ministro Conselheiro

1986 Embaixada em Havana, Ministro Conselheiro

1987 XIII Assembleia do Grupo Executivo de Países Latino-Americanos e do Caribe Exportadores de Açúcar (GEPLACEA), Havana, Chefe de delegação

1991 Departamento de Organismos Internacionais, Chefe

1991 Planejamento Político, Chefe da equipe

1991 Missões Bilaterais de Planejamento Político: EUA, Canadá, México, Argentina, Grã-Bretanha, França, Alemanha,

Rússia, Suécia, Itália, Espanha, Egito, Índia, China e Japão, Chefe de delegações

1992 Ministro de Primeira Classe, merecimento, 25 de junho

1992 Reforma do Tratado de Tlatelolco, Chefe de equipe de negociação do Brasil

1992 Reunião Regional da FAO, Montevidéu, Chefe de delegação

1993 Reunião Ministerial do Movimento dos Não-Alinhados, Cairo, Chefe de delegação

1994 Reuniões de Planejamento Político com as Forças Armadas brasileiras: Exército, Marinha, Aeronáutica, EMFA, Chefe de delegação

1994 Missão de preparação da adesão do Brasil ao MTCR: Londres, Paris, Bonn, Berna, Estocolmo, Moscou, Tóquio e Washington, Chefe de delegação

1995 Embaixada em Copenhague, Embaixador

1995 Seminário sobre medidas de confiança na América do Sul, New Port, RI, Chefe de delegação

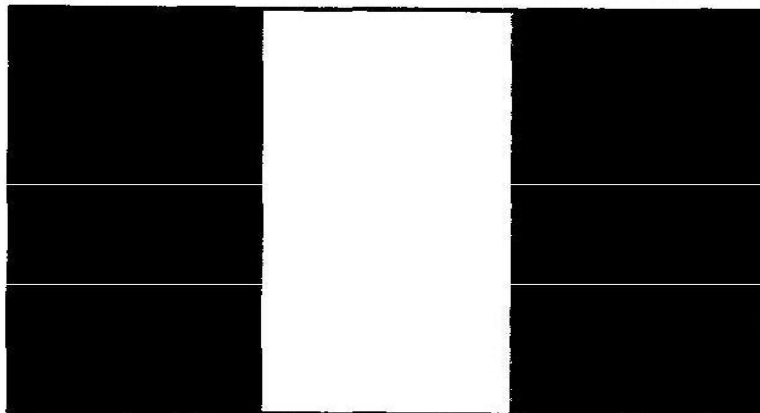
1996 Conferência de Revisão da Convenção sobre Armas Convencionais (minas terrestres), Viena e Genebra, Chefe de delegação
1998 Conferência de proscrição das minas anti-pessoal, Bruxelas, Oslo, Ottawa, chefe de delegação
1998 Comitê Intergovernamental de Seguimento e Coordenação do Programa de Cooperação entre Países em Desenvolvimento (CISC), Havana, Chefe de delegação
1998 Embaixada em Lima, Embaixador
2001 Embaixada em Moscou, Embaixador
2003 Ministério da Defesa, Ministro de Estado
2005 Embaixada em Madri, Embaixador
2005 Reunião Presidencial da União Africana - chefe da delegação - Sirte, Líbia
2007 3ª Conferência Internacional da Comunidade das Democracias - chefe da delegação - Bamako, Mali



DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DA ITÁLIA



ÍNDICE

I. PERFIL DE AUTORIDADES

GIORGIO NAPOLITANO - Presidente da República.

SILVIO BERLUSCONI - Presidente do Conselho de Ministros

FRANCO FRATINI - Ministro dos Negócios Estrangeiros..

II. DADOS BÁSICOS..

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

III. POLÍTICA INTERNA

- Política italiana na atualidade

IV. ECONOMIA..

Situação atual e perspectivas da economia italiana .

Balança Comercial da Itália .

Intercâmbio bilateral Brasil - Itália..

V. POLÍTICA EXTERNA.

VI. RELAÇÕES COM O BRASIL

- Cooperação Técnica .
- Cooperação Intergovernamental .
- Cooperação Triangular..
- Cooperação Descentralizada
- Cooperação Científica e Tecnológica
- Biocombustíveis
- Reforma do Conselho de Segurança da ONU..
- Pesca Marítima..
- Temas Culturais
- Participação do Brasil no Festival da Criatividade .

GIORGIO NAPOLITANO

Presidente da República

Nascido em Nápoles, em 29 de junho de 1925, Giorgio Napolitano começou ainda muito jovem sua vida política. Em 1942, fundou um grupo anti-fascista que empreendeu diversas ações contra os nazistas ao longo da guerra. Em 1945, aderiu ao Partido Comunista Italiano, do qual foi Secretário Federal em Nápoles e Caserta. Em 1947, formou-se em Direito pela Universidade de Nápoles com tese sobre economia política.

Em 1953, foi eleito Deputado, tornando-se responsável pela Comissão Meridional do Comitê Central do Partido Comunista Italiano (PCI). Entre 1976 e 1979 foi responsável pelos temas de política econômica no PCI e, no período de 1986 a 1989, pela condução de sua Comissão de Política Externa e Relações Internacionais.

Expoente da corrente moderada e social-democrática do partido (foi um dos pioneiros do chamado 'migliorismo'), em junho de 1989 tornou-se Ministro do Exterior do Gabinete-sombra do PCI, do qual se demitiu após o Congresso de Rimini, quando declarou-se favorável ao surgimento do Partido Democrático da Esquerda (PDS, que depois se tornou o Democratici di Sinistra-DS).

Foi eleito parlamentar europeu em 1989, cumprindo seu mandato até 1992, quando foi eleito Presidente da Câmara dos Deputados em substituição a Oscar Luigi Scalfaro que se tornara Presidente da República. Em 1996, foi nomeado Ministro do Interior do primeiro Governo Prodi. Elegeu-se novamente parlamentar europeu em 1999, integrando a lista dos Democráticos de Esquerda (DS), mas não se apresentou à reeleição em 2004. Em 23 de setembro de 2005 foi nomeado, juntamente com Sergio Pininfarina, Senador vitalício por seu predecessor, o então Presidente da República Carlo Azeglio Ciampi.

Em 10 de maio de 2006 foi eleito o 11º Presidente da República Italiana, sendo o primeiro Chefe de Estado que já fez parte do Partido Comunista Italiano.

Como Chefe de Estado, Napolitano exerce funções institucionais e de defesa da Constituição. Durante seu mandato ainda não efetuou visita oficial ao Brasil.

Silvio Berlusconi

Presidente do Conselho de Ministros

Nascido dia 29 de setembro de 1936. Casado, cinco filhos. Residente na cidade de Milão. Bacharel em Direito. Em 1962 inicia atividade empresarial no ramo da construção civil. Em pouco tempo torna-se referência nacional no setor de realização de centros residenciais e comerciais. Em 1980 funda o canal televisivo número 5, primeira rede privada nacional, expandindo-se posteriormente com o canal "Italia 1" e a "Rete 4". Berlusconi foi um dos impulsionadores da televisão comercial na Europa. Com a aquisição do grupo editorial Mondadori, em 1989, torna-se o principal editor italiano no setor de livros e revistas. O Grupo Fininvest, de propriedade de Berlusconi - atua também o ramo dos seguros e do setor financeiro através das Sociedades Mediolanum e Programma Italia. Em 1986 assume a presidência do clube de futebol Milan A.C. levando o clube a reunir grande número de vitórias em âmbito internacional.

Fundador e Presidente do movimento político "Forza Italia". Fundador e Presidente do movimento político "Popolo della Libertà". Na 12ª legislatura italiana foi Presidente do Conselho de Ministros, no período de maio a dezembro de 2004. Integrou a 3ª Comissão Permanente (negócios estrangeiros e assuntos comunitários) da Câmara dos Deputados.

Na 13ª legislatura participou, como membro, da 1ª Comissão (temas constitucionais, da Presidência do Conselho e internos) e da 3ª Comissão (negócios estrangeiros e comunitários). Integrou, ainda, a Comissão parlamentar para as reformas constitucionais, da Delegação Parlamentar italiana junto à Assembléia do Conselho da Europa, e da Delegação Permanente junto à União Européia.

Em 27 de fevereiro de 2008 fundou oficialmente o movimento "Povo da Liberdade". Com este movimento, Berlusconi vence as eleições políticas de 13 e 14 de abril de 2008.

Na 14ª legislatura, torna-se Presidente do Conselho de Ministros pela quarta vez, eleito para a Câmara dos Deputados pela lista "Povo da Liberdade" na 17ª circunscrição eleitoral (Região do Molise) com 72 mil votos (resultado que equivaleu a 36,48% dos votos).

Franco Frattini

Ministro dos Negócios Estrangeiros

Nascido em Roma em 1957, formado em Direito, advogado e magistrado, iniciou sua carreira em 1981 na Procuradoria estatal em Roma, tornando-se Conselheiro em 1986; foi encarregado de consultoria jurídica junto ao Ministério do Tesouro e à Câmara dos Deputados. Frattini foi chamado para seu primeiro cargo de Ministro (Função Pública e Assuntos Regionais) pelo Governo Dini (de janeiro 1995 a maio 1996, primeiro e, até o momento, o único governo técnico da história republicana da Itália); demitiu-se, porém, no ano seguinte para candidatar-se nas eleições gerais na coalizão de Forza Italia. Nos Governos Berlusconi atuou como Ministro da Função Pública e como Ministro dos Negócios Estrangeiros. Como Vice-Presidente da Comissão Européia, foi responsável pela Justiça, Liberdade e Segurança.

Em fevereiro de 2008, Frattini indicou a Europa como a prioridade italiana, seja no plano internacional, seja por sua importância no plano nacional e regional: "o Povo das Liberdades deve colocar a Europa no primeiro lugar, para recuperar credibilidade européia, mas também para poder beneficiar-se da estratégia de crescimento que integra o Pacto de Lisboa".

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	Roma
ÁREA:	301.336 km ² (equivalente ao estado do Maranhão)
POPULAÇÃO(2007):	59.131.287 (23ª do mundo)
IDIOMAS:	italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	catolicismo (86,24%), mulçumanos (2,04%), outras religiões (3,58%). 6,7 % da população declara não se identificar com nenhuma religião.
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Giorgio Napolitano, desde 2006
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, a partir de abril de 2008
CHANCELER:	Franco Frattini, a partir de maio de 2008
PIB (2007):	US\$ 2,104 trilhão (dados FMI)
PIB PER CAPITA(2007):	US\$ 30.448 PPP (dados FMI)
EMBAIXADOR DA ITÁLIA NO BRASIL	Michele Valensise
EMBAIXADOR DO BRASIL NA ITÁLIA	Adhemar Gabriel Bahadian

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL ⇒ ITÁLIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até set)
Exportações	2.209,9	2.909,0	3.228,7	3.836,3	4.463,6	3.740,4
Importações	1.738,5	2.049,4	2.276,2	2.570,4	3.347,5	3.480,5
Superávit / Déficit do Brasil	+471,4	+859,6	+952,5	+1.265,9	+1.116,1	+259,9

POLÍTICA

Política Interna

A vitória da coalizão de centro-direita nas últimas eleições

As eleições italianas de 13 de abril de 2008 não podem ser descritas senão como uma expressiva vitória da coalizão de centro-direita. Silvio Berlusconi foi eleito com ampla maioria dos votos (diferença de 9% tanto na Câmara quanto no Senado), derrotando Walter Veltroni, ex-Prefeito de Roma e Secretário do Partido Democrático. Com a vitória de Berlusconi, dois outros dados evidenciam com clareza o fortalecimento da ideologia de direita junto à sociedade italiana: a Lega Nord (Liga Norte), xenófoba e separatista, foi o partido que mais cresceu nas últimas eleições (9%), e a chamada esquerda radical, reunida sob o rótulo “Sinistra Arcobaleno” (Esquerda Arco-Íris), acabou ficando de fora do parlamento italiano, por não ter logrado alcançar a votação mínima para superar a cláusula de barreira.

Não resta dúvida que um dos efeitos das recentes eleições foi a simplificação do Parlamento italiano: em contraste com os quase vinte partidos anteriormente representados, atualmente se tem a vencedora coligação de centro direita (Forza Italia, Alleanza Nazionale e Lega Nord, reunidos no “Partido da Liberdade”), o Partido Democrático – principal força de oposição – e os pequenos Udc (União dos Democráticos de Centro) e Italia dei Valori (liderada por Antonio Di Pietro – “magistrado da operação “mani pulite” dos anos 90 -, de centro-esquerda). Além de quase praticamente resumir-se ao Partido Democrático, a oposição no Parlamento italiano é hoje francamente minoritária: tanto na Câmara como no Senado a coligação vencedora tem margem suficiente para aprovar as medidas que fazem parte de seu programa de governo, o que tem ocorrido sistematicamente.

O discurso da direita busca falar a toda a Itália, como demonstra a geografia do voto de 13 de abril: o Partido da Liberdade obteve uma vitória de contornos nacionais, abrangendo do Norte ao Sul da Itália, ao passo que o Partido Democrático (Pd) venceu apenas no centro, nas regiões que tradicionalmente são redutos eleitorais da esquerda. E, mesmo nestas regiões de tradição de esquerda, o desempenho eleitoral da esquerda foi o pior desde as eleições de 1994.

Apesar da derrota nas últimas eleições, a esquerda não parece resignada a permitir que a direita cumpra seu programa de Governo sem maiores impedimentos. Se não pode influir no Parlamento, a esquerda tem recorrido à oposição extra-parlamentar, feita de manifestações contínuas, a última e mais importante das quais tendo sido organizada pelo Pd no Circo Massimo, em Roma, no último dia 25 de outubro. Diante dessas manifestações, Silvio Berlusconi tem

reiterado que foi eleito para cumprir um programa de Governo aprovado pela maioria dos italianos. Já o líder do Pd, na esteira daquela manifestação, instou Berlusconi a “ouvir os cidadãos” nas questões mais polêmicas.

Política italiana na atualidade

Imigração e segurança

A guinada à direita causada pelas recentes eleições italianas terá seus efeitos sentidos em muitas áreas do espectro político e social, sendo as políticas migratórias uma das primeiras vitrines das mudanças de postura do novo governo. Durante a campanha eleitoral, a questão da imigração foi tema frequente. Emblemático desta nova política em relação à imigração é o polêmico “pacote segurança” proposto pelo Ministro do Interior Roberto Maroni (Lega Nord). O pacote, em parte já aprovado e em parte ainda sob análise do Parlamento, prevê normas duríssimas contra os estrangeiros clandestinos, tanto comunitários como extra-comunitários - a começar pela criação do delito de imigração clandestina, cuja pena será de seis meses a quatro anos. Muito criticado por tratar criminalidade e imigração como faces do mesmo fenômeno, o “pacote segurança” do Ministro Maroni se baseia em uma “emergência segurança” que as estatísticas desmentem: o número de homicídios na Itália é 40% menor que a média europeia e os furtos em apartamentos acontecem em frequência três vezes menor que a na Grã-Bretanha. Há, no entanto, uma percepção difusa de insegurança entre o povo italiano. Tal percepção se deve, em grande parte, à ampla repercussão na mídia de casos policiais isolados, mas causadores de grande clamor público, bem como à instrumentalização política destes mesmos episódios. Esta percepção de insegurança e o medo por ela gerado constituíram grandes cabos eleitorais da centro-direita nas últimas eleições.

A identificação entre criminalidade e imigração constitui talvez o aspecto mais perigoso da abordagem da centro-direita do alegado problema da segurança. No atual momento político, arrisca-se instaurar na Itália um clima de xenofobia, demonstrado em diversos episódios de intolerância noticiados pela imprensa. Declarações críticas à nova postura italiana no tratamento do imigrante já vieram da UE, da Espanha, do Vaticano e da Romênia.

Medidas dignas de destaque do “pacote segurança” que já foram aprovadas pelo Parlamento são as seguintes:

- a) transformação do estado de clandestinidade em circunstância agravante, ou seja: caso o autor de qualquer crime seja também imigrante clandestino, a pena cominada será aumentada de um terço;
- b) ampliação das hipóteses em que se faculta aos Magistrados determinar a expulsão de um imigrante: antes a expulsão só era possível caso o imigrante cometesse crime punido com pena superior a dez anos; agora, basta uma pena de dois anos para possibilitar a expulsão;

c) quem alugar imóvel a imigrante clandestino passa a estar sujeito a penas que vão de seis meses a três anos e a eventual confisco do imóvel.

O endurecimento da postura do governo italiano no que diz respeito à imigração é potencialmente danoso para a comunidade brasileira na Itália, que conta com um contingente significativo de imigrantes irregulares. No entanto, previsões mais pessimistas poderão ser desmentidas pelo caráter ordeiro da maior parte dos imigrantes brasileiros presentes no país: segundo relato de encontro entre o Cônsul-Geral do Brasil em Roma e o Questor da capital, “não há incidência expressiva de brasileiros nos registros criminais da província”, sendo a única nuance negativa a singularizar os brasileiros a “questão dos travestis e transexuais que se prostituem em áreas públicas”.

Primeiro semestre. Segurança/imigração, Emergência sanitária e agenda judiciária do Premiê.

Além da discussão sobre segurança e imigração, o primeiro semestre do governo Berlusconi foi dominado por dois outros temas: a emergência sanitária em Nápoles e os problemas judiciais do Premiê.

Para fazer frente à “emergenza rifiuti” (emergência lixo) de Nápoles, o governo Berlusconi nomeou um novo Subsecretário da Presidência do Conselho. Guido Bertolaso, ex-Chefe da Proteção Civil, tem trabalhado com base no decreto-lei aprovado pelo Conselho de Ministros, que prevê a abertura com máxima brevidade de 8 novos aterros sanitários e 4 novas estações de incineração. A aparentemente óbvia solução de criar novos aterros sanitários é, contudo, politicamente custosa: a cada anúncio de um novo aterro, eclodem protestos de moradores das vizinhanças e de ambientalistas – espécie de pressão que impediu a abertura de novos aterros à época do governo Prodi. Em face da emergência napolitana, Berlusconi prometeu punho firme para com os manifestantes, não cedendo à lógica do “not in my back yard”: o decreto aprovado pelo Conselho de Ministros prevê penas de até cinco anos de cárcere para os promotores de revoltas contra a instalação de novos aterros. Ainda, as áreas individuadas como sítios de novos aterros passam a ser equiparadas a áreas militares, contando com a vigilância do Exército. A Ministra do Meio Ambiente, Stefania Prestigiacomo, promete que sua pasta estudará compensações para os municípios onde serão instalados os aterros, seja através de mecanismos fiscais, seja através de ações de valorização de suas áreas verdes. A estratégia berlusconiana deu resultados: embora ainda longe de estar solucionada em definitivo, a emergência sanitária em Nápoles foi devidamente controlada.

Ecoando seus mandatos anteriores, em que as complicações judiciais de Berlusconi eram resolvidas pela promulgação de leis talhadas sob medida para resolver os problemas do Premiê, o primeiro semestre deste ano foi marcado pela edição de novas leis “ad personam”. A primeira delas, alcunhada pela imprensa de “norma salva-premiê”, determinava uma suspensão de processos talhada para

atingir o processo Mills, em avançado curso perante a décima seção judiciária do Tribunal de Milão, no qual Silvio Berlusconi é investigado por corrupção em atos judiciais (Berlusconi teria compelido o advogado londrino David Mills a prestar falso testemunho sobre contas bancárias no exterior pertencentes ao grupo Fininvest, de propriedade do Premiê). À norma “salva-premiê” seguiu-se o “lodo Alfano”, aprovado pelo Parlamento em 22 de julho último, que prevê imunidade processual para os quatro mais altos cargos da República (Presidente da República, Presidente da Câmara, Presidente do Senado e Presidente do Conselho de Ministros). Com a aprovação do “lodo Alfano”, Berlusconi solidifica as bases para livrar-se de seus problemas judiciais – segundo estimativa do periódico “La Repubblica”, o Premiê atualmente encontra-se envolvido em 17 processos penais. Berlusconi se defende declarando-se vítima de perseguição por parte de juízes de esquerda, “que pretendem subverter o resultado do voto popular.” A aprovação de novas leis “ad personam” fez naufragar a possibilidade de um diálogo frutífero com a oposição, que atacou duramente Berlusconi por transformar mais uma vez seus problemas judiciais em agenda de Governo. Berlusconi, no entanto, segue adiante com sua obsessão judiciária sem dar importância aos clamores da oposição. A ampla maioria parlamentar conquistada nas últimas eleições e uma popularidade que supera os 60% são interpretadas pelo Premiê como um salvo-conduto: “o povo está conosco; as pesquisas falam claro, minha popularidade está nas estrelas. Agora podemos fazê-lo.”

Segundo semestre. Federalismo.

O segundo semestre – que na Itália começa tipicamente em setembro, após o recesso de verão – tem sido dominado pelos temas do federalismo fiscal e da reforma do judiciário. A reforma do Judiciário é tema caro ao Premiê Silvio Berlusconi, cujas complicações com a Justiça – e as leis ad personam aprovadas para evitá-las – foram tema recorrente de todas as suas passagens pela Presidência do Conselho de Ministros. O federalismo fiscal, por sua vez, é bandeira histórica da Lega Nord, o partido da coalizão de governo que mais saiu reforçado do último embate eleitoral.

O esboço de reforma fiscal elaborado pelo Ministro da Simplificação Normativa Roberto Calderoli é bem diferente da idéia inicial de federalismo fiscal abraçada pela Lega, o chamado “modelo Lombardo”. O “modelo Lombardo”, descrito no programa de governo da centro-direita, previa que as regiões reteriam em seu caixa 15% dos impostos diretos e 80% do IVA. Tal modelo foi alvo de acerbos críticas, posto que sua implementação deixaria várias regiões do Sul da Itália desprovidas de indispensáveis recursos repassados pelo governo central. Apenas para ilustrar rapidamente: o IVA recolhido pela Lombardia totaliza 24 bilhões e meio de euros, enquanto o IVA recolhido pela Calábria atinge apenas 201 milhões de euros. Segundo o economista Tito Boeri, da Universidade Bocconi de Milão, “se o modelo Lombardo fosse aplicado a todo o território nacional, muitas regiões do Sul ficariam em estado de déficit crônico, chegando a ter de fechar escolas e hospitais.” O federalismo fiscal elaborado por Calderoli recebeu a aprovação do Conselho de Ministros, em 3 de outubro último. O texto, que delineia uma nova

moldura geral para a distribuição de recursos entre Estado central, Regiões, Províncias e Comunes, deverá passar pelo crivo do Parlamento até o final do ano. Por tratar-se de um projeto que traça apenas as linhas gerais da nova sistemática de distribuição fiscal, o governo estima que, uma vez aprovado pelo Parlamento, serão necessários mais dois anos para a emissão dos decretos legislativos necessários a integrar a reforma. Em seguida, são previstos cinco anos de transição para o novo modelo, que deverá estar totalmente implementado somente no início de 2015.

A oposição, contudo, aguarda com reservas o projeto, argumentando que só se pode discutir reforma fiscal à vista dos números e que não se pode deixar mais recursos nas regiões ricas do Norte sem em contrapartida reduzir os repasses para o Sul – e assim acentuar as desigualdades regionais – ou aumentar a carga tributária.

O aspecto mais interessante do projeto elaborado pelo Ministro Calderoli é a introdução do conceito de “custo standard”. Atualmente, os recursos que o Estado destina para saúde, instrução, assistência e transporte público são calculados com base no “custo histórico”, uma média histórica dos custos apresentados por cada região. O projeto de federalismo prevê que o Estado individualize qual o custo de um determinado serviço em cada região – digamos, de um procedimento cirúrgico específico – e o valor conseguido pela região mais eficiente passará a constituir o “custo standard”, ao qual todas as demais regiões deverão se adaptar. Para as regiões que gastam mais para fornecer o mesmo serviço, intervirá um fundo regulador (“fondo perequativo”) que completará a disparidade entre o “custo standard” e o custo real. A intervenção do “fondo perequativo” fará com que a mudança tenha poucos efeitos imediatos, mas não se pode desprezar a pressão para atingir nível de eficiência comparável ao das regiões mais virtuosas na gestão dos recursos públicos.

A agenda do segundo semestre inclui também a reforma escolar conhecida como “Reforma Gelmini”, do nome da Ministra da Instrução Pública. Esta reforma tem provocado uma intensa campanha de protestos dos alunos das escolas elementares e universidades, que não aceitam a redução das verbas destinadas à educação, prevista no Projeto de Lei. Segundo o Governo, os alunos estariam sendo manipulados pela esquerda, que estaria tentando criar deliberadamente um “clima de 68” na Itália, e paralisar uma reforma julgada indispensável pela direita para aprimorar a competitividade do país.

ECONOMIA

Situação atual e perspectivas da economia italiana

O Banco Central Italiano (Banca d'Italia) divulgou o Boletim Econômico com previsões para o crescimento deste país para 2008, com base nos resultados da

economia até julho deste ano, cujos indicadores assinalam uma clara desaceleração da atividade econômica do país. A dinâmica relativamente positiva – porém lenta -do PIB no primeiro trimestre do ano se teria deteriorado devido principalmente à contribuição do componente estrangeiro da demanda. O consumo continuou a se ressentir negativamente do modesto crescimento em termos reais da renda disponível das famílias, pressionada pelo forte aumento dos bens energéticos e alimentares. O pessimismo das empresas, registrado pelas pesquisas conjunturais, e o aumento dos custos de financiamento desaceleraram os investimentos, principalmente no setor de máquinas, aparelhos e meios de transporte.

Segundo a análise daquela instituição, o baixo crescimento da produtividade continua a incidir gravosamente sobre a competitividade. Depois de um início de ano favorável, a atividade na indústria se enfraqueceu, tendo registrado queda em maio e no total do segundo trimestre. Os salários tiveram decisiva aceleração entre a última parte de 2007 e o primeiro trimestre de 2008, o que resultou em forte incremento do custo do trabalho por unidade de produto. O crédito bancário às empresas continuou a expandir-se em ritmos elevados, como também os empréstimos às famílias.

Depois do bom resultado de 2007, a taxa de emprego registrou ulterior leve aumento no primeiro trimestre de 2008. A sensível expansão da participação no mercado de trabalho no primeiro trimestre se refletiu em aumento da taxa de desemprego da ordem de 6,5% (era 6,2% no período precedente).

A inflação chegou aos altos patamares da metade dos anos noventa, impulsionada pelo aumento dos alimentos e da energia nos mercados internacionais. O ritmo do aumento nos doze meses do índice harmonizado dos preços ao consumo atingiu 4,0% em junho. Os aumentos se referiam a alguns serviços especialmente sensíveis ao andamento das cotações das matérias primas.

Todos os mais recentes indicadores conjunturais sobre a economia italiana delineiam a evolução da atividade produtiva e da demanda especialmente fraca. Se no primeiro trimestre deste ano o PIB recuperou a contração do último quarto de 2007 (+0,5% diante de -0,4%), o crescimento até o momento foi muito reduzido (0,3%) e se aproxima do índice previsto para 2008 (+0,4% anual). As projeções dos maiores centros de previsões econômicas convergem para um insignificante aumento conjuntural (em torno a 0,1% médio) no segundo semestre, com evidente dificuldade em relação aos consumos privados, depois da fase de completa estagnação que caracterizou o primeiro semestre; se trataria de uma modesta recuperação devida aos efeitos de um persistente aumento da inflação, no momento em torno aos 4% tendenciais ao ano, como não acontecia desde a metade dos anos noventa.

Os dados indicam que a Itália crescerá de modo quase imperceptível (e seria o quarto ano nos últimos dez, após 2002, 2003 e 2005), em ritmo igual a apenas um

terço daquele estimado para a área euro (+1,5%), o que comprovaria que o baixo crescimento tornou-se a principal emergência da economia italiana. A opção de sanear as finanças públicas é, sem dúvida, inevitável, para que o déficit e o débito não voltem a aumentar, visto o atual estado de incerteza do quadro macroeconômico.

Em virtude de tais resultados o "Documento de Programação Econômico-Financeira (DPEF) para o período de 2009-2013", também elaborado pelo Banco, indica como 2,5% do PIB o novo objetivo para o endividamento líquido em 2008 (era 1,9% em 2007). No quadro previsto, a atividade econômica cresceria pouco, seja este ano, seja o próximo, as exportações seriam desaceleradas pela perda de competitividade dos preços, com um crescimento de cerca de 2% no ano e de pouco menos para o próximo. Neste contexto, também as importações sofreriam desaceleração. O quadro de previsões mostra riscos de aumento para a inflação e diminuição do crescimento, em virtude da possibilidade de ulteriores aumentos de preços da energia e de uma evolução mais desfavorável do quadro macroeconômico e financeiro internacional.

No que diz respeito à evolução do mercado cambial, acionário e creditício na Itália durante a crise financeira, cumpre registrar que o índice MIBTEL tem acumulado, do início de outubro de 2008, perdas comparáveis às dos demais países da zona do euro. A situação de instabilidade do mercado gerou, como esperado, uma demanda aos "Bot" ("Buono Ordinario del Tesoro" equivalente a títulos do Estado de curto prazo). Em período de crise do mercado de valores imobiliários, ao contrário dos ingleses e demais europeus, que orientaram os investimentos aos títulos das commodities (em particular o petróleo), e dos metais preciosos, os italianos parecem tender a orientar seus investimentos ao setor imobiliário, embora tenha havido registro de queda dos preços no mesmo período.

Um certo alívio foi fornecido ao mercado com a divulgação, no dia 10 de outubro, pela Consob ("Commissione Nazionale per le Società e la Borsa" - equivalente a CMVM), da extensão da proibição de venda de títulos a descoberto a todos os títulos cotados na bolsa, e não apenas sobre os títulos de bancos e companhias de seguros, passando a exigir que a venda seja acompanhada da propriedade e da disponibilidade dos títulos, pelo autor, até à data da liquidação da operação. A reação positiva na Bolsa ocorreu como consequência das medidas anunciadas, em 11 e 12 de outubro, pelos 15 membros da zona do euro que acordaram em Paris medidas de combate aos efeitos da crise financeira global.

Na Itália, foi reunido um "Comitato per la salvaguardia della stabilità finanziaria" que contou com a presença, entre outros, do Governador do Banco Central, Mario Draghi, do Diretor Geral do Tesouro, Vittorio Grilli e do Presidente da Consob, Lamberto Cardia, com vistas a acompanhar as repercussões da crise, fiscalizar e supervisionar o mercado de valores. Naquela ocasião, o Ministro da Economia, Giulio Tremonti, afirmou que os dados econômicos sugeririam que os efeitos da crise dos mercados financeiros internacionais na Itália estariam contidos. Segundo declarações do Presidente da Abi (associação dos bancos italianos), os bancos

italianos foram mais prudentes do que os americanos na gestão dos riscos e dessa forma as suas situações financeiras são muito mais fortes.

A existência, na Itália, de um fundo interbancário de proteção de depósitos, criado em 1987, que garante depósitos de até 103 mil euros e é utilizado quando um banco se torna insolvente, consiste em elemento tranquilizador de pequenos investidores e correntistas.

Após solicitação do Premiê britânico Gordon Brown de início de outubro de que a Itália providenciasse a defesa do sistema financeiro do assalto especulativo, e consequentemente à avaliação dos riscos de “ataques” que outras instituições financeiras poderiam efetuar aos bancos italianos, submetidos a perdas que superaram o desempenho das Bolsas, o Governo aprovou decreto com medidas emergenciais contra a crise. Dentre as medidas, está a determinação de que a garantia dos depósitos bancários terá igualmente uma cobertura do Estado e que, se necessário, o governo poderá intervir no capital dos bancos. As medidas do Governo italiano consistiriam na defesa, pelo Estado, dos depósitos italianos de modo a combater a especulação e atrair capitais externos, graças à proteção da poupança, solução qualificada por analistas de “sistêmica”, no âmbito de uma lógica de mercado, coerente com as decisões do banco italiano Unicredit, a instituição nacional mais afetada pela especulação. A garantia do Estado sobre contas-correntes será acrescida da proteção ao fundo de garantia interbancário, o mais amplo no sistema europeu.

A peculiaridade da solução italiana seria o fato de não ser prevista nacionalização do sistema de crédito, mantendo-se o Estado fora da gestão do sistema, que permanece privada. O Tesouro italiano investirá, conforme as indicações do Ministério da Economia e dos bancos, em ações privilegiadas, sem direito a voto, de modo “provisório e neutro”, segundo declarou o Ministro Tremonti. Quanto aos recursos eventualmente necessários à recapitalização de bancos em dificuldade, foram identificadas a Caixa de Depósitos e Empréstimos, o Tesouro nacional e eventualmente a Fintecna (“Financeira para os Setores da Indústria e de Serviços”, sociedade controlada pelo Ministério da Economia), os quais financiarão fundo de 20 a 30 bilhões de euros; foi assentado que as reservas em ouro do Banco Central italiano, avaliadas em 68 bilhões de euros, deverão corresponder à garantia que a União Européia e o BCE poderiam autorizar. No tocante a eventual auxílio a bancos, Tremonti esclareceu que o governo italiano interviria “caso a caso”, razão pela qual não teriam sido predeterminados valores para tais medidas, a serem adotadas “conforme seja necessário”. O Premiê, ao indicar o risco de que os bancos retirem “oxigênio das empresas”, apontou como necessária a redução dos impostos, “os mais altos da Europa”, e o combate à evasão fiscal. Segundo o presidente do Banco Central italiano, Mario Draghi, “o sistema bancário é sólido e o decreto foi elaborado por prudência”.

Cabe sublinhar que 98% do tecido empresarial é constituído por pequenas e médias empresas, as quais não dispõem de fatores-chave como a capitalização e patrimonialização: por esta razão, o Diretor da área internacional da Confindustria

(CNI italiana), Mauro Felisati, afirmou que é necessário garantir que o sistema bancário desempenhe sua função de conceder crédito. Segundo declarou a Confindustria, “o fim do túnel da recessão está distante”: a probabilidade de retomada de crescimento em 2009 “parece nula” e estaria vinculada ao andamento da crise bancária que poderia “tornar-se perigosa espiral na economia real”.

Sempre no contexto das medidas para salvaguardar a economia italiana dos efeitos nocivos da crise financeira internacional, foi criado um Comitê Estratégico, com a participação do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério da Economia italiano, com o papel de proteger setores estratégicos, como defesa, energia e telecomunicações, e privilegiar aqueles fundos soberanos que a Itália considere seguros e que tenham adotado regras de transparência em suas atividades. O Comitê estará empenhado nas negociações com os fundos soberanos interessados em investir na Itália. A decisão de que o próprio Governo, e não mais os bancos privados, passe a servir de interlocutor dos mencionados fundos soberanos, tem o escopo, por um lado, de impedir que fundos soberanos - especialmente de países asiáticos - possam aproveitar-se do momento de crise atual para adquirir quotas de participação significativas - ou até mesmo o controle majoritário - de empresas italianas que operam em setores estratégicos, e por outro lado, de garantir a possibilidade de receber investimentos de tais fundos, que contam com grande disponibilidade de recursos.

Balança Comercial da Itália

No período de janeiro a julho de 2008, as exportações italianas para os países extra-UE totalizaram mais de 90,8 bilhões de euros, uma variação de +12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, ao passo que as importações alcançaram a cifra de 105,2 bilhões de euros, um crescimento de +19,4% em relação ao mesmo período de 2007. O saldo negativo da balança comercial é de 14,4 bilhões de euros.

As exportações registraram variações tendenciais particularmente positivas para os países do Mercosul (+22,2%); para os países OPEP (+21,0%) e para a Rússia (+20,5%) e; diminuições tendenciais se revelam para o Japão (-4,7%) e para os Estados Unidos (-4,2%). No que se refere às importações, os incrementos mais acentuados foram registrados em relação aos países OPEP (+29,7%), à Rússia (+17,3%), à Turquia (+15,0%) e os países do Mercosul (+10,3%); as maiores flexões negativas foram para os países EDA (-5,4%), para o Japão (-5,3%) e para outros países europeus (-4,1%).

A análise por setor de atividade indica o crescimento das exportações de quase todos os setores de atividade econômica italiana, sendo os maiores incrementos para os produtos petrolíferos refinados; metais e produtos em metais; máquinas e aparelhos mecânicos e os meios de transporte.

As importações italianas por setor de atividade produtiva também aumentaram em quase todos os setores, tendo sido registrados os maiores aumentos para os produtos petrolíferos refinados; minerais energéticos; produtos da agricultura, silvicultura e pesca; e os minerais não energéticos.

Intercâmbio bilateral Brasil - Itália

Com relação ao comércio bilateral entre Itália e Brasil, dados mais atualizados indicam que as exportações brasileiras para a Itália alcançaram mais de 3,3 bilhões de dólares FOB no período de janeiro a agosto deste ano, o que representou um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. O país importou da Itália mais de 3 bilhões de dólares FOB, com uma variação de +45% em relação ao mesmo período de 2007. O saldo comercial continua favorável ao Brasil e a corrente de comércio entre os dois países aumentou 27% no período.

Os dez principais produtos, em valor exportado do Brasil para a Itália foram: produtos da agricultura, horticultura e floricultura; minerais de ferro; couros; pasta de carta e papelão; produtos de siderurgia; carnes e produtos à base de carne; metais de base não ferrosos; partes e acessórios para veículos; produtos químicos de base e óleos e gordura vegetal e animal.

No que se refere às importações, os principais produtos foram: partes e acessórios para veículos e motores; outras máquinas para empregos especiais e gerais; máquinas e aparelhos para a produção e emprego de energia mecânica; máquinas e utensílios; produtos químicos de base; produtos petrolíferos refinados; produtos farmacêuticos e produtos químicos e botânicos para uso medicinal; outros produtos em metais; metais de base não ferrosos e aviões e veículos espaciais.

A análise dos dados revela o bom desempenho comercial dos produtos italianos do setor mecânico e de tecnologia no mercado brasileiro. Tradicionalmente, tais setores se referem às várias tipologias de instrumentos e maquinários para a indústria manufatureira leve, setor em que a Itália é líder mundial: máquinas têxteis; máquinas para trabalho de metais, cerâmica, madeira e pedras, além de instrumentos e máquinas relacionados à agroindústria, indústria alimentícia e de embalagens. Setores igualmente importantes são o das novas tecnologias, como os destinados à segurança, à tecnologia médico-hospitalar e de telecomunicações.

POLÍTICA EXTERNA

A ascensão de Silvio Berlusconi ao poder significa a retomada da política de alinhamento da Itália com os Estados Unidos. É importante ressaltar que a centro-esquerda nunca negou a existência de uma relação estratégica entre a Itália e os Estados Unidos, sem que isso implicasse um alinhamento automático. A decisão

do Governo Prodi de retirar o contingente italiano do Iraque, por exemplo, foi calculada para demonstrar o repúdio da centro-esquerda ao chamado unilateralismo de Washington. Silvio Berlusconi, porém, sempre foi um aliado de primeira hora dos Estados Unidos, e sua vitória eleitoral terá sido muito bem recebida do outro lado do Atlântico. Como demonstração de que as relações ítalo-americanas serão mais estreitas, o novo Chanceler Franco Frattini observou que considera inadmissíveis os protestos contra o alargamento da base norte-americana de Vicenza, recorrentes durante o Governo Prodi. As relações de Berlusconi com o Partido Republicano são muito mais próximas do que com o Partido Democrático, como atesta sua última visita aos Estados Unidos, em que prodigou elogios ao Presidente Bush e observou que a história reconhecerá sua importância. A única divergência entre Silvio Berlusconi e o Presidente americano deu-se no recente conflito russo-georgiano, em que a posição da Itália foi considerada pela Casa Branca como filorussa. Resta saber se uma eventual suspensão do domínio republicano na Casa Branca afetará as relações entre a Itália de Berlusconi e os Estados Unidos.

Embora o novo Chanceler seja um ex-Comissário europeu, o Governo Berlusconi não parece tão entusiasmado com a unidade européia como o Governo anterior. Não se ouviu, até o presente momento, nenhuma declaração sobre a importância de a Europa aprofundar o processo de integração, o que era moda corrente no Governo Prodi. Não são raros os atritos do novo Governo com as instâncias européias, a ponto de os Ministros italianos terem de dar explicações freqüentes sobre o curso que pretendem imprimir à legislação interna, sobretudo no caso dos imigrantes. Apesar destes atritos, Silvio Berlusconi estima o Comissário Barroso o suficiente para propor sua recondução ao cargo. A aparente indiferença do Governo Berlusconi para com a União Européia é a outra face de sua preferência pela aliança com os Estados Unidos. O contraste com o Governo anterior, que cultivava um profundo sentimento europeu, é flagrante.

O Governo Berlusconi ainda não se pronunciou sobre o alargamento da União Européia. A julgar pela influência de Lega Nord, um partido de convicções anti-islâmicas, é provável que o novo Governo não seja simpático ao ingresso da Turquia no clube europeu, o que representaria uma ruptura com a linha do Governo anterior, persuadido de que o ingresso da Turquia permitiria que os valores europeus se expandissem para o mundo islâmico.

Um dos raros temas de política externa em que a ascensão da centro-direita ao poder não representou mudança de orientação é o Conselho de Segurança. É sabida a resistência da Itália ao pleito de alguns países, entre eles o Brasil, de integrar o Conselho como membros permanentes. A tese da Farnesina é que a representação deveria ser regional, e exercida alternadamente por cada país. Assim se evitaria, no dizer da diplomacia italiana, a criação de privilégios na composição do órgão mais importante do sistema das Nações Unidas. A resistência italiana explica-se, em grande medida, por uma questão de honra nacional, que seria ferida se a Alemanha, país derrotado na Segunda Guerra Mundial como a Itália, entrasse a fazer a parte do Conselho de Segurança como membro permanente. Consciente das próprias limitações, a Itália sabe que sua única chance de influir na tomada de decisões do Conselho é a adoção do princípio da representação regional.

A política do Governo Berlusconi para o Oriente Médio será marcadamente diversa da que vinha sendo conduzida pelo Governo Prodi. Alegando a necessidade de “reequilibrar” a posição da Itália em face do conflito israelo-palestino, o Chanceler Franco Frattini afirmou que não considera oportuno buscar o diálogo seja com o Hamas seja com o Hezbollah, duas organizações que não reconhecem o direito de Israel à existência. Não poderia ser maior o contraste com o Governo anterior, em que o ex-Chanceler Massimo D'Alema, sempre simpático à causa palestina, sustentava a necessidade de dialogar com estas duas organizações para prevenir a ascendência de Teerã sobre elas. A única organização islâmica repudiada pela diplomacia da centro-esquerda era Al-Qaida. O próprio Silvio Berlusconi, que fez questão de comparecer à celebração dos sessenta anos da fundação de Israel, homenageou o Estado hebraico como a “única democracia do Oriente Médio”. Outros dignitários da centro-direita, como Gianfranco Fini, já testemunharam mais de uma vez seu firme apoio a Israel. Ressalte-se, porém, que o Governo Berlusconi vem promovendo uma estreita aproximação com o Egito, como demonstra o reiterado apoio manifestado pela Itália à presença do país na próxima reunião do G8.

O Chanceler Franco Frattini prometeu firmeza na aplicação das sanções econômicas ao Irã. No Governo anterior, o Chanceler Massimo D'Alema não cessava de manifestar sua contrariedade à obtenção de armas nucleares pelo Irã, sem deixar de sublinhar, ainda, que ao país persa deveriam ser dadas as mesmas oportunidades que à Coreia do Norte. Mais solidário às demandas de segurança de Israel, que sente a própria existência ameaçada pelo Irã, o novo Governo é menos sensível aos reclamos de Teerã. Frattini manifestou, ainda, a pretensão de que a Itália seja incluída no grupo 5+1, formado pelos membros permanentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha para negociar com o Irã sobre o programa nuclear. Ciente do filiosionismo do Governo Berlusconi, o Irã recentemente convidou a Itália a não se deixar influenciar “pela política de outras nações”. As autoridades iranianas sempre consideraram a Itália como o país mais apto a servir de mediador no impasse com as potências ocidentais, e temem que a ascensão do Governo Berlusconi prive o Irã de um precioso interlocutor.

O Governo Berlusconi alterou recentemente as normas de operação do contingente italiano no Afeganistão. Durante todo o Governo Prodi, eram constantes os apelos dos Estados Unidos para que se permitisse o deslocamento das tropas italianas para as zonas mais conflagradas do Afeganistão, situadas no Sul. Ante a insistência de Washington, o Governo italiano fazia de conta que não era o destinatário das queixas. Com a ascensão de Silvio Berlusconi, porém, procedeu-se a uma revisão das estritas regras de operação do contingente italiano, que deixará de ficar restrito à zona de Herat e passará a poder marcar presença em um teatro bélico mais perigoso. A despeito dos recentes atentados sofridos pelas tropas italianas, o Governo reiterou o empenho em permanecer no Afeganistão para contribuir na obra de reconstrução do país. Espera-se também que a superioridade numérica da direita no Parlamento facilite a aprovação do decreto anual de refinanciamento da missão afegã, que representava sempre um perigo para o Governo Prodi.

É provável que a ascensão da direita italiana ao poder provoque uma alguma deterioração das relações entre a Itália e a Romênia. Considerada a

massa de imigrantes romenos que vivem e trabalham na Itália, as relações com Bucareste são estratégicas para Roma. Há sinais inequívocos de que o Governo italiano pretende endurecer o combate ao crime organizado, intimamente associado, segundo a inteligência policial disponível, à diáspora romena em solo italiano, que aumentou maciçamente desde o ingresso da Romênia na União Européia. Tal é o alarme do Governo italiano, que já se insinuou reintroduzir o regime de vistos para os cidadãos romenos. Diante destes sinais preocupantes, as autoridades romenas têm manifestado preocupação com o que consideram uma onda de xenofobia contra os nacionais de seu país, e não é de se descartar um eventual estremecimento das relações italo-romenas em futuro próximo.

As relações entre Roma e Trípoli, outro parceiro estratégico da Itália, tiveram um importante impulso com a celebração do Tratado de Amizade, saudado como o encerramento do contencioso italo-líbico sobre o período colonial. O Governo italiano comprometeu-se a construir obras de infra-estrutura, com uma rodovia litorânea, enquanto espera do Governo Ghedaffi maior diligência no controle da imigração clandestina que parte do território líbio em demanda da ilha de Lampedusa.

A ascensão de Silvio Berlusconi significou um estreitamento das relações entre a Itália e a Rússia, que é o grande provedor de energia do país. Durante o Governo Prodi, era sensível o desconforto da centro-esquerda com as tendências autocráticas do líder russo, que nunca escondeu sua simpatia pelo líder da direita italiana, de quem já foi hóspede mais de uma vez, e com quem sempre manteve contato no interregno do Governo do Professore. Nem foi acidental a visita feita por Vladimir Putin a Silvio Berlusconi logo após o triunfo eleitoral da direita, mas calculada a demonstrar o apreço do líder russo pela troca de guarda no Governo italiano. No último conflito russo-georgiano, Silvio Berlusconi evitou criticar Vladimir Putin e foi um dos principais responsáveis pela reação moderada da Europa à demonstração de força da Rússia no Cáucaso. Para além da comum orientação política, há o interesse mútuo dos dois líderes em colaborar no abastecimento energético, de vital importância para a Itália, que renunciou à energia nuclear, e para a Rússia, que considera a Itália um parceiro privilegiado no esforço de tornar a Europa dependente do suprimento de gás natural russo. Silvio Berlusconi tem atuado como uma espécie de advogado de Vladimir Putin nos foros europeus.

A julgar pelos Governos anteriores de Silvio Berlusconi, sua volta ao poder dificilmente representará um estreitamento de laços com a América Latina. Se o Governo Prodi não cessava de proclamar a importância da América Latina para a diplomacia italiana, o Governo Berlusconi não parece considerar a região como uma prioridade de sua política externa. A despeito dos interesses das companhias petrolíferas italianas na Venezuela, é quase certo que as relações entre Roma e Caracas serão distantes, o que não representa, de resto, nenhuma ruptura com a linha do Governo anterior, que tinha suas restrições ao Governo de Hugo Chavez.

RELAÇÕES COM A AMÉRICA LATINA

Declarações de altas autoridades italianas, responsáveis pelas relações bilaterais com os países das Américas, salientam que se abrem inúmeras oportunidades de desenvolver iniciativas de interesse comum entre a Itália e os países latino-americanos. O Governo italiano tem a expectativa de que a cooperação com a região sofra significativo incremento nos próximos anos.

A diplomacia italiana tem reafirmado a importância conferida às relações com a América Latina, que deverão ser objeto de sua atenção prioritária. Nesse contexto, o Governo italiano mostrou-se satisfeito quanto ao amplo consenso obtido na última Cúpula ALC-UE, realizada em Lima, sobre os temas discutidos e o teor das declarações finais, indicando, com isso, que o combate à pobreza e a busca de maior inclusão social constituem objetivos comuns à Europa e à América Latina. À margem daquele encontro, foram muito frutíferos os encontros mantidos pelo Chanceler Franco Frattini com os Presidentes do Brasil, da Argentina, do Peru e da Bolívia.

Recorda-se que a Itália considera de fundamental importância a consolidação do crescimento econômico nos países latino-americanos e julga que as assimetrias existentes entre os países da região e a Europa devem ser levadas em conta ao longo das negociações comerciais atualmente em curso. Acrescenta-se, neste particular, que o Governo italiano gostaria que a União Européia alcançasse um acordo comercial com toda a Comunidade Andina, e não apenas com o Peru.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Cooperação Técnica

Tendo em vista a amplitude do tema, procedeu-se à sua subdivisão com base nos sujeitos promotores da cooperação técnica para o desenvolvimento. Cabe recordar que na Itália, as ações de cooperação para o desenvolvimento estão regidas pela Lei 49/87, chamada de "Nuova disciplina della Cooperazione dell'Italia con i Paesi in via di sviluppo", de 26 de fevereiro de 1987, que incluiu, pela primeira vez, o conceito de cooperação descentralizada, fórmula atualmente desenvolvida pelas Regiões centrais da Itália (Toscana, Umbria, Emilia-Romagna e Marche), a partir de projetos pioneiros com o Brasil.

Cooperação Intergovernamental

Durante a III Reunião do Conselho Ítalo-Brasileiro (Roma, 16 e 17 de outubro de 2008), ambas as Partes registraram os bons resultados alcançados pelos programas em curso nos setores da tutela ambiental e da luta à pobreza urbana e concordaram quanto à necessidade de que a cooperação bilateral entre o Brasil e

a Itália reconheça as alterações nos cenários internos dos Países e, de modo particular, no crescimento dos parâmetros econômicos e sociais do Brasil, que já caracterizam o País como parceiro do diálogo para o desenvolvimento, sobretudo no esforço para a redução das assimetrias do desenvolvimento.

Naquela ocasião foram analisados de modo mais aprofundado os programas intergovernamentais em curso (Biodiversidade, Prevenção de incêndios, luta à pobreza urbana no Estado da Bahia), tendo as Partes concordado sobre o bom andamento dos projetos. Foi ainda recordado que está sendo formulado atualmente um programa de reforço das redes de assistência social, que dá continuação a precedente projeto no âmbito da emergência. O governo italiano salientou o interesse na continuidade do diálogo institucional com o Brasil no setor agroalimentar e agroindustrial e a disponibilidade de intensificar as formas de cooperação em curso. Nesse contexto, foram também recordados alguns pontos críticos de caráter comercial.

Cooperação Triangular

O tema da cooperação triangular entre o Brasil e a Itália, sobretudo no que se refere à África, começou a assumir contornos concretos em 2007. Nesse contexto cabe mencionar a iniciativa de combate à pobreza urbana, em Maputo, que levaria em conta as experiências positivas do programa de renovação urbana criado em Salvador da Bahia, com o apoio da Cities Alliance, e a ampliação de métodos inovadores do programa de prevenção de incêndios para os países limítrofes com o Brasil na Amazônia (Bolívia, Peru e Equador). O governo brasileiro tem manifestado o seu interesse em reforçar a cooperação Sul-Sul, na qual o Brasil poderia desempenhar papel útil ao fazer valer sua competência em setores de grande importância, tais como a saúde, a agricultura ou a "governance".

Cooperação Descentralizada

O Governo brasileiro tem apoiado diversos projetos de cooperação bilateral de tipo descentralizado como forma de fomento ao rápido e harmonioso desenvolvimento econômico e social de diversas regiões do país, ainda com assimetrias e desequilíbrios que demandam gestão descentralizada flexível que prime pela simplicidade na organização e pela adequação às necessidades e realidades de cada região.

O Protocolo adicional ao Acordo Básico de cooperação técnica entre o Governo brasileiro e o Governo italiano sobre cooperação descentralizada, assinado em outubro de 2007, tem se mostrado um documento que assume crescente importância quanto às ações de cooperação promovidas pelas entidades territoriais italianas (Regiões, Províncias e Municípios) em parceria com os entes federativos brasileiros (Estados e Municípios), integrando o Acordo Básico de 30/10/1972.

Encontra-se atualmente em exame na Direção Geral de Cooperação italiana para o Desenvolvimento uma proposta de cooperação descentralizada intitulada "Brasil Próximo", apresentada por cinco Regiões italianas, em que o governo brasileiro demonstrou grande interesse, sendo prevista a apresentação de um programa subsequente denominado "Cem Cidades". Cumpre recordar que a Região do Piemonte apresentou o Acordo de cooperação técnica assinado em 22 de junho de 2007 com o Estado de Minas Gerais, com vistas à realização de programas específicos nos setores da agroindústria, ciência e tecnologia, meio-ambiente e energias renováveis, turismo, artesanato, design e formação de capital intelectual.

Dentre as iniciativas de cooperação descentralizada italo-brasileiras cumpre ressaltar o programa Capes de cooperação com o Politécnico de Turim, os entendimentos entre a Universidade de Ferrara e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná, o termo de cooperação entre a Universidade Federal do Paraná - Ufpr e a Universidade de Pisa, a missão do Estado de Santa Catarina à Itália, o projeto "Sujeitos e Saberes na Mediação Social e Educativa" entre Governo do Piauí e Vêneto, o "Programa Fogo", o programa de proteção à biodiversidade Brasil-Itália, o projeto de despoluição da Baía de Guanabara, o curso de especialização em "Gestão integrada em Saneamento", fruto da Cooperação Brasil-Itália em parceria com a UnB - Universidade de Brasília, dentre outras.

Cooperação Científica e Tecnológica

Em outubro de 2008, no âmbito da III Reunião do Conselho Brasil-Itália, realizada em Roma, ambas as Partes reconheceram a importância da ciência, da tecnologia e da inovação nas relações bilaterais. Registrou-se naquela ocasião a qualidade e o número de projetos apresentados no âmbito do Programa Executivo do Acordo Bilateral de Cooperação Científica e Tecnológica para os anos de 2008-2010, cuja divulgação dos resultados da seleção e o início da execução dos projetos estariam previstos a partir do mês de novembro próximo. O próximo Programa Executivo poderá contemplar as seguintes novas áreas: Saúde, Ciências da Vida, Biotecnologia, Energia e Meio Ambiente.

Cabe registrar a evolução da redação do projeto de Memorando de Entendimento entre o Ministério do Trabalho, da Saúde e das Políticas Sociais da Itália e o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil, bem como os entendimentos entre a Agência Espacial Italiana, a Agência Espacial Brasileira e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que estão finalizando Acordo-Quadro sobre matérias de interesse recíproco (setores de observação da Terra com vistas ao processamento conjunto de dados de satélites para a prevenção de desastres naturais e mudanças climáticas; interoperabilidade e utilização das estações de recepção de dados; telecomunicações; formação e troca de pessoal; produção industrial aeroespacial e projetos-piloto, em particular na África).

Nesse contexto, cumpre ressaltar a importância da assinatura (06/10/08) do Convênio entre o CNPq e o "Consiglio Nazionale delle Ricerche" (CNR). O CNPq e o CNR financiarão a execução de projetos que sejam aprovados por ambas as Partes, cuja duração será de até dois anos. O financiamento global alocado anualmente será de até 48 mil euros, e poderão ser aprovados até cinco projetos por edital lançado.

O Governo brasileiro tem manifestado interesse em conhecer melhor o Plano Nacional de Governo Eletrônico italiano, e em cooperar nos setores de software livre e de inclusão digital, e da interoperabilidade dos sistemas de informação. Com referência ao setores de telecomunicações e de tecnologia da informação, cabe mencionar a positiva cooperação já existente entre Brasil e Itália, com investimentos significativos e desenvolvimento de tecnologias por operadores italianos no Brasil, no setor da telefonia móvel e fixa. Ambos os Governos esperam reforçar a significativa cooperação em curso entre as agências reguladoras de telecomunicações, ANATEL e AGCOM, que deverá favorecer o desenvolvimento dos respectivos mercados.

Cumpre mencionar o interesse do INMETRO na experiência de "Plataformas tecnológicas" italianas vinculadas às plataformas tecnológicas européias, e em cooperar com instituições de pesquisa italianas, sobretudo o INRIM (Istituto Nazionale di Ricerca Metrologica), com a possibilidade de negociação de instrumento de cooperação entre o Inmetro e o INRIM.

Biocombustíveis

A Itália apresenta características estruturais de extrema carência de combustíveis e de hidrocarbonetos, devendo importar gás natural e petróleo, principalmente da Rússia, da Argélia e dos países do Oriente Médio, contexto que condiciona as decisões geopolíticas, sobretudo a partir da segunda crise do petróleo e mais acentuadamente a partir dos anos 90. Quanto à grave situação da segurança do abastecimento energético italiano, que, segundo analistas, derivaria de opções de política energética, caberia citar as dificuldades de construção, no país, de regaseificadores ou locais de estocagem de gás, o que poderia permitir a diversificação geográfica das importações das fontes primárias e a prevenção de crises energéticas.

Dentre os maiores importadores de energia elétrica no mundo, a Itália consumiu, em 2007, cerca de 340 gigawatts de energia elétrica, com um aumento de 2,3%, em relação ao ano anterior (para uma expansão do PIB de 1,9%). A produção nacional italiana de energia elétrica cobre 84% da demanda, sendo o restante obtido por importações diretas de países vizinhos. Na produção interna de energia são empregadas, principalmente, fontes fósseis (80%), sobretudo o gás, seguido do petróleo e do carvão; o restante é produzido a partir de fontes renováveis.

O projeto de Regulamento da UE sobre biocombustíveis ainda não reúne o consenso dos 27 estados membros, haja vista as 304 emendas solicitadas por parlamentares europeus. O uso de biocombustível no bloco europeu não é vinculante, sendo feita recomendação aos países de que o índice ideal seria o de 5,75%. Contudo, dentre as emendas propostas há a de se eliminar tal percentual, e outras que propõem níveis menores, de 6% e 8%. Há pelo menos um ponto da proposta em que o Brasil pede mais rigor, a saber, o de que o biocombustível a ser usado na UE deverá economizar 35% em emissão de gases de efeito estufa na comparação com a gasolina, percentual considerado muito baixo, do que resultaria que qualquer produto poderia entrar na UE. Há propostas de emenda para percentuais maiores, de até 60%, feita de uma só vez, ou de forma gradual, iniciando em 35% e alcançando 50% em 2015. Destaca-se que a UE importou do Brasil cerca de 1 bilhão de litros em 2007, o equivalente a 32% das exportações brasileiras, sendo que o etanol brasileiro responde por 30% do consumo no bloco, não obstante a tarifa de 19,2 euros por hectolitro, equivalente a taxa de 60%.

A mudança de governo na Itália em abril último gerou alterações na política energética do país, que assumiu novos contornos, com o debate sobre a retomada da produção de energia nuclear, atualmente inexistente devido ao referendo de 1987. O Ministro do Desenvolvimento Econômico, Claudio Scajola, é conhecido como defensor do uso da energia nuclear, havendo afirmado que 2013 é o prazo para a primeira "pedra fundamental" da energia nuclear na Itália. A Itália importa quase 14% da sua demanda energética interna de centrais nucleares da França, Suíça e Eslovênia e, segundo o Ministro, "com vistas a garantir autonomia, custos aceitáveis e proteção ambiental o único caminho é a energia nuclear de terceira geração".

Ainda em matéria de biocombustíveis, vale recordar a cúpula da FAO sobre Segurança Alimentar realizada em Roma, no período de 3 a 5 de junho do corrente ano, que abordou a questão da produção de biocombustíveis no bojo da discussão sobre temas sensíveis como o alto preço do petróleo, os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos e os impactos da produção de etanol na crise global dos preços dos alimentos. No evento, o discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sublinhou a clara diferença entre os modos de produção e impactos entre o etanol de cana-de-açúcar brasileiro e o etanol produzido nos Estados Unidos e na Europa, principalmente o etanol de milho americano. Emergiu dos debates a complexidade das causas da crise global dos preços dos alimentos, entre estas a valorização do petróleo e os efeitos sobre os custos de insumos agrícolas e transporte; o aumento do consumo em países como a China e a Índia, as quebras de safra e o aumento especulativo dos preços das matérias primas. A Itália ocupará a presidência do G8 a partir de janeiro de 2009 e deseja ampliar a cooperação com o Brasil, visto como líder do "bom etanol", nas mais diversas instâncias internacionais que vêm tratando do assunto (como, por exemplo, o Global Bioenergy Forum, instância do G8, já presidida por técnico italiano e co-presidida pelo Brasil, a partir de decisão adotada em junho último).

No âmbito da III Reunião do Conselho Ítalo-brasileiro, realizada em Roma em outubro de 2008, as Partes reconheceram a importância dos biocombustíveis como elemento de contribuição à descarbonização da economia global. Nesse contexto, foi mencionada a dimensão inovadora dos veículos "flex fuel", introduzidos no Brasil para fomentar o uso sustentável dos biocombustíveis. Recordou-se, a propósito, que a FIAT domina essa tecnologia e poderia produzir veículos flex-fuel para os mercados de outros países.

Reforma do Conselho de Segurança da ONU

Um dos temas de política externa em que a ascensão da centro-direita ao poder não representou nenhuma mudança de orientação é o Conselho de Segurança. É sabida a resistência da Itália ao pleito de alguns países, entre eles o Brasil, de integrar o Conselho como membros permanentes. Como é sabido, a tese italiana é que a representação deveria ser regional, e exercida alternadamente por cada país. Assim se evitaria, no dizer da diplomacia italiana, a criação de privilégios na composição do órgão mais importante do sistema das Nações Unidas. A resistência italiana explica-se, em grande medida, por uma questão de honra nacional, que seria golpeada se a Alemanha, país derrotado na Segunda Guerra Mundial como a Itália, entrasse no Conselho de Segurança como membro permanente. Consciente das próprias limitações, a Itália sabe que sua única chance de influir na tomada de decisões do Conselho é a adoção do princípio da representação regional.

Pesca Marítima

As associações de categoria e os operadores do setor da pesca na Itália estão se mobilizando para ativar a liberação dos fundos europeus concedidos em Bruxelas ao setor para os países da União Européia, durante o período de 2007 a 2013, ou seja, uma ajuda financeira para facilitar a aplicação da última reforma da política comum da pesca (PCP) e sustentar as reestruturações necessárias.

Os objetivos da utilização do Fundo Europeu para a Pesca (FEP) são de natureza econômica, ambiental e social, voltados a:

- garantir a estabilidade das atividades da pesca e a exploração sustentável dos recursos haliêuticos;
- reduzir a pressão sobre os estoques equilibrando a capacidade da frota comunitária em relação aos recursos disponíveis;
- potenciar o desenvolvimento das empresas economicamente rendosas no setor da pesca e a competitividade das estruturas destinadas a garantir a exploração dos recursos;
- facilitar a conservação e a proteção do ambiente e dos recursos marinhos;

- incentivar o desenvolvimento durável nas zonas costeiras, marítimas e lacustres interessadas pelas atividades de pesca e aquicultura e melhorar as condições de vida e de trabalho das referidas zonas;
- promover a valorização dos recursos humanos e a igualdade entre homens e mulheres ativos no setor da pesca.

Os fundos europeus para a pesca terão uma dotação de 4,9 bilhões de euros para o período de 2007 a 2013. Durante este período está prevista uma liberação de 700 milhões de euros anuais aos Estados-membros. Para a Itália, a participação comunitária do fundo europeu é de 424 milhões de euros em todo o período.

Nos últimos meses, o setor enfrentou a polêmica gerada pela limitação imposta pela Comissão Europeia à pesca do atum vermelho e do peixe espada. Polêmica que se acrescenta à afirmação do comissário UE da pesca Joe Borg, segundo o qual a Itália teria superado a quota de pesca de atum vermelho. De acordo com dados da WWF, a quota de atum vermelho pescada em excedência pela Itália foi de, no mínimo, 700 toneladas em 2008. Dados decisivamente contestados pelo governo italiano.

No entanto, o próprio Governo italiano reconhece a necessidade de reformas no setor, que enfrenta perdas por má gestão e excessiva exploração, o que causa, segundo especialistas, empobrecimento dos recursos haliêuticos. Medidas estão sendo estudadas pelo Governo para reformas no setor, como a prolongação do período de interrupção da pesca em modo a permitir um ciclo reprodutivo mais abundante para todas as qualidades de peixes; e a eventual eliminação de subsídios, na medida em que esta sirva para aumentar o estoque adequado de peixes.

Temas Culturais

O cinema é elemento prioritário na agenda cultural da Embaixada do Brasil em Roma, que tem trabalhado em favor de iniciativas que permitam dar maior visibilidade à produção brasileira em território italiano. Iniciou-se o projeto Cinema Brasileiro na Piazza Navona, em cujo âmbito se realizaram, desde março de 2006, cerca de 200 exhibições gratuitas de DVDs no auditório do CEB. Tais exhibições contaram com mais de mil expectadores, que tiveram a oportunidade de travar contato com a filmografia brasileira recente, a qual tem sido apresentada em mostras temáticas como Cinema e Literatura, Cinema Urbano, O Nordeste brasileiro e Comédia Brasileira.

A Embaixada procurou também estabelecer parcerias de modo não apenas a potencializar a inserção do produto cinematográfico brasileiro no circuito cultural deste país, mas também a melhor esclarecer aspectos históricos brasileiros retratados pela cinematografia nacional. Nesse sentido, no mês de junho de 2007, a Embaixada realizou, em parceria com as Embaixadas da Argentina e do

Uruguai, a "Mostra de Cinema de Direitos Humanos", ocasião em que foram homenageados cidadãos italianos que se destacaram na proteção a perseguidos políticos dos três países, à época dos respectivos regimes de exceção.

Realizou-se em Roma, de 22 a 31 de outubro de 2008, o III Festival Internacional do Cinema de Roma, organizado pela "Fondazione Cinema per Roma", que teve o Brasil como país convidado. O comitê organizador do Festival preparou uma grande festa popular na Piazza Navona, com a participação de dois grupos brasileiros, com cenografia criada pelo artista plástico Ernesto Neto. O programa do Festival Internacional compreendeu, entre outras atrações, uma vitrine do cinema brasileiro, uma retrospectiva de filmes brasileiros recentes, encontro sobre o Cinema Novo - com a participação de Nelson Pereira dos Santos e Cacá Diegues -, eventos especiais com atores e diretores emergentes do cinema brasileiro, exposição de fotos de Pierre Verger, além da chamada "Business Street", que constituiu um espaço de negócios entre produtores e distribuidores, com atenção particular para a indústria cinematográfica brasileira.

Na ocasião, foi assinado um novo acordo de co-produção cinematográfica entre o Brasil e a Itália. Tal instrumento constituirá um primeiro e decisivo passo no sentido de retomar uma estreita cooperação e um processo de criação conjunta entre o cinema brasileiro e italiano, que, no passado, permitiu a produção de verdadeiras obras-primas pertencentes ao patrimônio cinematográfico mundial.

A colaboração com o meio universitário constitui uma das áreas com mais vivo potencial de crescimento na área cultural bilateral. A Embaixada do Brasil em Roma já identificou mais de trinta nomes de professores-doutores que se dedicam, de modo permanente, à língua portuguesa e/ou à cultura brasileira. Nesse sentido, tem-se procurado aproximação efetiva com renomados acadêmicos italianos, como os professores Ettore Finazzi-Agrò, da Universidade de Roma "La Sapienza", um dos maiores nomes mundiais sobre a obra de Guimarães Rosa, bem como Roberto Vecchi, da Universidade de Bolonha, autor de respeitados ensaios sobre Sergio Buarque de Holanda e sobre a literatura brasileira contemporânea.

O Palácio Pamphilj vem sofrendo importantes reformas, ao longo dos últimos três anos, com recursos exclusivos do Governo brasileiro. A divulgação junto à opinião pública e às autoridades italianas quanto à preocupação brasileira com o Palácio Pamphilj, um próprio nacional que é também patrimônio artístico do Barroco universal, pode ser igualmente apontada como uma atividade que certamente trará repercussões positivas para a esfera cultural bilateral.

Participação do Brasil no Festival da Criatividade

A III edição do Festival da Criatividade de Florença (23 a 26 de outubro de 2008) foi inaugurada com a presença do Ministro da Cultura, João Luiz Silva Ferreira. Para o Governador da Região da Toscana, Claudio Martini, a participação do

Brasil no Festival promoveu a aproximação do público a uma realidade "em forte crescimento, capaz de atrair consistentes investimentos internacionais, um país que soube conquistar a atenção do mundo pela sua capacidade de renovar-se".

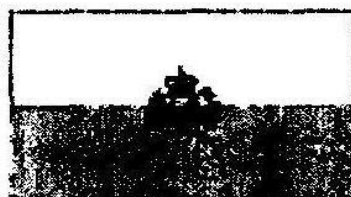
O Brasil contou com um pavilhão de 2.500 metros quadrados, subdividido nos espaços "Ghiaia" (instituições e empresas) e "Fureria" (arte e cultura), que constituiu oportunidade única para projetar e fazer repercutir no governo, na mídia e em segmentos da sociedade local as transformações estruturais por que vem atravessando o Brasil nos últimos anos. Além do Governo Federal, participaram do Festival os seguintes Estados: Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará, Amazonas, Piauí, Maranhão, Ceará ("Ghiaia") e São Paulo ("Fureria"). A delegação brasileira foi composta por 244 representantes dos meios artístico, cultural, institucional, político, econômico e comercial. Durante os quatro dias do evento, foram realizadas 108 atividades específicas sobre o Brasil.

A edição 2008 do Festival - que contou com os apoios institucionais da Presidência da República do Brasil e da Presidência da República Italiana, e o patrocínio do Banco do Brasil -, recebeu mais de 400 mil visitantes (350 mil em 2007), dos quais 90 mil somente nas primeiras 24 horas e 50 mil durante o espetáculo realizado na primeira noite. Os acessos aos sítios do Festival e da Região da Toscana (www.festivaldellacreativita.it e www.intoscana.it) foram da ordem de 4 milhões, contra os 2 milhões realizados em 2007; e 300 mil acessos aos vídeos ("streaming") transmitidos ao vivo num total de 96 horas, pelo sítio www.intoscana.it. A ampla gama de atividades oferecidas durante o Festival com foco exclusivo sobre o Brasil despertaram grande interesse da imprensa, o que gerou - até o momento - mais de 200 entrevistas e matérias nos meios impressos e eletrônicos, tanto no âmbito regional, quanto nacional e internacional.

O Festival constituiu oportunidade para que artistas plásticos, diretores, roteiristas, escritores, designers, arquitetos, engenheiros, empresários, cientistas brasileiros assumissem maior destaque na Europa. Nos âmbitos sócio-cultural e econômico-comercial foram encaminhados entendimentos e realizadas reuniões sobre projetos de cooperação (como do Piauí com as regiões da Toscana e Úmbria) e de missões empresariais ao Rio de Janeiro, Amazonas, Pará, e Santa Catarina. A presença brasileira também ampliou o horizonte de encontros que serão organizados em várias localidades brasileiras, no âmbito da visita do Governador da Região da Toscana ao Brasil, em janeiro de 2009. Ademais, foram iniciados entendimentos com vistas à cooperação entre festivais e a possibilidade de criar edição brasileira do Festival da Criatividade. Durante o Festival foi realizada apresentação do Fórum Social Mundial, que se realizará no Pará, de 27 de janeiro a 1 de fevereiro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DE SAN MARINO



Novembro de 2008

S.E. ERNESTO BENEDITTINI
Capitão Regente da República de San Marino

Ernesto Benedittini nasceu em San Marino, em 5 de março de 1948. É casado e tem duas filhas.

Filiou-se ao Partido Democrata-Cristão Samarinês em 1968. Sempre no mesmo partido, assumiu os cargos de Vice-Secretário, Presidente da Executiva Central e Secretário Administrativo.

É membro do Conselho Grande e Geral desde 1988.

Foi capitão do Castelo de Borgo Maggiore de 1984 a 1988.

Foi membro de diversas comissões do Conselho Grande e Geral: Finanças e Orçamento, Interparlamentar, Conselho dos Doze e Comissão de Assuntos Externos e Políticos, da qual foi também presidente.

Já assumiu as funções de Capitão Regente de 1º de abril a 1º de outubro de 1992.

Eleito Capitão Regente, pela segunda vez, em 16 de setembro de 2008, com mandato de 1º outubro de 2008 a 1º de abril de 2009.

S.E. ASSUNTA MELONI
Capitã Regente da República de San Marino

Nascida em 25 de abril de 1951, Assunta Meloni é casada e tem dois filhos. Formou-se em língua e literatura estrangeiras modernas pela Universidade de Roma I – La Sapienza. Posteriormente, obteve diploma de especialização em inglês pela Universidade de Urbino.

Professora do ensino médio, encontra-se cedida à Universidade de San Marino, onde exerce as funções de chefia dos Departamentos de Formação e de Estudos Históricos.

Foi eleita para o Conselho Grande e Geral em junho de 2006.

Integra diversas comissões do Conselho Grande e Geral: Assuntos Institucionais; Justiça, Ensino e Saúde; Segurança Social e Território; além de ser representante do Conselho Grande e Geral, desde 2006, junto à Assembléia do Conselho da Europa.

É Diretora-Responsável do Jornal *Controluce*, órgão de imprensa pertencente ao movimento político Aliança Popular, ao qual Assunta Meloni é filiada.

Eleita, em 16 de setembro de 2008, Capitã Regente, com mandato de 1º outubro de 2008 a 1º de abril de 2009.

FIorenzo STOLFI
Secretário de Estado de Relações Exteriores e Assuntos Políticos

Fiorenzo Stolfi, nascido em 1956, é casado e tem dois filhos.

Graduou-se em Direito pela Universidade de Urbino.

Filiou-se ao Partido dos Socialistas e dos Democratas, em 1978, tendo assumido os cargos de Vice-Secretário e Secretário-Geral do mesmo partido.

Foi eleito pela primeira vez ao Conselho Grande e Geral nas eleições de 1983.

Secretário de Estado de Turismo, Esporte, Comércio e Agricultura, de 1983 a 1986.

Secretário de Estado de Indústria, Artesanato e Cooperação Econômica, de 1992 a 2000.

Secretário de Estado do Interior, Correios, Telecomunicações e Proteção Civil, de 2001 a 2002.

Secretário de Estado de Finanças, Orçamento e Programação Econômica, de junho a dezembro de 2002.

Secretário de Estado de Relações Exteriores, Assuntos Políticos, Programação e Cooperação Econômica, de 2002 a 2003.

De 2003 a 2006, foi líder de sua agremiação política no Conselho Grande e Geral.

Em julho de 2006, Fiorenzo Stolfi foi designado, pela segunda vez, titular da pasta das Relações Exteriores.

DADOS BÁSICOS

CAPITAL:	San Marino
ÁREA:	61,2 km ²
POPULAÇÃO (2008):	29.973
IDIOMAS:	Italiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católicos
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentar
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO:	Capitães Regentes Ernesto Benedettini e Assunta Meloni, de 1º de outubro de 2008 a 1º de abril de 2009
CHANCELER:	Fiorenzo Stolfi, desde 2006
PIB (2006)	US\$ 1.116 milhões – PPP
PIB PER CAPITA (2006):	US\$ 37.200 – PPP
EMBAIXADOR DE SAN MARINO NO BRASIL	Mauro Maiani (não residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM SAN MARINO	Adhemar Gabriel Bahadian (não residente)

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL ⇒ SAN MARINO	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até set)
Exportações	0,015	0,007	0,353	0,093	0,227	0,003
Importações	4,262	4,517	4,286	2,534	2,841	2,761
Superávit/ Déficit do Brasil	-4,247	-4,51	-3,933	-2,441	-2,614	-2,758

POLÍTICA

O rompimento dos vínculos feudais com o bispo de San Leo, no século XIV, assinala o início da vida independente de San Marino, que teve sua soberania reconhecida pelos Estados Pontifícios na mesma época. Durante a Baixa Idade Média e o Renascimento, San Marino criou instituições peculiares de auto-governo, as quais, no entanto, sofreram, a partir do século XVIII, uma progressiva metamorfose na direção de um regime aristocrático, com a predominância das famílias patricias. Tal situação perdurou até 1906, quando o *Arengo*, a assembléia dos chefes de família, iniciou o processo de modernização democrática do país.

A independência do pequeno Estado foi diversas vezes ameaçada ao longo de sua história. Por três vezes San Marino esteve sob ocupação estrangeira: a primeira, em 1503, por obra de Cesar Borgia, *condottiere* italiano que estendeu seus domínios sobre a região da atual Emilia-Romagna; a segunda, em 1739, quando o cardeal Giulio Alberoni tentou anexar a república aos Estados Pontifícios; e, por fim, em 1944, durante poucas semanas, quando tropas alemãs em retirada, acossadas pela ofensiva dos aliados, ocuparam o território samarinês.

À época da unificação italiana, em meados do século XIX, San Marino constituiu um refúgio seguro para muitas das personalidades comprometidas com o *Risorgimento*. O apoio prestado a Garibaldi permitiu a negociação e obtenção de garantias quanto à manutenção do status independente de San Marino em face da Itália unificada. Tal situação foi, posteriormente, referendada através de tratado de amizade celebrado com o Estado italiano.

De 1926 a 1943, San Marino conheceu um regime de inspiração fascista, responsável pela tutela dos interesses da classe empresarial e das famílias patricias. Apesar disso, o país permaneceu neutro durante a Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, acolheu mais de cem mil refugiados, o que lhe granjeou a antipatia dos regimes do Eixo.

No pós-guerra, alternaram-se governos de esquerda, capitaneados pelo Partido Comunista Samarinês, e governos de centro, liderados pelo Partido Demócrata-Cristão Samarinês. A existência de administrações de esquerda deu origem, durante o período, a tensões com o resto da Europa e, em particular, com a Itália.

Em 1957, uma breve, conquanto séria, crise política levou à coexistência de dois Governos. A crise, que se inseria no contexto da Guerra Fria, solucionou-se após um mês. A ela se seguiu um longo período, de vinte anos, de Governos de centro.

Em tempos recentes, San Marino promoveu reformas políticas de caráter modernizador, introduzindo o voto feminino, em 1960, e incorporando garantias

aos direitos fundamentais e às liberdades públicas, através de legislação aprovada em 1974.

A partir de 2000, tem-se verificado um período de instabilidade política, com frequentes trocas de Governo. Em seguida às eleições de 2006, formou-se novo Governo, de centro-esquerda, através de coalizão que compreendia o Partido dos Socialistas e dos Democratas, a Esquerda Unida e a Aliança Popular. Os temas principais da agenda do Governo diziam respeito às relações econômicas e administrativas com a Itália, à integração com a União Europeia e a reformas institucionais. Depois de dois anos de desavenças internas, porém, a coalizão se desfez e foram convocadas eleições gerais para o dia 9 de novembro de 2008.

ECONOMIA

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Em 2006, mais de 2,1 milhões de turistas visitaram o país. Cerca de 90% do PIB de San Marino concentra-se em seis setores da economia, a saber, industrial, bancário, público, de seguros, de comércio e serviços. As demais atividades econômicas de relevo de San Marino são a intermediação financeira, os setores de eletrônica, da indústria leve, de cerâmica, além da filatelia e da numismática.

No tocante ao quadro macroeconômico do país, segundo os dados estatísticos mais recentes, constantes da relação apresentada pelo "Ufficio Programmazione Economica e Centro Elaborazione Dati e Statistica", em relação ao orçamento de 2006, San Marino apresentou, em 2006, crescimento real do PIB de 2,9% em relação ao ano de 2005. Registrou-se, igualmente, no mesmo período, um aumento das importações (+11,3%) e das exportações (+13,2%). Deve-se sublinhar que o mercado de trabalho em San Marino apresentou, em 2006, índice médio de desemprego de 3,3% e aumento de 1,69% dos postos de trabalho, com salário médio mensal variando de 1.780 euros a 4.100 euros.

Sobre o mercado consumidor interno, os dados disponíveis indicam que 21,3% da despesa média mensal das famílias do país destinam-se à aquisição de gêneros alimentícios e bebidas. Ademais, 15,3% da despesa média destinam-se à habitação, 10,6% ao transporte, 10,2% a refeições fora de casa e 8,5% às férias.

O sistema financeiro de San Marino conta atualmente com doze bancos, 50 sociedades financeiras e cerca de 30 corretoras de seguros. Os bancos que operam no país estão presentes no território com cerca de 50 sucursais (dados de 2005), com uma média de cerca de 10 empregados por agência. O crescimento significativo registrado no setor bancário e financeiro nos últimos anos e a evolução do país como centro financeiro têm sido acompanhados de progressiva supervisão e regulação do setor, a fim de garantir o equilíbrio e a estabilidade do

sistema e, simultaneamente, evitar que seja usado para a lavagem de dinheiro. Depois da assinatura e ratificação da Convenção de Haia, de 1/07/1985, por intermédio da publicação do Decreto nr. 119 de 20/09/2004, a República de San Marino introduziu em seu ordenamento jurídico a legislação sobre trustes (Lei nr. 37 de 17/03/2005).

No tocante ao sistema tributário de San Marino, tratar-se-ia de estrutura simples, composta de tributos essenciais: impostos diretos com escalonamento progressivo baseado na renda líquida; o imposto proporcional pago por pessoas jurídicas (19% sobre a renda final, determinada como a diferença entre todos os elementos positivos e negativos da receita); impostos sobre renda de pessoas jurídicas auferida no exterior, reconhecido o crédito fiscal relacionado ao que já tenha sido pago no exterior, mesmo na ausência de convenção bilateral a respeito.

São reduzidas as obrigações dos contribuintes perante a administração tributária no que diz respeito aos impostos sobre a renda, pagos a partir de simples declaração anual, sendo previstas deduções por créditos de imposto pago durante o ano. Entre os impostos indiretos, o mais relevante é o imposto único sobre a importação de bens ou mercadorias, de 17%, salvo determinadas categorias de bens, dependendo de sua destinação e utilização (por exemplo, alíquota de 6% sobre a importação de automóveis). Há ainda impostos sobre registros públicos, selo fiscal, heranças e o registro de hipotecas. Tais impostos são progressivos, proporcionais ou fixados segundo o ato a ser registrado.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa reveste-se de importância fundamental para um Estado de dimensões geográficas muito reduzidas, como é o caso de San Marino. Compreensivelmente, as prioridades da Chancelaria samarinesa concentram-se nas relações com a Itália, reguladas por acordo de amizade e boa vizinhança celebrado em 1939.

As relações de San Marino com a União Européia são disciplinadas por acordo firmado em 1991 e vigente a partir de 2002. Disposições constantes do acordo permitiam a revisão dos seus termos durante os cinco primeiros anos de sua entrada em vigor, mas, diante do silêncio das partes, não se procedeu a nenhuma modificação, o que suscitou críticas por parte de setores do empresariado local.

San Marino pertence aos seguintes organismos internacionais: UPU (1927), UNIDROIT (1945), OMPI (1966), OMT (1971), OCDE (1973), UIT (1977), UNESCO (1974), OMS (1980) e OIT (1982). Em 1988 ingressou no Conselho da Europa, cuja presidência exerceu de novembro de 2006 a maio de 2007.

Em 1992, o país foi admitido na ONU e, desde 2006, faz parte da OIPC (Interpol).

RELAÇÕES COM O BRASIL

No plano bilateral, foram estabelecidas, através de Acordo sobre Relações Consulares, celebrado em 14 de dezembro de 1984, relações oficiais de caráter consular entre o Brasil e San Marino.

Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não-residentes.

O Embaixador Adhemar Bahadian foi o primeiro Embaixador não-residente a apresentar cartas credenciais aos Capitães Regentes da República de San Marino. Naquela oportunidade, fez-se acompanhar do Subchefe de Assuntos Federativos da Presidência da República, Dr. Vicente Trevas, e do Assessor Especial do Presidente, Dr. César Alvarez.

Por ocasião da cerimônia de apresentação de cartas credenciais, em fevereiro de 2006, o então Secretário de Estado de Relações Exteriores samarinês realçou o crescente protagonismo do Brasil, bem como do próprio Presidente Lula, no cenário internacional em favor da paz e do progresso e, notadamente, na defesa do combate à fome e à miséria. Sublinhou também o Secretário de Estado o interesse de San Marino em aprofundar o diálogo e a colaboração nas relações bilaterais, destacando as convergências existentes no plano multilateral.

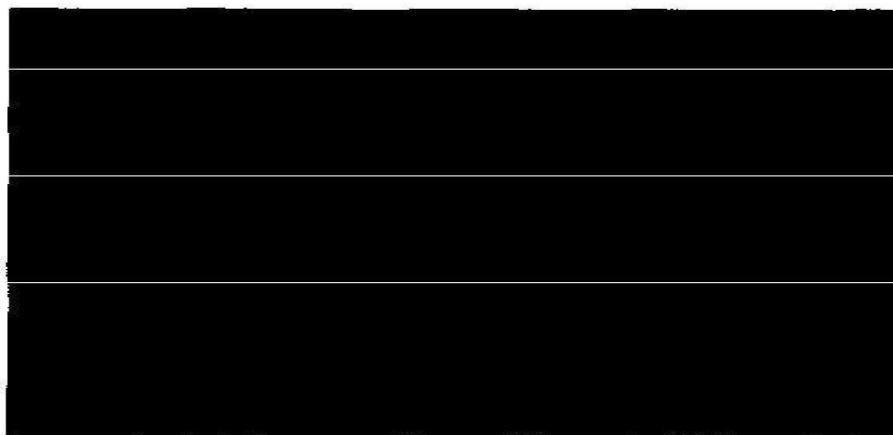
O Embaixador Adhemar Bahadian ressaltou, como traço de afinidade entre os dois Estados, o compromisso do Brasil com o multilateralismo e com a via política para a resolução de controvérsias. Durante o evento, evidenciou-se o interesse de ambos os países em seguir explorando as possibilidades de cooperação, sobretudo no âmbito multilateral, em benefício mútuo.

Temas Consulares

San Marino possui um consulado honorário na cidade de São Paulo.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE A REPÚBLICA DA ALBÂNIA



Novembro de 2008

S.E. BAMIR TOPI

Presidente da República da Albânia

Ramir Topi nasceu em Tirana, capital da Albânia, em 24 de abril de 1957. É casado e tem duas filhas. Depois de se graduar em medicina veterinária, pela Universidade Agronômica de Tirana, começou a trabalhar na cidade de Petrela, onde se notabilizou por seus estudos em toxicologia e farmacologia. De 1987 a 1990, fez sua pós-graduação na Itália, na área de biologia molecular, concluindo seus estudos com a obtenção do título de doutor em ciências.

Retornando à Albânia, foi designado Diretor do Instituto de Veterinária e Segurança Alimentar, posição que ocupou até 1995. Paralelamente a suas atividades de pesquisa, o Doutor Topi também lecionou na Universidade Agronômica de Tirana, contribuindo para modernizar os currículos das disciplinas associadas ao seu campo de pesquisa – toxicologia e farmacologia. Em 1995, assumiu o cargo de Professor Titular daquela instituição.

Iniciou sua carreira política durante o período de democratização da Albânia, no início dos anos 90. Foi eleito deputado, pela primeira vez, em 1996, pelo Partido Democrático, sendo escolhido para exercer as funções de Ministro da Agricultura e Alimentação, cargo que ocupou até 1997.

O Doutor Topi elegeu-se deputado por três vezes, ocupando por duas vezes, concomitantemente, a vice-presidência do Partido Democrático e a liderança do mesmo partido na Assembleia Popular.

Ao longo de sua carreira política, distinguiu-se por sua capacidade de negociação e pelo perfil moderado, o que lhe permitiu, muitas vezes, assumir papel de destaque na superação de divergências entre as coalizões de Governo e a oposição.

Em 20 de julho de 2007, o Doutor Topi foi eleito Presidente da República da Albânia pela Assembleia Popular.

SALI BERISHA

Primeiro-Ministro

Nascido em 15 de outubro de 1944, Sali Berisha é casado e tem dois filhos. Formou-se em medicina, em 1967, pela Universidade de Tirana. Posteriormente, especializou-se em cardiologia e tornou-se docente dessa disciplina na mesma Universidade.

Em dezembro de 1990, Sali Berisha uniu-se aos protestos estudantis que sacudiram o país e levaram ao estabelecimento do multipartidarismo. Em seguida, emergiu como principal líder do Partido Democrático, agremiação que saiu vitoriosa nas eleições parlamentares de 1992, quando se estabeleceu o primeiro Governo democrático após o período comunista. Em abril do mesmo ano, foi eleito Presidente da República pela Assembléia Popular.

Entre 1992 e 1996, capitaneou, conjuntamente com o Governo exercido por seu partido, uma série de reformas econômicas que reduziram drasticamente a inflação na Albânia e permitiram a retomada do crescimento econômico. No mesmo período, a Albânia aproximou-se da Europa e dos EUA e tornou-se membro, em 1995, do Conselho da Europa.

O Professor Sali Berisha deixou a Presidência da República em 1997, a fim de assumir o comando do seu partido, então na oposição. Desde então, preside o Partido Democrático.

Após as eleições parlamentares de 2005, vencidas pela coalizão chefiada por Sali Berisha – formada por cinco partidos de centro-direita –, ele foi nomeado Primeiro-Ministro, em 8 de setembro de 2005.

LULZIM BASHA

Ministro das Relações Exteriores

Lulzim Basha, nascido em 1974, fez seus estudos de direito na Universidade de Utrecht, com especialização em direito internacional e direito europeu.

De 1998 a 1999, integrou a equipe da promotoria que oficiava junto ao Tribunal Penal Internacional para a Antiga Iugoslávia, tendo contribuído na instrução do processo contra o ex-Presidente da Iugoslávia, Slobodan Milosevic.

Exerceu as funções de consultor jurídico, entre 2000 e 2001, junto ao Departamento de Justiça da Missão das Nações Unidas no Kosovo. Em seguida, nos anos de 2001 e 2002, foi Vice-Chefe de Gabinete da Diretoria do mesmo Departamento.

Entre 2002 e 2005, assumiu o cargo de consultor especial para a transição a um Governo independente no Kosovo, com responsabilidades voltadas à coordenação do processo de transformação do Departamento de Justiça da Missão das Nações Unidas no Kosovo em Ministério da Justiça do novo país.

Iniciou sua carreira política em 2005, quando assumiu as funções de coordenador do Comitê de Planejamento Político do Partido Democrático. No mesmo ano, passou a integrar a Executiva Nacional do mesmo partido para, logo em seguida, acumular as funções de membro da presidência do partido e de porta-voz durante a campanha eleitoral de 2005.

Em setembro de 2005, foi eleito para a Assembléia Popular e nomeado Ministro de Obras Públicas, Transporte e Telecomunicações, cargo que exerceu até 2007.

Em 2007, Lulzim Basha foi designado titular da pasta das Relações Exteriores.

DADOS BASICOS

CAPITAL:	Tirana
ÁREA:	28.748 km2 (equivalente ao Estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (2008):	3.619.778 (130ª do mundo)
IDIOMAS:	Albanês, grego, dialetos eslavos
PRINCIPAIS RELIGIOES:	Islâmicos (70%), ortodoxos (20%), católicos (10%)
SISTEMA POLÍTICO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Bamir Topi, desde 2007
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Sali Berisha, desde 2005
CHANCELER:	Lulzim Basha, desde 2007
PIB (2007):	US\$ 20,87 bilhões – PPP
PIB PER CAPITA (2007):	US\$ 5.800 – PPP
EMBAIXADOR DA ALBÂNIA NO BRASIL	Rezar Bregu (não residente)
EMBAIXADOR DO BRASIL NA ALBÂNIA	Adhemar Gabriel Bahadian (não residente)

Balança comercial bilateral (US\$ milhões):

BRASIL ⇒ ALBÂNIA	2003	2004	2005	2006	2007	2008 (até set)
Exportações	7,802	20,186	31,593	25,838	44,853	38,412
Importações	0,33	0,696	1,52	1,868	0,297	0,301
Superávit/ Déficit do Brasil	+7,472	+19,49	+30,073	+23,97	+44,556	+38,111

POLÍTICA

A Albânia – independente, desde 1912, com a derrocada do Império Otomano, que se seguiu à primeira guerra mundial – constitui um país profundamente marcado por mais de cinquenta anos de regime comunista. Em 1945, a ala comunista da resistência albanesa logrou prevalecer sobre os opositores nacionalistas e monarquistas, vencendo, em seguida, as eleições disputadas sob o controle de partido único. Em janeiro de 1946, foi proclamada a república popular sob o governo de Enver Hoxha, líder que dominou a política albanesa até a sua morte, em 1985. O governo de Hoxha foi caracterizado pela política de extremo isolamento do país, que rompeu, em fases sucessivas, com as correntes comunistas do titoísmo, do estalinismo e do maoísmo, transformando a Albânia em completa autarquia.

Enver Hoxha foi sucedido no poder por Ramiz Alia, mais moderado, que principiou processo de normalização de relações com os países vizinhos, iniciando modestas reformas. Em 1990, a crescente mobilização popular impôs a legalização de partidos políticos independentes. Nessa conjuntura, surgiram duas lideranças que dominariam o quadro político albanês nos anos subseqüentes: Sali Berisha, médico cardiologista, que emerge à frente do Partido Democrático, e Fatos Nano, da ala moderada do então Partido dos Trabalhadores Albaneses, agremiação de orientação comunista.

Em março de 1991, nas primeiras eleições livres realizadas após a segunda guerra mundial, o Partido dos Trabalhadores Albaneses obteve cerca de 60% dos votos, refletindo o conservadorismo dos extratos rurais, que compunham cerca de dois terços da população total do país. Ramiz Alia é, então, eleito Presidente. Uma coalizão reunindo o Partido dos Trabalhadores Albaneses, o Partido Democrático e o Partido Socialista é formada, mas fracassa, contudo, diante da situação crítica apresentada pela indústria obsoleta e pela precariedade de serviços públicos, herdada do regime comunista. O apoio popular à coalizão acaba por esvair-se, sendo realizadas novas eleições, em março de 1992, vencidas pelo Partido Democrático. A Assembléia Popular elege Sali Berisha para a Presidência.

O governo do Partido Democrático consegue renovar a base econômica do país, conduzindo-o à transição completa do sistema coletivista para o regime de pequenas propriedades. Registra-se reviravolta positiva na produção industrial e no recuo da inflação. A recuperação, contudo, revela-se frágil, porquanto reflete largamente o processo de monetarização da economia albanesa, em substituição ao regime de escambo praticado anteriormente, mantido graças aos recursos provenientes de atividades como o contrabando de armas, combustíveis e suprimentos para a Iugoslávia e a Macedônia, ademais de receitas procedentes do narcotráfico e da corrupção, tolerados pelo governo Berisha.

Em 1996, em controvertidas eleições, envolvendo denúncias de fraudes e de controle abusivo da mídia pelo governo, o Partido Democrático obtém novamente a vitória, e Berisha é reconduzido à Presidência. O governo Berisha, todavia, não resiste à crise desencadeada com a desintegração, em 1997, do esquema de "pirâmides", que havia surgido como alternativa ao incipiente sistema bancário do país, oferecendo a perspectiva de percepção de altos ganhos. A implosão do esquema, que envolvia preeminentes figuras do governo, conduz à revolta popular e à subsequente deposição de Berisha. Forma-se, então, um governo de coalizão interino, assistido por força internacional liderada pela Itália. Nas eleições parlamentares convocadas para junho de 1997, vence a coalizão encabeçada pelo Partido Socialista. Fatos Nano, um dos principais opositores do Partido Democrático, é indicado Primeiro-Ministro. A Assembléia Popular, por sua vez, elege Rexhep Meidani como Presidente.

Sali Berisha passa então a comandar a oposição na Assembléia Popular, adotando uma política de obstrução parlamentar. O governo de Fatos Nano logra consolidar o domínio sobre a região meridional do país, mantendo-se frágil, contudo, nas áreas ao norte, que congregam bolsões controlados pelo Partido Democrático. Em setembro de 1998, em seguida a uma tentativa de golpe tramada por membros do Partido Democrático, em Tirana, Fatos Nano renuncia. Um novo governo é formado por uma coalizão liderada pelo Partido Socialista e Pandeli Majko assume o cargo de Primeiro-Ministro.

Em novembro do mesmo ano, é realizado um referendo nacional, boicotado pelo Partido Democrático, para a aprovação da Constituição do país. O novo texto constitucional é aprovado por expressiva maioria (93,5%) do eleitorado, embora o Partido Democrático, sob a liderança de Sali Berisha, tenha procurado, sob a alegação de comparecimento insuficiente (na realidade, registrou-se mais de 50%), anular o resultado da consulta popular. A nova Constituição entrou em vigor em 28 de novembro de 1998. Como resultado de disputas internas no seio do Partido Socialista, Pandeli Majko renuncia, em outubro de 1999, sendo substituído pelo Vice-Primeiro-Ministro, Ilir Meta.

A Assembléia Popular tem sido dominada, desde o fim de regime comunista, pela bipolaridade entre o Partido Socialista e o Partido Democrático. De 2002 a julho de 2005, o país foi governado por uma coalizão liderada pelo Partido Socialista.

Nas eleições parlamentares de 2005, o grande vitorioso foi novamente o Partido Democrático, do atual Primeiro-Ministro, Sali Berisha, cujos representantes foram eleitos com uma plataforma de combate ao crime organizado e à corrupção, de promoção do crescimento econômico e de redução do Estado.

A composição das bancadas na Assembléia Popular é a seguinte:

Partido Democrático, 56, Partido Socialista 42, Partido Republicano, 11, Partido Social Democrata, 7, Movimento Socialista pela Integração, 5, outros, 19.

ECONOMIA

Pobre e atrasada para os padrões europeus, a Albânia está levando a cabo uma difícil transição para a economia de mercado. O governo tem tomado medidas para combater a criminalidade e retomar a atividade econômica e o comércio. A economia albanesa beneficia-se de remessas de divisas provenientes do exterior, estimadas em US\$ 600 a 800 milhões por ano, oriundas principalmente da Grécia e da Itália.

A Albânia se diferencia dos demais países europeus pela sua forte dependência do setor agrícola. O setor primário responde por aproximadamente 20% da composição do PIB nacional. A base industrial do país é reduzida e concentra-se na indústria de extração mineral. A Albânia dispõe de reservas minerais de cromo, cobre e níquel. O país chegou a ser o terceiro maior produtor mundial de cromo.

O Governo anterior e o atual têm igualmente buscado investir no melhoramento da infra-estrutura do país, considerada um dos grandes entraves ao crescimento econômico. Recentemente, foi concluída a construção de uma usina termelétrica, nas proximidades de Vlore, e a malha viária do país vem sendo lentamente recuperada. O crescimento do PIB tem sido positivo, desde 2003, com índices inflacionários baixos.

O Premiê albanês Sali Berisha apresentou ao parlamento em setembro de 2008 o projeto de lei orçamentária plurianual (2009-2011), no qual estaria previsto significativo aumento de recursos destinados a investimentos, particularmente, na área de infra-estrutura, como a malha rodoviária (estradas principais e secundárias), sistemas de abastecimento de água e sistema de esgoto. Também está previsto aumento de pensões e aposentadorias, de salários e de investimentos nas escolas da rede pública albanesa.

Durante a reunião da Comissão de Planejamento Estratégico, o Premiê albanês relatou que o orçamento para 2009 ascenderá a 5,2 bilhões de dólares, havendo indicado que tal cifra representa aumento de 100% em relação ao ano precedente. A reunião, convocada para discutir o quadro orçamentário macroeconômico para o período 2009-2011, teve igualmente por objetivo a discussão dos limites do orçamento de 2009, cuja receita em grande parte resulta das privatizações, que ascenderam a 340 bilhões de lek.

O Executivo de Tirana revela, dessa forma, seu empenho em melhorar as condições de infra-estrutura e oferecer incentivos ao investimento em um momento em que o país tem revelado sinais de estabilidade econômica e política, impulsionado por reformas econômicas e pela adesão à OTAN, que se deverá concluir em 2009. A Albânia deverá se tornar membro da UE em 2012 ou 2013, o

que deverá impulsionar o crescimento econômico do país, que hoje é de cerca de 6% ao ano. Em razão de acordo vigente com a Itália, principal parceiro econômico da Albânia, é permitida no país a abertura de atividade comercial inteiramente italiana, bem como a aquisição de imóveis por italianos.

Deve-se destacar a existência de incentivos fiscais para atração de investimentos estrangeiros no país. Nesse sentido, desde janeiro de 2008, os impostos sobre os rendimentos das empresas (pessoas jurídicas) reduziram-se em 10%, o que torna a Albânia um dos países da área européia e balcânica com menor carga tributária. O investidor estrangeiro que deseja criar empresa local está sujeito a carga tributária total de 21% (10% sobre os rendimentos líquidos auferidos localmente, 9% sobre a transferência dos lucros ou dividendos transferidos para o exterior e um percentual variável, normalmente de 2% no país de destino como crédito de imposto).

Graças a esses incentivos, têm chegado ao país importantes fluxos de investimentos estrangeiros do Reino Unido, França, Noruega e Itália, sobretudo no setor imobiliário e de infra-estrutura – construção de estradas, centros comerciais, *resorts* turísticos e cassinos. Embora ainda ofereça preços convidativos, os imóveis se têm valorizado em razão da especulação, nomeadamente na capital e no sul do país, zona com forte potencial turístico. Os pontos fortes para investimento imobiliário na Albânia hoje são os seguintes: preços relativamente baixos; situação política estável e crescente desenvolvimento econômico; cerca de 300 quilômetros de litoral no mar Adriático e no mar Jônico; crescente desenvolvimento turístico com projetos residenciais em execução e vôos diretos do aeroporto de Tirana às grandes cidades européias.

Visto que inexistem instrumentos que evitem a dupla tributação ou garantam a proteção ao investimento, algumas seguradoras qualificam o país, não obstante os notáveis progressos alcançados nos últimos anos, como de risco médio-alto, o que se reflete no valor das apólices, o que afeta negativamente o crescimento econômico e o déficit externo em conta corrente, um dos principais elementos de vulnerabilidade da economia albanesa. No entanto, existem boas perspectivas para o setor do turismo e de construção civil. O sistema bancário e o ambiente operacional ainda são problemáticos, se comparados com aqueles dos países da zona do euro. No entanto, o objetivo de participar na União Européia deverá estimular o aperfeiçoamento e aprovação das reformas necessárias.

A Albânia oferece, dessa forma, gama de possibilidades de investimento que abrangem o setor da construção civil, da indústria, do comércio, através de investimento direto ou de parcerias ou *joint ventures*. Os pontos fortes do país seriam o baixo custo da mão-de-obra e a flexibilidade do mercado, considerando que o custo médio mensal de um trabalhador no setor do vestuário é de € 150-180 em Tirana e Durrës, e ainda inferior em outras partes do país; a disponibilidade de importantes recursos minerais (cromo, níquel, cobre, petróleo e carvão), além de depósitos de bauxita e fosfatos, ainda pouco ou nada explorados; o potencial de expansão da produção agrícola, graças ao clima favorável; a localização

geográfica favorável à internacionalização de algumas fases dos processos de produção de custo elevado, em função das ligações marítimas com a Itália, do acesso aos mercados da região dos Bálcãs (sobretudo tendo em conta os projetos que visam facilitar as trocas comerciais com a costa do Mar Negro e a construção do VIII corredor Pan-Europeu), e graças ao acesso ao mercado consumidor local em expansão, não obstante os modestos níveis salariais.

Novas oportunidades de negócios estão surgindo, por exemplo, na área de materiais de construção, como cimento, tijolos, telhas, concretos e materiais inertes. A indústria do vestuário é uma das mais importantes da Albânia e corresponderia a 50% das exportações do país. A força desse setor reside essencialmente no baixo custo do trabalho e no fato de que muitas empresas locais têm formado *joint ventures* com empresas estrangeiras que fornecem a maior parte das máquinas têxteis e, em especial, o desenho industrial. No total, existem cerca de 400 empresas que operam no setor do vestuário, das quais 250 podem ser consideradas de médio a grande porte, com pelo menos 100 trabalhadores.

A maioria das empresas de média ou grande dimensão pertence a investidores italianos ou são *joint-ventures* italo-albanesas. As indústrias encontram-se concentradas nas cidades de Tirana, Durrës, Shkodra, Vlora, Kavaja, Korça (onde a presença grega é muito importante) e Fier. O setor industrial atingiu a sua máxima expansão em meados dos anos 90, mas foi prejudicado pela crise político-econômica de 1997. Graças à estabilidade política vivida nos últimos anos algumas empresas começam a expandir suas atividades.

O setor calçadista caracteriza-se pela presença estrangeira, especialmente italiana; a produção local foi, em grande parte, orientada para produtos semi-acabados posteriormente exportados e transformados no exterior. No entanto, é razoável supor que, no futuro, graças aos baixos custos de produção, as empresas albanesas serão diretamente envolvidas nas fases finais do ciclo de produção.

No que diz respeito ao setor agro-alimentar, a produção local de cereais é limitada e o mercado é abastecido, sobretudo, pelas importações. O mercado de farinha é estruturalmente exposto à importação de produtos subsidiados pela União Europeia, existindo fábricas atualmente operantes que se encontram em situação de atraso tecnológico, o que representaria oportunidade para exportadores de máquinas, novas ou usadas.

A Hungria é o principal exportador de óleos vegetais para a Albânia, com uma participação no mercado de cerca de 30%, seguida da Grécia e Itália com 20% e 15% respectivamente. As sementes oleaginosas são muitas vezes importadas, engarrafadas e, ocasionalmente, refinadas localmente por algumas empresas. O azeite é potencialmente um recurso de grande interesse, graças à disponibilidade de matérias-primas e tradições típicas de país de clima mediterrânico. No que diz respeito à fruta, com a exceção da parte destinada ao consumo interno, a maior

parte é destinada à indústria de conservas, que usa tecnologia obsoleta e produz com baixos padrões de qualidade, sendo grande a necessidade de modernização. O setor de leite e derivados, bem como o da pesca, apresenta necessidade de modernização. A indústria de transformação de madeira na Albânia está em desenvolvimento e apresenta potencial significativo de crescimento. A produção inclui tanto produtos de madeira para a construção como produtos semi-elaborados para exportação. O setor é particularmente rentável, graças à disponibilidade de matérias-primas locais e custos salariais baixos. O setor foi totalmente privatizado e estima-se que atualmente se encontrem em funcionamento com diferentes operadores, incluindo algumas *joint ventures* com investidores estrangeiros.

POLÍTICA EXTERNA

No plano externo, a Albânia vem conduzindo, desde o fim do regime comunista, uma estratégia diplomática de aproximação com os países ocidentais. Além de acordo com o FMI, firmou instrumento de cooperação militar com os EUA e, em 1995 o país foi admitido no Conselho da Europa.

O conflito no Kossovo, que opôs diretamente a população albanesa da antiga província iugoslava, cerca de 90% do total, e a comunidade sérvia, que vê o Kossovo como berço de sua civilização e sede do patriarcado ortodoxo, constitui foco de permanente tensão nas relações entre a Albânia e a Sérvia, fomentando ainda na região a formação de grupos criminosos e o comércio ilegal de armas, além de outras atividades ilícitas como o narcotráfico. Segundo estimativas do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, calcula-se em mais de 300 mil o número de habitantes da região do Kossovo que se refugiou na Albânia, durante a repressão promovida pelo governo de Milosevic, e que agora retorna à sua região de origem.

Desde o fim do regime comunista, a relação bilateral com a Itália tornou-se novamente importante. A Itália tem mantido posição protagônica no esforço dos países da Aliança Atlântica em favor do reordenamento econômico e político da Albânia, tendo liderado a força multilateral de paz ("Operação Alba") aprovada pelas Nações Unidas, em 1997, que chegou a contar com 3.700 soldados italianos. Mencione-se que as forças armadas italianas já haviam sido deslocadas à Albânia, em 1991, para prevenir a deterioração aguda de conflitos civis. A política exterior italiana, por seu turno, tem-se preocupado com a difícil questão da imigração procedente da Albânia para a costa sul da Itália.

O programa de ajuda econômica italiana à Albânia tem sido, por isso, condicionado ao efetivo engajamento das autoridades albanesas no controle da imigração clandestina. Presentemente, a Itália colabora no treinamento de forças policiais albanesas. Atualmente, a Itália participa ainda, de forma ativa, do grupo "Friends of Albânia", criado em Bruxelas no âmbito do Conselho da Europa e do

Parlamento Europeu, em outubro de 1998, em apoio ao esforço de reestruturação político-econômica da Albânia.

A presença de número significativo de imigrantes de nacionalidade albanesa na Grécia representa fonte de tensão entre os dois países. Muitos trabalham por salários abaixo do piso pago aos nacionais gregos, gerando ressentimentos. Outro problema decorre da situação de pequena minoria grega residente no sul da Albânia. A criação da “União pelos Direitos Humanos”, partido que congrega a minoria grega, tem, contudo, amenizado arestas do relacionamento, que vem apresentando melhora no período recente.

No plano econômico multilateral, a Albânia participa do FMI e, desde 2000, é membro da Organização Mundial de Comércio. Na área da defesa, adota estreita coordenação com a OTAN, que mantém representação nas dependências do Ministério da Defesa da Albânia. No curso da crise do Kossovo, o governo albanês pleiteou o envio pela OTAN de missão de monitoramento, a exemplo da força de paz destinada à vizinha Macedônia, sendo o pedido, contudo, rejeitado. No entanto, a OTAN vem assistindo o governo albanês no combate ao crime organizado e a atividades ilícitas. Em agosto de 1998, o chamado programa “Parceria para a Paz”, da OTAN, patrocinou a realização de manobras militares na Albânia central.

A Albânia, em vista da premência de recursos para a sua reconstrução econômica, necessita manter relações privilegiadas com a União Européia. Além disso, o país é beneficiário de várias atividades desenvolvidas pela Organização de Segurança e Cooperação Européia (OSCE) – que tem Embaixador residente em Tirana e colabora no monitoramento das eleições albanesas – e do Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas. O Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, por sua vez, tem destinado regularmente à Albânia recursos em apoio à expansão das atividades produtivas. O país é membro das Nações Unidas, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, do Conselho da Europa, da Organização Mundial do Comércio, da Organização da Conferência Islâmica, da Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro e da União para o Mediterrâneo. A Albânia também deverá formalmente integrar-se à Organização do Tratado do Atlântico Norte, em 2009, e também, como já dito, à União Européia, em 2012 ou 2013.

Ademais, o Governo da Albânia apóia a proteção dos direitos de etnias albanesas fora de suas fronteiras, no Kossovo, na Sérvia, em Montenegro e na ex-República iugoslava da Macedônia, através da busca da cooperação regional. Muitos albaneses utilizam os Estados vizinhos como trânsito ilegal para emigrar para a Europa Ocidental.

RELACOES COM O BRASIL

Brasil e Albânia estabeleceram relações diplomáticas em 4 de abril de 1961, através de Troca de Notas realizada por intermédio das Embaixadas dos dois países em Roma. Em junho de 1961, foi assinado, em Paris, por representantes dos dois países, o Acordo de Comércio e Pagamentos, que entrou em vigor em abril de 1963.

Em janeiro de 1971, ocorreu iniciativa da Albânia para a abertura de missões permanentes em Brasília e em Tirana, não sendo o interesse correspondido pela parte brasileira. Em maio de 1985, o Governo brasileiro concordou com a troca de Embaixadores entre os dois países a título cumulativo. Em julho de 1985, foi manifestado o pedido de *agrément* para o primeiro Embaixador albanês no Brasil, residente em Buenos Aires. Por sua vez, em outubro de 1985, por decreto do Presidente da República, foi criada a Embaixada do Brasil na Albânia, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Roma.

Os contatos entre os dois países não tem sido freqüentes, constando, principalmente, de visitas periódicas recíprocas dos Embaixadores em caráter cumulativo. Em 22 de março de 2000, o então Embaixador do Brasil em Roma, Paulo Tarso Flecha de Lima, apresentou ao Presidente Rexhep Meidani cartas credenciais, ocasião em que foi solicitado o apoio brasileiro para superar pendência com a França na área audiovisual que vinha retardando o ingresso da Albânia na OMC.

Meidani expressou reconhecimento da Albânia pelo apoio do Brasil às resoluções do CSNU sobre a crise no Kosovo e manifestou interesse quanto à possibilidade de receber cooperação técnica brasileira nas áreas de infra-estrutura, de energia e de transportes, em que o país registra notórias deficiências.

O então Ministro das Relações Exteriores da Albânia, Paskal Milo, realizou visita oficial ao Brasil, nos dias 8 e 9 de maio de 2000, acompanhado de delegação oficial e comitiva de empresários albaneses, além do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Albânia. O Ministro Milo foi recebido em audiência pelo Senhor Vice-Presidente da República e manteve ainda entrevista no Congresso Nacional com o Deputado Alberto Fraga, membro, à época, da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

Em abril de 2003, o Governo albanês tornou a apresentar proposta de acordo bilateral de cooperação na área de turismo, apresentado inicialmente ao Governo brasileiro em 1998. Além desse acordo, o Governo albanês manifestou interesse, no passado, em celebrar instrumentos bilaterais com o Brasil sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, sobre cooperação econômica e comercial e sobre cooperação educacional e cultural. Já se encontra em vigor o acordo bilateral sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço.

Em que pese a reduzida expressão política e econômica do país, a Albânia justifica um trabalho de acompanhamento, dada sua importância estratégica à luz da estabilidade regional, sua condição geográfica de corredor balcânico e das ramificações étnicas albanesas nos demais países da região.

Nesse contexto, o cenário de estabilização política do país, aliado à sua crescente recuperação econômica, que é apoiada pela UE e que ampliará a demanda interna por bens e serviços diversos, poderá fornecer oportunidade para a colocação de produtos e prospecção de mercado por empresas brasileiras.

Pode-se dizer que as relações entre o Brasil e a Albânia estão ainda por ser construídas. O Governo albanês, no entanto, tem dado sinais de interesse numa maior aproximação com o Brasil. A visita da Diretora das Américas da Chancelaria albanesa a Brasília, em março de 2004, é mais uma demonstração nesse sentido.

Em fevereiro de 2007, o Embaixador do Brasil em Roma, Adhemar Bahadian, apresentou cartas credenciais ao então Presidente da Albânia, Alfred Moisiu. Na oportunidade, discutiu-se a possibilidade de que a Albânia pusesse servir de corredor de escoamento de produtos brasileiros para outros países dos Bálcãs. O governo albanês também manifestou interesse em poder contar com a ida de missão técnica brasileira àquele país, organizada pela Agência Brasileira de Cooperação, a fim de avaliar as possibilidades de materializar ações de cooperação técnica bilateral nas áreas de infra-estrutura, de energia e de transportes. Por ocasião de sua visita a Tirana, o Embaixador Adhemar Bahadian também foi recebido pelo então Vice-Ministro das Relações Exteriores, Ferit Hoxha, que mencionou o interesse da Albânia em celebrar acordos bilaterais na área judiciária (assistência mútua no combate a crimes transnacionais, extradição de presos e transferência de detentos).

Em agosto de 2008, à margem das cerimônias de inauguração dos jogos olímpicos de Pequim, o Presidente Lula manteve encontro com o Premiê Sali Berisha, oportunidade em que foi comunicada oficialmente a intenção da Albânia de abrir uma Embaixada residente em Brasília. No mês seguinte, por ocasião dos trabalhos da LXIII Assembléia geral das Nações Unidas, em Nova York, os chanceleres Celso Amorim e Lulzim Basha discutiram temas da agenda bilateral. O Chanceler albanês informou que o Premiê Sali Berisha tenciona visitar o Brasil proximamente, acompanhado de missão empresarial, com o fim de promover a Albânia como uma "plataforma para o Mediterrâneo" junto ao empresariado brasileiro. O Chanceler Celso Amorim sugeriu a realização de uma visita preparatória, chefiada pelo próprio Lulzim Basha, que poderia ocorrer, eventualmente, no final de janeiro de 2009. Estaria sendo estudada a possibilidade de abertura de Embaixada permanente do Brasil em Tirana.

Em outubro de 2008, o Embaixador do Brasil em Roma, Adhemar Bahadian, encontrou-se com a atual Vice-Chanceler da Albânia, Edith Harxhi, que comunicou que faria visita a alguns países latino-americanos nos últimos dez dias de novembro de 2008, tendo confirmado sua passagem por México,

Argentina e Uruguai. A Vice-Chanceler informou sua intenção de incluir o Brasil em seu périplo e sugeriu o período de 18 a 22 de novembro de 2008 para sua estada em Brasília. Na oportunidade, seriam discutidos assuntos relativos às relações bilaterais, tais como possibilidades de cooperação, comércio, assuntos consulares e temas internacionais e regionais.

Temas Consulares

A Albânia abriu, recentemente, três consulados honorários no Brasil (Recife, Rio de Janeiro e São Paulo). O Brasil, por sua vez, está ultimando a criação de um consulado honorário em Tirana.

Aviso nº 1.080 - C. Civil.

Em 19 de novembro de 2008.


A Sua Excelência o Senhor
Senador EFRAIM MORAIS
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ VIEGAS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Especial do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da Itália, e, cumulativamente, junto à República de San Marino e República da Albânia.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 1999** (nº 1.588/97, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rauland Belém Som Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belém, Estado do Pará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2008** (nº 368/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Charqueadense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Charqueada, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 80, de 2008** (nº 445/2007, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Empresa de Radiodifusão Pantaneira LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2008** (nº 522/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Cardoso & Fernandes Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ariquemes, Estado de Rondônia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 206, de 2008** (nº 513/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Moradores do Recanto das Emas – Aremas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade do Recanto das Emas, no Distrito Federal;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 209, de 2008** (nº 514/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Tupãssi para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupãssi, Estado do Paraná;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 210, de 2008**

(nº 529/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural para o Progresso de Maranguape para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maranguape, Estado do Ceará;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 214, de 2008**

(nº 548/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social de Cosmorama para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cosmorama, Estado de São Paulo; e*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 216, de 2008**

(nº 525/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Estúdios Reunidos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Gonçalo do Amarante, Estado do Rio Grande do Norte.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

- **Projeto de Resolução nº 57, de 2008** (MSF 207/2008), que *autoriza o Estado do Ceará a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América;*
- **Projeto de Resolução nº 58, de 2008** (MSF 209/2008) que *autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até oitenta e três milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do “Projeto de Expansão e Consolidação da Saúde da Família (PROESF II)”;*

- **Projeto de Resolução nº 59, de 2008** (MSF 214/2008), que *autoriza o Município de Goiânia, Estado de Goiás, a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até cinqüenta e seis milhões e setecentos mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Urbano Ambiental Macambira Anicuns;*
- **Projeto de Resolução nº 60, de 2008** (MSF 215/2008), que *autoriza o Estado de Sergipe a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, como Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até vinte milhões e oitocentos mil dólares dos Estados Unidos da América;* e
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008**, que *aprova a programação monetária relativa ao 4º trimestre de 2008.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

Os **Projetos de Resolução nºs 57 a 60, de 2008**, serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

O **Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008**, encontra-se na pauta da presente sessão, nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra pela Liderança do PR, por 5 minutos, ao ilustre e valoroso Senador da República Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, demais pessoas e famílias que visitam o Senado, crianças, nossos amigos que estão nas cadeiras aqui como convidados; quero saudar, a princípio, Sr. Presidente, Vereadores da cidade de Virgínia, em Minas Gerais, que nos visitam, quero saudar meu amigo Josafat, Subsecretário de Esportes da Prefeitura de Salvador, Subsecretário do Popó, que é o Secretário, e está dando um soco, dando um nocaute na falta de atividades esportivas para as crianças da Bahia. Cumprimento com muito carinho a todos.

Sr. Presidente, o que me traz a esta tribuna é o desejo de fazer alguns registros absolutamente importantes.

Primeiro, hoje eu tive o prazer de abrir um simpósio muito importante nesta Casa, ali no Auditório Petrônio Portella: Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, pelo que quero parabenizar a Casa e os organizadores.

Mas, pergunta-se: defesa da criança na cultura da paz? Quando se fala em paz, por via de consequência, pensa-se em guerra, mas, se se trata da criança e se ela é defendida na cultura da paz, isso implica dizer, Senador Wellington Salgado, que se enfrenta uma guerra que poderá vir mais tarde: a guerra psicológica, a guerra moral, a guerra emocional. Uma criança abusada pode enfrentar essa guerra como um adulto desequilibrado, enfrentando uma guerra com um monstro que ele carrega consigo por causa do abuso e da falta de proteção que teve na sua infância. É absolutamente perfeito, Senador Paim, o simpósio sobre a Defesa da Criança na Cultura da Paz, em que tive o prazer de fazer alguns relatos relacionados à CPI da Pedofilia e à defesa das nossas crianças.

Quero também registrar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que estamos discutindo, Senador Mão Santa, com as teles. E quero cumprimentar a Telefônica, a Embratel, a Oi, a Claro, a Vivo, que sentaram conosco à mesa. Chamadas, convocadas pela CPI, elas vieram. Colocamos as demandas e as dificuldades de operação da Justiça brasileira, dos operadores do Direito e daqueles que operam a defesa do ser humano – das crianças, principalmente – em situação de risco, com o que, parece, os operadores do capital não têm qualquer compromisso. Surpreendido fui quando o clamor emocional veio ao rosto dos diretores dessas empresas ao olharem as imagens de crianças abusadas no Brasil e no mundo. Um diretor da Telefônica me disse: “Olhei e saí – e vocês não compreenderam –, porque eu tive medo de ver um filho meu naquela imagem”. E pensei: “Porque ver seu filho?” Porque o pedófilo é uma sombra; o pedófilo é alguém acima de qualquer suspeita; o pedófilo é alguém por quem qualquer um põe a mão no fogo. Quando o pedófilo aparece e é pego, a surpresa vem de repente, porque ninguém esperava que fosse ele. Esse desgraçado que entra na sua casa pode ser seu melhor amigo ou pode ser o pai da criança, pode ser o tio, pode ser o padre lá da comunidade e pode ser o pastor, pode ser o professor universitário, o professor de natação, alguém que está próximo. Eu tenho imagens desgraçadas de pai e mãe, ambos, abusando de um filho de um ano de idade dentro do berço.

Então, quero fazer o registro de que as teles se assentaram e se colocaram à disposição, vão assinar um Termo de Ajuste de Conduta com o Brasil, vão assinar um Termo de Ajuste de Conduta com a sociedade de que, em caso de criança em situação de risco, a quebra de sigilo se dará em apenas duas horas. E houve também uma série de ajustes em favor da sociedade brasileira.

Sei que não tenho muito tempo, mas, dia 25, Senador Jayme Campos – e V. Ex^a foi um importante incentivador para mim no princípio dessa CPI, foi um dos primeiros a assinar o requerimento de sua criação comigo –, começa o Congresso Mundial de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, no Rio de Janeiro, de 25 a 28.

A perspectiva, Senador Paim – V. Ex^a que pertence a essa CPI e à Comissão de Direitos Humanos –, é a de que o Presidente Lula sancione lá a criminalização da posse do material pornográfico contra criança, as mudanças nos arts. 240 e 241 do ECA, tipificando condutas e alterando as penas: mínima de quatro e máxima de oito, para as condutas de quem filma, de quem leva, de quem entrega, de quem fotografa, de quem monta, de quem remonta, seja amador, seja o que for, de quem proporciona, de quem facilita; enfim, essas condutas todas. E, com a criminalização no Brasil, deixaremos, então, de fazer busca e apreensão em computador de pedófilo, que acumula em seu computador imagens nefastas e compradas até por US\$1 mil, como a de uma criança amarrada. E, se essa criança for deficiente física, a foto vale muito mais. Vale muito mais, se ela for uma criança autista, *down*; vale muito mais de US\$1 mil a US\$1,5 mil. E eles movimentam US\$105 bilhões por ano, esses desgraçados, em nome do sofrimento das crianças.

Senador João Pedro, por favor.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eu quero, neste rápido aparte, aproveitando o balanço que V. Ex^a faz dos trabalhos da CPI, parabenizar V. Ex^a, os vários Senadores que dela participaram e a sociedade, que teve a coragem de ir às audiências públicas. Eu penso que este é um dos grandes trabalhos do Senado no ano de 2008. V. Ex^a vai concluir, mas, com certeza, já deu grandes contribuições. Só de tirar essa cortina, essa farsa, esse muro invisível que encobria o crime, o horror, por si só, já é um grande trabalho. Depois, chamou atenção da sociedade. O passo seguinte, com certeza, vai ser a normatização, o estabelecimento de

regras rigorosas. V. Ex^a está comprometido com esse trabalho, que é acompanhado pelo País, pelo meu Estado do Amazonas. Só nesse período, houve vários episódios. Gostaria de dar dois exemplos aqui. O oficial de São Paulo que meteu uma bala na cabeça, porque, quando foi descoberto que estava envolvido, não agüentou.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já foi tarde!

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Veja só o tamanho do crime, o tamanho dessa articulação perversa que a CPI está puxando. Um Procurador de um Estado! Um Procurador, lá no Norte, lá em Roraima, está envolvido. Enfim, dezenas e dezenas de fatos.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – E os milionários do Estado, para não dizer que isso é coisa de gente pobre, que vive na periferia e está desempregada. Lá, são os donos de concessionárias de automóveis...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Eu quis dar o exemplo de duas autoridades, um oficial da Polícia Militar de São Paulo e um Procurador de Estado. V. Ex^a, com certeza, tem dezenas de autoridades e fatos que nós temos que repudiar. Evidentemente, que estou fazendo um aparte aqui na expectativa, como muitos brasileiros, da conclusão desse trabalho, que vai contribuir, com certeza, para o País dar um salto de qualidade no sentido de punir, de ter um padrão rigoroso para lidar com este crime abominável que é a pedofilia.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Eu agradeço a V. Ex^a, Senador João Pedro, o aparte, dizendo que, antes da conclusão, iremos ao Amazonas. A CPI irá ao seu Amazonas, como foi a Roraima. Nós temos casos horrorosos no Brasil inteiro, mas temos lá alguns emblemáticos, que envolvem políticos. Portanto, precisamos ir ao seu Estado. Seu importante aparte está gravado, mas gostaria que V. Ex^a me permitisse incorporá-lo ao meu pronunciamento.

Senador Jayme, nós vamos tipificar o crime no Código Penal, porque não existe o tipo penal “pedofilia” no Brasil. Alguns dos meus assessores discordam do termo pedofilia. Eu não discordo. Vou contra eles nessa questão, com todo o respeito à assessoria da CPI. Acho que temos de criar o tipo penal “pedofilia”. O que foi que esse cara fez? Se é pedófilo, é pedofilia! Isso está na cabeça da sociedade. Eles têm medo de uma reação. Qual reação?

Vou pedir à sociedade que ligue para o Alô Senado. O número é 0800612211. Falo para as pessoas que estão nos assistindo. Ligue para cá e diga se concorda ou não com a criação do tipo penal “pedofilia”.

São filhos, são filhas. A minha proposta, mãe e pai: chegamos a uma situação em que, infelizmente, precisamos ensinar aos nossos filhos a se defenderem. Olhem onde nós chegamos! Há tanta gente abusando de criança no Brasil hoje quanto gente usando drogas. Olhem onde nós chegamos! Precisamos ensinar aos nossos filhos o que são os órgãos genitais, que ninguém pode colocar a mão a não ser mãe e pai. Médico só se pai e mãe estiverem juntos. E muito cuidado, porque há casos em que até o pai ou a mãe abusam. Toda luz acesa é muito importante. Precisamos ensinar nossos filhos a gritarem, a correrem, a chamarem o diretor da escola, a polícia, alguém que esteja perto. Olhem onde nós chegamos!

A proposta, pai e mãe que aí estão, para o pedófilo no Código Penal Brasileiro: quem abusar de uma criança de 0 a 14 anos de idade terá uma pena de 30 anos, sem progressão de regime e mais rastreamento eletrônico até a morte.

Por isso, estou pedindo à população que ligue para o Alô Senado. É a única maneira que tenho de ouvir a sociedade.

Se estamos em um País em que não podemos ter pena de morte – porque só quem deu a vida pode tirá-la, de forma que não concordo com a pena capital – e onde não temos prisão perpétua, quando se faz um tipo penal dessa natureza, protege-se até o pedófilo, porque a sociedade não aceita, a sociedade rejeita veementemente, hoje, quem abusa de criança.

Então, é o tipo penal que nós vamos votar. E precisamos votar. Sem medo, eu quero fazer o debate. E quem for contra, que se levante contra, que diga por que é contra, diga que o pedófilo não pode ficar preso tanto tempo, diga o porquê. Até porque a lei que estamos propondo tem que propor tratamento para aquele pedófilo que acha que é doente e quer ser tratado, que se apresenta como doente para que o Estado possa tratá-lo, não é isso?

Eu não tenho tanto tempo porque o Senador João Pedro vai se pronunciar.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Querido Senador Magno Malta, eu pediria a V. Ex^a que concluísse, tendo em vista que há vários oradores inscritos para falar.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco/PR – ES) – Já encerro, Sr. Presidente, fazendo uma alusão ao Centro Universitário de Maringá e a Maria de Paula Barreto, aquela jovem senhora ali, muito simpática. Esta é a tese dela de mestrado: Da Pedofilia e da Pornografia Infantil sob o Prisma da Universalidade dos Direitos da Personalidade. E aqui cita a CPI da Pedofilia, faz citações a mim, ao trabalho da CPI, que acompanhou de perto. Uma bela obra! Peço-lhe autorização para que, na minha cota pessoal no Senado, eu possa publicar, para que as pessoas que têm interesse, as pessoas a sua volta, até os seus colegas, possam ter acesso ao livro, escrito com a sua dedicação, com o seu trabalho. Parabéns e muito obrigado pela citação da CPI, pela citação do Senado da República, que faz uma ação completa e totalmente propositiva para o Brasil. Eu agradeço e registro com felicidade a sua presença, o cuidado com que pesquisou o tema, com que viu, com que leu, com as suas proposições. Parabéns em nome das crianças do Brasil.

Registro, nestes últimos segundos que tenho, o transcurso, hoje, do Dia da Consciência Negra. Eu sou negro, filho de negra, e registro que a discriminação é algo nefasto, indecente e nojento, que nós temos de repudiar todos os dias, porque não existem brancos nem pretos, nem amarelos; o que existem são pessoas.

Eu ouvi de um homem negro, ainda na minha infância, e guardei no meu coração o que vou dizer agora, Senador Augusto Botelho: quando dois corpos se unem e duas mãos se encontram, reflete-se no chão a sombra de uma mesma cor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimentos ao Senador Magno Malta pelo belíssimo pronunciamento da tarde de hoje aqui, no Senado Federal.

A Presidência comunica que foram recebidas 55 indicações de candidatas que concorrerão à 8ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. Os nomes, acompanhados dos respectivos currículos, vão ao Conselho para a escolha das agraciadas.

São as seguintes as indicações:

SENADO FEDERAL

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

INDICAÇÕES AO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(8ª EDIÇÃO)

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
01	ELAINE APARECIDA RIBEIRO	Maria Aparecida Ramalho de Oliveira, Secretária Municipal da Mulher de Londrina - PR Recebida em 10/08/2008	Londrina-PR	Elaine é graduada no Curso de Direito pela Faculdade Toledo de Ensino e Curso de Delegado de Polícia na Escola Superior da Polícia Civil do Paraná. Atualmente é Delegada da Mulher de Londrina. Em pouco tempo conseguiu revitalizar o espaço, melhorar o atendimento prestado às mulheres, sendo agora prestado de forma humanizada. Abriu espaço dentro da delegacia para projeto de atendimento psicológico às mulheres que prestam queixa. Tem prestado um ótimo trabalho na DM pelo relato das mulheres que nos são encaminhadas. Divulga o trabalho da Delegacia da Mulher orientando sobre a Lei Maria da Penha. Ela está sendo indicada ao Prêmio pela forma como atua junto aos casos de violência contra a mulher e pela dinâmica adotada na agilidade com os processos encaminhados ao Judiciário.
02	ELISA LUCINDA CAMPOS GOMES	Nilcéia Freire – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Recebida em 20/08/2008	Vitória-ES	Elisa nasceu em 2 de fevereiro de 1958, é de raça negra, formou-se em jornalismo, chegando a exercer a profissão. Sempre atuando em teatro, cinema e televisão, publicou seu primeiro livro de poesia em 1994, sendo considerada um dos maiores fenômenos da poesia brasileira. Na poesia, representa algumas das vozes que trabalham no sentido da contra corrente literária dominante. Na literatura e poesia, ela expressa sobre todos os tipos de discriminação da mulher negra na sociedade, sendo o racismo compreendido

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				como uma realidade nacional. Ela fala, ainda, sobre todos os tipos de mulheres, suas vidas cotidianas, das crianças e da relação homem-mulher.
03	ELLEN GRACIE NORTHFLEET	Nilcéia Freire – Secretária Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Recebida em 20/08/2008	Rio de Janeiro-RJ	Ellen Gracie é natural do Rio de Janeiro, e nasceu em 16 de fevereiro de 1948. Graduiu-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e é pós-graduada em Antropologia Social. Dentre outros cargos que exerceu, atualmente ocupa o de Ministra do Supremo Tribunal Federal desde 14 de fevereiro de 2000.
04	RUTH CORRÊA LEITE CARDOSO (In-memorian)	Thelma de Oliveira – Deputada Federal – Recebida em 20/08/2008	Arara-quara-SP	Ruth Corrêa Leite Cardoso nasceu em 19 de setembro de 1930 e ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras pela Universidade de São Paulo. Em 1972, com doutorado em antropologia pela mesma Universidade, atuou como docente e pesquisadora da USP em várias instituições universitárias de diferentes países. Anos depois, concluiu pós-doutorado na Universidade de Columbia, em Nova York. Ruth Cardoso criou o Conselho da Comunidade Solidária que tinha como meta desenvolver vários programas: Alfabetização Solidária, Capacitação Solidária, Artesanato Solidário, Universidade Solidária, entre outros. Esses programas tinham como objetivo fortalecer pessoas e comunidades, estimulando suas potencialidades e capacidades para inserir em um mundo melhor. Publicou vários livros e trabalhos sobre imigração, movimentos sociais, juventude, meios de comunicação de massa, violência, cidadania e trabalho. Presidiu o Conselho Assessor do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) sobre Mulher e Desenvolvimento. Ruth Cardoso faleceu em 24 de junho de 2008.
05	SARAH ABRAHÃO	Romeu Tuma – Senador Recebida em 25/08/2008	Catalão-GO	Sarah Abrahão nasceu em 15 de janeiro de 1927, em Catalão-GO. Concluiu a Faculdade de Direito na Universidade do Brasil – Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Funcionária aposentada do Senado Federal, exerceu função de Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal, foi membro da Comissão Especial

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				de Licitação; membro da Comissão Técnica Especial incumbida de planejar e supervisionar a implantação dos aperfeiçoamentos da segurança do sistema de votação eletrônica; ministrou cursos no ILB sobre Processo Legislativo, dentre outras funções na casa. Recebeu também diversas condecorações e medalhas por outros órgãos, bem como menções honrosas durante seu exercício como funcionária do Senado Federal.
06	MIGUELINA PAIVA VECCHIO	Cristovam Buarque – Senador Recebida em 08/09/2008	Porto Alegre- RS	Miguelina nasceu em 19 de janeiro de 1963, em Porto Alegre – RS. Socióloga, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Sociologia Política e em Educação Popular, é Presidente da Ação da Mulher Trabalhista do PDT/RS. Organizadora de importantes trabalhos políticos para a construção da igualdade, motivação e participação da mulher na política, além de sua inserção na sociedade civil. Miguelina faz parte de uma organização não governamental denominada Internacional Socialista, que é composta pelos partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas. Trabalhou pelo esclarecimento, conscientização e capacitação de mulheres, principalmente no que diz respeito aos direitos de cidadã, relacionados à saúde, ao trabalho e aos direitos humanos e políticos.
07	SÔNIA MARIA PEREIRA NASCIMENTO	Luiz Flávio Borges D'Urso - Presidente da OAB-SP Recebida em 08/09/2008	São Paulo-SP	Sônia nasceu em 06 de dezembro de 1949, em São Paulo-SP, é formada em Direito, com especialização em Direito de Família. Atualmente é Coordenadora Executiva do Geledés – Instituto da Mulher Negra e Coordenadora dos Projetos Atendimento Jurídico às Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Sexual; e Promotoras Legais Populares (PLPs). Atuou, durante 4 (quatro) anos, no Projeto de Combate ao Racismo, no atendimento às vítimas de discriminação racial. Em dezembro de 1988, por ocasião das comemorações do 50º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, organizadas pelo Governo da França, recebeu, em Paris, o prêmio de Direitos Humanos ofertado ao Geledés -Instituto da

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				Mulher Negra, por sua luta pela igualdade de direitos da mulher e da população negra. Participou ativamente na Ordem dos Advogados do Brasil/SP, onde integrou a executiva da Comissão da Mulher Advogada e da Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor.
08	THEREZINHA DE GODOY ZERBINI	Gláucia Morelli – Presidente da Confederação das Mulheres do Brasil – CMB Recebida em 25/09/2008	São Paulo-SP	Therezinha nasceu em São Paulo, em 16 de abril de 1928, e formou-se em Direito pela Faculdade Vale do Paraíba de São Paulo, em 1968. Unificou, com garra e determinação, a sociedade brasileira na luta vitoriosa em nosso país pela Anistia Política, que criou as condições básicas para o processo de Redemocratização Nacional; lutou pela promoção e valorização da mulher brasileira, pelos direitos humanos e pelos valores máximos da cidadania. Apesar de todas as condições e oportunidades de TER, optou por SER, com uma ação vida exemplar para três gerações de mulheres que se afirmaram no panorama nacional e internacional.
09	MÁRCIA CRISTINE PEREIRA DE OLIVEIRA	Patrícia Saboya – Senadora Recebida em 10/10/2008	São Luis- MA	Márcia iniciou, aos 15 anos, com ações solidárias. Envolvida com o social, iniciou estudos em terapia familiar e psicopedagogia. Em 1976, assumiu a coordenação geral da Associação Curumins, onde passou a apoiar diretamente a luta de defesa e promoção de direitos de crianças e adolescentes. Luta por direitos sexuais de crianças e adolescentes, atuando em nível municipal, estadual, regional e federal. Há 12 anos, desenvolve trabalho de proteção, promoção e defesa de direitos de crianças e adolescentes e integra as principais redes de controle social do Estado do Ceará. Seu trabalho resulta na construção de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua, incentivo financeiro aos abrigos que atendem crianças e adolescentes em Fortaleza, na construção do Plano Cearense de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, entre outros.
10	NEIDE VIANA CASTANHA	Patrícia Saboya – Senadora	Januária- MG	Neide é Assistente Social, iniciou a luta pelos direitos humanos em 1973, em São

	INDICADA	PROponente	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
		Recebida em 10/10/2008		<p>Paulo, quando participou de movimentos de identidade cultural no Centro Cultural Capitães D'Areia, Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Imirim/SP e na Associação de Mulheres - AMARAS.</p> <p>Merece destaque no trabalho com presidiárias na Penitenciária Feminina da Capital-SP. Recebeu a visita e o apoio do Prêmio Nobel da Paz de 1980. Também atuou na organização das Prostitutas do Centro da Cidade de São Paulo e de meninos de rua da Praça da Sé. Desde o movimento pela redemocratização da Constituição de 1988, compatibilizou suas atividades profissionais com a militância na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.</p>
11	JÚLIA FEITOZA DA SILVA DIAS	<p>Eliandro Pinheiro Braga – Coordenador Geral do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre - CDDHEP</p> <p>Recebida em 14/10/2008</p>	Rio Branco-AC	<p>Júlia nasceu no Seringal Bom Destino, Município de Rio Branco-AC. Aos 15 anos começou a trabalhar como doméstica no Rio de Janeiro, onde permaneceu por 10 anos. Ao retornar ao Acre, engajou-se no movimento social através das Comunidades Eclesiais de Base, grupos de teatro, movimento estudantil. Foi fundadora da FUNABEM, trabalhando com menores infratores. Cursou História na Universidade Federal do Acre-UFAC, onde foi militante atuante na criação dos primeiros Centros Acadêmicos e no Diretório Central dos Estudantes-DCE. Aprovada em concurso público do Ministério da Saúde, articulou a criação da Associação dos Servidores Públicos Federais que, em seguida, transformou-se no Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público-SINDSEP/AC, onde foi presidente por dois anos. Foi fundadora da ONG ambientalista SOS Amazônia e do Centro dos Trabalhadores da Amazônia-CTA; é uma das fundadoras do Comitê Chico Mendes; atualmente, exerce a função de Assessora Especial do Governo do Estado do Acre para interlocução com os Movimentos Sociais na implementação de políticas públicas. Seu trabalho aglutinou força em defesa de causas socioambientais e rendeu aos extrativistas importantes avanços políticos. O reconhecimento e a criação das</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				Reservas Extrativistas – RESEX, Projetos de Assentamento Agroextrativistas –PAE, entre outras modalidades de acesso à terra e às comunidades locais, foi a grande vitória desta luta.
12	JOYCE MARIA DE FIGUEIRÊDO CAVALCANTE	<p>Elisabeth Castejón Lattaro Silberstein – Diretora Conselheira da Rede de Escritoras Brasileiras – REBRA</p> <p>Recebida em 16/10/2008</p>	Fortaleza -CE	<p>Joyce nasceu em Fortaleza-Ce e, atualmente, mora em São Paulo. É romancista, teatróloga, contista, cronista e conferencista. Iniciou sua carreira literária em 1979, quando publicou seus primeiros contos na revista literária “O SACO”, periódico importante no histórico registro da imprensa nanica – órgãos alternativos da imprensa que muito colaboraram na luta contra a repressão política dessa época. Tem ministrado cursos de História da Literatura do Brasil em diversas universidades do exterior. Em 1999, fundou a REBRA-Rede de Escritoras Brasileiras, entidade cultural sem fins lucrativos, cuja missão é criar e ampliar oportunidades para as escritoras brasileiras. Ganhou alguns prêmios, dentre eles, uma condecoração da Academie de Arts, Sciences ET Lettres da França, em 2007. Participou de vários encontros internacionais, levando seu conhecimento literário aos outros países. Sua grande missão é lutar pela igualdade entre homens e mulheres e, em particular, pela igualdade de oportunidades para escritores, especialmente escritoras brasileiras.</p>
13	ELIZABET GARCIA CAMPOS	<p>Tiago Correia – Diretor de Comunicação e Marketing do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida – IBQV</p> <p>Recebida em 16/10/2008</p>	Piracanjuba-GO	<p>Elizabet é natural de Piracanjuba-GO. Psicóloga e Professora, Pós-Graduada em Planejamento e Administração de Recursos Humanos pela Universidade de Brasília – UnB e em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, e outros cursos. Como professora, desempenhou durante anos a tarefa de formar crianças para o pleno exercício da cidadania, dedicando-se, também, ao trabalho com crianças com necessidades especiais. Exerceu atividades de consultoria no PNUD e na UNESCO. Participou de missão oficial aos Estados Unidos, a convite da Embaixada Americana, para visitar 17 Instituições que trabalham com desenvolvimento de projetos para melhoria</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				da qualidade de vida da comunidade americana, em que apresentou as experiências empresariais voltadas para a qualidade de vida no trabalho.
14	NAZARETH AGUIAR PESSANHA TUNHOLI	Mara Regina Dall'Negro – Presidente da BPW-DF - Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais do Distrito Federal Recebida em 20/10/2008	São Mateus- ES	Nazareth é jornalista e escritora, natural de São Mateus-ES, radicada em Brasília há 25 anos. Aprovada no primeiro concurso do Banco do Brasil que admitiu mulheres, foi a primeira mulher a trabalhar no BB em sua cidade natal. Aposentou-se (proporcional) como Assessora na Direção Geral do BB. Graduada em Língua Portuguesa e em Jornalismo, é autora do ensaio filosófico intitulado "Considerações Básicas para o Entendimento da Ética na Literatura", premiado na França, pela <i>Academie Internationale de Lutèce</i> com a <i>Medaille de Vermeil</i> . Possui três livros publicados; é autora do projeto "Cerimonial da Vida pela Paz". Realiza projetos sócio-literários, como o concurso de redação que está liderando nos colégios do Lago Norte, intitulado "Meus Avós na Minha Vida". É editora da revista <i>Estilo Capital</i> e do jornal <i>Elite</i> ; promoveu o Intercâmbio Cultural Brasil e Portugal – É criadora da Academia Internacional de Cultura - AIC; é membro da Academia de Letras dos Funcionários do Banco do Brasil.
15	MARIA JOSÉ CONCEIÇÃO MANINHA	Augusto Carvalho - Secretário de Estado de Saúde do Governo do Distrito Federal Recebida em 21/10/2008	Januária- MG	Maninha é formada em Medicina pela UnB; Secretária de Saúde do Distrito Federal; Deputada Distrital no período 1995/1998, Deputada Federal no período 2003/2005, Membro do Diretório Regional do PT; Expositora do IV Congresso Médico de Brasília; Palestrante do I Fórum sobre Autonomia da Medicina Legal da Sociedade Brasileira de Medicina Legal, entre outros. Como Parlamentar: Mesa Diretora: Primeira-Secretária; Comissão de Assuntos Sociais: Presidente; Comissão de Constituição e Justiça: Membro; Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, entre outras. Presidente do Sindicato dos Médicos de Brasília; Membro da Executiva Nacional

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				CUT-Brasília e da Associação Médica de Brasília, e Membro do CRM de Brasília.
16	SHELMA LOMBARDI DE KATO	Marlene Libardoni – Diretora Executiva da AGENDE – Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento Recebido em 22/10/2008	São Paulo-SP	Shelma é natural de São Paulo, nasceu em 7 de abril de 1939. É diplomada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da USP. Foi Corregedora-Geral de Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul. Atualmente, é professora da Universidade Federal e Desembargadora do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Foi designada pelo Tribunal de Justiça do Estado para presidir e promover ações para a implementação da Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha, além da criação das Varas Especializadas de Violência Intrafamiliar e Doméstica contra as Mulheres de Mato Grosso.
17	LILY MARINHO	Maria Eunice Dias - Presidente da Casa São João Batista da Lagoa Recebida em 22/10/2008	Rio de Janeiro-RJ	Lily é natural da Alemanha, tem formação em estudos clássicos concluídos em Paris, é Embaixadora da Boa Vontade pela UNESCO. Contribuiu para que fosse renovada a rede de museus privados e públicos brasileiros e recebeu várias condecorações brasileiras e de outros países, pela sua atuação nas artes.
18	PETRA SILVIA PFALLER	Marconi Perillo – Senador Recebida em 22/10/2008	Goiânia-GO	Petra é natural da cidade de Riedenburg, Alemanha, e nasceu em 18 de março de 1965. É formada em Direito, com especialização em Direitos Humanos, e pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal pela Universidade Católica de Goiás. É missionária junto à Pastoral Carcerária da Arquidiocese do Estado de Goiás; é Presidente do Conselho da Comunidade da Comarca de Goiânia. Sua atuação tem sido marcada pelo compromisso em defesa dos Direitos Humanos no Brasil e no exterior, sobretudo em defesa dos presidiários. Participou de inúmeros seminários e congressos, dentre os quais destacam-se o I Congresso Brasileiro de Ciências Penais e o Fórum Nacional de Justiça e Sistema Prisional.
19	IVONETE CRISTINA CARDOSO	Celina De Bonis – Delegada de Polícia Civil – Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins	Ituiutaba-MG	Ivonete é natural da cidade de Ituiutaba-MG, e nasceu em 22 de fevereiro de 1954. Atualmente, a candidata exerce o cargo de Diretora do Programa de Apoio ao Artesão. Atuou em vários programas sociais, a

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
		Recebida em 24/10/2008		exemplo do Programa de Apoio a Meninos e Meninas; exerceu vários cargos em prefeituras, na área de assistência social, como Coordenadora, Secretária e Promotora, além de trabalhar voluntariamente em ONGs. Participou da coordenação que levou o caminhão de coleta de exames do hospital do câncer de Barretos para atender a população de Araguaína-TO na prevenção do câncer. Coordenou o programa de apoio ao artesanato, que inclui a feira de arte e talento e a casa do artesanato, gerando emprego e renda para várias famílias. É diretora de eventos e equipe de Coordenação de Desenvolvimento Social para Infância, Juventude e Família.
20	ANTONIA LOPES GONÇALVES	Celina De Bonis – Delegada de Polícia Civil - Secretária de Segurança Pública do Tocantins Recebida em 24/10/2008	Araguaína-TO	Antonia é natural da cidade de Araguaína-TO, e nasceu em 13 de junho de 1962. É bacharel em Ciências Contábeis pelo Instituto Tocantinense Presidente Antonio Carlos, contadora renomada em sua cidade, sócia em várias empresas, com extensa prestação de serviços em entidades filantrópicas, sócia do Rotary Clube e promotora de vários serviços à comunidade, tendo escrito vários artigos sobre tributos, publicados no jornal da Associação Comercial e Industrial de Araguaína-TO. Seu trabalho beneficia a sociedade e a população local, resultando em melhores condições de vida e renda para as famílias da localidade. É tesoureira e contadora voluntária da Casa do Idoso Sagrado Coração de Jesus. É, ainda, Vice-Coordenadora do Movimento Laical Orionita e Voluntária da Creche Normando Sousa Linhares.
21	CELINA DE BONIS	Maria Dinesitânia Rocha Cunha – Delegada de Polícia Civil de Araguaína -Secretaria de Segurança Pública do Estado do Tocantins Recebida em 24/10/2008	Jardinópolis-SP	Celina é natural da cidade de Jardinópolis/SP, nasceu em 19 de março de 1949. É bacharel em Direito e Educação Física pela UNAERP – Ribeirão Preto-SP. É integrante do quadro da Secretaria de Segurança Pública há dezoito anos, exerce atualmente o cargo de Delegada nas Delegacias Especializadas em Defesa da Mulher, respondendo também pela Delegacia Especializada da Infância e Juventude em Araguaína-TO. Em relação

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				às atividades políticos/sociais, dentre outras, Celina é representante do Rotary Club e integrante da Diretoria do Conselho Municipal da Mulher. Promove palestras sobre violência contra a mulher e em defesa da infância e juventude, bem como projetos contra drogas. Recebeu o prêmio "Mulher Destaque na Sociedade" e diplomas como o de "Participação na Erradicação do Analfabetismo". Escreveu diversos artigos sobre diversos temas publicados em jornais e revistas da região de Araguaína-TO.
22	NELCY MARANHÃO CAMPOS	<p>Nilma Maria Nascimento Lima – Delegada de Polícia Civil da Polícia Civil do Estado do Pará</p> <p>Recebida em 24/10/2008</p>	Manaus-AM	<p>Nelcy nasceu em 20 de agosto de 1946. É Bacharel em Direito pela Universidade do Amazonas, exerce atualmente o cargo de Tabeliã do Cartório do 2º Ofício de Castanhal-PA. Tendo fundado a Associação Fazenda Embrião, entidade não governamental, a indicada, por meio da referida associação, realiza trabalhos sociais como prevenção às drogas e tratamento da dependência química. Em parceria com a Delegacia da Mulher de Castanhal/PA, tem desenvolvido importante trabalho no combate à violência doméstica. Dentre as várias premiações recebidas consta, por três vezes, o "Certificado de Valorização da Vida", concedido pela Secretaria Nacional Anti-Drogas, em vista dos relevantes serviços prestados à comunidade.</p>
23	LEIDA MARIA MORDENTI BORBA LEITE DE MORAES	<p>Maria Bernadete Lira Lieuthier- Presidente da Federação Nacional das Secretárias do Estado de São Paulo, e Isabel Cristina Baptista – Presidente do Sindicato das Secretárias do Estado de São Paulo.</p> <p>Recebida em 24/10/2008</p>	São Paulo-SP	<p>Leida nasceu em 20 de abril de 1951. É formada em Secretariado pelo London Institute e fala fluentemente inglês, espanhol e francês. É uma das fundadoras do Movimento Secretarial no Brasil. Participou da criação das associações e entidades sindicais da profissão, bem como da criação e aprovação do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação, e começou a luta pela criação do Conselho de Secretariado. É membro do Green Peace, Organização não Governamental que luta pela preservação do meio ambiente; é também associada à Abrinq – fundação que luta pelos direitos das crianças, além de colaborar, financeiramente, para a manutenção de projetos sociais. É autora de vários artigos sobre a profissão e</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				assuntos relacionados.
24	MARIA DAS DÔRES DOLLY SOARES	<p>Maria Cecília Machado do Valle, Diretora Financeira do Centro de Valorização da Mulher -CEVAM/GO</p> <p>Recebida em 24/10/2008</p>	Uruaçu-GO	<p>Dolly cursou Pedagogia na Universidade Federal de Goiás. Nesta oportunidade, sendo presidente do Centro Acadêmico Paulo Freire da Faculdade de Educação, atuou como líder estudantil do Diretório Central dos Estudantes da UFG; foi a primeira diretora do Departamento para Assuntos da Mulher da UEE-GO (União Estadual dos Estudantes do Estado de Goiás). Hoje, além de presidir o CEVAM, é acadêmica do curso de Direito da Universidade Salgado de Oliveira, membro do Conselho Estadual da Mulher e da SEMIRA (Secretaria Estadual da Mulher e Promoção da Igualdade Racial). Em 2004, recebeu a Comenda Berenice Artiaga, concedida pela Assembléia Legislativa de GO, em reconhecimento ao seu trabalho em prol da participação da mulher na vida política e social do Estado de Goiás.</p>
25	ROSEMARI NASTAS DE GEUS	<p>Lílian Taques Fonseca Buzato – Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Ponta Grossa – BPW</p> <p>Recebida em 28/10/2008</p>	Ponta Grossa-PR	<p>Rosemari nasceu em 29 de junho de 1951, cursou Licenciatura em Pedagogia e História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR. Atualmente exerce a função de professora de Educação Especial. Possui Pós-Graduação em Educação Especial para Atendimento às Necessidades Especiais e Especialização em Educação Especial na Área de Deficiência Mental. Coordena e supervisiona projetos em inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiências. Desenvolve parte do espaço de uma Escola Especial, cuja mantenedora é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, uma instituição sem fins lucrativos que há 42 anos oferece seus serviços à comunidade de Ponta Grossa. As pessoas beneficiadas com o seu trabalho são as famílias das pessoas com necessidades educacionais especiais em diferentes áreas da faixa etária de 7 anos, sem limite de idade. Seu trabalho objetiva mostrar à sociedade a capacidade que o jovem aprendiz com necessidades especiais tem de assumir responsabilidades, atuando com comprometimento, demonstrando talentos, desde que esses espaços lhes</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				sejam oportunizados.
26	DARCY PRADO DA ROSA	Renato Pereira Melo – Presidente da União das Etnias de Ijuí-RS Recebida em 28/10/2008	Criciúma -SC	Darcy nasceu em 3/3/1939, estudou até a 8ª série do 1º grau, foi a primeira mulher negra a trabalhar no comércio da cidade. Casou-se, teve 5 filhos, sendo 1 com Síndrome de Down. Ela é presidente do Clube de Mães da APAE há 22 anos, instituição da qual recebeu condecoração de prata pelos serviços voluntários prestados. Atuou 9 anos como coordenadora do grupo de danças Charme da Liberdade, representando a cultura negra em diversas apresentações, no Brasil e na Argentina e, desde 2007, é vice-presidente do Grupo Cultural Herdeiros de Zumbi. A entidade Grupo Cultural Herdeiros de Zumbi possui casa típica, comida e grupo de danças, juntamente com mais de 11 etnias, na cidade de Ijuí-RS. São atendidas, aproximadamente, 305 crianças, jovens e adultos na APAE de Ijuí, que possui a mais recente técnica de reabilitação para deficientes, a ecoterapia. No Grupo Cultural Herdeiros de Zumbi, cerca de 25 crianças e jovens são assistidos através da dança e ensaios nos finais de semana. Desde 1969 até 1990, atuou como voluntária no Clube de Mães do Colégio Sagrado Coração de Jesus e na Escola de 1º Grau Ruy Barbosa, onde também realiza diversas atividades como voluntária junto à Igreja Matriz Nossa Senhora da Natividade, na cidade de Ijuí/RS.
27	MARIA DO SOCORRO SILVA DO NASCIMENTO DA SILVA	Wellington Temístocles da Silva – Administrador do Hospital da Mulher Mãe Luiza de Macapá-AP Recebida em 29/10/2008	Macapá-AP	Maria do Socorro é Administradora e Pós Graduada em Gestão Hospitalar, Técnica de Enfermagem e Acadêmica no Curso de Enfermagem. Palestrante nas comunidades sobre violência contra a mulher, desenvolve trabalho no Banco de Leite Humano do Estado do Amapá, que fica dentro do Hospital da Mulher. Participa de seminários e congressos para atualizações aos serviços relacionados ao incentivo de parto normal; acolhimento a adolescente que sofre violência sexual; tratamento de gestação de alto risco; mães adolescentes. Trabalha na valorização e incentivo aos servidores que desempenham suas

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				atividades no hospital e na comunidade amapaense.
28	DEISE BENEDITO	<p>Janete Rocha Pietá – Deputada Federal</p> <p>Recebida em 29/10/2008</p>	São Paulo-SP	<p>Deise nasceu em 16 de setembro de 1959, é bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, presidente da ONG Fala Preta – Organização de Mulheres Negras, membro fundadora da Liga Mundial contra a Pena de Morte – Bruxelas e membro fundadora do Fórum Nacional de Mulheres Negras. Seu trabalho enfoca a luta pela inclusão do negro, com ênfase para a mulher negra no processo sócio-econômico do país, atuando principalmente nas áreas de direitos humanos e educação popular. Na qualidade de membro da Subcomissão de Política Criminal e Penitenciária da OAB, acompanhou o levantamento do número de mortes e a situação processual dos presos assassinados no massacre do Carandiru. Durante toda sua vida como ativista do Movimento de Direitos Humanos e do Movimento Negro, sempre procurou estabelecer elos entre ambos os movimentos, na busca por mostrar o racismo como uma das mais graves violações dos direitos humanos no país. Sofreu preconceito racial desde pequena e sempre lutou contra todas as formas de discriminação.</p>
29	MARIA CLARA CAVALCANTE BUGARIM	<p>Silvia Mara Leite Cavalcante – Vice-Presidente de Administração do Conselho Federal de Contabilidade - CFC</p> <p>Recebida em 29/10/2008</p>	União dos Palmares -AL	<p>Maria Clara é Bacharel em Ciências Contábeis, Administração de Empresas e Direito; é Pós-Graduada em Auditoria, Administração de Recursos Humanos, é Mestre em Controladoria e Contabilidade - UPS e Doutora em Engenharia e Gestão do Conhecimento – UFSC. Ao longo de sua vida profissional, exerceu com excelência e brilhantismo cargos até então nunca exercidos por mulheres. Foi Auditora Geral do Estado de Alagoas, Diretora Financeira do Instituto de Previdência do Estado de Alagoas, Secretária de Assistência Social do Município de Santana do Mundaú-AL, entre outros. Devido a sua formação, teve sua carreira marcada pela articulação junto às entidades de classe, e presidiu o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas. No decorrer de sua trajetória como profissional e lutadora pelos direitos e</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				garantias da classe contábil, foi merecedora dos principais títulos: Detentora da comenda CRCPI – medalha de Honra ao Mérito Contador Pedro Tobias Duarte, entre outros.
30	SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES RIBEIRO	<p>Lucileide Ribeiro Dias – Coordenadora da Coordenadoria de Atividades Especiais da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão</p> <p>Recebida em 30/10/2008</p>	São Luís-MA	<p>Sônia Amaral é formada em Direito pela Universidade Federal do Maranhão; Pós-Graduada em Magistratura – Escola Superior da Magistratura/ESMAM; Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão. Em sua caminhada de formação profissional, como estudante, advogada e juíza, nunca escondeu sua paixão pelo poder libertador que o Direito, seu conhecimento e defesa pode ter na luta em defesa dos direitos da mulher. Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão, o tema de sua dissertação tratou do cerne de sua luta: A Casa Abrigo, sendo intitulada "Violência Doméstica Contra a Mulher – análise da Casa Abrigo de São Luís." Sônia está sendo indicada ao Prêmio por acreditar que a violência contra as mulheres é a manifestação mais trágica da discriminação contra elas. Seu trabalho é amplo e vislumbra a necessidade de um olhar sobre o que está acontecendo com as mulheres de nosso país e especialmente do Estado do Maranhão, investindo em várias frentes pelas quais a violência se faz presente. Procurando disseminar informações sobre as conquistas alcançadas na luta contra a violência doméstica, foi Coordenadora Geral da produção da cartilha "Lei Maria da Penha". Seu trabalho é voluntário por paixão à causa da defesa dos direitos das mulheres.</p>
31	CLÉA ANNA MARIA CARPI DA ROCHA	<p>Vladimir Rossi Lourenço – Vice-Presidente, no exercício da Presidência, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil</p> <p>Recebida em 30/10/2008</p>	Guaporé-RS	<p>Cléa é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Secretária-Geral e Conselheira da OAB. Atua em várias áreas relacionadas ao Direito, aos Direitos Humanos, à luta pelo Estado Democrático de Direito, desde o processo de redemocratização, as Diretas Já e a anistia, bem como o seu fortalecimento, tendo sempre presente a justiça social, a igualdade e a fraternidade de todos os seres humanos, principalmente</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				<p>crianças, pois o mesmo interfere profundamente na economia e nos sistemas políticos dos países do Terceiro Mundo, com reflexos danosos sobre as estruturas sociais, impondo sofrimentos à vida da população, em seu contexto geral. Seu trabalho na Ordem dos Advogados do Brasil, serviço público dotado de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade defender a Constituição, a ordem jurídica, os Direitos Humanos, a Justiça Social e pugnar pela boa aplicação das leis. Beneficiam-se com o seu trabalho, considerada a sua participação na Ordem, em atuação na defesa da ordem jurídica e social, os cidadãos e cidadãs brasileiros. Atua há mais de trinta anos na área do Direito para melhorar a condição humana com a perspectiva de solidariedade e justiça social.</p>
32	ADELINA SILVEIRA DE ALCÂNTARA MACHADO	<p>Rosario Amaral – Diretora da Organização Brasileira de Mulheres Empresárias – OBME</p> <p>Recebida em 31/10/2008</p>	Rio de Janeiro-RJ	<p>Adelina nasceu no Rio de Janeiro, cursou Sociologia e Política na PUC-RJ. Com uma carreira marcada pelo sucesso profissional, também é conhecida pela colaboração em diversos projetos nos mais variados segmentos. Empresária e Jornalista, preside a ONG-Organização Brasileira de Mulheres Empresárias. Seu trabalho resulta no desenvolvimento empresarial através de relações comerciais e de <i>network</i> entre empresárias e organizações para a abertura de novos negócios mediante a realização de eventos, congressos e feiras nacionais e internacionais, bem como estabelecer vínculos no mercado nacional e internacional com a finalidade de facilitar o acesso das sócias a oportunidades financeiras e negócios que se apresentem.</p>
33	MUNA ZEYN	<p>Roseana Oliveira Moraes Ferreira Martins – Diretora-Presidente do Instituto São Paulo de Cidadania e Política – ISPCP</p> <p>Recebida em 31/10/2008</p>	São Paulo-SP	<p>Muna nasceu em São Paulo. É Assistente Social, militante dos movimentos sociais dos anos 70 e 80, coordenadora do Movimento Multipartidário em Defesa da Reforma Política, membro do Comitê Mortalidade Materna há 16 anos, membro do Conselho Estadual da Condição Feminina, elaborou o primeiro programa de atendimento à saúde da mulher indígena e atualmente é apresentadora do programa ALL TV Mulher. Está sendo indicada pela</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				atuação na defesa da participação da mulher na reforma política através dos organismos que atuam em conjunto com a Secretaria Especial das Mulheres do Governo Federal. Os beneficiados pelo seu trabalho são todas as mulheres brasileiras que atuam no campo político com mandatos executivos, legislativos e/ou direção partidária.
34	LÚCIA MARIA DOS SANTOS PACÍFICO HOMEM	<p>Patrícia Pacífico, Diretora Administrativa do Movimento das Donas de Casa e Consumidores de Minas Gerais-MDC-MG, Elizabeth de Oliveira, Diretora Financeira do MDC-MG, e Mário Roberto Amaral, Diretor de Comunicação do MDC-MG</p> <p>Recebida em 31/10/2008</p>	São Gotardo-MG	<p>Lúcia é professora da Rede Pública Estadual, técnica em Odontologia Social e Preventiva, formada pela Escola de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais e Escola de Saúde Pública, em Belo Horizonte-MG. Em 1983 foi criada a Associação das Donas de Casa de Minas Gerais, logo se transformando em Movimento das Donas de Casa e Consumidores. Sua primeira presidente eleita, Lúcia desponta como líder dinâmica e atuante. Foram muitas lutas na década de 80. Chegada a Constituinte, muitas donas de casa queriam pagar a Previdência Social para poder se aposentar. Lúcia abraça a causa e colhe assinaturas que, juntamente com o abaixo-assinado, pedindo o Código de Defesa do Consumidor, pede também a aposentadoria para as donas de casa. Defendeu, da tribuna da Câmara Federal, a convite de seu presidente, Ulysses Guimarães, a luta e a necessidade desta aposentadoria. Como professora, começou a fazer com o seu Movimento das Donas de Casa a educação para o consumo: campanhas educativas para ensinar as donas de casa a consumir com consciência e fazer valor o Código do Consumidor.</p>
35	JOSEPHINA BACARIÇA	<p>Paulo Teixeira – Deputado Federal</p> <p>Recebida em 31/10/2008</p>	Nepomuceno-MG	<p>Josephina nasceu em 9 de julho de 1932, e é formada em Pedagogia. A indicada foi presa política no Regime Militar, prestou notórios serviços ao Conselho Estadual da Pessoa Humana de São Paulo – CONDEPE. Trabalhou na coordenação e supervisão de programas para a Fundação Estadual do Bem Estar do Menor. Supervisionou projetos para educadores de rua. Foi coordenadora geral na implantação do Projeto "Centro de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário Rural", nos</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				<p>municípios de Mairinque e Mogi da Cruzes. Como Pedagoga, trabalhou as questões sociais em projetos com adolescentes em situação de rua ligados à Fundação do Menor de SC. Coordenou cursos profissionalizantes na área de construção civil, cozinha comunitária e restaurante popular. Trabalhou pela instalação e manutenção do Fórum de Defesa da Criança e do Adolescente na Região Oeste de São Paulo. Implantou oficinas comunitárias de trabalho artesanal entre outros. Atualmente é Presidente da Comissão Justiça e Paz de São Paulo, à frente da qual luta pela efetivação dos direitos humanos por meio da mobilização de grupos, de campanhas públicas, de educação em direitos humanos.</p>
36	IRMÃ AURISTELA (HERCÍLIA STINGHEN)	<p>Augusto Botelho – Senador</p> <p>Recebida em 31/10/2008</p>	Pouso Redondo -SC	<p>Irmã Auristela é natural da cidade de Pouso Redondo-SC, e nasceu em 14 de dezembro de 1939. Formada em Enfermagem, a indicada atualmente reside em Roraima, e trabalhou desde 1969 em missões dentro da selva cuidando da saúde indígena. Pela sua dedicação e empenho, conseguiu transformar a Casa de Saúde do Índio de Roraima em referência nacional de assistência à saúde indígena. A indicada sempre se deparou com dificuldades de recursos para implementar melhorias nos programas de saúde dos indígenas.</p>
37	ELEANOR MADRUGA LUZES	<p>Neyde Ganley Zimmermann, Presidente do Clube Sorooptimist do Rio de Janeiro</p> <p>Recebida em 03/11/2008</p>	Rio de Janeiro- RJ	<p>Eleanor é Médica Psiquiatra, PHD em Ciência do Início da Vida. Há mais de quatro décadas o planeta assiste ao surgimento de pesquisas nas áreas das Ciências Humanas e da Ciência Médica que, salvaguardadas em bases de estudos estatísticos e da medicina baseada em evidência, lançam informações preciosas em torno de como o mamífero humano vem ao mundo e a correlação disto com as condições psíquicas, emocionais e físicas que se carrega durante a existência. Ela vem dedicando-se ao assunto há vinte anos; estabeleceu um sistema denominado Ciência do Início da Vida. Esta é a primeira matéria transdisciplinar proposta por uma cientista brasileira (tese em doutorado, aprovada com louvor, em agosto de 2007,</p>

	INDICADA	PROponente	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ), nascida da fusão de conhecimentos colhidos nas últimas quatro décadas, nas áreas de antropologia, sociologia, pedagogia, etologia, embriologia, biologia celular e medicina (obstetrícia, neurologia, endocrinologia, cardiologia, psiquiatria). Segundo Eleanor, trata-se de uma matéria transdisciplinar como a própria vida. O ensino através da transdisciplinaridade vem sendo proposto pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
38	ADRIANA RAMOS DE MELLO	Maria Edite Carvalho Ribeiro Dantas – Coordenadora de Articulação de Políticas para Igualdade de Gênero-Rio Mulher Recebida em 03/11/2008	Rio de Janeiro-RJ	Adriana é natural da cidade do Rio de Janeiro, e nasceu em 25 de julho de 1970. Bacharel em Direito pela Universidade Gama Filho. A indicada é Juíza Titular do 1º Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital. Desempenha o trabalho regional e nacional visando a criação e instalação dos Juizados especializados em violência doméstica e familiar por todo o Brasil. Adriana tem demonstrado coragem ao enfrentar as grandes dificuldades, tais como o preconceito em relação ao tema violência doméstica, a existência de forte rejeição à Lei Maria da Penha no meio jurídico, a opinião de alguns juristas de que a Lei Maria da Penha é inconstitucional, as dificuldades de entendimento de que o Juiz do novo milênio deve buscar parcerias e integração com os demais poderes.
39	IRIA DE JESUS MARTINS	Arlete Carminati Zago – Presidente da Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil – BPW Brasil Recebida em 03/11/2008	Santo Ângelo-RS	Iria é natural de Coxilha Bonita, área rural do município de Santo Ângelo-RS. É formada em Letras e Psicologia. A indicada ministra seminários e palestras em todo o Brasil direcionados à formação de liderança feminina e ao preparo da mulher para ocupar espaços de poder nos negócios, na política e nas profissões. Coordenou a elaboração e implantação do Projeto Mulher Empreendedora, em parceria com a Secretaria Especial de Política para Mulheres e o SEBRAE, com ações em 20 importantes cidades, nas cinco regiões do Brasil. Atua como Psicóloga e psicoterapeuta, com especialização em

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				<p>Psicologia do Líder. O trabalho executado por Íria resulta na melhora da auto-estima das mulheres. Íria desenvolveu um programa-seminário MULHER: CAUSA E AÇÃO para centenas de mulheres dos 18 aos 75 anos. O objetivo era compreender qual a identidade e a função que a mulher pode assumir hoje, em substituição ao papel do homem. Íria tem artigos publicados no Brasil e fora, destaca-se sua relatoria no I Congresso Mundial e XIV Internacional, em Moscou, cuja relação sobre OS MECANISMOS INCONSCIENTES QUE IMPEDEM O PROTAGONISMO DA MULHER foi publicada na Rússia e na Itália. Atualmente, debruça-se na construção do livro MULHER: DO FÍSICO AO METAFÍSICO, como forma de colaborar concretamente na construção do protagonismo responsável da mulher.</p>
40	NALUH MARIA LIMA GOUVEIA DOS SANTOS	<p>Perpétua Almeida – Deputada Federal</p> <p>Recebida em 03/11/2008</p>	Feijó-AC	<p>Naluh tem Licenciatura em Letras pela Universidade Federal do Acre, Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Didática e Docência do Ensino Superior e Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Direitos Humanos e Sociedade. É natural da cidade de Feijó-AC, e nasceu em 03 de setembro de 1963. Iniciou sua carreira como militante política em 1978, participando ativamente do movimento pela meia-passagem de ônibus para os estudantes, beneficiando mais de 100 mil estudantes. Foi Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Acre-SINTEAC. Recebeu o Título de Cidadã Riobranquense pelos relevantes serviços prestados ao Município, ao Estado e ao Brasil e o Título Menção Honrosa por sua participação na organização do concurso de poesias “Manuel Bandeira”, por ocasião da III Semana da Literatura. Participou ativamente nos diversos problemas de caráter geral e coletivo de interesse do povo acreano, buscando superar os obstáculos e construir justiça social para todos os cidadãos e cidadãs de sua terra natal. Quando Vereadora, 1997-1998, fez do mandato um instrumento de luta pela causa da saúde, do funcionalismo público, dos</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				<p>profissionais da imprensa, dos policiais civis, dos militares, dos estudantes, da emancipação da mulher e da educação.</p> <p>Atuou ativamente no combate ao narcotráfico internacional de drogas no Estado, requerendo reunião com todas as autoridades federais e estaduais na área de segurança pública para discutir e tomar posição sobre o flagelo das drogas.</p>
41	MARIA RITA PEREIRA BATISTA	<p>Perpétua Almeida - Deputada Federal</p> <p>Recebida em 03/11/2008</p>	Rio Branco-AC	<p>Maria Rita é professora, e nasceu na Cidade de Rio Branco-AC. Aos 15 anos começou sua atividade como Professora Voluntária, lecionando para adultos nas comunidades rurais com o objetivo de não permitir que esses trabalhadores ficassem sem conhecer seus direitos. O trabalho pela luta do conhecimento dos direitos a fez chegar à década de 70 com grande compreensão sobre a Ditadura Militar, construindo então a decisão política de atuação na luta pela redemocratização do País, executando sua colaboração no Estado do Acre. Aos 26 anos, com efetiva consciência política, passou a atuar na organização dos movimentos sociais como Associação de Moradores de Bairro, na fundação da Federação das Associações de Moradores - FAMAC, na Associação das Lavadeiras, do Movimento de Mulheres, da fundação do Sindicato dos Bancários do Acre, da Associação dos Professores, que culminou com a criação do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Acre. Ela está sendo indicada ao Prêmio pelos trabalhos sociais que realizou contra a violência e pelos direitos humanos.</p>
42	VIRGINIA LOIOLA BEZERRA	<p>Antônio Bezerra dos Santos Filho – Delegado Geral de Polícia Civil no Estado do Maranhão</p> <p>Recebida em 03/11/2008</p>	Imperatriz-MA	<p>Virgínia é natural da cidade de Imperatriz-MA, nasceu em 25 de agosto de 1977 e é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Maranhão. Como Titular da Delegacia Especial da Mulher, participou da elaboração de quatro cartilhas sobre os direitos das mulheres. Ministrou aulas com ênfase em Direitos Especiais, atuando principalmente nos seguintes temas: responsabilidade penal, inquérito policial, pessoa jurídica, responsabilidade civil e administrativo. Concluiu curso de curta duração em Direito de Família e Sucessões,</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				Curso de curta duração em Direitos Humanos, Curso de curta duração em Gênero e Violência, entre outros.
43	TANIA REGINA CASTELLIANO	Eutímio Pinto Ramalho – Presidente do Diretório Municipal do Partido Popular Socialista-PPS - Cabedelo-PB Recebida em 05/11/2008 Postada em 31/10/2008 (no prazo)	Rio de Janeiro- RJ	Tânia é natural do Rio de Janeiro, e nasceu em 23 de novembro de 1950. É mestrandia em lingüística, já qualificada em fase final de dissertação pela Universidade Federal da Paraíba. Formada em Licenciatura em Desenho e Artes Plásticas pela Fundação Mineira Aleijadinho-FUMA-BH e Graduação em Fonoaudiologia pela Universidade Estácio de Sá – RJ. Tânia foi Presidente do PFL, hoje DEM, onde registrou seu nome com alguns projetos sociais de alfabetização, combate às drogas, à prostituição infantil e meninos de rua. Ela trabalha com seu curso 'Como Falar em Público', impulsionando principalmente as <i>mulheres e jovens a acreditarem em seus sonhos</i> , melhorando a auto-estima. Depois de anos de batalha, seus alunos fundaram a ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA PALAVRA TANIA CASTELLIANO DO ESTADO DA PARAÍBA, que tem por finalidade desenvolver a oralidade através da poesia, biografia, resgatando as personalidades que fizeram a história da Paraíba.
44	BEATRIZ BEZERUSKA	Marilise Doege Esteves – Presidente da Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – BPW Cuiabá Recebida em 05/11/2008 Postada em 03/11/2008 (no prazo)	Campo Mourão- PR	Beatriz é graduada em Administração pela Faculdade de Administração e Economia de Curitiba-PR. Empresária no ramo de Reflorestamento e Pecuária. Atualmente exerce o cargo de Vice-Presidente da BPW de Cuiabá, instituição feminina que tem como missão agregar valor à representatividade feminina em todos os setores da sociedade brasileira. Seu firme comprometimento com o desenvolvimento sustentável e com o fortalecimento da mulher através de inclusão social tem <i>favorecido a implantação de cursos que promovem a geração de renda para mulheres na zona rural</i> . Seu trabalho deu início à utilização das novas tecnologias, visando uma melhor qualidade de vida, produção de alimentos saudáveis sem afetar o meio ambiente.
45	ISABEL ALICE JESUS DE PINHO	Mônica Márcia Kalile Passos - Superintendente da Superintendência	Salvador- BA	Isabel nasceu em Salvador-BA, Licenciada em Letras Vernáculas – UFBA e Direito, é Delegada de Polícia e atual Diretora do

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
		<p>Especial de Políticas para as Mulheres</p> <p>Recebida em 05/11/2008 Postada em 03/11/2008 (no prazo)</p>		<p>Departamento de Crimes Contra a Vida-DCCV, que congrega mais de 28 Unidades Especializadas, com Mestrado Multidisciplinar e Profissionalizante em Desenvolvimento Territorial e Gestão Social – CIAGS-UFBA. Está sendo indicada ao Prêmio pelo trabalho que realizou à frente da DEAM, com inovações introduzidas na concepção de uma agência policial especializada, aplicação e reformulação de práticas organizacionais e de gestão participante, além de elaboração de novos procedimentos nas atividades de prestação de serviços policiais às mulheres em situação de violência. Na sua concepção de espaço governamental nessa técnica e condução das equipes multidisciplinares, transformou a unidade DEAM-Salvador em modelo para o Brasil no campo da segurança pública. É participante e coordenadora ativa de vários eventos nas temáticas dos direitos humanos desde o nível local ao internacional. Seu trabalho atinge toda a comunidade beneficiária dos serviços policiais das Delegacias Especializadas e os servidores policiais, em particular, pela extensão dos temas que envolvem os grupos socialmente vulneráveis: crianças, adolescentes, mulheres, idosos e toda a complexidade do fenômeno das violências e criminalidades, em especial a violência doméstica.</p>
46	MARIA HELENA RIQUINHO DOS SANTOS	<p>Sandra Bassegio – Presidente do Clube Soroptimista Internacional de Canoas-RS</p> <p>Recebida em 05/11/2008 Postada em 31/10/2008 (no prazo)</p>	Porto Alegre-RS	<p>Maria Helena é natural de Porto Alegre-RS, e nasceu em 1º de agosto de 1956. É formada em Psicologia pela Universidade Luterana do Brasil-ULBRA e Licenciatura em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. Pós Graduada em Cidadania em Direitos Humanos pela ADESG e Pós Graduada em Direito da Criança e do Adolescente pela Escola Superior do Ministério Público. A indicada é sócia fundadora da organização não governamental Reviver no município de Canoas e participa ativamente do Clube Soroptimista Internacional de Canoas, que presta atendimento psicossocial a famílias vítimas de violência sexual infanto-juvenil. Realizou vários trabalhos com cuidados</p>

	INDICADA	PROponente	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
				maternos em saúde mental, participou em treinamento da PAISMENTAL em grupo de gestante e estimulação precoce, coordenou projetos no tratamento para crianças com dificuldades de conduta das creches municipais. Participou da Marcha Mundial das Mulheres no Kênia-África.
47	ANA MARIA GOMES	Luiza Helena Bernardes Al-Contar – Coordenadora do Centro de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – “CUÑA MBARETE” e Casa Abrigo – MS Recebida em 05/11/2008 Postada em 03/11/2008 (no prazo)	Tatuí-SP	Ana Maria é natural de Tatuí-SP, e nasceu em 23 de junho de 1948. É Doutora em Sociologia do Desenvolvimento pela Universidade de Paris. A indicada faz parte da ONG nacional feminina – Articulação de Mulheres Brasileiras/AMB, Articulação de Mulheres de Mato Grosso do Sul/AMMS e Coordena o Núcleo de Estudos de Gênero/NEG. Participou de pesquisas sobre o movimento da juventude rural francesa e as perspectivas de superação da crise econômica no meio rural e realizou pesquisa de campo em São Paulo entre mulheres metalúrgicas, químicas, vidreiras e domésticas. O trabalho de Ana Maria é voltado para o estudo das mulheres e suas especificidades. Durante a ditadura foi presa política e exilada na França por defender posições igualitárias, que lhe rendeu várias críticas, mas não se intimidou em lutar por uma sociedade onde as mulheres tenham seus direitos respeitados.
48	AURORA DA COSTA LUNAS	Fátima Cleide – Senadora Recebida em 05/11/2008 Protocolada em 31/10/2008 (no prazo)	Paranaíba-MS	Aurora é natural de Paranaíba-MS, e nasceu em 13 de agosto de 1952. É Professora, e filha de trabalhadores rurais de Mato Grosso do Sul. Fundadora do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Médici. Fundou a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de Costa Marques. A indicada alia a atividade de educadora às ações de incentivo à política participativa, aglutinando famílias de trabalhadores rurais nos Sindicatos. Seu grande desafio é a manutenção financeira da Escola Família Agrícola Vale do Guaporé - Efavale, que por restrição legal não pode receber recursos de programas oficiais do Ministério da Educação.
49	YONE BAPTISTA LINDGREN	Toni Reis – Presidente da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e	Rio de Janeiro-RJ	Yone é ativista lésbica e membro do movimento GLBT nacional há 28 anos, militante da primeira geração do MHB – Movimento Homossexual Brasileiro. Foi a

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
		<p>Transexuais – ABGLT</p> <p>Recebida em 05/11/2008</p> <p>Postada 29/10/2008 (no prazo)</p>		<p>primeira mulher a assumir sua preferência sexual no Rio de Janeiro. Yone é Vice-Presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros-ABGLT, Membro do Conselho de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Atuou e colaborou na implementação da formação de mulheres lésbicas a nível nacional para o desenvolvimento, fortalecimento e sustentabilidade política do segmento.</p>
50	MARIA REGINA D'ANGELO DA SILVA PINTO	<p>Alda Cristina Alves de Oliveira – Coordenadora da Coordenação de Direitos das Mulheres de Niterói – CODIM-NIT</p> <p>Recebida em 06/11/2008</p> <p>Postada em 31/10/2008 (no prazo)</p>	Campos-RJ	<p>Maria Regina é natural de Campos-RJ. É Professora, com Licenciatura em História pela Faculdade de Filosofia de Campos e Pós Graduação pela Universidade Federal Fluminense. Na década de 1970, apesar da repressão militar, participou ativamente do Movimento dos Profissionais da área de Estudos Sociais, que resultou na Fundação da Sociedade Estadual dos Professores, atualmente Sindicato dos Profissionais da Educação. Durante sua carreira, lecionou em diversas instituições de ensino. Participou ativamente das discussões que resultaram na criação da Associação de Docentes do Colégio Estadual Paulo Assis Ribeiro – ADOCEPAR. Como coordenadora da ONG FASE, contribuiu na criação de projeto para desenvolvimento sustentável das comunidades do Rio de Janeiro, tendo em 2002 dirigido o Programa do Idoso naquele estado. Ainda na área social, implantou os programas "Vivaidoso", "Adoção para todos" (atendimento a crianças e adolescentes em situação de risco). Participou, como interlocutora, no processo de regulamentação das Feiras de Artesanato bem como no programa de medidas sócio-educativas para adolescentes em conflito com a lei na cidade de Niterói. Em 2006, assumiu a Coordenação do Programa de Inclusão de Jovens – Projovem do governo federal.</p>
51	LEILA DE ANDRADE LINHARES BARSTED	<p>Maria Conceição dos Santos – Presidente da Associação de Mulheres Beth Lobo</p>	Rio de Janeiro-RJ	<p>Leila é Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e possui curso de Mestrado em Ciência Política no Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Leila tem se</p>

	INDICADA	PROPONENTE	ORIGEM	BREVE CURRÍCULO
		Recebida em 10/11/2008 Postada em 01/11/2008 (no prazo)		dedicado, desde a década de 1970, às questões dos Direitos Humanos, mais especificamente dos direitos das mulheres. Foi uma das organizadoras do histórico Seminário sobre o Papel e o Comportamento da Mulher na Sociedade Brasileira, apoiado pelas Nações Unidas. Membro e Ex-Coordenadora do Comitê de Especialistas-CEVI da Organização dos Estados Americanos. É membro do Instituto dos Advogados Brasileiros – IAB, do Fórum Permanente de Violência Doméstica e Familiar da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Faz parte de conselhos e de diretorias de diversas instituições nacionais de defesa dos direitos humanos. Participou ativamente na elaboração de proposta legislativa, dentre elas a Lei de Planejamento Familiar e a Lei Maria da Penha. Seu trabalho visa a organização, informação, capacitação, formação, monitoramento do cumprimento das Leis, relativos à garantia dos direitos das mulheres.
52	MARISA CHAVES DE SOUZA	Oscarina Souza Siqueira – Diretora Executiva do Movimento de Mulheres em São Gonçalo-RJ Recebida em 10/11/2008 Postada em 31/10/2008 (no prazo)	Manhumirim-MG	Marisa é natural de Manhumirim, Minas Gerais, e nasceu em 28 de fevereiro de 1963. Marisa é graduada em Psicologia pela Faculdade de Humanidades Pedro II e Mestrado em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. A indicada atua na área de Serviço Social há mais de 20 anos, sendo Especialista em Políticas Públicas, assessora na área de prevenção e implantação de serviços e programas de atendimento às vítimas de violência doméstica e de gênero. Promove supervisão técnica e capacitação de conselheiros de saúde, assistência social e defesa dos direitos da mulher. Atualmente é Subsecretária de Políticas para Mulheres, Presidente do Conselho Municipal de Direitos da Mulher de São Gonçalo e Coordenadora do GT de Empreendedorismo da Subsecretaria de Políticas para Mulheres. Um dos trabalhos que mais se destacou em sua trajetória de vida foi o CEOM Zuzu Angel – Centro Especial de Orientação à Mulher Vítima de Violência.

**INDICAÇÕES À 7ª PREMIAÇÃO RECEBIDAS FORA DO PRAZO
(SERÃO CONSIDERADAS PARA A 8ª PREMIAÇÃO)**

	ICADA	IND	PROPONE	RIGEM	BREVE CURRÍCULO
1	VANA AMARAL VERÍSSIMO	SIL DO	Lorraine Camargo – Membro do Fórum de Mulheres da América Latina Postada em 03/11/2007	iracica- ba-SP	Silvana é natural da cidade de Piracicaba-SP. É Tecnóloga em Gestão de Saúde e Saneamento Ambiental pela Uniaras/SP, com Pós-Graduação em Biotecnologia Ambiental. A candidata se destaca como uma das maiores lideranças femininas negras, realizando e participando de eventos e cursos na temática racial. Destaca-se também pela luta contra DST/AIDS, tem vários textos em revistas nacionais e internacionais em que descreve as condições precárias em que vivem as mulheres negras brasileiras, como sendo as maiores vítimas da doença. A indicada, pela dedicação ao trabalho, teve reconhecimento merecido com o Troféu Zumbi dos Palmares e o Prêmio Santo Dias.
2	SEMEIRE APARECIDA OLIVEIRA	RO	Vera Lúcia de Souza - Organização Espaço Mulher (Grupo de Mulheres de Lavas/MG) Recebida em 08/11/2007	avras- MG	Rosemeire é natural de Lavras-MG. Formada em Filosofia, especialista em Educação. Iniciou a militância em Grupos de Jovens da Igreja, na Pastoral da Juventude Estudantil. Atua no Movimento de Mulheres, sendo uma das articuladoras do Grupo Espaço Mulher, projeto gestado desde o início da década de 90, quando realizava atividades da Pastoral e do Partido dos Trabalhadores nos bairros. A indicada atuou ativamente para a criação do Conselho Municipal de Políticas de Igualdade Racial. Seu trabalho é voltado na organização e formação junto aos Movimentos Sociais, particularmente relacionadas às questões de gênero e raça.
3	NIA LADEIA TRETEL	VÁ REGINA	José Jaconias da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra-MT Recebida em 11/12/2007	ova Granada- SP	Vânia é natural da cidade de Nova Granada-SP, e nasceu em 14 de maio de 1962. Desde jovem se envolveu nos assuntos da comunidade em que morava, como catequista e professora voluntária. É formada em História pela Universidade Estadual de Mato Grosso e atualmente exerce o cargo de Vereadora. A indicada foi presidente da Comissão da Condição da Mulher, tendo como atribuição a realização de diversos trabalhos visando à valorização da mulher. Diante disso, desenvolveu o

	ICADA	IND	PROPONE	RIGEM	BREVE CURRÍCULO
					trabalho voltado para a mulher do campo, que resultou na criação da Associação Feminina do Assentamento Antônio Conselheiro, que oferece cursos as associadas. Vânia participou para a criação da Associação das empregadas domésticas. Participou de palestras informativas nas comunidades mais carentes, abordando temas sociais, político, emprego dentre outros.
4	GUELINA PAIVA VECCHIO*	MI	Cristovam Buarque – Senador Recebida em 08/02/2008	orto Alegre-RS	Miguelina nasceu em 19 de janeiro de 1963, em Porto Alegre – RS. Socióloga, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pós-graduada em Sociologia Política e em Educação Popular, é Presidente da Ação da Mulher Trabalhista do PDT/RS. Organizadora de importantes trabalhos políticos para a construção da igualdade, motivação e participação da mulher na política, além de sua inserção na sociedade civil. Miguelina faz parte de uma organização não governamental denominada Internacional Socialista, que é composta pelos partidos socialistas, social-democratas e trabalhistas. Trabalhou pelo esclarecimento, conscientização e capacitação de mulheres, principalmente no que diz respeito aos direitos de cidadã, relacionados à saúde, ao trabalho e aos direitos humanos e políticos.

* Indicada novamente para a 8ª premiação

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao ilustre Senador João Pedro por dez minutos.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ocupo hoje esta tribuna para, antecipadamente, saudar o Dia da Consciência Negra e para fazer algumas reflexões sobre a histórica e contínua luta da população negra brasileira contra o racismo, contra o preconceito e contra a injustiça social.

As datas servem, simbolicamente, para lembrar fatos históricos relacionados aos avanços políticos e sociais. O dia 20 de novembro, data do nascimento de Zumbi dos Palmares, herói e símbolo da resistência negra, representa, para os militantes negros, o fato de que ele permanece vivo, porque a luta dos negros pela liberdade plena ainda não terminou.

Anteriormente, o dia 13 de maio era lembrado para comemorar a abolição da escravidão, mas esse episódio perdeu sentido à compreensão dos próprios negros no contexto político e social em que ele se realizou. O dia 13 de maio se transformou, então, em Dia Nacional de Luta Contra o Racismo, adequando-se à revisão histórica dos fatores que pressionaram a assinatura da Lei Áurea.

O Dia Nacional da Consciência Negra, para mim, expressa a amplitude da luta dos negros. Primeiro, porque Zumbi encarna a resistência dos escravos à condição de “coisas”, de mercadorias a que foram submetidos pelos brancos, seus governos e modos de acumular riquezas. Segundo, porque essa data conduz ao entendimento de que ser negro é uma questão política, e isso reforça as possibilidades de se obter melhores resultados nas táticas de combate ao racismo.

O conceito de consciência nos remete a uma questão fundamental: a de que, nessa luta, mais importante que a cor é saber quem está disposto a lutar contra o racismo e suas conseqüências para os negros e demais minorias.

Trata-se de um avanço no modo de reinterpretar e enfrentar as questões que, desde a escravidão mercantil/colonialista até os dias de hoje, inferiorizaram o negro na sociedade brasileira.

Lembro que o negro, na condição de escravo, não era reconhecido como humano, era uma mercadoria. Logo, era tido, também, como ser destituído de vontade própria e de cultura.

O negro era capturado como força bruta, para se tornar um tipo particular de mercadoria, capaz de acrescentar valor às demais mercadorias em razão da capacidade de transformá-las pelo trabalho humano.

O arcabouço ideológico e de repressão que oprimiu os negros nessa época também tentou camuflar a história da resistência deles à escravidão. Sabe-se hoje, no entanto, que nem os arranjos mais astutos dos escravagistas cessaram os atos individuais ou coletivos dos escravos contra a servidão a que foram submetidos.

Eles nunca aceitaram essa condição, nunca foram dóceis nem passivos a ela, embora a ideologia escravocrata insistisse na versão oposta.

Ao levarmos em consideração esses aspectos, a abolição da escravidão não passou de um ato tardio, assim como a Lei do Ventre Livre e a Lei dos Sexagenários, editadas anteriormente. A vontade dos negros sempre foi, afinal, a recuperação da liberdade e da dignidade que deles foram roubadas por certos “agentes civilizatórios”, que nos envergonham, como seres humanos, para sempre.

Por isso, tais leis, ainda que as consideremos como avanços em comparação com a realidade de cada momento em que foram promulgadas, não resolveram a situação desumana a que foram designados os negros africanos e seus descendentes na sociedade brasileira.

A abolição é exemplo evidente dessa constatação: os libertos tornaram-se, imediatamente, escravos das condições impostas pelas mudanças socioeconômicas do capitalismo. Jogados à própria sorte, os negros passaram a competir no mercado de trabalho entre si e com os trabalhadores brancos europeus, os imigrantes.

Estigmatizados pela inferioridade racial, vulgarizada pela ideologia dominante dos colonizadores e dos colonizados, os negros passaram em sua imensa maioria, à condição de desempregados, de subempregados e de marginalizados.

Da senzala, eles foram jogados para lugares onde as condições de moradia eram subumanas e, por isso, indignas. Ou seja: todos os problemas que caracterizaram o tráfico e o cotidiano nas lavouras e nas minas do Brasil Colônia persistiram no pós-abolição, como a mortalidade infantil e a subnutrição em níveis altíssimos.

Sr^{as} Senadoras, Srs Senadores, essa panorâmica da repugnante história da servidão legal no Brasil, embora devedora de inúmeros outros aspectos relevantes, nos coloca frente a frente com a luta dos negros pela reconquista da liberdade roubada pelo colonizador europeu. Por isso, devemos nos orgulhar dessa luta, porque ela incorpora a persistência dos seres humanos na construção de uma sociedade sem opressores e sem oprimidos.

Os negros não negaram a importância da liberdade como valor intrínseco do ser humano. Eles lutaram por ela em condições absolutamente desumanas e desfavoráveis. Lutaram porque tinham a consciência de que ser negro é uma questão que está muito além da cor da pele.

A condição negra, no passado e no presente, constitui-se em desafio permanente pela formação de uma consciência social que rompa com o racismo, com o preconceito e com a desigualdade social, que, por sinal, não atingem apenas a população afrodescendente, mas as demais minorias étnicas.

Como eu havia dito, as datas marcam avanços políticos e sociais, e o Dia da Consciência Negra é um dos que se dirigem à consolidação da diversidade social como valor positivo da sociedade brasileira.

O pós-abolição da escravatura incorpora novas estratégias de luta dos negros, para atingirem conquistas sufocadas pela reação das elites econômicas e políticas dominantes, ideologicamente comprometidas com o passado colonial e escravista.

Outras explicações teóricas entraram em cena para tentar camuflar o preconceito racial no Brasil. A mais forte delas é a da democracia racial, que dá conta de uma sociedade onde supostamente convivem, em perfeita harmonia, brancos, negros e índios.

Evidentemente que não podemos negar a democracia racial como meta, mas, de igual modo, não podemos avalizá-la enquanto os negros continuarem vítimas da violência social, que exhibe sua face mais perversa no desemprego, no subemprego e na marginalização.

A violência social contra as minorias é o resultado, principalmente, da desigualdade na distribuição de renda e condição desigual da competitividade no mercado de trabalho entre ricos e pobres – e os negros compõem a parcela pobre da população brasileira.

Não dá para desconhecer os avanços políticos e sociais, nem dá para não creditar que essas conquistas, como as leis que punem o preconceito racial e as cotas para afrodescendentes nas universidades, se estendam à mobilização e à organização política dos negros desde o pós-abolição. Esse fato, aliás, é mais uma prova de que, em vez de dóceis e passivos, os negros sempre resistiram à servidão e a outras formas de opressão – lembro que a partir da Constituição de 1988 o racismo passou a ser crime inafiançável e imprescritível.

Sr. Presidente, o tempo nos impõe que eu peça que a Mesa considere lido na totalidade o meu pronunciamento.

Quero me incorporar às entidades, lideranças e movimentos.

Lá, na capital do meu Estado, Manaus, o movimento está nas ruas. Quero dizer da minha alegria e quero compartilhá-la ...

(Interpretação do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – ... com o movimento negro, com lideranças que, no dia de hoje, no Rio de Janeiro, participam do ato de inauguração da estátua do Almirante João Cândido Felisberto. Familiares seus estão no Rio de Janeiro, neste momento, inaugurando a estátua, numa via pública daquela cidade.

Concedo um aparte – e espero que seja rápido – ao meu querido amigo, militante e grande Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador João Pedro, não tenho como não cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Quero dizer a V. Ex^a que a estátua que está sendo colocada no Rio de Janeiro, neste momento, do nosso inesquecível João Cândido, que é gaúcho... Eu queria até, nesse dia, fazer um protesto contra a estátua, Senador João Pedro, mas não o farei. Por quê? Porque o Congresso aprovou, antes da estátua, a anistia definitiva ao grande Almirante João Cândido, num projeto da nobre Senadora Maria Silva, que tive a satisfação de ajudar a articular entre Câmara e Senado. Seja bem-vinda a estátua, porque, primeiro, o Congresso Nacional fez sua parte! O Congresso conversou com a Marinha, a CPI foi fundamental, e aprovamos a anistia definitiva. Com isso, houve o reconhecimento do grande Almirante João Cândido. Só não estou no Rio porque tinha que estar aqui, mas fui, inclusive, convidado. Meus cumprimentos ao Ministro Edson Santos e ao Presidente Lula, que vai estar lá. Como é bom ver, primeiro, a ação concreta e, depois, a homenagem! Espero que a gente possa realizar, ainda este ano, sessão de homenagem também a João Cândido e à aprovação do Estatuto da Igualdade Racial. Parabéns pelo seu pronunciamento! Recebi uma cópia, e esse brilhante pronunciamento vai, com certeza, para a minha página na íntegra.

(Interrupção do som.)

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Agradeço-lhe, Senador Paulo Paim, e concordo com a proposição que V. Ex^a faz de uma solenidade aqui, nesta Casa.

Recebo esse aparte com muito entusiasmo, principalmente sabendo que V. Ex^a é um lutador em defesa dos direitos sociais e do movimento negro.

Nesta data, quero prestar homenagem também aos negros que estão lá no Município de Novo Airão, no Amazonas, quilombolas; há quilombolas também no Município de Barreirinha, terra do poeta Thiago de Mello.

Esta é uma data importante para compreendermos a importância da sociedade brasileira ser plural, diversa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOÃO PEDRO

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, cidadãos e cidadãs do Brasil, ocupo, hoje, esta tribuna para, antecipadamente, saudar o dia da consciência negra e para fazer algumas reflexões sobre a histórica e continua luta da contra o preconceito e contra a injustiça social.

As datas servem, simbolicamente, para lembrar fatos históricos relacionados aos avanços políticos e sociais. O dia 20 de novembro, data do nascimento de zumbi dos palmares, herói e símbolo da resistência negra, representa, para os militantes negros, o fato de que ele permanece vivo, porque a luta dos negros pela liberdade plena ainda não terminou.

Anteriormente, o dia 13 de maio era lembrado para comemorar a abolição da escravatura, mas esse episódio perdeu sentido à compreensão dos próprios negros no contexto político e social em que ele se realizou. O dia 13 de maio se transformou, então, em dia nacional da luta contra o racismo, adequando-se à revisão histórica dos fatores que pressionaram a assinatura da Lei Áurea.

O dia nacional da consciência negra, para mim, expressa a amplitude da luta dos negros. Primeiro, porque zumbi encarna a resistência dos escravos à condição de “coisas”, de mercadorias a que foram submetidos pelos brancos, seus governos e modos de acumular riquezas. Segundo, porque essa data conduz ao entendimento de que ser negro é uma questão política, e isso reforça as possibilidades de se obter melhores resultados nas táticas de combate ao racismo.

O conceito de consciência nos remete a uma questão fundamental: a de que, nessa luta, mais importante que a cor é saber quem está disposto a lutar contra o racismo e suas consequências para os negros e demais minorias.

Trata-se de um avanço no modo de como reinterpretar e enfrentar as questões que, desde a escravidão mercantil/colonialista até os dias de hoje, inferiorizaram o negro na sociedade brasileira.

Lembro que o negro, na condição de escravo, não era reconhecido como humano, era uma mercadoria, logo era tido, também, como ser destituído de vontade própria e de cultura. O negro era capturado

como força bruta, para se tornar um tipo particular de mercadoria, capaz de acrescentar valor às demais mercadorias em razão da capacidade de transformá-las pelo trabalho humano.

O arcabouço ideológico e de repressão que oprimiu os negros nessa época, também tentaram camuflar a história da resistência deles à escravidão. Sabe-se hoje, no entanto, que nem os arranjos mais astutos dos escravagistas cessaram os atos individuais ou coletivos dos escravos contra a servidão a que foram submetidos.

Eles nunca aceitaram essa condição, nunca foram dóceis nem passivos a ela, embora a ideologia escravocrata insistisse na versão oposta.

Ao levarmos em consideração esses aspectos, a abolição da escravatura não passou de um ato tardio, assim como a lei do ventre livre e a lei dos sexagenários, editadas anteriormente. A vontade dos negros sempre foi, afinal, a recuperação da liberdade e da dignidade que lhes foram roubadas por certos “Agentes Civilizatórios” (entre aspas) que nos envegonharão, como seres humanos, para sempre.

Por isso, tais leis, ainda que as consideremos como avanços em comparação com a realidade de cada momento em que foram promulgadas, não resolveram a situação desumana a que foram designados os negros africanos e seus descendentes na sociedade brasileira.

A abolição é exemplo evidente dessa constatação: os libertos tornaram-se, imediatamente, escravos das condições impostas pelas mudanças socioeconômicas do capitalismo.

Jogados à própria sorte, os negros passaram a competir no mercado de trabalho entre si e com os trabalhadores brancos europeus, os imigrantes.

Estigmatizados pela inferioridade racial, vulgarizada pela ideologia dominante dos colonizadores e dos colonizados, os negros passaram, em sua imensa maioria, à condição de desempregados, de subempregados e de marginalizados.

Da senzala, eles foram jogados para lugares onde as condições de moradia eram subhumanas e, por isso, indignas. Ou seja: todos os problemas que caracterizaram o tráfico e o cotidiano nas lavouras e nas minas do brasil-colônia persistiram no pós-abolição, como a mortalidade infantil e a subnutrição em níveis altíssimos.

Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, essa panorâmica da repugnante história da servidão legal no brasil, embora devedora de inúmeros outros aspectos relevantes, nos coloca frente a frente com a luta dos negros pela reconquista da liberdade roubada pelo colonizador europeu. Por isso, devemos nos orgulhar dessa luta, porque ela incorpora a persistência dos seres humanos na construção de uma sociedade sem opressores e sem oprimidos.

Os negros não negaram a importância da liberdade como valor intrínseco do ser humano. Eles lutaram por ela em condições absolutamente desumanas e desfavoráveis. Lutaram porque tinham a consciência de que ser negro é uma questão que está muito além da cor da pele.

A condição negra, no passado e no presente, constitui-se em desafio permanente pela formação de uma consciência social que rompa com o racismo, com o preconceito e com a desigualdade social, que, por sinal, não atingem apenas a população afrodescendente, mas às demais minorias étnicas.

Como eu havia dito anteriormente, as datas marcam avanços políticos e sociais, e o dia da consciência negra é um dos que se dirige à consolidação da diversidade social como valor positivo da sociedade brasileira.

O pós-abolição da escravatura incorpora novas estratégias de luta dos negros, para atingirem conquistas sufocadas pela reação das elites econômicas e políticas dominantes, ideologicamente comprometidas com o passado colonial e escravista.

Outras explicações teóricas entraram em cena para tentar camuflar o preconceito racial no Brasil. A mais forte delas é a da democracia racial, que dá conta de uma sociedade onde supostamente convivem, em perfeita harmonia, brancos, negros e índios.

Evidentemente, que não podemos negar a democracia racial como uma meta, mas, de igual modo, não podemos avalizá-la enquanto os negros continuarem vítimas da violência social, que exhibe sua face mais perversa no desemprego, no subemprego e na marginalização.

A violência social contra as minorias é o resultado, principalmente, da desigualdade na distribuição de renda e condição desigual da competitividade no mercado de trabalho entre ricos e pobres (e os negros compõem a parcela pobre da população brasileira).

Não dá para desconhecer os avanços políticos e sociais. Nem dá para não creditar que essas conquistas, como as leis que punem o preconceito racial e as cotas para afrodescendentes nas universidades, à mobilização e à organização política dos negros desde o pós-abolição. Esse fato, aliás, é mais uma prova de que, em vez de dóceis e passivos, os negros sempre resistiram à servidão e a outras formas de opressão. (Lembro que, a partir da Constituição de 1988, o racismo passou a ser crime inafiançável e imprescritível).

O movimento negro, com atuação em várias frentes sociais, e, reconhecidamente, uma significativa força política da democracia brasileira, principalmente porque as entidades que o compõem se orientam pelo desejo de eliminar as desigualdades sociais e todas as formas de preconceito contra a pessoa humana.

É a atuação do movimento negro que pressiona o estado brasileiro e suas instituições a reconhecerem e a corrigirem as injustiças do passado que se estenderam até o presente. A luta política é o instrumento de resistência dos negros, e ela avança nas conquistas na medida em que a sociedade passa a compreendê-la como justa.

Aqui, neste ponto, quero destacar que, no primeiro governo do presidente Lula, em 2003, foi criada a secretaria especial de políticas de promoção da igualdade racial (SEPPIR), com status de ministério, exatamente para atender as demandas sociais oferecidas pelo movimento negro brasileiro e demais minorias étnicas inferiorizadas.

A Seppir utiliza como referência política o programa Brasil sem racismo, que atua com políticas públicas nas áreas do trabalho, emprego e renda; cultura e comunicação; educação, saúde, terras de quilombos, mulheres negras, juventude, segurança e relações internacionais.

A criação da Seppir reafirma o compromisso do atual governo com a construção de uma política pública para promover a melhoria da qualidade de vida da população negra e de outros segmentos discriminados.

A decisão política do Governo Lula, repito, é o resultado da indignação dos escravos, que se projetou, também, contra as novas formas de exploração do trabalho humano e seus impactos sobre as gerações que se seguiram.

O estado brasileiro já agiu e continuará agindo para reduzir as injustiças sociais e a violência contra as minorias étnicas, mas, certamente, não apagará a mancha da escravidão, que se situa no plano da ética e da moral.

Essa nódua, que turva os propósitos positivos da convivência humana, deve nos remeter à reflexão de que precisamos estar vigilantes às mais sutis tentativas ou práticas de racismo e/ou preconceito social.

Não podemos nos contentar com o pouco que conquistamos se a nossa intenção é a consolidação da democracia. Espero que as conquistas dos negros e das demais minorias étnicas estigmatizadas avancem cada vez mais, para que o Brasil se fortaleça e se reconheça na diversidade sociocultural plena.

Essa, sim, é a sua principal riqueza!

A propósito, quero registrar, mais uma vez, que a eleição de Barak Obama para a presidência dos Estados Unidos tem força simbólica universal. Ela representa a vitória dos movimentos negros e demais minorias étnicas contra a intolerância de grupos racistas que são um pesadelo em todo o planeta.

Por fim, quero parabenizar a todos os municípios do Brasil que decretaram feriado ou ponto facultativo pelo Dia Nacional da Consciência Negra. Esse gesto magnânimo engrandece a luta do País pela igualdade racial.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Queremos conceder a palavra agora ao ilustre Senador amigo Mão Santa, que terá direito de fazer uso da palavra por 10 minutos, de acordo com o Regimento Interno da Casa. Faço esse apelo, tendo em vista que existem vários oradores inscritos ainda para fazer uso da palavra.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jayme Campos, que preside esta sessão de 20 de novembro, quinta-feira, parlamentares, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado, Senador Jayme Campos, para onde vamos, levamos nossa formação profissional. A minha é de médico. A gente busca as causas para entender as coisas. Uma febre, uma convulsão pouco têm valor; a gente quer conhecer a etiologia, o micróbio, o agente.

Senador Wellington Salgado, V. Ex^a representa a tradição da boa política mineira. Aliás, V. Ex^a foi muito feliz no seu pronunciamento ontem; mostrou firmeza e independência. Esta Casa se afirma assim. É para ser assim, Jayme Campos.

Se o Poder Judiciário se alvoroça com a lei e com a justiça, sei e entendo que a justiça é uma inspiração divina. Deus mandou seu filho ao mundo e disse: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça”. Isso é inspiração divina, mas ela é feita, Mozarildo, por homens.

Errare humanum est. Que erram, erram; e erram muito! Então, vamos baixar a bola para entender as coisas.

O Poder Executivo, hoje, é representado por Luiz Inácio, nosso Presidente.

Acabou o “*L’État c’est moi*” – o Estado sou eu –, Luiz Inácio! Foi o povo, o povo, que, insatisfeito com esse Absolutismo, saiu às ruas. É aquilo que Ulysses Guimarães – ele está encantado – disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”. E, com a voz rouca: liberdade, igualdade e fraternidade. Esse brado saiu derrubando tudo que foi rei no mundo. Nós, Mozarildo, somos retardatários. Levou 100 anos, mas chegou ao nosso Brasil.

Então, a primeira coisa que fez a inteligência humana – esse homem, que é um animal político –, ô Paim, foi acabar com o Absolutismo, dividir o poder. Acho que Montesquieu só errou depois, a interpretação, Jayme Campos, que levou nossa vaidade, poder.

Eu entendo, e entendo bem, Paim, que nós somos apenas instrumentos da democracia. É, João Pedro, Instrumentos! O poder é o povo, que a criou. O poder é o povo, que trabalha e paga a nossa conta. É, somos instrumentos. A humanidade viu que se dividiu o poder, mas eles tinham que ser iguais, harmônicos, equipotentes, um para frear o outro: um contrapoder.

Então, diante daquele imbróglio aqui, eu fui procurar entender. Olha, e quando não se pode fiar em ninguém, eu vou buscar a causa, nós vamos. Por isso que nós aqui sempre engrandecemos qualquer desses Poderes, porque nós vamos buscar a causa, a verdade e a origem.

Mozarildo, ninguém, ninguém, ninguém mesmo poderia falar melhor. Baixe a bola! Ô Mercadante, baixe sua bolinha! Está murcha. Baixe a bola, ô Partido dos Trabalhadores! Eu fui buscar, na nossa humildade, Cristovam, aquele que poderia opinar. O País tem que ter esses ícones, esses símbolos, e eu entendo e entendo bem. Quem poderia aconselhar-nos? E fui buscar aquele que mais se aproxima de Rui Barbosa: é o gaúcho Paulo Brossard.

Atentai bem! O seu saber do Direito iguala-se ao de Rui – comprovou –, e o misto de política e dificuldades. Rui está aí. Engrandeceu-se porque foi oposição; e Brossard, com o seu saber jurídico, depois de ter sido Executivo – foi secretário de governo na sua terra, o Rio Grande do Sul, e participou de governo aqui –, foi deste Poder e foi do Poder Judiciário, tendo sido Ministro do Supremo Tribunal Federal. É a sua vida. Então, ele incorporou, ele passou por esses Poderes.

É esse Paulo Brossard, de todos nós e do Brasil, Paim, que traduz a grandeza. E tínhamos de buscá-lo no Rio Grande do Sul, que tantas vezes foi intérprete do melhor caminho para esta Pátria. Li aquele livrinho dele e o recomendo: *80 Anos...*, um livro preto. Vou dizer que ele é, sobretudo, um homem, um exemplo para este País. Sabe por que sou arretado por ele? Porque ele é feliz, ele é alegre.

Mozarildo, estudo muito política, mas estudo artistas. Fiquei até chateado com o Roberto Carlos porque retiraram aquele livro. Eu gosto de ver, porque artista se aproxima do povo, sente o entusiasmo do povo, tem os aplausos do povo. Li um livro informal sobre Frank Sinatra. E, hoje, quando eu via a reunião do Paim, lembrava-me de Frank Sinatra. Sobre essa questão da violência contra mulher – o Paulo Paim, advertido – vieram me perguntar se 16 dias de uma campanha era bom. Eu disse: “Tá errado, tem que ser os 365 dias”. Essa Lei Maria da Penha... Mulher não é para sofrer violência, é para ter amor. São 365 dias. Eles estão errados em fazer uma campanha de 16 dias.

Aí, eu pensava em Brossard. Por quê? O que é que tem a ver? Tem a ver. Olha o chapéu! Eu nunca vi ninguém, na história do mundo, usar com tanta elegância o chapéu. Eu vi ele aqui. O Frank Sinatra também. Agora, aquele era um ídolo da música, que se comunicava. E a música comunica mais do que a oratória. Olhai a Bíblia, lá, está dedilhando Davi a sua harpa, com Salomão, e compuseram seus sambas – o que nós chamamos de samba, eles chamaram de salmos. Essa é a verdade.

Mas, Paim, sabe o que me entusiasmou – está ouvindo, Jayme Campos? – no Frank Sinatra, além da sua voz? Ele não podia ver ninguém ser grosseiro com mulher. Ele era como aquele Senador que foi daqui, sabia essas artes marciais e brigava. E o chapéu do Brossard traduz também aquela coragem, aquela alegria, aquela felicidade e a firmeza. Ninguém mais.

Atentai bem, brasileiros e este Parlamento! Quando houve a hipertrofia maior do Executivo, na ditadura militar, era Brossard que estava aqui. Jayme Campos, essa lei aí que fizeram, disseram que foi contra o Mão Santa. A gente podia falar por 40 minutos. Aí, no apogeu, o Tião Viana diminuiu o tempo. Eram 40 minutos! Eu, quando entrei, ainda peguei isso. Brossard fez discurso aqui de três horas e meia! Petrônio Portella, do Piauí, diminuiu o tempo para uma hora. Eu, quando estou aí, libero. Mas Brossard é quem trouxe a verdade. Daqui, ele fez renascer a democracia. Se saiu Ulysses, em 1974, como anticandidato, abraçado com o Direito, de Sobral Pinto, em 1978 saiu a força militar da resistência, de Euler Bentes, mas abraçado com o Direito: o anticandidato Brossard à Vice-Presidência da República. Foram gestos como esse, de saber jurídico e de firmeza, que nos devolveram o Estado de Direito.

E eu quero dizer aqui: as manchetes de jornais estavam erradas! Nós nos manifestamos – e eu faço minhas as palavras de hoje.

Garibaldi, Garibaldi, Abraham Lincoln disse: “Caridade para todos; malícia para nenhum e firmeza no Direito”, e ele disse: “Não faça nada contra a opinião pública que malogra. Tudo com ela tem êxito”. Paim, aquela medida provisória era contra a opinião pública. Pegou logo o apelido de “pilantropia”. O Senador do Direito disse que ela estava “bichada”. De bicho quem entende aqui somos nós, médicos. Isso aí é uma miíase: é a larva da muriçoca, que entra nos orifícios naturais, e ali se coloca um derivado, um produto químico, que se aproxima à creolina, e saem aqueles micróbios todos, as larvas. Um homem do Direito, sereno, disse que ela estava “bichada”. Então, a opinião pública já a excomungara. Como é o negócio? É “pilantropia”, pilantra, “bichada”. Então, não podíamos nos sujeitar a isso, a colocar esta Casa, que é para fazer leis boas e justas, como as que Deus entregou a Moisés, a quem mandou criar o Senado: “Busque, Moisés, os mais velhos e os mais sábios e eles lhe ajudarão a carregar o fardo do povo!”

É isso o Senado. E o nosso Presidente... Aqui, a mídia traz, e eu quero dizer: Brossard, ninguém mais do que ele, ninguém melhor do que ele fui buscar...

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Senador Mão Santa, a Mesa dá mais dois minutos a V. Ex^a, tendo em vista ainda termos vários oradores.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – É o suficiente. Em um minuto o Pai nosso se salvou. Então, eu quero esses dois minutos para dizer a mensagem de Paulo

Brossard: Baixe a bola, PT! Baixe a bola, Executivo! Paulo Brossard disse que ele está certo. Mandou que eu prestasse a sua solidariedade; que ele engrandece, o nosso Garibaldi, a República. Ele tem de ter essa firmeza, esse direito. Como permitir adentrar aqui, ele que é o Presidente do Congresso, uma medida provisória podre, uma “pilantropia”, uma medida bichada, que o povo já excomungou? Ele tinha de dizer como Cristo disse: “Afasta de mim esse cálice!”. Foi o que ele fez. Não tem de reagir. Baixe a bola, Mercadante, seja humilde, recue! Vamos apoiar o nosso Presidente.

São essas as palavras. Brossard falou em termos legais e disse que tem orgulho do Presidente do Senado.

Vou falar de minha experiência. Isso tem de existir. Este é o Poder moderador. Foi graças a homens como Brossard, como Nereu Ramos, de Santa Catarina... Não quiseram dar posse a Juscelino, esses jogos, dizendo que ele não tinha maioria absoluta, os militares. Tiraram Café Filho e o internaram em um hospital onde trabalhei, o HSE. Carlos Luz e os militares saíram em um navio de guerra. E esta Casa, com a força do General Lott, lá, e com o poder moral do Senado, que é poder aqui...

Garibaldi é o Presidente do Poder Legislativo, do Congresso, não é o da Câmara. Nereu Ramos assumiu, a estabilidade...

(Interrupção de som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Mas eu iria buscar a minha mesmo, que eu confio. Ô Mozarildo! Ô Augusto! Quem é que foi Constituinte aqui? Olha aí, o Mozarildo foi. V. Ex^a não era, mas o Paim foi. Quinhentos e treze Deputados, 81 sábios, sábios: Afonso Arinos, Mário Covas, Ulysses Guimarães, esse pessoal todo.

Olha, a nossa Constituição, que Ulysses beijou aqui, tem 250 artigos; essa medida provisória, devolvida em boa hora, mostrando a intromissão do Poder Executivo, que quer fazer a lei, ela é a 446. Tem mais medida provisória do que artigos na Constituição! São 250 artigos. Ela engoliu. Nós não podemos deixar!

Então, nós queremos aqui trazer os aplausos e o respeito do maior homem vivo hoje. É uma bênção para o País ter Paulo Brossard. Ninguém mais do que ele exerceu com grandeza os três Poderes: passou por esta Casa, passou pelo Executivo, passou pelo Poder Legislativo. Então, ele, em telefonemas que trocamos, disse que temos que dar força ao nosso Presidente.

Estas são as nossas palavras e esse é o rumo. Aqui, eu revivo Mitterrand, que, no final da sua vida, moribundo, escreveu um livro – não tinha mais forças e pediu a um companheiro que ganhara um prêmio Nobel de literatura. E ele diz uma mensagem, Luiz Inácio...

(Interrupção do som.)

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – ...aos governantes da França, onde nasceu a democracia – do povo, pelo povo e para o povo. Ele disse: fortalecer os contrapoderes.

Luiz Inácio, mande buscar de volta essa medida provisória bichada da “pilantropia”, que envergonha onde ela nasceu e a República do Brasil!

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Mão Santa pelo belo pronunciamento.

Em votação os Requerimentos nºs 1.451, 1.452, 1.453, 1.454, 1.456 e 1.460, de 2008, lidos anteriormente.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Ficam concedidas as licenças solicitadas.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao ilustre Senador da República Augusto Botelho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Antes do Senador Augusto Botelho, falará o Senador Paulo Paim, pela ordem.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminhei à Mesa – vou fazer a defesa no meu tempo – requerimento de voto de aplauso ao poeta Oliveira Silveira, que, no Brasil, criou a data comemorativa do dia 20 de novembro. Eu queria ver se a Mesa poderia ler o voto de aplauso. Farei a defesa do requerimento no meu período.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Com muito prazer, Senador Paulo Paim. Por favor, encaminhe o requerimento de voto de aplauso à Mesa, para que possamos lê-lo aqui.

Concedo a palavra ao ilustre Senador Augusto Botelho, por dez minutos.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Ministério da Saúde divulgou, nesta semana, um levantamento rápido do índice de infestação por *Aedes aegypti*, o mosquito transmissor da dengue. Infelizmente, meu Estado, Roraima, foi apontado como um Estado em situação de alerta contra a dengue.

Os dados divulgados pelo Ministério da Saúde apresentam um aumento do índice de infestação predial em 2008, quando comparado com 2007. O estudo demonstra ainda a importância da continuidade das ações de prevenção e de combate para evitar que o cenário evolua para uma situação de risco de surto. Em 2007, o índice de infestação predial era de 0,8%, considerado satisfatório segundo os padrões defini-

dos pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Este ano, porém, o índice dobrou, chegando a 1,6%, o que representa situação de alerta.

Em Boa Vista, capital do meu Estado, o criadouro predominante para o mosquito é o lixo (resíduos sólidos), com representatividade de 56,3%.

Sr. Presidente Jayme Campos, o levantamento feito pelo Ministério da Saúde tem como objetivo identificar com antecedência as áreas de maior risco de formação de criadouros do mosquito transmissor. Os resultados permitem o planejamento e a intensificação de ações de combate ao vetor da doença, assim como atividades de mobilização, de comunicação e de educação da população em geral.

Neste ano, 161 Municípios de todo o País participaram do levantamento. São cidades que se enquadram nos critérios: Capitais e Municípios de regiões metropolitanas, Municípios com mais de 100 mil habitantes e Municípios com fluxo de turistas e de fronteira. Para ser realizado o levantamento, o Município é dividido em grupos de 9 mil a 12 mil imóveis com características semelhantes. Em cada grupo, também chamado estrato, são pesquisados 450 imóveis. Os estratos apontam três situações: até 1% de infestação, ou seja, 1% das casas com presença do mosquito, significa que o Município está em condições satisfatórias; de 1% a 3,9% indica situação de alerta; quando o número de casos é superior a 4%, isso aponta risco de surto de dengue.

Sr. Presidente Jayme Campos, Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Mão Santa, Senador Paim, infelizmente, foi em Roraima, em 1981, que se registrou, com comprovação clínica, a primeira epidemia de dengue, depois da quase erradicação do *Aedes aegypti*, em todo o País, na década de 1950.

E, a cada dia, aumenta a expectativa de que se confirme algum caso de infecção pelo vírus de tipo 4, entrando via Roraima, pois ele já está presente na Venezuela. Já circulam, no Brasil, vírus de tipo 1, 2 e 3. Embora, como todos sabem, os tipos não se distingam pela sua virulência, pela sua capacidade de infectar ou pela gravidade da doença que eles provocam, o fato de haver vários tipos circulando agrava a situação, porque o doente só adquire imunidade ao vírus pelo qual foi infectado – se ele pegou dengue do vírus de tipo 1, ele ainda pode adquirir a doença pelo vírus de tipos 2 e 3. Com isso, se multiplicarmos a população do Brasil pelo tanto de dengue, isso será algo muito complicado, e ficará até perigosa a situação.

Concedo um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que é médico também e que entende de dengue.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Augusto Botelho, V. Ex^a tem mais autoridade do que eu para falar sobre dengue, porque, além de médico,

já teve dengue três vezes. Veja como é interessante! V. Ex^a disse que o primeiro lugar em que houve uma epidemia de dengue foi Roraima. Isso mostra, Senador Augusto Botelho, que as políticas de saúde obedecem ao mesmo critério das outras políticas públicas do País, sempre privilegiando as regiões desenvolvidas em desfavor das não-desenvolvidas, no caso, nosso Estado de Roraima, um dos mais pobres da Federação. Acredito que o Ministro Temporão, nessa nova fase que está implementando, fará uma devassa na Fundação Nacional de Saúde (Funasa). A Funasa é a grande responsável por todos os problemas que existem e, principalmente, pela corrupção que existe no setor de saúde. A fala de V. Ex^a mostra, de maneira clara, esse problema. O importante é que o Ministro envolva nessa campanha todos os setores, de forma ampla, não apenas o Governo Federal, os governos estaduais ou os municipais, mas também a sociedade, as diversas entidades, incorporando o Corpo de Bombeiros, os policiais militares, o Exército, a Aeronáutica. É preciso fazer uma guerra. Não é possível que percamos uma guerra para um mosquito. Se a perdermos, isso se dará por incompetência e por corrupção no setor da saúde federal.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex^a nos chama a atenção, porque, em nosso Estado, somente Boa Vista, que tem mais de 50 mil habitantes, não é obrigada a ser assistida pela Funasa. Nas outras cidades, quem é responsável pela drenagem dos igarapés e dos lagos e pela instalação de esgotos é a Funasa. E do jeito que ela está em Roraima, em que só se vê corrupção, está difícil! E a assistência à saúde dos indígenas está cada vez pior. Quando começar a morrer índio lá, a coisa vai ficar complicada. Felizmente, em nosso Estado, nenhuma criança índia morreu de fome ainda, como aconteceu aqui pertinho, no Mato Grosso, onde a Funasa também é responsável.

Como existem quatro tipos de vírus de dengue, o doente pode pegar dengue duas vezes, três vezes ou mais vezes, até quatro vezes, se infectado por vírus diferentes. E, como sabem as senhoras e os senhores, a forma mais grave da doença é a dengue hemorrágica, que se desenvolve comumente com a reincidência da infecção, a partir do segundo caso de dengue que a pessoa tenha. Como o Senador Mozarildo disse, contrái, por três vezes, a doença, sendo que, na terceira vez, a dengue foi hemorrágica. Fiquei assustado.

Mais tipos de vírus circulando pelo País, portanto, implica em aumento de incidência das formas graves, mais agressivas e perigosas da doença. Como costume falar aqui, nenhuma epidemia de dengue agora vai ocorrer sem que haja formas hemorrágicas graves. Se o Município, o Estado, o Governo Federal e as pessoas não se mobilizarem, haverá mortes por causa da dengue.

Sr. Presidente Jayme Campos, não podemos continuar sendo derrotados pela dengue. Temos de dar um basta nessa sensação que tanto nos aflige, de impotência diante da doença. Não podemos ficar parados, congelados numa espécie de fatalismo em que, às vezes, me parece que estamos tomando fôlego entre um surto e outro, esperando a próxima epidemia, esperando as próximas mortes, que atingem principalmente as crianças.

Está se falando muito em criança nesta semana, e as crianças são as principais vítimas da dengue. Mas as pessoas também são responsáveis no combate aos criadouros de dengue dentro de suas residências, dentro do seu quintal. Temos de agir, de tomar a iniciativa, antes que as condições se tornem adequadas para o mosquito.

É fundamental que gestores e prefeitos divulguem dados, como o que mencionei agora, relativos à dengue, para haver mobilização em setores da sociedade e da população no combate à doença. Muitas vezes, o acesso dos agentes às casas é dificultado, e, por isso, é preciso disseminar informações adequadas à população, de forma que possamos eliminar essa ameaça que nos aflige todos os anos na época das chuvas e que mata muitos brasileiros, principalmente crianças.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Jayme Campos.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Cumprimento o Senador Augusto Botelho, grande Senador pelo Estado de Roraima, grande profissional de saúde. É inadmissível que ainda morra gente no Brasil em razão da dengue, em pleno século XXI. Lamentavelmente, essa é a saúde pública do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Anteriormente, foi lido o Requerimento nº 1.455, de 2008, do Senador Marcelo Crivella e outros Srs. Senadores, solicitando que o período do Expediente da sessão do próximo dia 4 de dezembro seja dedicado a comemorar os 75 anos da criação do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Confea.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneceram sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – Concedo a palavra ao ilustre Senador da República Mozarildo Cavalcanti, por permuta com o Senador Paulo Paim.

V. Ex^a dispõe de dez minutos, Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, inicio este pronunciamento tomando de empréstimo a observa-

ção que V. Ex^a fez ao discurso do Senador Augusto Botelho: é inadmissível que ainda morram pessoas no Brasil por uma doença como a dengue. E, em aparte ao Senador Augusto Botelho, fiz uma observação, e tenho acompanhado na imprensa a confusão que se armou agora entre o Ministro Temporão e a Funasa. O Senador Mão Santa é testemunha de que tenho dito aqui, reiteradamente, até brincando, que o Ministro Temporão faz jus ao nome, porque, no linguajar popular, “temporão” é alguém que chega fora do tempo. E, embora eu dissesse que ele havia chegado fora de tempo na Saúde, parece que, agora, ele se situou no tempo, porque está vendo que o principal problema da Saúde é a corrupção. O Ministério da Saúde é inoperante por causa da corrupção. Não digo que não há outros órgãos corruptos, mas a Funasa é a mãe de todos; é justamente o câncer do sistema de saúde do Brasil.

Sr. Presidente, fico pasmo ao ver certas coisas. Aqui está o jornal *Roraima Hoje*, de sábado e domingo, dia 1º e 2 de novembro. Estão aqui as fotos. E a manchete é: “Operação Anopheles. PF prende fraudadores da Funasa”. Sabe quem é esse primeiro cidadão que está sendo conduzido preso aqui, Senador Tião Viana? É o Coordenador da Funasa no Estado. Já é o segundo que é preso. O primeiro foi preso na Operação Metástase, Senador Wellington. E metástase, em medicina, é o quê? É o espalhar do câncer para outros órgãos. E é exatamente isso: o câncer aqui em Brasília, da Funasa, se espalhando pelos Estados. Já agora, nessa outra operação, o coordenador foi preso. E, pasme, Senador Jayme Campos, continua coordenador. Frise-se: continua coordenador. Hoje, liguei para a Funasa em Boa Vista, e ele continua coordenador.

Sabemos ser elementar, na Administração Pública, que, quando um funcionário qualquer, do mais graduado ao mais simples, é denunciado por uma conduta irregular, ele é afastado e se promove uma sindicância. Mas o cidadão foi preso com vários outros e continua comandando a Funasa em Roraima. E sabe quem é esse cidadão, Senador Wellington? Foi candidato a deputado federal, foi secretário do município quando da gestão da Prefeita Teresa Jucá, esposa do Senador Jucá, que é Líder do Governo, e foi indicado para lá pelo Senador Jucá. Então, não consigo compreender. Como médico, eu me revolto de ver que existe essa roubalheira na Saúde.

E fico feliz de ver nos jornais de hoje que o Presidente Lula garantiu que o Ministro Temporão não vai sair, ou ainda, que não vai ceder às pressões para tirar o Ministro Temporão, porque, enfim, precisariam acobertar essa roubalheira. E diz mais o jornal: o Presidente deu carta branca ao Ministro para que este promova uma verdadeira devassa na Fundação Nacional de Saúde.

A CPI das ONGs já está investigando várias fraudes na Funasa, principalmente em relação àqueles ONGs que dizem tratar da saúde indígena, como é o caso, em meu Estado, do Conselho Indígena de Roraima, que recebeu, só no Governo Lula, R\$50 milhões para assistir as comunidades indígenas – e não assiste. Ela está denunciada pelo Tribunal de Contas da União e continua recebendo dinheiro da União, por meio da Funasa. É a parceira número um da Funasa. Não consigo entender isso.

Há duas outras ONGs em Rondônia, a Cumpir e a Paca, também comprovadamente denunciada pela primeira CPI das ONGs que presidi, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas da União, e esse negócio continua, Senador.

Não consigo mais aceitar isso. Realmente, entendo que o Ministério Público, tanto o Federal quanto o Estadual, precisam tomar uma decisão, uma postura mais energética. E eu sugeriria ao Presidente da República: extinguir a Funasa seria punir os bons funcionários que lá estão, funcionários de carreira, concursados, técnicos ou administrativos de boa qualidade, que querem fazer uma saúde pública de primeira, mas que, infelizmente, estão à mercê dos passageiros, que passam no comando da Funasa, seja nacional, seja estadual, para roubar.

Quero ouvir o Senador Mão Santa, que também é médico, sobre o assunto.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Mozarildo, V. Ex^a disse que, no serviço público, quando qualquer um... Isso é feito desde o Dasp, criado por Getúlio – o Departamento Administrativo do Serviço Público... Havia o Dasp, de Wagner Estelita, que escreveu “Chefia e Administração”. Muito bem. Mas, muito antes disso – quero advertir o Presidente Luiz Inácio –, há o livro *Segredos de Liderança de Átila, o Huno*. O tio dele morreu e o botou para estudar lá em Roma. E ele foi administrar... Os hunos, vamos dizer, eram dispersos; então era difícil. Ele disse o seguinte, atentai bem, Mozarildo, só isso para o Presidente Luiz Inácio aprender. Para Átila, era difícil administrar os hunos nômades, Senador Jayme Campos. Então, ele disse: “Administrar é fácil: é premiar os bons e punir os maus”. Velho, histórico: premiar os bons e punir os maus. Aí, para o Governo de Luiz Inácio, quando o mal é do seu partido, é companheiro, fica aí dando metástase e contaminando o Brasil todo. É uma grande contribuição, e essa denúncia é muito grave: sair da prisão para a administração.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – É um absurdo, Senador Mão Santa. Eu realmente não consigo entender.

Aliás, o Presidente Lula tem dificuldade de afastar seus assessores. A primeira vez que aconteceu isso, Senador Jayme Campos, foi com o Dr. Lacerda, na

Abin, que ele afastou até que se apurasse. A primeira vez! Nenhum outro Ministro acusado foi afastado para se proceder às apurações.

Ninguém está pedindo que o Sr. Marcelo Lopes seja condenado previamente, de jeito nenhum. O processo vai seguir, a Polícia Federal vai investigar, o Ministério Público vai analisar, e, finalmente, o Judiciário vai julgar; mas ele tem de ser afastado, para que se apure com isenção. Comandando ele o órgão em que estava praticando corrupção, não vai haver investigação nenhuma que preste. Aí diz o Presidente Nacional da Funasa que não admite... A Funasa não pertence a ninguém: não pertence a partido "a", a partido "b", não pertence ao Presidente Lula; pertence ao País, às pessoas que compõem a Nação, principalmente às que necessitam de uma ação efetiva na saúde.

Tenho de mudar a imagem que tinha do Ministro Temporão. Eu vinha reclamando de que ele chegou fora de época, mas parece que agora ele vai virar

"tempestivo", vai ficar adequado ao tempo. Espero que o Presidente Lula dê carta branca para ele agir, porque as informações que tenho a respeito dele é a de que é um técnico bem preparado, um profissional ético, de moral ilibada. Ele não pode, portanto, sair do Ministério, amanhã, com a pecha de que foi, no mínimo, omissor com essa imensa corrupção que grassa na Funasa de todo o Brasil, mas especialmente no Estado de Roraima.

Sr. Presidente, queria pedir que fossem transcritos alguns documentos, como parte do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Senador Mozarildo Cavalcanti

OPERAÇÃO ANOPHELES

PF prende fraudadores da Funasa

Uma operação da Polícia Federal, em parceria com o Ministério Público Estadual, evitou desvios de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal em Mucajaí. Uma licitação fraudulenta, para a drenagem do Igarapé Sanauma, renderia cerca de R\$ 2 milhões para um grupo formado por representantes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), da prefeitura de Mucajaí e empreiteiros. Foram presos o coordenador da Funasa, Marcelo Lima Lopes, sua mulher, Scheila Aparecida Hortman, ex-secretária de finanças de Mucajaí, José Jane da Silva, a secretária de Finanças, Meirã Laranjeira de Souza, os empresários, Zacarias Gondim Castelo Branco e Otacílio da Silva Marques, Sidomar Martins Pereira e o contador Jovellino Cândido Bezerra Neto. Eles são acusados de crimes financeiros, falsidade ideológica, formação de quadrilha e fraude em licitação. Pág. 02

OPERAÇÃO ANOPHELES

PF prende fraudadores da Funasa em BV e Mucajai

Marco Aurélio
Oliveira

Uma operação da Polícia Federal, em parceria com o Ministério Público Estadual, evitou desvios de recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) do Governo Federal em Mucajai. Uma licitação fraudulenta, para a drenagem do igarapé Santaúma, tendeu a cerca de R\$ 2 milhões para um grupo formado por representantes da Funasa (Fundação Nacional de Saúde), da prefeitura de Mucajai e empreiteiros.

Na madrugada de ontem, 31, os agentes da PF cumpriram 10 mandados de prisão, em BV e Mucajai.

Entre os presos estão o presidente da Funasa, Mar-

celo Lima Lopes, e sua esposa, Scheila Aparecida Horimán, o ex-secretário de finanças de Mucajai, José, Jane da Silva, a secretária de Finanças, Meire Laranjeira de Souza, os empresários, Zacarias Gondim Castelo Branco e Otacílio da Silva Marques, Sidomar Martins Pereira, o contador Jovelino Cândido Bezerra Netto.

Também foram expedidos 17 mandados de busca e apreensão para Leila Araújo, Zanêlo Gouveia de Oliveira e João Martins Pereira Filho.

Eles são acusados de crimes financeiros, falsidade ideológica, formação de quadrilha e fraude em licitação.

A documentação apreendida está sendo analisada

pela PF e o MPE e, segundo o superintendente da PF, devem apresentar novos indícios de fraudes no município.

A operação denominada Anopheles, iniciou em julho, quando o Ministério Público Estadual recebeu a denúncia de que havia irregularidades na licitação para a obra, em Mucajai.

O TCU (Tribunal de Contas da União) identificou as fraudes e cancelou o processo. Após esta primeira licitação, mais dois processos foram abertos e também continham indícios de desvios de dinheiro público. Havia fraçãoamento e direcionamento de verbas destinadas à obra que tinha o objetivo de combater a malária no município.

O superinten-

dente da Polícia Federal, José Maria Barbosa, disse que a rápida ação da PF e do MPE evitou que o dinheiro licitado fosse liberado e chegasse às mãos dos fraudadores.

O promotor público de Mucajai, André Paulo Santos Pereira, também ressaltou a rápida ação da força tarefa e contestou os advogados dos acusados que dizem que não houve crime porque o dinheiro desviado não chegou a ser liberado. "Os crimes já estavam consumados. Se recebessem o dinheiro, a ação criminosa iria se esgotar (esgotar)", explicou.

José Maria Barbosa garantiu que, até o momento, não há nenhum indício de que o prefeito, José Alves Lima, tenha alguma participação no esquema.

Foram presas antes de pegar no dinheiro

O superintendente da Polícia Federal, José Maria Barbosa, disse, em entrevista coletiva, que a operação Anopheles (nome do mosquito vetor da malária) se diferenciou de outras operações porque foi possível antecipar a ação final dos fraudadores, para evitar o dinheiro desviado.

Segundo o superintendente, caso o dinheiro fosse liberado, o processo seria mais complicado, com o risco de não haver o ressarcimento aos cofres públicos. "Agora este dinheiro poderá ser aplicado realmente em benefício da população", disse.

Outro fator que facilitou a atuação da PF foi a persistência dos fraudadores, que tentaram três vezes emplacar a licitação com as mesmas irregularidades.

A reincidência de alguns acusados também foi destacada pelo delegado. O empresário Zacarias Castelo Branco, por exemplo, já foi alvo de investigações da PF na operação Metástase, que também apurou irregularidades na Funasa.

A operação foi deslagada depois da posse do prefeito José Alves Lima, que assumiu o cargo com a cassação do ex-prefeito Odilon Pinto. Não há indício de que o prefeito tenha desviado recursos na administração anterior.

Os dez presos na operação Anopheles foram encaminhados para a Penitenciária de Monte Cristo.

Senador Mozarildo Cavalcanti

Números mostram que Funasa tem desempenho aquém do ideal

Em algumas aldeias, índice de mortalidade é de 100 a cada mil nascidos

Lígia Formenti O Estado de S. Paulo

Ao criticar a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na semana passada, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, foi chamado de inábil, abriu espaço para seus adversários e irritou o PMDB. Entre especialistas, porém, há um consenso: ele não errou ao dizer que os serviços prestados pela instituição são de baixa qualidade.

A saúde indígena recebe quase três vezes mais do que os programas de saúde em geral: cerca de R\$ 900 per capita diante dos R\$ 270 destinados para o restante da população. Algo justificável pelas condições de atendimento e pela distância entre aldeias. O que não se explica, afirmam sanitaristas, são os indicadores de saúde, que revelam as precárias condições em que vive boa parte da população indígena.

"Em algumas aldeias, o índice de mortalidade chega a 100 por mil nascidos vivos", afirma o chefe da unidade de Saúde e Meio Ambiente do Departamento de Medicina Preventiva da Universidade Federal de São Paulo, Douglas Rodrigues, que há mais de 20 anos trabalha com os índios no Projeto Xingu.

Nas estatísticas do Ministério da Saúde, outros exemplos das condições inadequadas de atendimento. A mortalidade entre faixas etárias mais novas é tanta que há uma inversão da tendência natural: morrem bem menos idosos do que jovens. As causas mais comuns de morte são as não-identificadas - para sanitaristas, um sinalizador da baixa qualidade de atendimento.

O diretor de Saúde Indígena da Funasa, Wanderley Guenca, não contesta os dados. Mas se defende: "A Funasa cuida da saúde indígena há oito anos. Ninguém sabe quais eram os dados antes disso. Certamente, eram muito piores."

O sistema de saúde indígena é estruturado basicamente por convênios, firmados entre Funasa com outras fundações e organizações não-governamentais (ONGs). Uma fórmula que já provocou críticas e abre espaço para uma série de irregularidades, apontadas por diversos relatórios do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério Público.

Somente no ano passado, foram feitas 157 auditorias, 83 sindicâncias. Até julho deste ano, foram contabilizadas 149 investigações, que resultaram na abertura de 41 sindicâncias. De acordo com Guenca, todos os processos são resultado de pedidos feitos por órgãos externos à Funasa.

"É evidente que modelo está esgotado"

Lígia Formenti O Estado de S.Paulo

O modelo de atenção à saúde indígena está esgotado, diz o coordenador do Projeto Xingu, Douglas Rodrigues. Para ele, o sistema de convênios impede a continuidade das políticas de prevenção, há crônico atraso no pagamento das prestações e falta compromisso com a qualidade dos serviços. "Não há cobrança pela melhoria dos indicadores de saúde. As dúvidas sempre giram em torno das questões burocráticas", garante. A seguir, trechos da entrevista:

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, afirmou que a Funasa é corrupta e tem baixa qualidade nos serviços. O senhor concorda?

Sobre corrupção, não tenho elementos para fazer comentários. Com relação à qualidade, é inegável que há muito o que melhorar. Os indicadores falam por si só.

A situação melhoraria se a responsabilidade pela saúde indígena fosse para o Ministério da Saúde?

O debate está muito contaminado por interesses políticos. É evidente que o modelo atual está esgotado. Talvez a proposta do ministério seja interessante.

Por que o modelo se esgotou?

Quando a Funasa assumiu, havia total desassistência. Qualquer ação apresentava impacto. Passado este momento, é preciso perseguir a qualidade. Mas os convênios não ajudam. A rotatividade acaba levando à descontinuidade das ações de saúde. Não é raro o atraso nos repasses. A compra de medicamentos não funciona.

Qual modelo seria o ideal, então?

Há críticas à atuação das Oscips (Organizações Sociais Civis de Interesse Público). Mas o que vejo são experiências muito bem estruturadas. Talvez este modelo possa ser discutido. É preciso um modelo que permita agilidade, flexibilidade e cobrança de resultados.

E isso não ocorre?

Não. A cobrança é voltada à análise burocrática de números, de verbas. Ninguém quer saber dos índices de mortalidade, desnutrição.

Com apoio de Lula, Temporão esvazia Funasa

Ministro, que contrariou cúpula do PMDB, avisa que criará outro órgão para cuidar da saúde indígena

Cristiane Jungblut e Luiza Damé

• **BRASÍLIA.** Com o apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que resolveu acabar com a fritura que vinha sendo feita por setores do PMDB, o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, comunicou ontem à cúpula do partido que vai mesmo esvaziar a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e criar uma secretaria especial para cuidar da saúde indígena. Temporão despertou a ira de dirigentes peemedebistas ao apontar a corrupção e a ineficiência no órgão, presidido por Danilo Forte. Momentos depois de se reunir com o líder Henrique Eduardo Alves (RN) e o presidente do partido, Michel Temer (SP), para acertar um pacto de convivência e anunciar as mudanças, o ministro recebeu uma declaração pública de apoio de Lula.

Contrariando os desafetos do ministro, principalmente na bancada fluminense, Lula disse que Temporão permanecerá no cargo. Esses setores do PMDB, porém, conseguiram manter na presidência da Funasa Danilo Forte. Na semana passada, Temporão externou seu descontentamento com as muitas reclamações de líderes indígenas com o atendimento de saúde, e com as muitas denúncias de corrupção envolvendo o órgão. Diante da reação do PMDB, o ministro tentou explicar que se referia a gestões passadas.

— Fica (o ministro). Temporão é meu ministro — disse Lula, depois de participar de um almoço no Itamaraty.

Deputado diz que Temporão e PMDB fizeram as pazes

Após o encontro com Temporão, Alves disse que não se cogita a saída de Forte. O deputado admitiu, no entanto, que haverá mudanças administrativas e institucionais na Funasa. Em tom bem-humorado, ele disse que não houve pedido de desculpas no encontro com Temporão, e que o PMDB e o ministro "fumaram o cachimbo da paz".

— Temos um grande ministro. O que é preciso é ajustar as questões entre Funasa e ministério. Há uma intenção do ministro de aperfeiçoar a Funasa. Fumamos o cachimbo da paz. O ministro botou a bandeira branca e, assim, nós também.

Coube a Temer o papel de conciliador. Ele alertou que os dois lados estavam perdendo com a briga e que era preciso superar o mal-entendido. Já a Alves coube a tarefa de almoçar com Forte para acalmá-lo e relatar o acerto. Apesar de ter cedido na manutenção do comando do órgão, Temporão conseguiu fazer o PMDB engolir a criação de Secretaria de Atenção Básica e Proteção à Saúde, que tira poderes da Funasa e vai administrar a saúde indígena.

Índios invadem posto da Funasa e mantêm 12 reféns

O PMDB diz que Temporão não tem bom relacionamento com Forte e que pretendia fazer as mudanças sem avisá-lo. É ainda que obras de saneamento em pequenos municípios (atribuição da Funasa) estão paradas.

Temporão admitiu, na reunião, que há cerca de R\$ 170 milhões não repassados, mas disse que estava sem verbas. Para mostrar que as divergências estavam superadas, Alves recorreu à ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ao ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, pela liberação de R\$ 2 bilhões. Ele disse ter conseguido pelo menos R\$ 1,4 bilhão.

A Funasa confirmou que índios do Xingu invadiram o posto sanitário da instituição na cidade de Canarana, no Mato Grosso. Segundo a Funasa, 12 servidores são mantidos reféns. Pelo menos 130 índios participam da ocupação. Eles reivindicam que a Universidade Federal de São Paulo seja mantida como prestadora de atendimento médico na região. Eles reclamam da proposta do Ministério da Saúde de retirar da Funasa o programa de saúde indígena. "A Funasa está tentando resolver, da maneira mais rápida possível, o impasse, para que o posto seja desocupado e possa retomar os seus trabalhos de assistência à saúde", diz nota da Funasa. ■

GOVERNO

'Temporão fica', diz Lula, que só muda time em 2010

Em recado ao PMDB, presidente garante permanência de ministro da Saúde

Leonencio Nossa
Denise Chrispim Marin

BRASÍLIA

Em recado para o PMDB, interessado em mais espaço na Esplanada, e a grupos petistas derrotados nas eleições municipais, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que seu ministério não muda até abril de 2010, quando os ministros candidatos se desincompatibilizarão para concorrer a cargos eletivos. Numa entrevista no Itamaraty, Lula afirmou, de forma enfática, que José Gomes Temporão permanecerá na pasta da Saúde.

"O Temporão é meu ministro. Ele fica", ressaltou. "Não existe (*troca*). Agora, eu quero dizer o seguinte: ministros, daqui para frente, só sairão os que quiserem deixar a pasta ou serem candidatos." Nos últimos dias, Temporão voltou a receber críticas de setores do próprio PMDB, que não o vêem como um nome do partido. O motivo para os recentes ataques fo-

ram as declarações do ministro, dadas na semana passada, quando acusou a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) de ineficiência e envolvimento em corrupção. A bancada peemedebista, que indicou Danilo Forte para a presidência da Funasa, ficou irritada. O órgão atende aos interesses de prefeitos e deputados do PMDB, especialmente nos grotões do País.

As declarações de Lula também foram um recado a aliados da candidata derrotada à prefeitura paulistana e ex-ministra do Turismo Marta Suplicy, que sonhavam com a volta dela ao governo. Pessoas próximas do presidente dizem, entretanto, que não enxergam uma movimentação direta da petista para voltar à Esplanada.

Lula minimizou as queixas do PMDB e o apetite da sigla por mais cargos no governo. Ele avaliou que a relação com o partido é "a melhor possível" e avisou que planeja um jantar com ministros e líderes peemedebistas, ainda sem data defini-

da. "É para agente afinar a viola para as coisas que precisamos fazer até 2010", disse. "O PMDB tem prestado um serviço importante para as pastas que dirige", completou.

Anteontem, em São Paulo, dirigentes do PMDB procuraram Lula para deixar claro que as críticas a Temporão não partiam da cúpula, mas da bancada da sigla na Câmara. Embora não considerem Temporão um

Peemedebistas temem que PT volte a controlar pasta

ministro afinado com os interesses do partido, os dirigentes não querem sua saída. O terceiro ministro da Saúde do governo Lula foi indicado pelo governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB). O temor da cúpula peemedebista é que o ministério volte para as mãos do

PT. Ao assumir, em 2003, Lula nomeou para a pasta o petista Humberto Costa. Dois anos depois, ele foi substituído pelo deputado do PMDB, Saraiva Felipe, que ficou no cargo até 2007.

No governo Lula, a pasta da Saúde sempre esteve marcada por nomes inexpressivos na política, ineficiência da rede de saúde e escândalos - como as máfias dos sanguessugas, que fraudava licitações, e dos vampiros, de compra superfaturada de remédios e hemoderivados. Os dois esquemas vieram à tona com operações da Polícia Federal, mas já existiam no governo anterior.

Lula evitou também dar "palpites" na disputa pelo comando da Câmara e Senado e comentar as pretensões do PMDB em liderar as duas casas. "Não é que não me preocupe. É que eu não posso dar palpite num problema que é do Congresso Nacional. O presidente da República não pode ficar dizendo quem tem que ser presidente da Câmara ou do Senado", disse. ●

Lula diz que Temporão não sai; PMDB anuncia trégua

Presidente afirma que só deixarão o ministério os que forem concorrer em 2010

Líder do PMDB afirma que ministro concordou em manter Forte na Funasa; titular da Saúde criticou o órgão, chefiado pela sigla

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Em encontro ontem, o ministro José Gomes Temporão (Saúde) e o PMDB “selaram a paz”, segundo relato de presentes à reunião, e chegaram ao acordo de manter Danilo Forte no comando da Funasa (Fundação Nacional de Saúde). A cúpula da sigla, no entanto, disse que deve haver mudanças institucionais no órgão.

Temporão, indicado ao posto pelo governador Sérgio Cabral

(PMDB-RJ), criticou publicamente a qualidade dos serviços da fundação, que é subordinada ao ministério. Na semana passada, disse que a Funasa era alvo de corrupção. Forte também é uma indicação do PMDB.

Diante da pressão de peemedebistas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou de “diz-que-me-diz-que” especulações sobre troca de ministros. Segundo ele, só deixarão o governo os que forem concorrer em 2010. Sobre o titular da Saúde, Lula foi taxativo: “Temporão fica, é meu ministro”.

“Havia um clima de tensão [entre o ministro e a bancada peemedebista], mas que com a conversa terminou. O ministro levantou a bandeira branca e

nós aceitamos. Também concordamos que a Funasa tem que ser aperfeiçoada, tem que ser modernizada”, disse o líder do PMDB na Câmara, Henrique Eduardo Alves (RN).

A contrapartida para a manutenção de Forte no comando do órgão foi o compromisso do PMDB de aceitar a criação da Secretaria de Atenção e Proteção à Saúde, que, na prática, tiraria poderes da Funasa e vai administrar a saúde indígena.

Após o encontro com Temporão, Alves almoçou com Forte para informá-lo sobre o acordo estabelecido. O líder da bancada esteve ainda com o ministro Paulo Bernardo (Planejamento) para pedir mais verba para o Ministério da Saúde — e,

portanto, para a Funasa.

Congresso

Lula também disse que não vai dar palpites na disputa pelas presidências da Câmara e do Senado, mas sinalizou que deveria haver equilíbrio para que o PMDB não ficasse com os dois comandos.

“O equilíbrio é dado pelo comportamento dos partidos. O PMDB tem maioria nas duas casas. Tradicionalmente o partido que tem maioria indica os presidentes da Câmara e do Senado, não temos muita experiência do mesmo partido ocupar duas Casas. Mas, de qualquer forma, os políticos são eles, quem tem sensibilidade são eles”, disse.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – V. Ex^a será atendido na forma regimental, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.464, DE 2008

Nos termos do Art. 222, do Regimento Interno da Casa, Requeiro Voto de Aplauso ao professor e poeta, Oliveira Silveira, por ter sido o primeiro brasileiro a sugerir que o dia 20 de novembro – data da morte de Zumbi do Palmares – fosse adotado como dia de celebração da luta da comunidade negra brasileira – Dia da Consciência Negra.

Justificação

Conforme matéria da Radiobrás, assinada pelo jornalista João Carlos Rodrigues, o professor e poeta Oliveira Silveira foi o primeiro brasileiro a sugerir que o dia 20 de novembro – data da morte de Zumbi do Palmares – fosse adotado como dia de celebração da luta da comunidade negra brasileira.

Em plena ditadura militar, um pequeno grupo de cidadãos negros costumava se reunir no centro de Porto Alegre para discutir a situação dos descendentes de africanos no Brasil. Nessas conversas, eles concluíram que o 13 de maio – Dia da Abolição da Escravatura, assinada pela princesa Isabel, em 1888 – não tinha maior significado. Era preciso, então, encontrar uma nova data para reverenciar a luta da população negra brasileira e enaltecer sua participação na sociedade. Nascia, assim, o 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, data de evocar a

figura de Zumbi e o Quilombo de Palmares e de discutir a situação do negro no país.

Entre os participantes do grupo estava o poeta, professor de português e militante da causa negra, Oliveira Silveira. Foi ele quem sugeriu que o 20 de novembro, data da morte de Zumbi do Palmares, fosse adotado como dia de celebração da luta da comunidade negra brasileira. Sete anos depois, o Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial (MNUDR) oficializou o 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra.

Ex-integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Oliveira Silveira já publicou vários livros. Também é autor do capítulo 20 de novembro, história e conteúdo, do livro Educação e Ações Afirmativas: entre a Injustiça Simbólica e a Injustiça Social, organizado pelos professores

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério, da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo.

Um verso do poeta Oliveira Silveira que muito me emociona é:

“Encontrei as minhas origens
Na cor de minha pele
Nos lanhos de minha alma
Em mim
Em minha gente escura
Em meus heróis altivos
Encontrei
Encontrei-as enfim
Me encontrei”

Sala das Sessões, 20 de novembro de 2008. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. DEM – MT) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso, conforme requerimento do Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jayme Campos, não quis usar o tempo de outros Senadores e agora faço questão de ler a justificativa do voto de aplauso que V. Ex^a leu e já aprovou e a que deu encaminhamento.

Sr. Presidente, conforme matéria da Radiobrás, assinada pelo jornalista João Carlos Rodrigues, o professor e poeta Oliveira Silveira foi o primeiro brasileiro a sugerir que o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, fosse adotado como dia da celebração da luta da consciência negra, da comunidade negra brasileira.

Em plena ditadura militar, um pequeno grupo de cidadãos negros costumava se reunir no centro da capital de todos os gaúchos, lá na minha querida Porto Alegre. Ali discutiam a situação dos descendentes africanos no Brasil. Nessas conversas, concluíram eles que 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura, assinada pela Princesa Izabel em 1888, não tinha o significado da causa específica do povo negro. Era preciso, então, encontrar uma nova data, para reverenciar a luta da população negra brasileira e enaltecer sua participação na sociedade. Nascia, assim, o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, data de evocar a figura de Zumbi e o Quilombo de Palmares e de discutir a situação do negro no País – e, se depender de mim, o dia de discutir o combate permanente a toda forma de preconceito.

Entre os participantes do grupo, estava o poeta, professor de Português e militante da causa negra

Oliveira Silveira. Foi ele que sugeriu que o dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares, fosse adotado como o dia da celebração da luta da comunidade negra brasileira.

Sete anos depois, o Movimento Negro Unificado oficializou 20 de novembro como o Dia da Consciência Negra. Ex-integrante do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Oliveira Silveira já publicou vários livros. Também é autor do capítulo “20 de novembro, história e conteúdo”, do livro *Educação e Ações Afirmativas: entre a Injustiça Simbólica e a Injustiça Social*, organizado pelos professores Patronilha Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Ribeiro Silvério, da Universidade Federal de São Carlos, em São Paulo.

Sr. Presidente, há um verso desse poeta, com que ele mesmo afirma ter-se identificado. O que diz o verso?

[...]
encontrei minhas origens
na cor de minha pele
nos lanhos de minha alma
em mim
em minha gente escura
em meus heróis altivos
encontrei
encontrei-as enfim
me encontrei

Faço esta homenagem, Sr. Presidente, a esse poeta que foi o autor da data de 20 de novembro e que está com idade avançada. E lá, lá no interior de nosso Rio Grande, ele está sabendo – deve estar assistindo à TV Senado – que hoje o Senado da República aprovou um voto de aplauso pela sua iniciativa.

Sr. Presidente, cobro, seguidamente, que a Câmara dos Deputados aprove políticas afirmativas, da mesma forma que o Senado sempre as aprova. Por isso, quero cumprimentar a Câmara, que, nesta tarde – fiquei sabendo, há pouco tempo –, aprovou o PL nº 73, numa fusão de um projeto da Senadora Ideli Salvatti e da Deputada Nice Lobão, do DEM – o projeto original é dela –, que vai garantir a política de quotas nas universidades e também nas escolas técnicas.

Nas universidades federais e nas escolas técnicas, 50% das vagas serão para escolas da iniciativa privada e 50% para escolas públicas. Nesses 50% das escolas públicas, se dará um corte, de acordo com o número de habitante de cada Estado, proporcional à cor da pele (negro, pardo ou índio), da seguinte forma: no Rio Grande do Sul, por exemplo, só tem 13% de negros; pois bem, 13% das vagas da universidade serão destinadas à população negra, dentro do patamar

de 50%; os outros 50%, para manter o equilíbrio, pelo projeto, serão para as escolas privadas.

Eu achei o projeto interessante. Sei que, no debate que teremos aqui no Senado, ele poderá até ser aperfeiçoado. Parece-me, por exemplo, que o Senador Cristovam gostaria de dar uma melhorada na redação que vem da Câmara dos Deputados.

O importante para mim é que se construa uma proposta que, efetivamente, garanta direito de oportunidade para todos.

Faço esse registro, ao mesmo tempo em que fica aqui, Senador Cristovam, um pouco de frustração de minha parte, um pouco de mágoa, um pouco, eu diria, de chateação, porque a Câmara havia assumido um compromisso de, neste ano, nos 120 anos da abolição, nos 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos 20 anos da Assembléia Nacional Constituinte, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial, que nós aqui já aprovamos. Inclusive a política de cotas está sendo tratada no Projeto de Lei nº73; não está no Estatuto.

Senador Jayme Campos, o que eu gostaria? Simplesmente, que a Câmara aprovasse, com as alterações que ela assim entendesse, e mandasse de volta para nós, e nós aqui aprovaríamos com certeza, ainda este ano, o Estatuto da Igualdade Racial.

O Estatuto da Igualdade Racial é feito de políticas afirmativas que, nos Estados Unidos, foram aprovadas ainda na década de 60. Nós, 48 anos depois, estamos discutindo se vamos aprovar ou não políticas afirmativas.

O apelo que faço à Câmara dos Deputados – que hoje deu um passo à frente – é que aprove, ainda durante o mês de novembro. Tenho certeza de que se a Câmara aprovar o Estatuto, durante o mês de novembro, e remetê-lo para o Senado antes do fim do ano, pela posição dos Senadores, aprovaríamos aqui o Estatuto, que irá à sanção ainda este ano.

Existem dois Senadores, o Senador Mão Santa e o Senador Cristovam, que me pediram um aparte. Vou dar os apartes e, depois, sintetizar o meu pronunciamento do dia 20 de novembro.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paulo Paim, é necessária essa sua luta e o Dia da Consciência Negra. Pessoalmente, não tenho, mas que existe, existe. Darei um exemplo do Piauí. O nosso poeta maior é Da Costa e Silva. Ele fez um hino: “Piauí, terra querida/ Filha do sol do equador”, “Vendo a Pátria pedir liberdade/ O primeiro que luta é o Piauí.” Amarante é sua cidade. “Se há algum pedaço do céu na terra é Amarante.” Ele é o maior poeta piauiense. Atentai bem, Jayme Campos, como é justa essa luta. São trezentos anos de desigualdade que temos de resgatar. No Piauí,

este poeta fez concurso para o Itamaraty, para o Rio Branco, tirou o primeiro lugar. Na entrevista, o Barão do Rio Branco disse que não ia nomeá-lo porque era negro, parecia um macaco – sei que é coisa do passado, mas estou contando o fato. E esse homem intelectual, São Paulo, depressão. Mas a raça é forte, a raça é brava. São os Obamas do mundo, são os Paim, que está aqui liderando esse Brasil, os lanceiros negros, e tal. Mas atentai bem, o filho dele – eu estava, quando governava o Piauí, fazendo um convênio com a Fundação Getúlio Vargas para controlar a Universidade do Estado do Piauí, que crescera muito em meu Governo – estava presente, o filho dele. Aí eu perguntei: qual foi a sua vocação para entrar no Itamaraty? Alberto da Costa e Silva, que é da Academia de Letras aí, Presidente, aí ele olhou assim, Jayme Campos, e disse: “Vingança”. Eu tomei um susto: “Vingança”. E aí ele contou esse fato da humilhação do pai dele, que morreu. E disse: “E em nós, piauienses dessa raça negra, a vingança é forte. Eu saí de lá e me aposentei, Governador Mão Santa, mas deixei dois filhos lá”. Então, três a um para a raça negra, que o Piauí dá o exemplo. E eu queria dizer pessoalmente: olha, todos nós estudamos muito. Quer dizer, sou formado em Medicina, tenho pós no campo de cirurgia, depois fiz curso de gestão pública na Fundação Getúlio Vargas. Mas de todos os meus professores, vamos ver, eu recordo, assim, os três melhores: um era o professor de português, José Lima e Silva; parecia o Paim, ele gostava muito de dar moral ou ética. E tão grande que eu vou dar um quadro para a visão: eu era Deputado Estadual novo, 1978, chega João Paulo dos Reis Velloso, maior Ministro de Planejamento deste País, a luz da revolução no período. Aí, como é natural, a cidade toda foi buscá-lo. Uma carreata enorme. O Ministro piauiense, filho de carteiro com costureira, Ministro de Planejamento! Paim, nós íamos no carro. Quando eu vi, Jayme Campos, ele disse: “Pára, pára, pára”. Era a casa do Professor Zé Rodrigues, que o tinha orientado e educado. Então, o Ministro sai e deixa todos no sol quente. Ele ia avançar uma ponte no Jandira, que liga o Piauí ao Maranhão, e vai conversar com o professor, esse Zé Rodrigues. Então, Paim, a luta é justa, mas V. Ex^a avançou muito nesses dias. V. Ex^a liderou todos nós, o Senado, o Poder Legislativo, para apagarmos a outra escravidão vergonhosa daqueles que já trabalharam, trabalharam, trabalharam muito e o Governo dá calote e não paga as aposentadorias dos velhinhos aposentados! V. Ex^a enaltece a raça, como Da Costa e Silva, como meu professor Zé Rodrigues e Silva, como Martin Luther King, Paim e, agora, o Obama.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. Amanhã, trarei à tribuna da-

dos e números para mostrar que é possível, sim, pagar um salário decente aos aposentados e pensionistas, dentro da integralidade dos seus vencimentos.

Senador Cristovam, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Paim, fico contente que o senhor tenha trazido o assunto da aprovação hoje, na Câmara, do projeto das cotas. Num primeiro momento, quero dizer que comemorei muito, porque é um projeto que nasceu aqui, da Senadora Ideli Salvatti. Mas eu estou muito preocupado com algumas mudanças que ocorreram...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Partiu da sua comissão direto para a Câmara.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Isso. Mas estou muito preocupado com algumas emendas que surgiram na Câmara. A idéia inicial era de dar 50% de cotas para a escola pública. O que tem isso de bom? É que prestigia a escola pública. Não se iludam, não vai beneficiar os pobres, porque os pobres no Brasil não terminam a oitava série primária. Vai beneficiar uma classe média mais baixa, que termina o segundo grau no ensino médio. Mas, imediatamente, as classes média alta e alta, percebendo essa vantagem, vão deslocar seus filhos para a escola pública. E aí a escola pública vai melhorar, porque neste País tudo que é das classes média e alta melhora. Essa que é a verdadeira intenção. Agora, ao colocar algumas coisas descaracterizaram o projeto e trouxeram uma ilusão. Por exemplo, a cota, Sr. Presidente, para pessoas de baixa renda é uma ilusão. As pessoas de baixa renda não terminam o segundo grau no País. Então, elas não vão se beneficiar. Agora, o que vai acontecer de ruim? É que se vai passar a idéia de que, a partir de agora, as classes pobres poderão entrar na universidade; logo, não precisam gastar dinheiro nas escolas públicas. Esse é o meu medo. É a velha história do jeitinho para não resolver o problema da maneira mais profunda. A solução definitiva é a escola pública gratuita, de qualidade, para todos neste País: brancos e negros, pobres e ricos; cidades grandes, cidades pequenas; campo e cidade. Só que isso leva muito tempo. Até lá as cotas para negros são absolutamente necessárias por uma questão de dignidade desta Nação. As pessoas pensam sempre que as cotas vão beneficiar o negro que vai ter a vaga. Nada disso! Vai beneficiar o Brasil, porque terá mais negros nas universidades e terá mais negros na elite brasileira. Mudaremos a cor da cara da elite, e com isso o Brasil ficará mais digno. E vamos ter um dia um Obama. Não é cada jovem negro que a gente está beneficiando. É o País que a gente está beneficiando. Mas quando entra para beneficiar, Senador Mão Santa, por questões sociais, nós vamos enganar o

povo, porque eles não têm escola boa. Eu acho que isso vai levar a um certo acomodamento na luta para melhorar a escola pública, porque alguns vão dizer: “Agora já tem cota, agora já entram; não é preciso melhorar a escola”. E eles não vão terminar o 2º grau, não vão passar no vestibular. As pessoas pensam que a cota é para abrir as portas da universidade. Não. Continua sendo exigido o vestibular. Quem não passar no vestibular não entra por cotas. A cota é para dar classificação; não é para dar direito de entrar ou não. O direito de entrar é pelo vestibular. Esse é um ponto. O outro ponto que fizeram na Câmara e que é um erro é a idéia de que se vai dispensar o vestibular, e entrarão pelas notas que tiraram na escola do 2º grau. Num país em que as escolas são todas iguais, como a Finlândia, as notas das escolas bastam. Mas, num País com as desigualdades nossas, isso não vai dar certo. Os professores vão dar 10 para todo mundo. O certo seria, como faz a Universidade de Brasília: ela aplica uma prova no Ensino Médio; os alunos fazem uma prova no final do primeiro ano, outra prova no final do segundo, outra prova no final de terceiro e, pela média, entram na Universidade. Mas, como colocaram lá, é a nota da escola. É irreal nota de escola para saber quem é melhor ou quem é pior. Um menino de uma escola como o Colégio Militar, de altíssima qualidade, vai ter nota pior do que outro de uma escola pequenininha cujos professores decidiram dar nota 10 para todos. Aí, você vai colocar esses na universidade, e aqueles ficarão de fora. Vamos ter de corrigir isso quando o projeto chegar ao Senado. Não é acabar com a cota, mas regulamentá-la de tal forma que ela beneficie o sistema inteiro, e não apenas as pessoas. Teremos um bom tempo para discutir isso quando o projeto chegar aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cristovam, V. Exª é o nosso mestre maior no campo da educação, é o nosso guru. Por isso, as suas ponderações, pode ter certeza, nós todos ouvimos. Faremos, com muito carinho, o debate na Comissão de Educação e, se chegarmos à conclusão de acordo com o que V. Exª coloca, não teremos problema algum: só suprimimos as emendas, e o projeto vai para sanção – porque não volta mais para a Câmara – exatamente da forma original, como saiu daqui.

Eu particularmente gostei muito das suas preocupações. V. Exª reafirmou que não é contra – alguém pode entender, por não estar bem avisado, que V. Exª é contra a política. Eu sou testemunha da sua luta para que a gente aprove a política de cotas, mas da forma mais transparente e clara possível, como foi o seu pronunciamento.

Peço que o seu pronunciamento seja incorporado ao meu, para que sirva de eixo de debate deste dia histórico, 20 de novembro. Lamento ainda não termos aprovado as políticas afirmativas.

Ouç o Senador Mozarildo.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Senador Paulo Paim, V. Exª com certeza é o maior defensor, de maneira contínua, dessas causas, principalmente a causa do negro, como evidentemente também de tantas outras causas sociais, como a dos aposentados e dos pensionistas. No que tange, vamos dizer, às etnias formadoras do nosso País, nós realmente precisamos, em vez de ficar revirando o passado e as injustiças que foram feitas, pensar no que faremos daqui para frente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Olhar para frente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – E eu tive uma satisfação imensa em estar em uma sessão de homenagem à abolição da escravidão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Eu estava com V. Exª.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Sentou-se ao meu lado o ator Milton Gonçalves, que hoje faz um papel importante na novela A Favorita. Conversávamos, quando ele se dirigiu a um outro amigo, também negro, que disse – não sei que assunto abordou: “A nossa saída é a escola, temos de investir na educação”. Eu realmente tenho essa convicção. Fui autor do projeto de lei que criou a Universidade Federal da Roraima, o Centro Federal de Ensino Tecnológico de Roraima. Acredito na educação como a locomotiva de tudo. Tanto é assim, Senador Paulo Paim, para não ser repetitivo, apresentei um projeto em relação aos índios, abrindo cotas para os índios. Ouvi V. Exª colocar uma coisa que acho importantíssima: que seja proporcional...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Proporcional, por questão de justiça. Se é 1% é 1%; se são 13%, 13%.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – No seu Estado, com certeza, a proporção de índios é muito menor do que no meu.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Com certeza.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – No meu, 30% da população são indígenas. Então, é evidente que essa proporção tenha que ser...eu coloquei uma média nacional, mas eu concordo que é muito melhor essa média estadualizada, porque reflete a realidade de cada Estado. Então, nada mais justo. E apresentei não só a cota para as universidades, mas para o seguimento: a cota para os concursos públicos.

Com isso, você garante não só a formação, mas também que o emprego, pelo menos no setor público, esteja garantido pela meritocracia daqueles que usam a cota para entrar. Então, sou favorável e acho que essa posição aperfeiçoa. V. Ex^a disse antes num aparte que até proporia uma emenda num projeto estabelecendo X anos – não vamos estabelecer se são 10 ou 15 anos –, para que dure a aplicação real ...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Das políticas afirmativas.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – E tenho certeza de que, se isso for feito, realmente a realidade muda, porque sempre digo que o problema racial está embasado na questão social, e a questão social se resolve pela educação.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Mozarildo Cavalcanti, que dá o seu depoimento e dá um exemplo. Achei muito interessante o projeto que V. Ex^a apresenta, da política de cotas para a nação indígena. Muitas pessoas dizem: “Mas o Senador Mozarildo, Paim...” E falo de seu projeto: “Olhe, ele inclusive apresentou um projeto ousado lá para garantir acesso à universidade para a população indígena”. E, no seu caso, V. Ex^a foi claro, inclusive são 30%. No meu Rio Grande do Sul, a população negra é de 13% e, na Bahia, sabemos que ultrapassa 80%; cada Estado vai viver a sua realidade.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, fiz aqui um longo pronunciamento sobre a situação do negro no Brasil neste 20 de novembro e quero deixar na Mesa, para que V. Ex^a o considere na íntegra, mas, na verdade, o conjunto do pronunciamento não é diferente daquela visão que os Senadores passaram da tribuna sobre o tema. Todos os Senadores têm uma posição clara, e não falo aqui nada diferente. Por isso, não vou repetir.

A única coisa que falo aqui no meu pronunciamento, de forma incisiva, de uma forma, eu diria, de querer convocar a Câmara dos Deputados, é pela aprovação do Estatuto. Não tem lógica o Estatuto da Igualdade Racial estar há mais de dez anos em debate. Será que vamos ficar outros dez anos esperando a boa vontade, para que os Deputados votem o Estatuto?

Já houve centenas e centenas de reuniões – reuniões nos Estados, reuniões nas Assembléias, reuniões até em Câmara de Vereadores, recentemente em Minas Gerais, audiências públicas aqui no Senado, na Câmara. Quando eu penso que o acordo foi firmado, que houve entendimento, que o Estatuto vai ser votado, aparece: “Ah, mas com a vírgula tal eu não concordo. Então, vamos deixar mais um tempo”.

Olhem o apelo que eu faço para a Câmara, porque tenho plena confiança da forma de atuar de todos os Senadores: aprovem como os senhores acharem

melhor. Aprovem ainda no mês de novembro. Remetam aqui para o Senado. Eu tenho certeza de que os Senadores vão olhar, vão manter ou não as alterações, e têm condições de aprovar ainda no mês de dezembro, dentro dos 120 anos da abolição não concluída, como eu tenho falado rapidamente.

Aprovamos a anistia para o João Cândido. Este ano tem uma simbologia também por ter sido o ano em que, pela primeira vez no mundo, no Planeta, nós temos na maior economia um Presidente negro, que foi nos Estados Unidos da América, Barack Obama. Será que o Brasil não poderia, 48 anos depois, porque lá foi na década de 60, aprovar o Estatuto da Igualdade Racial? Que a Câmara aprove como ela achar melhor e remeta para o Senado. Tenho certeza de que os Senadores assumirão a responsabilidade, como Casa revisora, de aprovar o Estatuto que, no meu entendimento, vai ser a média de pensamento da sociedade.

E aí repito, Senador Mozarildo, aquilo que eu disse, que V. Ex^a enfatizou: nós até faremos uma emenda, se for possível, com o compromisso de dizer: essa lei será revogada em tal ano. Tenho a certeza de que com o Estatuto aprovado nós não precisaremos esperar quarenta e oito anos para alguém dizer que não precisa mais de ação afirmativa. Na minha avaliação, é como V. Ex^a disse, no máximo dez, quinze anos. Eu até fico em dez. Com o Estatuto aplicado, em dez anos eu peço a revogação, porque o Brasil não vai mais precisar de ações afirmativas. Mas temos de passar com essa experiência. Então, se alguém tem dúvida, vamos botar esse artigo. Proponho até que a Câmara o acrescente e nos comprometemos aqui de não revogá-lo, porque teremos dez anos de experiência para ver se funcionou ou não.

Senador Mão Santa, solicito a V. Ex^a, então, que, se puder, considere na íntegra o meu pronunciamento porque, no fundo, todo ele é, não posso negar, uma cobrança para que a Câmara dos Deputados vote o Estatuto que aprovamos aqui desde 2003. Está lá há dois ou três anos e a Câmara não se posiciona nem contra nem a favor. Chego a dizer: votem, Srs. Deputados. É importante que cada um assuma a responsabilidade do seu voto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.
Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco PT – RS, Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, novembro é o mês da Consciência Negra. Nesse período, brancos, orientais, indígenas e negros fazem uma reflexão acerca de seu papel enquanto seres humanos e cidadãos.

Ao abrir as páginas dos jornais hoje, mais uma vez fiquei indignado com os números dos principais indicadores sociais, sejam nacionais ou internacionais.

No jornal da Câmara dos Deputados observei depoimentos e rostos negros, mas isso é pouco.

É hora de ver a situação dos negros a partir da ótica do Congresso Nacional. Precisamos abrir os arquivos para saber o que estamos fazendo para acabar com as desigualdades étnico-raciais e com o racismo.

Sei que o Senado Federal tem feito o seu papel, mas a Câmara dos Deputados tem que fazer a sua parte. O povo negro não pode esperar mais.

O motivo de empacar as matérias necessárias sempre esbarra em uma desculpa. Espero que não seja maldade ou não sei o que dizer.

A nossa pergunta continua sendo a mesma: por que a Câmara dos Deputados, que tem o dever de representar o povo brasileiro, o qual é também negro, não discute, encaminha e aprova o estatuto? Por que tudo avança, menos o que é para a população negra?

Projetos importantes já foram exaustivamente debatidos. Um exemplo é o PL 73/99 que institui reserva de vagas nas universidades federais para alunos de escolas públicas, negros e indígenas, de acordo com as populações negra e indígena de cada estado.

Esse projeto tramita há quase dez anos e já foi aprovado por unanimidade em todas as Comissões pelas quais passou.

Sr. Presidente, o projeto das cotas está pronto para ser votado no plenário desde 14 de fevereiro de 2006. Ou seja, há dois anos e meio. Hoje prometeram votar. Veremos...

Vez ou outra escutamos que o projeto não foi suficientemente debatido. Algo está errado. Um projeto de 1999 chega ao ano de 2008 sem ser debatido? Será esse mesmo o problema ou o problema está no fato de a matéria estabelecer direitos para os negros?

Aqui no Senado Federal nós aprovamos matéria de igual ter em dez meses!

Será que na Câmara teremos de esperar dez anos para aprovar as cotas?

Enquanto isso, 73 instituições públicas de ensino superior já adotaram algum modelo de ação afirmativa.

Os cotistas e os não cotistas convivem em harmonia. Aqueles que entraram pelo sistema de cotas estão tirando notas iguais ou superiores aos demais e, o mais importante:...

... observa-se o crescente aumento da auto-estima das famílias negras.

Fato que contribui para superar as dificuldades e dar continuidade aos esforços constantes dos desafios da vida e a esperança em dias melhores.

Sr^{as}. e Srs. Senadores, o dia da Consciência Negra é o dia que simboliza a morte do líder negro Zumbi dos Palmares, herói da Pátria assim como Tiradentes.

No entanto, negro. Talvez esse seja o grande problema para não aprovarmos o feriado nacional que propusemos por meio do PLS 302/2004 de nossa autoria.

Segundo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), 362 municípios já estão à frente do Congresso e instituíram os seus feriados em homenagem ao povo negro e a Zumbi dos Palmares.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara está prestes a votar o PL 4437/04, de autoria da senadora Serys Slhessarenko, que tramita em conjunto com o PL 5352/05 de minha autoria.

Mais uma vez no Senado aprovamos a matéria em menos de um ano, enquanto na Câmara o projeto está caminhando a passos lentos.

Não quero ser acusado de atacar a produtividade da Câmara, estive lá durante quatro mandatos e conheço bem o seu funcionamento.

Por isso, sou obrigado a dizer que a reivindicação da comunidade negra, de implementar o Feriado de 20 de novembro, não nasceu em 2004, mas sim em 87.

Não podemos esquecer que o PL 293/87, da deputada Benedita da Silva, foi arquivado e depois reapresentado pela deputada como PL 987/95.

Em seguida tivemos o PL 1588/99, do deputado Luiz Sergio, que está pronto para ser votado na CCJ da Câmara desde 13 de maio de 2004.

Mas os projetos voltados ao povo negro, que estão na geladeira – para não dizer nos porões da Câmara –, não param por aí.

Integrantes do movimento negro, com a ajuda de brancos, orientais e indígenas solidários à causa produziram o Estatuto da Igualdade Racial.

Ele é um instrumento legislativo que possibilita o surgimento de estruturas de acompanhamento e efetivação de medidas direcionadas para os afro-brasileiros nas mais diversas áreas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, o Estatuto da Igualdade Racial foi fruto de muitas discussões e estudos, não é algo imaginário, não o tiramos da cartola como um mágico tira um coelho.

Foram anos de encontros em praticamente todos os estados do Brasil, ouvindo a comunidade negra.

Enquanto deputado federal decidi, no ano de 2000, apresentar o PL 3198 que visa instituir o Estatuto da Igualdade Racial. Eu disse 2000!

A minuta do projeto foi apresentada para que o movimento negro se manifestasse e discutisse amplamente.

No período em que estive na Câmara foram realizados 23 debates sobre o assunto (9 reuniões ordinárias, 8 seminários, 5 audiências públicas, dentre outras).

Isso foi feito através da criação de uma Comissão Especial destinada a apreciar a proposta.

Ao fim, o deputado Reginaldo Germano apresentou um substitutivo ao projeto, o qual foi aprovado por unanimidade no final de 2002.

Com isso, a matéria foi incluída na ordem do dia para discussão em Plenário.

Eu disse 2002! Faz cinco anos que a matéria está lá, acorrentada na mesa da presidência aguardando para ser votada.

Enquanto isso os negros continuam na base da pirâmide sendo tratados como estatísticas.

Srs. e Srs Senadores, para garantir a aprovação desse projeto, quando fui eleito senador, reapresentei-o aqui no Senado.

Sob a designação PLS 213/03, a matéria passou por quatro comissões sendo aprovado o substitutivo do senador Rodolpho Tourinho, no dia 25 de novembro de 2005.

A principal modificação feita pela Casa foi a retirada da criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial, o qual havia sido incluído na Câmara.

Criou-se uma polêmica durante a tramitação no Senado devido à inconstitucionalidade de origem.

Para resolver essa questão, retirei o assunto do Estatuto e apresentei a PEC 2/06. Essa PEC institui a criação do Fundo de Promoção da Igualdade Racial.

No período em que a matéria esteve no Senado foram realizadas diversas audiências entre internas e externas no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Bahia e Minas Gerais.

O Estatuto da Igualdade Racial foi enviado à Câmara em 29 de novembro de 2005.

Realmente algo estranho acontece na Câmara dos Deputados para que a Casa não delibere em relação a matérias que tratam sobre a questão étnico-racial.

Apenas após três anos, devido a pressão popular foi instituída, dia 10 de março de 2008, a Comissão Especial para debater o tema.

O presidente da Comissão Especial é o deputado Carlos Santana e o relator da matéria o deputado Antonio Roberto.

Quero destacar o empenho e a coragem do deputado relator que realizou audiências, debates e estudos profundos sobre a matéria para, enfim, apresentar o substitutivo que está pronto para ser votado na Comissão Especial.

O texto sendo aprovado retornará ao Senado Federal para revisão final. Aqui com certeza nós aprovaremos!

Nestes oito anos realizamos ricos e intensos debates de Norte a Sul do país.

Poderia passar a tarde toda citando os projetos engavetados, congelados e acorrentados na Câmara. Mas isso deixarei para um livro.

Eu fui constituinte, estou há 20 anos no Congresso Nacional, vi o anseio dos que participaram da elaboração da Constituição Cidadã.

Naquele momento, tanto deputados quanto a população e os movimentos sociais trabalharam em harmonia.

Posso destacar um ponto: a vontade de todos de discutir e votar os projetos. Infelizmente não é isso que estamos vendo na Câmara.

Os nossos companheiros deputados estão utilizando somente 20% do seu potencial.

Sei que 85% dos deputados estão ansiosos para aprovar matérias relevantes para o país, bem como aprovar os projetos direcionados para a comunidade negra.

Mas infelizmente as forças ocultas estão impedindo.

Acho que chegou o momento de realizarmos um ato naquela Casa para ver se as coisas andam.

O que o Congresso Nacional pode dizer para os pais que estão enterrando os seus filhos negros?

O que dizer para os pais que estão vendo os seus filhos crescer sem um referencial de negros na televisão?

O que dizer para os pais que estão vendo os seus filhos fazer a universidade do crime porque não aprovamos as cotas para que eles possam estudar em uma universidade pública?

O que dizer para justificar a diferença salarial que existe entre negros e brancos?

O que dizer para os indígenas, orientais, brancos e negros que querem o fim das desigualdades, mas não vêem uma ação efetiva do Estado?

Eu digo: vocês devem dialogar com os deputados do seu estado e declará-los e pedir a eles que não se omitam e votem a favor do Estatuto da Igualdade Racial.

É hora dos movimentos ocuparem as ruas, as praças, o campo e a Esplanada dos Ministérios.

Estamos falando de 120 anos de ausência de políticas públicas. Chega de ficarmos batendo palmas e nos contentarmos com jornais comemorativos.

É hora de termos direitos! É hora de buscarmos soluções para os indicadores de desigualdade entre brancos e negros.

É hora do Brasil enfrentar o câncer do racismo institucional, para obter a democracia plena.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, dezenas de marchas, debates, palestras estão ocorrendo de Norte a Sul do país.

A nossa participação na sociedade deve ser um eterno exercício de compreender o outro, de transpor os nossos desafios individuais para entender que o investimento no coletivo trará resultados para todos.

Hoje, cada vez mais, estamos confortáveis para buscar soluções econômicas e sociais para os nossos problemas.

Mas em nossos debates não podemos deixar de considerar os indicadores sociais de desigualdade entre negros e brancos.

O Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2007-2008, coordenado pelo professor Marcelo Paixão, tem por eixo fundamental o tema das desigualdades raciais.

Ele nos mostra que em 2005 a principal causa de mortalidade dos homens brancos (29,3%), mulheres brancas (34,6%) e mulheres negras (33,4%) eram as doenças do aparelho circulatório.

Já entre os homens negros a principal causa de mortalidade eram as causas externas (25%).

Entre 1999 e 2005, o número total de homicídios em todo o país passou de aproximadamente 40,8 mil por ano, para 45,7 mil pessoas por ano.

O número de homicídios de negros cresceu 46,3%, tendo passado de cerca 18,8 mil para aproximadamente 27,5 mil pessoas.

Sr. Presidente, entre 1999 e 2005 morreram, em todo o país, 1.406 pessoas por anemia falciforme. Destas, 62,3% foram pessoas identificadas como negras.

Em todo o Brasil, no ano de 2006, havia 14,4 milhões de pessoas analfabetas na faixa de 15 anos de idade ou mais. Desse total, 4,6 milhões eram brancas (32%) e 9,7 milhões eram negras.

Em 2006, o rendimento médio mensal real do trabalho principal dos homens brancos em todo o país equivalia a R\$ 1.164.

Esse valor, no mesmo ano, era 56,3% superior à mesma remuneração obtida pelas mulheres brancas (R\$ 744,71); 98,5% superior à auferida pelos homens negros (R\$ 586,26) e 200% à recebida pelas mulheres negras.

No ano de 2006, 8% da população branca e 18,8% da população negra encontravam-se abaixo da linha de indigência.

Vale ressaltar que, de 1995 a 2006, a proporção da população brasileira abaixo da linha de indigência

veio paulatinamente diminuindo para ambos os contingentes de cor ou raça.

Nesse período, o percentual de indigentes decresceu 3,5 pontos percentuais entre a população branca e 9,5 pontos percentuais entre a negra.

Por fim, no ano de 2005, o IDH dos negros (0,753) (retirei pretos e pardos, pois o senador não utiliza os termos) era equivalente ao IDH que ficava entre o Irã e o Paraguai, na 95ª posição do ranking mundial. Já o IDH dos brancos era de 0,838.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, as desigualdades são reais, a nossa intenção não é confrontar as etnias, culpando os brancos de hoje, pelas desigualdades geradas pelo ontem.

O que é preciso é parar e agir agora com um olhar aglutinador capaz de enfrentar esses problemas. Se não fizermos isso seremos responsáveis pelas desigualdades do amanhã.

O racismo existe e deve ser combatido. Pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo mostrou que grande parte dos brasileiros (87%) admite que há discriminação racial no país, mas apenas 4% da população se considera racista.

Nós repudiamos toda e qualquer forma de discriminação racial. Sabemos que os casos de racismo são recorrentes no Brasil o que falta é coragem para denunciar.

Que o exemplo do cantor Dudu Nobre e de sua esposa, a modelo Bombom, seja seguido.

Eles que foram brutalmente discriminados na presença dos filhos em um vôo da American Air Lines esta semana.

Somos solidários e iremos acompanhar o processo aberto pela família.

Nota-se que as autoridades policiais não registram as ocorrências como sendo racismo, mas sim como injúria racial.

Vejam que apenas um terço (32,9%) das ações com acusações de racismo são julgadas procedentes em tribunais de segunda instância do país.

Isso segundo o Relatório Anual das Desigualdades Raciais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) divulgado hoje.

Na primeira instância, a proporção chegou a 49,4% no período analisado – os anos de 2005 e 2006. Ou seja, os réus levam vantagem em relação às vítimas. Quando há recurso e acusações de racismo são julgadas por desembargadores.

Sr^{as.} e Senhores, é importante compreendermos e aprofundarmos o nosso entendimento para enfrentarmos a discriminação racial e as desigualdades étnico-raciais existentes no mundo.

Aqui no Brasil não é diferente. O entender a história de exploração da mão-de-obra escrava por mais de 350 anos é parar para pensar se qualquer um de nós aceitaria trabalhar durante um, dois, três, até dez anos sem receber um centavo.

Com certeza recorreríamos à justiça. Sem falar das violências física e psíquica que resultaram desse processo de exploração.

A ladainha de capoeira “Negro Escravo” resgata a realidade dos tempos da escravidão:

“Faz muito tempo
Me dói só de lembrar
Que o negro era escravo
Apanhava sem parar
Acordava bem cedinho
E com a dor da chibatada
Que ardia e não passava
la pro mato trabalhar
Trabalhava noite e dia
Não sonhava e mal dormia
E nem tinha tempo pra rezar”

Mas todos, negros e não negros, por vezes dizem: “mas não fui eu quem escravizou. Qual a minha culpa?”

Com certeza não participamos da barbárie que foi a escravidão e nem queremos ter esta marca em nosso currículo.

Mas se não exercermos o espírito da tolerância e do amor ao integrar os que vivem excluídos, em sua maioria negros, corremos o risco de agirmos como os senhores de escravos.

Os estudos e a consciência social demonstram que o fardo da escravidão e a ausência de políticas públicas para os negros, recaem sobre o ombro de todos, seja via impostos, violência ou pelo desperdício de talentos.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, o mundo parou para celebrar a vitória do primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos. O grito dos excluídos foi ouvido nos cinco continentes. Isso prova que queremos, sim, aceitar a diversidade, que queremos, sim, valores sociais e ambientais.

Obama mostrou que nós podemos! Mas antes disso, há 44 anos os Direitos Civis foram aprovados e políticas públicas e humanitárias para negros foram possíveis.

Aqui nós não queremos esperar mais 40 anos. Queremos aprovar e depois discutir em dez anos.

Posso dizer que naquele momento os americanos estavam assustados, não sabiam se aquele im-

portante passo daria frutos... e deu! Mas Obama não é tupiniquim!

Nós também temos nossos Obama's. São jovens esforçados que vivem à espera de oportunidades. O Brasil deve investir em políticas humanitárias e de ações afirmativas.

Sr^{as.} e Srs. Senadores, por fim, quero que neste dia 20 de novembro possamos fechar os olhos e abrir os corações para visualizar a bonita aquarela que é a sociedade brasileira.

Que possamos observar que a riqueza do nosso povo reside na diversidade de negros, indígenas, brancos e orientais, mas que para uns o Estado continua reservando as cadeias, o racismo, a falta de acesso às universidades e a ausência de políticas públicas.

O nosso exercício será de aceitar o outro, entender que enfrentar as dificuldades e o “abismo social” entre negros e brancos é uma prova de amor para com o Brasil, sabendo que a única culpa que deve existir é a de não agirmos.

Devemos percorrer os valores históricos, jurídicos, morais, econômicos e sociais para compreender a importância de criarmos políticas de ações afirmativas e aprovar o Estatuto da Igualdade Racial e Social, como gosto de chamar, para, de uma vez por todas, estabelecermos oportunidades de fato e de direito para todos.

Enfim partilho o meu poema “Negro das Américas” que traduz um pouco da nova aurora que buscamos:

“Ah, como seria bom se houvesse uma história ou uma canção que falasse das veias cortadas dos negros latino-americanos.

Que bom seria se os poetas falassem que o direito à terra

Por nós trabalhada, foi sempre negado.

Que bom seria se pudéssemos conhecer os heróis negros da nossa América.

Não importa se os escravocratas trocaram até seus nomes de

origem pelo espanhol, português, francês e inglês.

Não importa se eles não podiam falar o dialeto africano.

Que bom seria se os versos relatassem os crimes cometidos

contra este povo que foi ferido na alma, coração e estima.

Andamos pelo continente, por terra e por mar, vimos o que não gostamos:

O negro afastado, excluído e discriminado.

Sonhamos com uma vida de paz, alegria e liberdade.

Na realidade encontramos suor, sangue e lágrimas.

Que essas gotas de sofrimento arrancadas do nosso corpo

Se tornem pérolas para iluminar a nossa jornada, porque deixar de sonhar e lutar, jamais, jamais, jamais!"

Chegará o dia em que diremos: Feliz dia da Consciência Negra!

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Jayme Campos deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI)
– Senador Paim, V. Exª será atendido de acordo com o Regimento.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.148, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 28 (nº 5.702/05, na Casa de Origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

Relator: Senador **Neuto de Conto**

Relator: **Ad Hoc**: Senador **Inácio Arruda**

I – Relatório

Vem esta Comissão o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 28, de 2008 (PL nº 5.702, de 2005, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

O PLC nº 28, de 2008, fixa os encargos incidentes sobre os créditos do Banco Central do Brasil não pagos na data do vencimento. O projeto compõe-se de dois artigos. O primeiro dá nova redação ao art. 37 da Lei nº 10.522, de 2002. O artigo segundo é a cláusula de vigência.

II – Análise

Cabe à Comissão de Assuntos Econômicos, nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, entre outros, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria, bem como ao que nela diz respeito ao sistema monetário e finanças públicas.

De acordo com a Exposição de Motivos nº 00163/2003, do Ministério da Fazenda, o referido art. 37. da Lei nº 10.522, de 2002, contém falhas que o impedem de prever e disciplinar a incidência de encargos financeiros sobre créditos do Banco Central do Brasil sujeitos à inscrição e cobrança como Dívida Ativa.

As modificações propostas são:

(i) Substituição, no **caput**, da expressão “provenientes de multas administrativas” por “passíveis de inscrição e cobrança como Dívida Ativa”, de modo a ampliar a abrangência e eficácia do dispositivo;

(ii) Supressão da expressão “e a multa de mora” do § 1º, uma vez que sua exigência é questionável, à luz do disposto no art. 44, § 5º, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964;

(iii) Inclusão da expressão “incidindo sobre cada parcela a pagar os juros de mora previstos neste artigo” no § 2º, para assegurar que o pagamento devido após o vencimento recaia também sobre cada uma das parcelas em atraso;

(IV) Acréscimo, no inciso II, da expressão “na forma do inciso I” e substituição da expressão “do vencimento da obrigação” por “do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento”, evitando possível ambigüidade de interpretação.

A proposição é meritória e aperfeiçoa o art. 37 da Lei nº 10.522, de 2002, tornando-a mais eficaz para atingir seus objetivos. As alterações propostas resguardam o interesse do Erário e evitam eventuais prejuízos decorrentes de interpretações dúbias ou restritas da norma legal, facilitando a recuperação dos créditos em atraso e a preservação dos créditos em atraso e a preservação de seu valor monetário.

III – Voto

Tendo em vista o exposto, manifesto-me pela aprovação do PLC nº 28, de 2008.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICO
PROJETO DE LEI CÂMARA Nº 28, DE 200
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:

RELATOR(A):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESARENKO (PR)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Maioria (PMDB)

ROMERO JUCA	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
SILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
BERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMI R SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
CÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
ALEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
ASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
SIM ARGELLO	2-

PDT

OSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
------------	-------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 4.595. DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

Art. 44. As infrações aos dispositivos desta lei sujeitam as instituições financeiras, seus diretores, membros de conselhos administrativos, fiscais e semelhantes, e gerentes, às seguintes penalidades, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente:

§ 1º A pena de advertência será aplicada pela inobservância das disposições constantes da legislação em vigor, ressalvadas as sanções nela previstas, sendo cabível também nos casos de fornecimento de informações inexatas, de escrituração mantida em atraso ou processada em desacordo com as normas expedidas de conformidade com o art. 4º, inciso XII, desta lei.

§ 2º As multas serão aplicadas até 200 (duzentas) vezes o maior salário-mínimo vigente no País, sempre que as instituições financeiras, por negligência ou dolo:

a) advertidas por irregularidades que tenham sido praticadas, deixarem de saná-las no prazo que lhes for assinalado pelo Banco Central da República do Brasil;

b) infringirem as disposições desta lei relativas ao capital, fundos de reserva, encaixe, recolhimentos compulsórios, taxa de fiscalização, serviços e operações, não atendimento ao disposto nos arts. 27 e 33, inclusive as vedadas nos arts. 34 (incisos II a V), 35 a 40 desta lei, e abusos de concorrência (art. 18, § 2º):

c) opuserem embaraço à fiscalização do Banco Central da República do Brasil.

§ 5º As penas referidas nos incisos II, III e IV deste artigo serão aplicadas pelo Banco Central da República do Brasil admitido recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho Monetário Nacional, interposto dentro de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

PARECER Nº 1.149, DE 2008

Da Comissão de Assuntos Econômicos sobre o Aviso nº 101, de 2007 (nº 1.693/2007, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, que encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), proferido nos autos do processo TC nº 007.444/2001-7, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia

sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB, acerca das obras civis e do fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo.

Relator: Senador **Antonio Carlos Valadares**

Relator: **Ad Hoc**: Senador **Inácio Arruda**

O Aviso nº 101, de 2007 (Aviso nº 1.693, de 2007, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450/2007, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram, proferido nos autos do processo TC nº 007.444/2001-7, instaurado para apurar possíveis irregularidades na Concorrência nº 04/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A – TRENSURB, tendo por objeto as obras civis e o fornecimento de sistemas para a extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo.

Nos termos do mencionado Acórdão, adotado na Sessão Ordinária do Plenário de 21 de novembro de 2007, os Ministros do TCU deliberaram no sentido de dar provimento aos Embargos de Declaração opostos pelo Consórcio Novavia, vencedor da licitação sob análise, contra o Acórdão nº 1.704/2007, proferido três meses antes, *bem como dar ciência* dessa decisão a diversas autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo, entre elas o Presidente do Senado Federal.

No mérito, a decisão agora adotada dá nova redação ao Acórdão nº 1.704/2007, que havia determinado à Trensurb a adoção dos “procedimentos necessários à anulação da Concorrência nº 04/2001, por infringência aos arts. 6º, inciso IX; 7º § 2º, inciso II, e § 4º; 40, inciso II; 43, inciso IV, todos da Lei 8.666/93”.

Na redação reformulada, o TCU passa a determinar à Trensurb que “dê prosseguimento à licitação objeto do Edital de Concorrência nº 04/2001 após proceder ao seu saneamento, em caráter excepcional, conforme assumido na Proposta da Negociação com o Consórcio Novavia”, documento que, por sua vez, passou a fazer parte do próprio Acórdão.

Em síntese, a Trensurb e o consórcio vencedor deverão, no prazo improrrogável de trinta dias, a contar da notificação do Acórdão, adequar o orçamento-base da mencionada concorrência para assegurar a realização de diversos serviços sem acréscimo de valor, assim como promover expressiva redução de determinados custos e do próprio BDI (Benefício e Despesas Indiretas) originalmente proposto. As medidas acordadas ensejarão a economia de R\$28,9 milhões (vinte e oito milhões e novecentos mil reais) em relação à proposta original, cujo valor total será reduzido para R\$323,9 milhões (trezentos e vinte e três milhões e novecentos mil reais).

Ao lado dessas decisões, o TCU determina à Trensurb a adoção de diversas medidas de aprimoramento a serem adotadas nos próximos procedimentos licitatórios, assim como sugere ao Congresso Nacional que aprove, na revisão legislativa da norma de regência das licitações públicas, dispositivo no sentido de exigir a prévia elaboração de Projeto Executivo – e não apenas de Projeto Básico, como atualmente se requer – para a contratação de obras de maior vulto, sem re-

duzir, para as demais obras, as exigências quanto ao Projeto Básico já presentes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Em face do exposto, concluo no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria, procedendo-se em seguida ao arquivamento do processado.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2008.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
AVISO Nº 101, DE 2007 (Nº 1.693, DE 2007, NA ORIGEM)
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11/11/08, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Alvaro Dias* - SENADOR DO PARTEIDO DA REPUBLICA - PRESIDENTE DO COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

RELATOR(A): *João Vicente Claudino* - SENADOR DO PARTEIDO DA REPUBLICA - RELATOR "AD HOC"

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB e PP)

EDUARDO SUPLICY (PT)	1-FLÁVIO ARNS (PT)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	2- IDELI SALVATTI (PT)
DELCEÍDIO AMARAL (PT)	3- MARINA SILVA (PT)
ALOIZIO MERCADANTE (PT)	4- MARCELO CRIVELLA (PRB)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	5- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	6- PATRÍCIA SABOYA GOMES (PDT)
SERYS SLHESSARENKO (PT)	7- ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)
	8- CÉSAR BORGES (PR)

Matéria (PMDB)

ROMERO JUCÁ	1-VALTER PEREIRA
VALDIR RAUPP	2-ROSEANA SARNEY
PEDRO SIMON	3-WELLINGTON SALGADO
MÃO SANTA	4-LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	5-EDISON LOBÃO FILHO
NEUTO DE CONTO	6-PAULO DUQUE
GERSON CAMATA	7-JARBAS VASCONCELOS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)

ADELMIR SANTANA (DEM)	1-GILBERTO GOELLNER (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	2-ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM)
ELISEU RESENDE (DEM)	3-DEMÓSTENES TORRES (DEM)
JAYME CAMPOS (DEM)	4-ROSALBA CIARLINI (DEM)
KÁTIA ABREU (DEM)	5-MARCO MACIEL (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	6-ROMEU TUMA (PTB)
CÍCERO LUCENA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	8-EDUARDO AZEREDO (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB)	9-MARCONI PERILLO (PSDB)
FASSO JEREISSATI (PSDB)	10-JOÃO TENÓRIO (PSDB)

PTB

JOÃO VICENTE CLAUDINO	1-SÉRGIO ZAMBIASI
SIM ARGELLO	2-

PDT

JOSMAR DIAS	1-JEFFERSON PRAIA
-------------	-------------------

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Os pareceres lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Foi encaminhado à publicação o **Parecer nº 1.148, de 2008**, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008** (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências* (disciplina os encargos financeiros incidentes sobre créditos do Banco Central).

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Com relação ao **Parecer nº 1.149, de 2008, referente ao Aviso nº 101, de 2007**, da Comissão de Assuntos Econômicos, a Presidência, em observância às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que, conforme acordo de lideranças, a deliberação da pauta de hoje fica transferida para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

São os seguintes os itens transferidos:

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 27, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil – BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei*

no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da Susep, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira e SIDE; altera as Leis nºs 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nºs 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 440, de 2008).

Parecer sob nº 1.047, de 2008, de Plenário, Relator-revisor: Senador Valdir Raupp, favorável ao Projeto de Lei de Conversão e aos destaques para votação em separado das Emendas nºs 43, 47, 62, 120, 176, 177, 272, 280, 301, 415, 431, 515, 571 e 572.

(Sobrestando a pauta a partir de: 13.10.2008)

Prazo final prorrogado: 5.2.2009

2

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 28, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2008, que *dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria, de que trata o art. 2º da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Tecnologia Militar, de que trata a Lei nº 9.657, de 3 de junho de 1998, dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo – Grupo DACTA, de que trata a Lei nº 10.551, de 13 de novembro de 2002, dos empregos públi-*

cos do Quadro de Pessoal do Hospital das Forças Armadas – HFA, de que trata a Lei nº 10.225, de 15 de maio de 2001, da Carreira de Supervisor Médico-Pericial, de que trata a Lei nº 9.620, de 2 de abril de 1998, das Carreiras da Área de Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei nº 8.691, de 28 de julho de 1993, do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, de que trata a Lei nº 11.171, de 2 de setembro de 2005, da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei nº 10.483, de 3 de julho de 2002, da Carreira Previdenciária, de que trata a Lei nº 10.355, de 26 de dezembro de 2001, dos Policiais e Bombeiros Militares dos Ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal, de que trata a Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, do Plano Especial de Cargos da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano Especial de Cargos da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Classificação de Cargos, de que trata a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, do Quadro de Pessoal da Imprensa Nacional, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU, de que trata a Lei nº 11.095, de 13 de janeiro de 2005, das Carreiras da área de Meio Ambiente, de que trata a Lei nº 10.410, de 11 de janeiro de 2002, do Plano Especial de Cargos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do FNDE, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do INEP, de que trata a Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006, dos Juizes do Tribunal Marítimo, de que trata a Lei nº 11.319, de 6 de julho de 2006, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, do Plano de Carreiras e Cargos

do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, da Carreira do Seguro Social, de que trata a Lei nº 10.855, de 1º de abril de 2004, das Carreiras e do Plano Especial de Cargos do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, de que trata a Lei nº 11.046, de 27 de dezembro de 2004, do Quadro de Pessoal da AGU, de que trata a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, da Tabela de Vencimentos e da Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004, da Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Fiscalização Agropecuária – GDATFA, de que trata a Lei nº 10.484, de 3 de julho de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Perito Federal Agrário – GDAPA, de que trata a Lei nº 10.550, de 13 de novembro de 2002, da Gratificação de Desempenho de Atividade de Reforma Agrária – GDARA, de que trata a Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005, da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho – GDPST, de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras e Planos Especiais de Cargos das Agências Reguladoras, de que tratam as Leis nºs 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.882, de 9 de junho de 2004, e 11.357, de 19 de outubro de 2006, da Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE, de que trata a Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; dispõe sobre a instituição da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos – GEPR, da Gratificação Específica, da Gratificação do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática – GSISP, da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo – GAEG e do Adicional por Plantão Hospitalar; dispõe sobre a remuneração dos beneficiados pela Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994; dispõe sobre a estruturação

da Carreira de Médico Perito Previdenciário, no âmbito do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, do Plano de Carreiras e Cargos do Instituto Evandro Chagas e do Centro Nacional de Primatas e do Plano Especial de Cargos do Ministério da Fazenda; reestrutura a Carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a nº Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003; cria as Carreiras de Especialista em Assistência Penitenciária e de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária; altera as Leis nºs 9.657, de 3 de junho de 1998, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.225, de 15 de maio de 2001, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 8.691, de 28 de julho de 1993, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 10.483, de 3 de julho de 2002, 10.355, de 26 de dezembro de 2001, 11.356, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006, 11.090, de 7 de janeiro de 2005, 11.095, de 13 de janeiro de 2005, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 10.855, de 1º de abril de 2004, 11.046, de 27 de dezembro de 2004, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.883, de 16 de junho de 2004, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.550, de 13 de novembro de 2002, 10.871, de 20 de maio de 2004, 10.768, de 19 de novembro de 2003, 10.882, de 9 de junho de 2004, 11.526, de 4 de outubro de 2007; revoga dispositivos das Leis nºs 8.829, de 22 de dezembro de 1993, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.657, de 3 de junho de 1998, 10.479, de 28 de junho de 2002, 10.484, de 3 de julho de 2002, 10.551, de 13 de novembro de 2002, 10.882, de 9 de junho de 2004, 10.907, de 15 de julho de 2004, 10.046, de 27 de dezembro de 2004, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.319, de 6 de julho de 2006, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 11.357, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 441, de 2008).

3

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 29, DE 2008

(Proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 29, de 2008, que dispõe

sobre as operações de redesconto pelo Banco Central do Brasil, autoriza a emissão da Letra de Arrendamento Mercantil – LAM, altera a Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974, e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 442, de 2008).

Relator revisor: Senador Francisco Dornelles

(Sobrestando a pauta a partir de: 20.11.2008)

Prazo final: 4.12.2008

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 130, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 375 do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2008 (nº 3.452/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, sobre a criação de cargos de Analista Técnico e de Agente Executivo da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, sobre a transformação de cargos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, altera o Anexo I da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004, para adaptar os quantitativos de cargos da ANVISA, a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infra-Estrutura e sobre o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infra-Estrutura Sênior, e altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007, para prever a fórmula de pagamento de cargo em comissão ocupado por militar, e a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 270, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 270, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.125, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Francisco Dornelles), que aprova a programação monetária relativa ao quarto trimestre de 2008.

6

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 30, DE 2008***(Proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 30, de 2008, que *autoriza o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal a constituírem subsidiárias e a adquirirem participação em instituições financeiras sediadas no Brasil; altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.865, de 30 de abril de 2004, e 11.774, de 17 de setembro de 2008; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 443, de 2008).*

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 6.12.2008)

Prazo final: 20.12.2008

7

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2008

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º da Constituição Federal.)

Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2008 (nº 2.105/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Regime de Tributação Unificada – RTU na importação, por via terrestre, de mercadorias procedentes do Paraguai; e altera as Leis nºs 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e 10.833, de 29 de dezembro de 2003 (Projeto do Sa-coleiro).*

O PLC nº 27, de 2008, tramitou em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), de 24/03 a 01/07/08, quando foi aprovada a Mensagem nº 460, de 2008, de retirada da urgência.

O prazo de apresentação de emendas, nos termos do art. 375, I, do Regimento Interno, transcorreu no período de 25 a 31/03/08.

A matéria volta a tramitar em regime de urgência constitucional (art. 64, § 1º – CF), nos termos da Mensagem nº 200, de 2008, do Presidente da República, lida em 6/10/2008.

(Sobrestando a pauta a partir de 21/11/2008)

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 29, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Lúcia Vânia, que dá nova redação ao art. 193 da Constituição Federal (que trata da ordem social).

Parecer favorável, sob nº 156, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Tasso Jereissati.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 5, DE 2005**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2005, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, que altera o artigo 45 da Constituição para conceder ao brasileiro residente no exterior o direito de votar nas eleições.

Parecer sob nº 1.037, de 2006, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 38, DE 2004**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Cabral, que altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 1.058, de 2006, e 1.185, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), contrário.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 50, DE 2006**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Paim, que inclui o art. 50A e altera os arts. 52, 55 e 66, da Constituição Federal, para estabelecer o voto aberto nos casos em que menciona, terminando com o voto secreto do parlamentar.

Pareceres sob nºs 816 e 1.186, de 2007 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta) Relator: Senador Tasso Jereissati, favorável; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 1, de Plenário) Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com Subemenda, que oferece.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que altera o § 2º do art. 55 da Constituição Federal (determina o voto aberto para a perda de mandato de Deputados e Senadores).

Pareceres sob nºs 817 e 1.187, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, – 1º pronunciamento: (sobre a Proposta), Relator: Senador Tasso Jereissati, favo-

rável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; – 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro, favorável parcialmente, com Subemenda, que apresenta.

14

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2007 (nº 6.645/2006, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 175 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, e dá nova redação ao art. 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, que organiza a Justiça Federal de 1ª (primeira) instância, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 994, de 2007, e 383, de 2008, das Comissões

– Diretora, Relator: Senador Álvaro Dias, oferecendo a redação do vencido; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon (sobre as Emendas nºs 1 a 5, de Plenário), favorável, nos termos de Subemendas que apresenta.

15

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

16

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 20, DE 1999**

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999,

tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

Parecer sob nº 478, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1999, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e pela rejeição das demais matérias que tramitam em conjunto, com votos contrários dos Senadores Sibá Machado, Eduardo Suplicy, Epitácio Cafeteira, Antônio Carlos Valadares, Pedro Simon, Romero Jucá, e das Senadoras Serys Slhessarenko, Lúcia Vânia e, em separado, do Senador Aloizio Mercadante e da Senadora Patrícia Saboya.

17

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 18, DE 1999

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 1999, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera a redação do art. 228 da Constituição Federal.*

18

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 3, DE 2001

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 26, de 2002; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2001, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que *altera o art. 228 da Constituição Federal, reduzindo para dezesseis anos a idade para imputabilidade penal.*

19

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 26, DE 2002

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 90, de 2003; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 26, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Íris Rezende, que *altera o art. 228*

da Constituição Federal, para reduzir a idade prevista para a imputabilidade penal, nas condições que estabelece.

20

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 90, DE 2003

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 9, de 2004)

Proposta de Emenda à Constituição nº 90, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Magno Malta, que inclui parágrafo único no art. 228, da Constituição Federal, para considerar penalmente imputáveis os maiores de treze anos que tenham praticado crimes definidos como hediondos.

21

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 9, DE 2004

(Tramitando em conjunto com as Propostas de Emenda à Constituição nºs 18 e 20, de 1999; 3, de 2001; 26, de 2002; e 90, de 2003)

Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Papaléo Paes, que *acrescenta parágrafo ao art. 228 da Constituição Federal, para determinar a imputabilidade penal quando o menor apresentar idade psicológica igual ou superior a dezoito anos.*

22

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 6, DE 2003

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003 (nº 2.820/2000, na Casa de origem), que *altera os arts. 47 e 56 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 (dispõe sobre a administração e o conselho fiscal das sociedades cooperativas).*

Parecer sob nº 95, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2003 (nº

5.657/2001, na Casa de origem), que *acrescenta dispositivo à Lei n.º 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. (prescrição em cinco anos de ação de prestação de contas do advogado para o seu cliente, ou de terceiros por conta dele).*

Parecer favorável, sob nº 1.162, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 75, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2004 (nº 1.071/2003, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 10.334, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a obrigatoriedade de fabricação e comercialização de lâmpadas incandescentes para uso em tensões de valor igual ou superior ao da tensão nominal da rede de distribuição, e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 87, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Delcídio Amaral.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 103, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2005 (nº 45/99, na Casa de origem), que *veda a exigência de carta de fiança aos candidatos a empregos regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.*

Parecer sob nº 198, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 1, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2006 (nº 1.696/2003, na Casa de origem), que *altera o § 2º do art. 12 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde (acrescenta o planejamento familiar nos casos de cobertura*

dos planos ou seguros privados de assistência à saúde).

Parecer favorável, sob nº 145, de 2007, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 2, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2006 (nº 1.984/2003, na Casa de origem), que *altera o inciso XIII do caput do art. 7º da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 (inclui as normas técnicas como obras protegidas pela legislação dos direitos autorais).*

Parecer favorável, sob nº 376, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Roberto Saturnino.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 4, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2006 (nº 4.730/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação aos arts. 830 e 895 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (dispõe sobre a autenticidade de peças oferecidas para prova no processo trabalhista e sobre o cabimento de recurso ordinário para instância superior).*

Parecer favorável, sob nº 697, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2006 (nº 2.822/2003, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a boa-fé nas relações de trabalho.*

Parecer sob nº 542, de 2006, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 27, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 27, de 2006 (nº 819/2003, na Casa de origem), que *denomina “Rodovia Ministro Alfredo Nasser” a rodovia BR-174, entre a cidade de Cáceres-MT e a fronteira com a Venezuela.*

Parecer sob nº 1.175, de 2006, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável com a Emenda nº 1-CE, que oferece.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2006 (nº 922/2003, na Casa de origem), que *denomina “Aeroporto Internacional de Macapá/AP – Alberto Alcolumbre”, o aeroporto da cidade de Macapá, Estado do Amapá.*

Parecer favorável, sob nº 883, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Geovani Borges.

32

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 208, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 208, de 2008 (nº 518/2008, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Espanha sobre Reconhecimento Recíproco de Carteiros de Habilitação, assinado em Madri, em 17 de setembro de 2007.*

Parecer favorável, sob nº 1.039, de 2008, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador César Borges.

33

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Desmanche, que *altera a redação*

do art. 126 da Lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os arts. 126-A e 126-B.

Parecer sob nº 1.045, de 2008, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Moraes, oferecendo a redação do vencido, para o segundo turno regimental.

34

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 30, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que *acrescenta artigos à Lei nº 8.078/90 – Código do Consumidor, obrigando a comunicação prévia da inclusão do consumidor em cadastros, bancos de dados, fichas ou registros de inadimplentes, e obrigando os fornecedores de bens e serviços a fixar data e turno para a entrega de bens e prestação de serviços.*

Parecer sob nº 288, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Gerson Camata, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CMA, e subemenda que apresenta; e contrário ao Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, que tramita em conjunto.

35

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 306, DE 2003

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2003)
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 6, de 2007.)

Projeto de Lei do Senado nº 306, de 2003, de autoria do Senador Valmir Amaral, que acrescenta artigo à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), tipificando como crime a manutenção de informações negativas sobre consumidor em cadastros, banco de dados, fichas ou registros por período superior a cinco anos.

36

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 7, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 169, de 2005, de autoria do Senador Paulo Paim, que *altera dispositivo da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*.

Parecer sob nº 459, de 2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

37

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

38

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 9, de 2007)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2007, de autoria do Senador Flávio Arns, que *acrescenta parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 para definir condições de qualidade da oferta de educação escolar para crianças de cinco e seis anos de idade*.

Parecer sob nº 874, de 2007, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Wilson Matos, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

39

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 32, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, para introduzir critérios relacionados com as mudanças climáticas globais no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos com horizonte de operação superior a vinte e cinco anos*.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 33, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 33, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que dispõe sobre a Redução Certificada de Emissão (RCE) (unidade padrão de redução de emissão de gases de efeito estufa).

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 34, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 34, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *dispõe sobre a concessão de subvenção à implementação de Servidão Florestal, de Reserva Particular do Patrimônio Natural e de reserva legal, e sobre a possibilidade de recebimento da subvenção na forma de abatimento de dívidas de crédito rural.*

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2008

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2008, de iniciativa da Comissão Mista Especial sobre Mudanças Climáticas, que *altera dispositivo da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para viabilizar o acesso, ao Sistema Elétrico Interligado Nacional, dos autoprodutores de energia elétrica.*

44

PARECER Nº 106, DE 2008

Discussão, em turno único, do Parecer nº 106, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, concluindo favoravelmente à Indicação nº 2, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, que sugere à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, por seu intermédio, à Subcomissão de Trabalho Escravo, para analisar todas as matérias que tratem do tema e que se encontrem em tramitação na Casa.

45

REQUERIMENTO Nº 778, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 778, de 2007, iniciativa da Senadora Kátia Abreu, solicitando a remessa do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, uma vez que o prazo na Comissão de Assuntos

Econômicos encontra-se esgotado. (Fixação e ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade).

46

REQUERIMENTO Nº 914, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 914, de 2007, do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Assuntos Econômicos ao Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2007, uma vez que o prazo naquela Comissão já se encontra esgotado. (Gestão de florestas públicas; institui o Serviço Florestal Brasileiro na estrutura do Ministério do Meio Ambiente)

47

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.230, de 2007, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de censura ao juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, da 1ª Vara Criminal e de Menores de Sete Lagoas – MG, pela falta de ética e compromisso moral ao rejeitar pedidos de medidas cautelares contra homens que agrediram ou ameaçaram suas companheiras.

Parecer favorável, sob nº 618, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Pedro Simon.

48

REQUERIMENTO Nº 847, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 847, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Senador Eduardo Azeredo, em razão de correspondência por ele recebida, subscrita pelo Sr. Marco Aurélio Garcia, Assessor Especial de Política Externa do Presidente da República, relativa ao pronunciamento do Senador na sessão do Senado no último dia 11 de junho, sobre a mudança de opinião do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, em relação às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

49

REQUERIMENTO Nº 877, DE 2008

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 877, de 2008, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de congratulação ao governo colombiano, aos familiares e ao povo colombiano pela libertação da ex-senadora e ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt, de onze militares colombianos e três soldados americanos, que estavam em poder das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), e que este acontecimento seja utilizado como marco para o estabelecimento de um processo de paz e resolução pacífica do conflito armado vivenciado pelo país irmão.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Está encerrada a Ordem do Dia.

Convidamos para usar da palavra o Senador Cristovam Buarque. Ele representa o Distrito Federal e o Partido Democrático Trabalhista.

V. Ex^a, professor, Senador Cristovam Buarque, poderá usar da tribuna pelo tempo que achar conveniente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Mas usarei por pouco tempo, Senador, porque há outros inscritos esperando e porque o tema que eu quero falar ainda vai precisar que eu volte aqui muitas vezes.

É apenas para dar duas indicações e fazer um apelo: a primeira indicação, Senador Wellington, é comunicar que, ontem, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Educação, nos reunimos, os que constituem a Frente Parlamentar em Defesa do Piso Salarial Nacional do Professor.

Três quartos dos Parlamentares, tanto do Senado como da Câmara, assinaram fazer parte dessa Frente; quase todos os Senadores e um bom número de Deputados. Talvez seja a maior de todas as frentes que já tivemos no Congresso brasileiro, um conjunto substancial da liderança brasileira, um número substancial dos eleitores brasileiros por trás desses Parlamentares que apóiam a necessidade de o Brasil ter um piso nacional para os professores e se revoltam e lutam para impedir que a vontade de cinco Governadores se imponha a todo o País, impedindo que a lei entre em vigor.

Esses Governadores, como é sabido de todos, entraram no Supremo Tribunal pedindo que a lei fosse

declarada inconstitucional, ou seja, eles querem usar a nossa Constituição como um instrumento de impedimento para que os professores do Brasil tenham um piso salarial.

O segundo ponto é que, ontem, representantes dessa Bancada, dessa frente – e eu participei desse grupo, a Senadora Ideli, a Senadora Fátima Cleide, a Deputada Fátima Bezerra – fomos ao Ministro do Supremo que está com o projeto para dar o seu parecer.

O Ministro Joaquim Barbosa nos recebeu de uma maneira muito cortês, obviamente, como todo juiz, comportou-se com a neutralidade que o assunto exige, disse que vai dar o seu parecer em breve, dentro de mais uma ou duas semanas. Disse-nos ainda que vamos ter a possibilidade de – esperamos; ele não se comprometeu, obviamente – ter o piso salarial na prática, efetivo, a partir de janeiro do próximo ano, dentro do escalonamento que a lei permite. Não vai ser de uma vez. O valor de R\$950 entrará em vigor no ano de 2010.

O Ministro nos disse que amanhã, sexta-feira, ele receberá os cinco governadores para ouvir o que eles têm a dizer. Convidou-nos, a Frente, para que estivéssemos presentes e fizéssemos um debate diante dele. Os outros Parlamentares não estarão em Brasília e eu, sinceramente, considero que é melhor que os governadores conversem isoladamente com o Ministro do Supremo. Não creio que seria bom estar nesse debate na frente do Ministro, eu e os cinco governadores do outro lado, como eles estão marcados para vir.

Entretanto, daqui peço, caso algum assessor desses governadores estiver escutando, para que amanhã, em vez de tentarem continuar e convencer o Ministro do Supremo de que essa lei é inconstitucional, retirem o pedido de inconstitucionalidade que apresentaram, que eles percebiam que não é possível que a Constituição seja usada para impedir que os professores tenham piso nacional. O argumento de que os Estados são independentes é falho, porque os nossos Estados pertencem a uma Nação. Eles não são repúblicas independentes. Cada um dos Estados é parte de um todo chamado Brasil. Como eles podem se recusar a aplicar uma lei que foi aprovada depois de cinco anos de debate, que teve unanimidade das duas Casas, que passou pelas Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara dos Deputados, que ouviu os Secretários de Educação de todos os Estados, que convidou os Governadores, embora tenha vindo apenas o Governador Wellington, do Piauí, para participar, nenhum outro? Como agora podem pedir que essa lei seja declarada inconstitucional?

Não resiste ao espírito de patriotismo nacional dizer que essa lei é inconstitucional. É negar a unidade

nacional, é negar a união da Nação, é negar a República dizer que cada Estado é independente a pagar mal seus professores.

Se o argumento fosse falta de recursos, a análise seria diferente. Aí não é inconstitucionalidade, mas impossibilidade de pagar. Vamos analisar, mas quando a gente analisa esses Estados, temos de chegar à conclusão óbvia de que não é possível que eles não possam pagar, se são os Estados mais ricos da Federação brasileira.

Como não podem pagar Estados como Paraná, Rio Grande do Sul, se Estados como Acre, como Pernambuco, como Piauí, como Alagoas estão pagando o piso salarial, estão predispostos a pagar o piso salarial? Como é possível isso?

Mas vamos supor que, por um descalabro completo das finanças públicas nesses Estados – eles são ricos, mas os Estados são pobres. Isto pode acontecer: a economia é rica, mas a administração pública é pobre. Vamos supor que estes são Estados em descalabro, que não são capazes de transformar a riqueza que o setor produtivo, que os trabalhadores e os empresários geram em recursos suficientes para que o Governo pague os seus professores. Suponhamos que seja verdade. Nesse caso, o que eles precisam fazer é vir aqui e pedir ao Governo Federal uma ajuda. Tenham modéstia!

Os Estados pobres do Nordeste têm modéstia para vir aqui pedir dinheiro do chamado Fundeb, o Fundo para o Desenvolvimento da Educação de Base. Que esses Estados riquíssimos venham, modestamente, pedir recursos ao Presidente da República e ao Ministro da Educação.

Na solenidade em que lançamos a nossa Frente Parlamentar de Defesa do Piso, o próprio Ministro Fernando Haddad fez um belo discurso e deixou claro que o Governo Federal está disposto a analisar como ajudar os Estados. E disse mais: um dos artigos da lei do piso prevê a possibilidade de os Estados apelarem para receberem recursos da União, de maneira a cobrir o justo e legal – legal – piso salarial dos professores.

Mas vamos supor que eles não venham aqui ou que eles venham e o Governo Federal não dê o dinheiro. Nesse caso, eles deviam ter a dimensão do problema e dizer ao Presidente: “Presidente, as escolas são suas. Administre-as”.

Está aí, o Governador de São Paulo acaba de entregar a Caixa Econômica do Estado, a Nossa Caixa, ao Governo Federal. E o Governo Federal colocou quatro bilhões, segundo dizem os jornais, para comprar essa Caixa. Por que, quando se trata de banco, quando se trata de instituição financeira, há dinheiro suficiente para cobrir as instituições que estão entrando

em falência e, quando o que está entrando em falência são as escolas, não há dinheiro? Qual é a lógica disso, Senador Wellington?

Se os Governadores não podem pagar, não peçam a inconstitucionalidade; deixem que outros Governadores paguem. Não cometam esse crime – eu volto a dizer a palavra –, esse crime contra a Nação brasileira! Entreguem as escolas ao Governo Federal. Federalizemos as escolas que, aliás, é o que vai acontecer. Não, agora com esse piso de R\$950,00, mas quando esse piso for R\$4 mil, quando a gente quiser fazer uma Carreira Nacional do Magistério. Aí, teremos de federalizar. Federalizemos antes do tempo, se é o caso.

Para isso, é preciso – e eu concluo deixando o meu apelo – que, amanhã, os Governadores, quando forem conversar com os ministros... E eu não vou poder ir, não só porque não acho conveniente, mas também porque eu tenho um convite, Senador Mão Santa, para estar no Piauí amanhã fazendo palestras. Eu vou para Teresina, não poderei estar aqui nesse encontro com os Governadores. Eu também acho que não seria tão construtivo assim. Eu peço que eles, à vontade, junto com o Ministro, peçam a retirada dessa tal de Adin, Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Fica aqui, portanto, Presidente Mão Santa, os meus dois avisos: o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Piso Nacional do Salário dos Professores, com $\frac{3}{4}$ dos membros do Parlamento fazendo parte, que, tenho certeza, muitos ainda vão assinar, e também o aviso de que tivemos esse encontro com o Ministro, que foi muito simpático e disse que vai dar a sua resposta num prazo bastante curto.

Finalmente, o apelo que eu faço aos cinco Governadores – do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, três Estados riquíssimos, do Mato Grosso do Sul, um Estado rico, e do Ceará, que pode não ser um Estado rico, mas não está entre os mais pobres do Nordeste –, para que descubram um mínimo de sentimento patriótico que eles ainda tenham dentro deles, e digam: Nós queremos, sim, que o piso do salário dos professores seja nacional.

Nós reconhecemos que a nossa Constituição é capaz de conviver com a decência do piso nacional dos professores e precisamos de ajuda para cumprir a totalidade dos gastos adicionais que isso exige. Tenho certeza de que nós aqui no Senado estaremos prontos para colaborar e, pelo que vi do Ministro, ele também quer dar a ajuda que for preciso.

Era isso, Sr. Presidente. Eu agradeço a V. Ex^a o tempo e agradeço aos demais Senadores a paciência.

O SR. PRESIDENTE (PMDB – PI) – Ouvimos o brilhante e contundente pronunciamento do Senador Cristovam Buarque como professor. Amanhã, o Piauí receberá este grande prêmio, que é a presença de V. Ex^a. Na última vez em que V. Ex^a por lá andou, eu o acompanhei. Estava sendo inaugurado um sistema educacional a distância, o Educar, que funciona bem. V. Ex^a foi o patrono da inauguração.

Convido todos os piauienses para receberem aquele que simboliza um ícone da nossa educação, que é a esperança e a certeza de melhores dias para o Piauí e para o Brasil.

Convidamos para usar a palavra o Senador do Mato Grosso, do Partido Democratas, Gilberto Goellner. V. Ex^a, Senador Gilberto Goellner, poderá usar a tribuna pelo tempo que entender conveniente, em respeito à grandeza de seu Estado e a V. Ex^a, que representa brilhantemente o Mato Grosso nesta Casa, trazendo-nos saudades de Jonas Pinheiro.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, que, hoje, preside esta sessão do Senado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o assunto que nos traz aqui hoje é referente à suplementação de recursos para a agricultura e para a agropecuária dentro do Orçamento-Geral da União (OGU) do ano de 2009.

A crise do sistema financeiro americano atingiu, de forma drástica, o mundo todo, em setores dos mais diversos, de acordo com a economia de cada país. No Brasil, entre os setores atingidos, o agronegócio foi dos que mais se ressentiram, porque a crise veio com uma restrição de dinheiro muito grande, justamente quando nossos produtores rurais, já com problemas de receitas que se arrastavam de anos anteriores, viram-se frente a frente com uma recessão global na ocasião em que estão plantando uma nova safra, a de 2008/2009, e em que, mais do que nunca, precisam de recursos para financiar o custeio dessa safra.

A crise, cujas consequências se fizeram sentir rapidamente, provocou imediatamente um estancamento no crédito proveniente das empresas que adquirem os produtos agrícolas brasileiros, as famosas *tradings*, que não tiveram recursos para emprestar, os quais representavam perto de 70% do financiamento das safras todo ano. Isso criou um clima de incerteza e de intranquilidade entre os produtores rurais, tornando a próxima safra uma atividade de incertezas para o produtor.

Os produtores – que, agora, sem alternativa, estão plantando mesmo assim – não têm a menor idéia de quanto poderá ser sua margem de resultado líquido

nessa atividade ou se, com essa incerteza toda, terão prejuízo. Nessa safra, os custos de produção estão mais elevados do que em qualquer outra anterior.

É, portanto, momento de o Governo Federal se municiar de recursos para dar andamento aos instrumentos que se fizerem necessários, a fim de evitar que a crise no segmento agropecuário se agrave e provoque queda de renda na atual safra. Se isso acontecer, se seus resultados forem negativos, o que nos poderá esperar para a safra seguinte de 2009/2010? Vai faltar alimentos neste País, Sr. Presidente. Já há estudos que mostram uma queda significativa para o ano de 2010, para a safra de 2009/2010. Isso tudo se daria por falta de recursos e por falta de preços compatíveis com os custos de produção.

O eventual insucesso na atual safra agravará essa crise mais ainda no futuro. Isso afetará, sem dúvida, não somente a saúde financeira dos produtores rurais, mas também a da população consumidora e, por extensão, desequilibrará a economia brasileira.

Tudo isso é feito em cadeia. Os fornecedores, que se ressentem dos pagamentos; a economia toda das cidades do interior, que gira ao redor da agropecuária; aqueles segmentos que fazem os serviços, as oficinas mecânicas, o comércio das pequenas cidades, as faculdades, a educação, os colégios, tudo isso entra em recessão. Quando a agropecuária vai mal em Mato Grosso e em todos os Estados agrícolas brasileiros, toda a economia se ressentem e também sofre reflexo.

Por isso, reitero, com toda a ênfase, que os órgãos operacionais do Governo Federal devem não só se ater a destinar os recursos necessários para implementar os programas de apoio aos produtores rurais, mas, mais que tudo, devem garantir que esses recursos cheguem aos produtores sempre que deles os produtores necessitarem.

Sr. Presidente, foi sob esse enfoque apresentado, tomando por base esse cenário de certa forma inusitado que se nos apresenta, que preparei o relatório das emendas que a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal deverá propor ao Relator Setorial da Agricultura, Senador Neuto De Conto, e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral, Relator do Orçamento-Geral da União para 2009.

Assim, propusemos, e aquela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária desta Casa aprovou, uma suplementação de recursos orçamentários que se destinam:

1º) a reforçar as estruturas de assistência técnica para os produtores rurais que integram o segmento do programa chamado Agricultura Familiar – para esse Programa, a Comissão aprovou a suplementação de aproximadamen-

te 117% a mais dos recursos propostos pelo Governo Federal para aquele Programa;

2º) a dinamizar a estrutura oficial de pesquisa agropecuária para a realização de pesquisas e para o desenvolvimento de biologia avançada e suas aplicações no agronegócio, especificamente na Embrapa – essa última atividade, a biologia avançada e suas aplicações, é fundamental para possibilitar que os agricultores brasileiros disponham de tecnologias mais atualizadas, que possibilitem a eles o aumento da produtividade física de suas lavouras e a renda de suas atividades, podendo, assim, melhor competir com seus produtos no mercado internacional;

3º) a dar condições aos órgãos ambientais de criarem meios mais efetivos para promoverem a regularização fundiária de imóveis rurais, especialmente dos Estados mais carentes do País, que são os Estados amazônicos e os do Nordeste brasileiro, e de unidades de conservação federais, o que, na prática, promoverá uma maior conservação ambiental – se partirmos para uma regularização fundiária das pequenas propriedades, dos posseiros que existem por todo o País, vamos, sim, colaborar e viabilizar a conservação dos imóveis, a flora e a fauna existentes nesses imóveis rurais, e essa é uma ação prioritária não somente para a agricultura, como também para o meio ambiente;

4º) a implantar projetos de infra-estrutura em assentamentos rurais e o apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário para todo o País;

5º) a prevenir, a controlar e a erradicar pragas nos vegetais, complementando a emenda apresentada pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, que trata de forma específica da defesa da pecuária animal – a nossa emenda visa a colocar recursos para a defesa vegetal, de que tanto precisa o País, especialmente os Estados do Nordeste, que são grandes exportadores de frutas para o mundo todo, ou seja, a defesa vegetal e a inserção, no País, de barreiras econômicas baseadas em situações de falta de defesa, de controle de pragas e doenças de vegetais, de plantas no País, em todas as atividades de exportação, são muito necessárias, e, hoje, isso faz diferença para que o Brasil continue exportando, para que a balança comercial não sofra efeitos de continuidade para o ano de 2009;

6º) a reforçar o Programa de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, especialmente os programas da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) – isso diz respeito aos leilões, à compra de alguns produtos essenciais para equilibrar o mercado, como o milho, o arroz e o feijão, produtos estes que, diga-se de passagem, neste momento, estão com preços deflacionados, principalmente o milho.

Essa foi a sexta emenda que apresentamos para o Sub-Relator da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Concedo um aparte ao nobre Senador Jayme Campos, do nosso Estado do Mato Grosso.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Senador Gilberto, V. Ex^a tem um imenso cabedal de conhecimento, sobretudo por ser um homem da área do agronegócio no País, principalmente em Mato Grosso. Tenho certeza de que seu pronunciamento é muito importante na noite de hoje, para que o Brasil fique alerta ao que está acontecendo com o agronegócio brasileiro. Na verdade, os tecnocratas daqui, de Brasília, que ficam fechados nas salas com ar condicionado, não conhecem a realidade dos fatos. O agronegócio brasileiro contribuía, até então, com 33%, 34% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Todavia, ele não tem tido o tratamento que merece. Eu, particularmente, estou convencido de que, da maneira como a coisa vai caminhando, a cada dia que passa, lamentavelmente, nossos produtores estão se descapitalizando, suas economias estão sendo subtraídas, tendo em vista que o Governo Federal não tem dado o apoio necessário. V. Ex^a, no seu pronunciamento desta tarde, cobra providências do Governo Federal e diz das suas emendas, alocadas por intermédio da Subcomissão da Comissão de Agricultura, para as políticas relativas à questão de pesquisa, de extensão rural, e para as políticas relativas aos pequenos assentados no Brasil. Mas o que ocorre, a bem da verdade, é que o Orçamento do nosso País não é impositivo, mas, sim, é uma peça fictícia. Entendo, Senador Mozarildo, que é uma tapeação, a bem da verdade. Todos nós temos conhecimento de que, por exemplo, o Ministério dos Transportes tem R\$12 bilhões orçados neste ano. Todavia, não foram desembolsados, até o mês de novembro, nem 20% daquilo que está previsto. Então, é uma verdadeira enganação, tapeação, mentira. Muitas vezes, eu, como Senador, sinto-me ludibriado, enganado pelo Governo, que, lamentavelmente, não cumpre sua obrigação. Mas o que nos interessa, Senador Gilberto, é que façamos aqui uma verdadeira batalha, que travemos uma ver-

dadeira guerra, no sentido de que o Governo Federal dê tratamento diferenciado, sobretudo, para a Região Centro-Oeste do Brasil. A dívida hoje fundada pelos produtores do Paraná e do Rio Grande do Sul é bem diferenciada da nossa do Estado de Goiás e, sobretudo, da dívida do Mato Grosso. Lamentavelmente, vi, antes de ontem, na televisão, que alguns produtores do Mato Grosso já estão entregando suas máquinas por que não têm capacidade de pagamento. Hoje, por mais competentes que sejamos, com tecnologia para nossa produção, o agricultor é incapaz de pagar, ou seja, nosso custo de produção é muito maior do que aquilo que estamos recebendo pela produção. Senador Gilberto, V. Ex^a é conhecedor profundo dessas questões, até porque contribui sobremaneira com a geração de emprego e de renda no nosso Estado e no nosso País. Temos de ficar alertas e de fazer um alerta não só para os nossos Pares nesta Casa, mas, sobretudo, para o Governo Federal, para que este nos veja de outra maneira, como cidadãos que produzem, que constroem, que geram riqueza e emprego para nosso País; caso contrário, haverá um verdadeiro vendaval no campo.

Já se anuncia para o ano que vem, com certeza, a diminuição sobremaneira da geração de emprego nas nossas propriedades, ou seja, no agronegócio brasileiro, sobretudo em Mato Grosso. A última informação que tive é de que, apenas na área do plantio de algodão, será algo em torno de 10 mil empregos. Ou seja, vamos perder, tendo em vista que os nossos preços não são competitivos, os custos de fertilizantes e adubos realmente estão acima daquilo que esperávamos. Todavia, tenho certeza de que, com o empenho de V. Ex^a, com esse trabalho sério como membro da Comissão de Agricultura, sobretudo como porta-voz do agronegócio brasileiro nesta Casa, nós vamos sensibilizar o Governo Federal para que nos veja como aqueles que produzem, que geram riqueza, emprego para este País, que certamente precisa de uma grande produção, não só para o mercado interno, mas, sobretudo, para contribuir com a balança comercial. Parabéns pelo seu pronunciamento na tarde de hoje!

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Senador Jayme Campos, sua ênfase em relação à situação por que passa a agricultura mato-grossense, eu diria que está relacionada diretamente à falta de logística, à falta de estradas, como V. Ex^a bem colocou. O DNIT, o Ministério dos Transportes não conseguem aplicar por falta de projetos, por falta de adequação dos projetos ao meio ambiente. Existem burocracia e dificuldades, hoje, para se investir no País. E se o Governo, durante essa crise, não continuar investindo em obras essenciais, para que não pare o sistema logístico

brasileiro, para que se dê continuidade a todos os projetos programados, este País vai sofrer sobremaneira nos próximos anos. Em audiência pública que houve aqui na Casa, o Dr. Armínio Fraga e o Dr. Belluzzo já se pronunciaram com esta mesma vertente: o País não pode ressentir-se dos investimentos produtivos.

Agora, este País deve poupar, sim, em relação à manutenção da máquina. As despesas de Governo precisam diminuir. Porém, os investimentos produtivos e multiplicadores são essenciais, porque, hoje, não haveria essa crise. Por que os Estados do Sul estão próximos aos centros consumidores? Naturalmente porque eles remuneraram. Os produtores recebem preços remuneradores. Mas os Estados distantes 1.500, 2.000 quilômetros dos centros consumidores se ressentem dessa competitividade.

Então, é mais um alerta que fazemos ao Governo, para que toda a logística programada se acelere. No entanto, pelo que se viu, o PAC está empacado. Não está conseguindo ser aplicado.

Senador Mozarildo, eu gostaria de ouvir sua opinião.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Meu caro Senador, V. Ex^a, como disse o Senador Jayme Campos, tem toda a autoridade para falar sobre o tema, pelo conhecimento, pelo seu envolvimento na área do agronegócio. Fico preocupado demais, quando vejo dois Senadores do Centro-Oeste – que, não tenha dúvida, é a região hoje com mais potencial e com mais capacidade de produção – falarem sobre o assunto. Por outro lado, quando a gente analisa esse conjunto do ecoterrorismo ou do terrorismo ambiental, implantado em nosso País, que não é deste Governo, mas que se acentuou e se aprofundou imensamente neste Governo, chegamos ao ponto, Senador, de observar que nossas cédulas, nosso dinheiro, o Real só tem bichos! Tanto na cédula de R\$1,00 quanto na de R\$100,00 só tem bichos! Não tem sequer, por exemplo – já que se quer homenagear a natureza –, pelo menos uma floresta, um cerrado; mas só bicho! Não tem um vulto histórico, não tem nada, nada. Um ecoterrorismo foi montado e se aprofunda; neste Governo, aprofundou-se de maneira violenta. Não leva em conta, por exemplo, investimento, como V. Ex^a disse, no setor produtivo. Prefere investir, por exemplo, na criação de 26 mil cargos comissionados; prefere financiar – porque é dinheiro dado de graça; financiamento a fundo perdido – ONGs picaretas, mas, investimento num setor sério, produtivo, nada. Quanto à questão do Orçamento impositivo, isso é outra coisa. O Senador Jayme Campos tem total razão. Quer dizer, fazemos uma peça que é de ficção! Estamos reclamando, reclamando e não mudamos. E não mudamos por quê?

Porque a matéria vai para a Câmara – nós já a mudamos aqui, no Senado –, e a Câmara não a aprova. A Câmara não a aprova será que é porque os Deputados não pensam no Brasil? Não. É porque o Governo não quer. O Governo tem maioria esmagadora na Câmara. Se o Governo quisesse aprovar o Orçamento impositivo para moralizar este País, ele o aprovaria em dois tempos. A mesma coisa é a questão do ritual que mudamos aqui, da tramitação das medidas provisórias. Está onde? Está lá na Câmara. Por que não é aprovado também? Porque o Governo não quer. A mesma coisa é a regulamentação da atuação das ONGs, que foi aprovada aqui, no Senado, em 2003. O Governo não quer que aprove. Agora, baixou medida provisória para tentar tapar o sol com a peneira. Então, quero dizer a V. Ex^a que lamento um País onde os produtores são taxados de vilões, destruidores da natureza etc., e os ecoterroristas, de salvadores da pátria. Temos que inverter essa situação e realmente defender, de maneira séria, nossos produtores, sejam pequenos – os familiares, os médios – ou grandes. O Brasil tem que ver que estamos entrando numa crise, e o setor produtivo é o que mais vai sofrer. Conseqüentemente, vai faltar emprego, vai faltar alimento. Então, o Governo tem que acordar e fazer um trabalho sério; não só socorrer instituições financeiras.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Muito bem, Senador Mozarildo. V. Ex^a bem sabe da sua luta aqui – todos sabemos – em relação à Raposa Serra do Sol; a dificuldade que hoje encontram os produtores do seu Estado. De uma hora para outra, depois de 20 anos de consolidar uma agricultura que produz o principal alimento brasileiro, que é o arroz, coloca-se uma reserva indígena em cima de uma área de produção de arroz.

Vejo que a solução definitiva é esperar a posição do Supremo Tribunal sobre a questão indígena da Raposa Serra do Sol, o que vai influir sobremaneira nas demais áreas que estão sendo demarcadas, áreas produtivas, áreas em produção, áreas privadas também do Estado de Mato Grosso, do Estado de Mato Grosso do Sul e de outros Estados.

É uma vergonha estarmos hoje questionando a retirada de áreas em produção para se colocar em áreas de abandono, quando este País dispõe de tantas áreas.

Sessenta e seis por cento do território nacional hoje é preservado. Isso é um exemplo mundial. Apenas 34% do território poderá ser utilizado; e ainda não foi. Não estamos utilizando nem 10% com área agrícola do País.

Então, Senador Mozarildo, até...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (PTB – RR) – Eu só queria fazer aduzir à explicação que V. Ex^a deu sobre a Raposa Serra do Sol: o local onde estão os seis arrozeiros, muito divulgados pela imprensa – é como se fosse um grupo homogêneo de índios contra seis arrozeiros –, é fora da reserva. A reserva foi expandida até atingir os arrozeiros. Mas, dentro da reserva, havia quatro cidades que estão sendo desocupadas. Os habitantes estão sendo expulsos. Nessa área, a Funai – não vou nem citar outra instituição – identificou 454 proprietários. Há alguns cujo bisavô foi para lá, o avô nasceu lá, o pai nasceu lá e que estão sendo expulsos. Então, não são só os seis arrozeiros, que são muito importantes para o Estado, mas também as 454 famílias que estão sendo excluídas, expulsas das suas terras – o que só se viu no tempo da Rússia e da Alemanha de Hitler. Espero, realmente, que o Supremo faça justiça e normatize. Aliás, V. Ex^a tocou no assunto: tento, desde 1999, aprovar uma emenda constitucional que normatize a demarcação de terras indígenas em unidades de conservação. A proposta é simples, estabelece apenas que, em cada Estado, podem ser demarcados, no máximo, até 30%. O Relator aumentou para 50%. Mesmo assim, os ecoterroristas não querem, e o Governo, portanto, não deixa.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Senador Mozarildo Cavalcanti, concluo em alguns minutos minha fala.

Reforço que essa emenda, de minha autoria, apresentada ao Orçamento Geral da União para sustentação e garantia dos preços de comercialização dos produtos agropecuários para 2009, aprovada pela Comissão de Agricultura desta Casa, vai prover um substancial reforço nos recursos financeiros, para que os preços agrícolas possam ser sustentados pelo Governo Federal e, bem assim, também a renda dos produtores rurais possa ser sustentada.

O importante é o seguinte: a agricultura é uma atividade de risco; a agricultura é uma atividade igual a outra atividade comercial. A diferença é que é uma indústria a céu aberto. Essa é a única diferença. E que também sofre com isso.

Na proposta original apresentada pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, não estavam contemplados recursos suficientes para custear essas operações, levando-se em conta as novas necessidades impostas pela crise internacional e a situação de dificuldades e de incertezas por que passam os produtores rurais brasileiros nesse momento.

Portanto, foi em função dessa situação que nós reforçamos e colocamos à apreciação do Relator-Geral o seguinte: de R\$1,5 bilhão que existia no Orçamento, passamos para R\$4 bilhões os valores destinados

ao OGU de 2009, para contemplar possíveis necessidades que o País terá para tranquilizar a produção de alimentos e viabilizar a continuidade da produção de alimentos neste País. Esse montante, como suplementar – e que já foi aprovado pela Comissão de Agricultura –, representa 166% a mais que o enviado pelo Governo Federal, e visa a assegurar a safra e a renda dos produtores das diferentes culturas dos produtos agrícolas brasileiros: o arroz, o feijão, o café, o milho, a soja, o trigo e o algodão. Todos esses produtos que tenham a base nos preços mínimos.

Sr. Presidente, ao fazer esse breve relato, nesta tribuna, sobre as emendas que apresentamos ao OGU, quero apelar ao Relator setorial da Agricultura, Senador Neuto de Conto, e ao Relator-Geral, Senador Delcídio Amaral, ambos parlamentares oriundos do segmento agropecuário – o Senador Neuto de Conto, de Santa Catarina e o Senador Delcídio Amaral, do Estado do Mato Grosso do Sul –, de Estados que têm economia agrícola muito forte, portanto, parlamentares comprometidos com seus Estados de origem, para que dêem especial atenção a essas emendas, com vistas a apenas assegurar, no Orçamento para 2009, os reforços para recursos para essas atividades e programas.

Estou convencido que esse reforço orçamentário complementar as medidas já adotadas pelo Governo Federal para dar mais segurança às atividades do segmento agropecuário de maneira mais eficaz, estruturando-o e, conseqüentemente, proporcionando reforços de recursos para a sociedade e o amparo para a economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo tempo que nos possibilitou tratar de um assunto dessa envergadura.

O Sr. Jayme Campos (DEM – MT) – Sr. Presidente, apenas para complementar, aproveitando a oportuna fala do Senador Gilberto. Acabaram de encaminhar a medida provisória do Fundo Soberano. São bilhões e bilhões de reais que permitirão ao Governo Federal comprar participação em bancos privados, se for necessário, e até mesmo fazer sociedade com empresas do setor da construção neste País. Ora, é uma injustiça que se comete neste exato momento: essa medida provisória, que dá a entender que tem dinheiro sobrando, não destinar também nesse Fundo Soberano parte para a agricultura brasileira. O Governo agora vai participar de sociedades com empresas do setor da construção, comprando participação, e, se for necessário, até de bancos privados. E, nesse caso, particularmente, acho que o Governo também teria de inserir nessa medida provisória do Fundo Soberano a nossa agricultura, para que tenha recursos do Banco do Brasil, naturalmente do próprio Governo Federal.

Hoje, como bem falou V. Ex^a, 70% são as *tradings* que financiam a nossa agricultura. Basta as *tradings* terem dificuldade de captar dinheiro no mercado internacional para acontecer o que está acontecendo hoje. Quem está plantando hoje em Mato Grosso, Estado do qual particularmente eu posso falar, está plantando com dificuldade. Alguns vendendo até a última bicicleta que têm no pátio de sua casa para comprar o óleo *diesel*, para comprar a semente, para comprar o fertilizante. Nesse caso, Senador Gilberto, nós, da bancada do Centro-Oeste, sobretudo de Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul, temos que ir ao Relator dessa matéria e fazer com que seja inserida nessa medida provisória parte desse recurso do Fundo Soberano para a agricultura brasileira. Caso contrário, com certeza, vai-se permitir apenas que se invista na compra de bancos privados, o que eu não sei se de fato tem necessidade, porque banqueiro neste País tem ganhado muito dinheiro, dinheiro que não é pouco, com resultados, em que pesem essas dificuldades, de três, quatro, cinco, seis, sete bilhões. E onde fica a agricultura brasileira? Então, acho que chegou o momento de procurarmos, com certeza, o Relator dessa matéria, que já se encontra aqui no Senado, e fazermos com que parte dos recursos dessa medida provisória do Fundo Soberano seja destinado também à agricultura brasileira. Muito obrigado, Senador.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Agradeço, mais uma vez, a V. Ex^a. Senador Jayme Campos, não podemos deixar que o agricultor brasileiro desanime. A situação de dificuldade é tão intensa que há um desânimo geral no campo, e isso em todos os Estados brasileiros. Então, idéias como a de V. Ex^a, de se colocar no Fundo Soberano um fundo de reserva para viabilizar a agricultura, que emprega milhões de pessoas, são bem-vindas. A agricultura não é como a indústria automobilística, que, quando demite, demite 500 mil pessoas. Como afirmou V. Ex^a, só a lavoura de algodão em Mato Grosso emprega mais de 10 mil pessoas. Hoje, já está programada a demissão imediata de mais cinco mil pessoas. Isso é dez vezes o que uma GM demite. Então, a dificuldade por que passa o setor é única e exclusivamente por falta de recurso. Não há recursos disponíveis para comprar insumos, para o custeio das atividades e para a tranquilidade dos fornecedores. Realmente, a idéia de V. Ex^a de se colocar no Fundo Soberano um fundo de reserva para contemplar esta Nação em 2009 é de extrema importância.

Agradeço-lhe, Presidente, a oportunidade que tivemos de apresentar esse pronunciamento para dar tranquilidade ao futuro dos produtores brasileiros.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Acabamos de ouvir as palavras do Senador Gilberto Goellner, mostrando suas preocupações com a agricultura, com a pecuária e com o agronegócio, não só do seu Estado, Mato Grosso, mas de todo o Brasil.

Veio à minha mente Franklin Delano Roosevelt, que, quando na presidência, num período como esse, numa depressão, ele se voltou ao campo e disse que se botasse um bico de luz em cada fazenda, e uma galinha em cada panela da fazenda, estaria salva a agropecuária dos Estados Unidos. E ele foi mais adiante, e deixou uma mensagem, Franklin Delano Roosevelt, que venceu uma depressão depois da guerra, a última depressão – a primeira foi na Primeira Guerra Mundial –, de que sou testemunho, da segunda depressão econômica que o mundo passou –, e ele disse: “As cidades poderão ser destruídas; elas ressurgirão do campo. Mas se o campo não for apoiado e for destruído, as cidades perecerão”.

Então, sintetizando isso, foi o que apontou aqui o extraordinário Senador Gilberto Goellner, que representa os interesses da nossa agricultura, da pecuária e do agronegócio, não só do seu Estado, mas de todo o Brasil.

Comemora-se o Dia da Consciência Negra, e quis Deus eu estar nesta Presidência, oportunidade que aproveito para fazer uma homenagem, entendendo – e sendo moderno como Darcy Ribeiro, que diz que não há mais raça indígena, raça negra e raça branca – que nós, a nossa raça brasileira, o povo brasileiro, no seu livro *O povo brasileiro*, é a miscigenação, é a mistura dessas três grandes raças. Aos índios, devemos o amor à natureza e a nossa coragem; à raça negra, devemos essa alegria, a musicalidade e a fidelidade; e aos brancos, a inspiração cristã e a organização burocrática governamental. Aí somos todos brasileiros.

Mas, como se comemora o Dia da Consciência Negra, eu queria fazer uma homenagem à raça negra

do Brasil, na pessoa de Antonio Francisco Da Costa e Silva, o poeta maior do Piauí. A ele, devemos o nosso hino. Ele, nos seus versos, diz:

Salve! terra que aos céus arrebatas
Nossas almas nos dons que possuis:
A esperança nos verdes das matas,
A saudade nas serras azuis.

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

(...)
Sob o céu de imortal claridade,
Nosso sangue vertemos por ti,
Vendo a Pátria pedir liberdade,
O primeiro que luta é o Piauí.

(...)
Possas tu, conservando a pureza
Do teu povo leal, progredir,
Envolvendo na mesma grandeza
O passado, o presente e o porvir!

O poeta negro, maior do Piauí, canta:

Piauí, terra querida,
Filha do sol do Equador,
Pertencem-te a nossa vida,
Nosso sonho, nosso amor!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, encerro esta sessão de 20 de novembro de 2008, que foi iniciada às 16 horas e 14 minutos. Compareceram 58 Senadores.

Está encerrada esta sessão do Senado da República do Brasil.

(*Levanta-se a sessão às 20 horas e 22 minutos.*)

Agenda do Presidente do Senado Federal

Senador Garibaldi Alves Filho

20/11/2008

Quinta

- | | |
|--------------|--|
| 09:00 | Reunião da Mesa do Senado Federal
Gabinete da Presidência do Senado Federal |
| 11:00 | Sessão Especial destinada ao lançamento oficial do 1º Pacto pela
Cidadania da Infância.
Plenário do Senado Federal |
| 15:30 | Visita do Dr. Kelman - Presidente da Aneel
Gabinete da Presidência do Senado |
| 19:00 | VI Encontro de Cortes Supremas dos Estados-Partes do Mercosul
Presidente convidado para Comissão de Honra para a solenidade de abertura.
Palácio do Itamaraty |

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2563 , DE 2008

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe competem e tendo em vista o que consta do Processo PD-290/01-7 anexado ao PD-174/98-0, **RESOLVE** alterar o Ato do Diretor-Geral do Senado nº 1030, de 2001, publicado no Diário do Senado Federal em 1º de junho de 2001, que aposentou voluntariamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora **MARIA CÉLIA DA SILVA**, matrícula 10.015-0, Nível II - Categoria Técnico de Informática Legislativa, Padrão 30, da Carreira de Especialização em Informática Legislativa, do Quadro Efetivo Permanente da Secretaria Especial de Informática – PRODASEN, para alterar o fundamento legal da aposentaria para aposentadoria com proventos integrais, com fundamento na Emenda Constitucional nº 20, de 1998, artigo 8º, com as vantagens das Resoluções 59/91, 51/93, 74/94, 05/95 e 55/98 do Senado Federal, observado o disposto no artigo 37, inciso XI da Constituição Federal.

Senado Federal, em 20 de novembro de 2008.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Bloco-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Roseana Sarney*
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Maioria-PMDB - José Maranhão*
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
Maioria-PMDB - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Ada Mello** (S)

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
PSC - Virgínio de Carvalho** (S)

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Bloco-PT - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
Bloco-PT - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Bloco-PR - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, a partir do ano de 1999 até a data de 8 de novembro de 2007.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁸⁾
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁸⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 22/11/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹⁴⁾	
Sérgio Guerra (PSDB-PE) ⁽¹¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁹⁾	
Fátima Cleide (PT-RO) ⁽¹³⁾	1. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(3,6)	2. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)
João Pedro (PT-AM) ^(2,12,17)	
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB-RO)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Jefferson Praia (AM) ⁽¹⁶⁾	

PDT/PSOL (10)

1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
3. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. Em 10.10.2007, foram eleitos a Senadora Lúcia Vânia como Vice-Presidente e o Senador Inácio Arruda como Relator.
9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
11. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
12. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
13. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
14. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
17. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3311-3514

Fax: 3311-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.6.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final prorrogado: 13/03/2009

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. Virgínio de Carvalho (PSC-SE) ⁽¹⁾
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Cícero Lucena (PSDB-PB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1.
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

3. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CARTÃO CORPORATIVO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, com o objetivo de investigar, no prazo de 180 dias, todos os gastos efetuados com a utilização do Cartão de Crédito Corporativo do Governo Federal, desde a sua criação em 2001.

(Requerimento nº 387, de 2008, lido em 08.04.2008)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 08/04/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1.
	2.
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
	1.
	2.
Maioria (PMDB)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PDT	

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO REGIMENTO INTERNO DO SENADO FEDERAL

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares ⁽²⁾

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

TITULARES

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 11.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 11.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

2) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR PROJETO DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de 180 dias, projeto de Código de Processo Penal.

(Requerimento nº 227, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 751, de 2008, aprovado em 10.06.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 794, de 2008, aprovado em 18.06.2008)

Número de membros: 9

COORDENADOR: Hamilton Carvalhido

RELATOR-GERAL: Eugenio Pacelli de Oliveira

Leitura: 25/03/2008

Designação: 01/07/2008

MEMBROS

Antonio Corrêa

Antonio Magalhães Gomes Filho

Eugenio Pacelli de Oliveira

Fabiano Augusto Martins Silveira

Félix Valois Coelho Júnior

Hamilton Carvalhido

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Sandro Torres Avelar

Tito Souza do Amaral

3) COMISSÃO TEMPORÁRIA - RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Jayme Campos (DEM)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DA PAZ

Finalidade: Destinada a representar o Senado Federal na Conferência Mundial da Paz (World Peace Conference), em Caracas, Venezuela, entre os dias 8 e 13 de abril de 2008.

(Requerimento nº 341, de 2008, aprovado em 3.4.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 03/04/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Maioria (PMDB)

Senador José Nery (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. VAGA CEDIDA PELO PMDB AO PSOL

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA - TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo final: 22/12/2008

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB)	
Senador José Maranhão (PMDB)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Gim Argello	1. Senador João Vicente Claudino

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA - ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA

Finalidade: Acompanhar "in loco", junto ao Senado Colombiano, o atual estágio do processo de paz e de defesa dos direitos humanos.

(Requerimento nº 756, de 2008, aprovado em 02.07.2008)

Número de membros: 3

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)

Senador João Pedro (PT)

Maioria (PMDB)

PSDB

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (PT-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Delcídio Amaral (PT)	3. Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾
Aloizio Mercadante (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	5. Inácio Arruda (PC DO B)
Expedito Júnior (PR)	6. Patrícia Saboya (PDT) ⁽¹⁾
Serys Slhessarenko (PT)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	8. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Valter Pereira (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,12)	5. Lobão Filho (PMDB) ⁽⁶⁾
Neuto De Conto (PMDB)	6. Paulo Duque (PMDB)
Gerson Camata (PMDB)	7. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
Jayme Campos (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,13)	5. Marco Maciel (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾	6. Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	10. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁴⁾	
João Vicente Claudino	1. Sérgio Zambiasi ⁽⁹⁾

Gim Argello

2.

PDT

Osmar Dias

1. Jefferson Praia (7)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
7. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
8. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
9. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
14. Em 13.11.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada suplente do PDSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Ofício nº 129/08-GLPDSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Serys Slhessarenko (PT)
Expedito Júnior (PR)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PDT PSDB PMDB ⁽¹⁾	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Debater e examinar a situação da Previdência Social

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REFORMA TRIBUTÁRIA

Finalidade: Avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional na forma do inciso XV do art. 52 da Constituição Federal, assim como tratar de matérias referentes à Reforma Tributária

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

RELATOR: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Renato Casagrande (PSB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Ideli Salvatti (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1.
Neuto De Conto (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾	1. João Tenório (PSDB) ⁽²⁾
Osmar Dias (PDT) ⁽¹⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽²⁾
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida ao PDT

2. Vaga cedida ao PSDB

3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Telefone(s): 3311-4605 e 33113516

Fax: 3311-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - REGULAMENTAÇÃO DOS MARCOS REGULATÓRIOS

Finalidade: Debater e estudar a regulamentação dos Marcos Regulatórios nos diversos setores de atividades que compreendem serviços concedidos pelo Governo, como telecomunicações, aviação civil, rodovias, saneamento, ferrovias, portos, mercado de gás natural, geração de energia elétrica, parcerias público-privadas, etc.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Guerra (PSDB-PE)
RELATOR: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
VAGO ⁽²⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. José Agripino (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Romeu Tuma (PTB)
Sérgio Guerra (PSDB)	3. Tasso Jereissati (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Econômicos. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Telefone(s): 3311-4605 e 33113516
Fax: 3311-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁵⁾	
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Flávio Arns (PT)	2. Serys Shhessarenko (PT)
Augusto Botelho (PT)	3. Expedito Júnior (PR)
Paulo Paim (PT)	4. VAGO ^(1,2,13)
Marcelo Crivella (PRB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Ideli Salvatti (PT)
José Nery (PSOL)	7. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
VAGO ⁽⁹⁾	2. Valter Pereira (PMDB)
VAGO ⁽⁶⁾	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	5.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Jayme Campos (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(12,15)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽¹⁰⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Romeu Tuma (PTB) ⁽⁴⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	5. Cícero Lucena (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	6. Sérgio Guerra (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	7. Marisa Serrano (PSDB)
PTB ⁽⁷⁾	
Mozarildo Cavalcanti ^(8,11)	1. Ada Mello ⁽¹⁴⁾
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário n.º 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
- Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PT-PR)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Paulo Paim (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
VAGO ⁽²⁾	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	
Eduardo Azeredo (PSDB)	1. Papaléo Paes (PSDB)
	2. Marisa Serrano (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2.
Maioria (PMDB) e PDT	
João Durval (PDT)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Papaléo Paes (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vaga cedida pelo PDT ao DEM.
3. Vago, em virtude de a Senadora Kátia Abreu encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008, e ter sido substituída pelo Senador Marco Antônio Costa, na Comissão de Assuntos Sociais. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹³⁾
Marina Silva (PT) ⁽⁸⁾	2. Francisco Dornelles (PP) ^(1,12,13)
Eduardo Suplicy (PT)	3. César Borges (PR)
Aloizio Mercadante (PT)	4. Expedito Júnior (PR) ^(13,14)
Ideli Salvatti (PT)	5. Magno Malta (PR)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁶⁾
Maioria (PMDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Roseana Sarney (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. José Maranhão (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(7,15)	6. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Marco Maciel (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
Kátia Abreu (DEM) ^(11,17)	4. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM)	5. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁶⁾
Arthur Virgílio (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	8. Marconi Perillo (PSDB)
Tasso Jereissati (PSDB)	9. Mário Couto (PSDB)
PTB ⁽⁵⁾	
Epitácio Cafeteira	1. Mozarildo Cavalcanti
PDT	
Osmar Dias ⁽⁹⁾	1. Cristovam Buarque ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. Eleito em 8.8.2007.
3. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
8. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
9. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
10. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
11. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
12. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
13. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
14. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
16. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
17. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Gilvam Borges (PMDB-AP)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (3)	
Flávio Arns (PT)	1. Patrícia Saboya (PDT) (1)
Augusto Botelho (PT)	2. João Pedro (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Paulo Paim (PT)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Ideli Salvatti (PT)	5. Francisco Dornelles (PP)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Marcelo Crivella (PRB)
Renato Casagrande (PSB)	7. João Vicente Claudino (PTB)
João Ribeiro (PR)	8. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (8,16)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Mão Santa (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Lobão Filho (PMDB) (5,9)	6. VAGO (15,17)
Gerson Camata (PMDB)	7. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO (11)
Virginio de Carvalho (PSC) (6)	3. Gilberto Goellner (DEM)
Marco Maciel (DEM)	4. José Agripino (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (13)	5. Kátia Abreu (DEM) (14,18)
Rosalba Ciarlini (DEM)	6. Romeu Tuma (PTB) (2)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	8. Eduardo Azeredo (PSDB)
Papaléo Paes (PSDB)	9. Sérgio Guerra (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	10. Lúcia Vânia (PSDB)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7)	1.
	2.
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (10)

Notas:

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Flávio Arns (PT)	2. Ideli Salvatti (PT)
Sérgio Zambiasi (PTB)	3. Magno Malta (PR)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. VAGO ⁽¹⁾
Romeu Tuma (PTB)	2. Marco Maciel (DEM)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Eduardo Azeredo (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
Francisco Dornelles (PP)	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Marina Silva (PT) ⁽⁷⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Fátima Cleide (PT)	3. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	4. Inácio Arruda (PC DO B)
	5. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(5,11)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Almeida Lima (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM)	1. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	2. VAGO ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	3. VAGO ⁽³⁾
José Agripino (DEM)	4. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁹⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	6. Flexa Ribeiro (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Arthur Virgílio (PSDB)
PTB	
Gim Argello ⁽⁶⁾	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁸⁾	1.

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - AQUECIMENTO GLOBAL

Finalidade: Estudar as mudanças climáticas em consequência do aquecimento global

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Renato Casagrande (PSB)	1. Flávio Arns (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
	1. Adelmir Santana (DEM)
Marconi Perillo (PSDB)	2. Marisa Serrano (PSDB)
VAGO ⁽³⁾	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Serys Shessarenko (PT)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - FÓRUM DAS ÁGUAS DAS AMÉRICAS E FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Participar e Acompanhar as atividades do Fórum das Águas das Américas, a realizar-se no Brasil, e do V Fórum Mundial da Água, que acontecerá em Istambul, Turquia, em março de 2009.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marina Silva (PT-AC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Marina Silva (PT) ⁽¹⁾	1. Fátima Cleide (PT)
Renato Casagrande (PSB)	2. César Borges (PR)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)

Notas:

1. Em 18.06.2008, a Senadora Marina Silva é designada titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. Nº 57/2008-CMA).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Expedito Júnior (PR)
VAGO ⁽¹⁾	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
3. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
4. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
5. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (8)	
Flávio Arns (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
Fátima Cleide (PT)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	3. Marina Silva (PT) (12)
Patrícia Saboya (PDT) (5)	4. Ideli Salvatti (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Marcelo Crivella (PRB)
José Nery (PSOL) (1,2)	
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. Mão Santa (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Paulo Duque (PMDB)	3. Roseana Sarney (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	4. Valter Pereira (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) (11,13)	5. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
César Borges (PR) (4)	1. VAGO
Eliseu Resende (DEM)	2. Heráclito Fortes (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (6)	3. Jayme Campos (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	4. Virginio de Carvalho (PSC) (10)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Mário Couto (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	6. Lúcia Vânia (PSDB)
Magno Malta (PR) (3,7)	7. Papaléo Paes (PSDB)
PTB (9)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
3. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
4. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
5. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
6. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
7. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
11. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
13. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Serys Shessarenko (PT)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Maioria (PMDB)	
Leomar Quintanilha (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1.
Heráclito Fortes (DEM)	2.
Lúcia Vânia (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE)

Prazo final: 22/03/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽³⁾	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Flávio Arns (PT)
José Nery (PSOL) ⁽²⁾	2. Patrícia Saboya (PDT)
Maioria (PMDB)	
Inácio Arruda (PC DO B)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao PSOL.
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ideli Salvatti (PT-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Ideli Salvatti (PT)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. Patrícia Saboya (PDT) (2)
Maioria (PMDB)	
Roseana Sarney (PMDB)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Romeu Tuma (PTB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (4)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Aloizio Mercadante (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	3. Augusto Botelho (PT)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	4. Serys Slhessarenko (PT)
João Ribeiro (PR)	5. Marina Silva (PT) (17)
	6. Francisco Dornelles (PP)
Maioria (PMDB)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1)
Mão Santa (PMDB)	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Almeida Lima (PMDB)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	4. Gilvam Borges (PMDB) (14,19)
Paulo Duque (PMDB)	5. Valdir Raupp (PMDB) (5,16)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. José Nery (PSOL) (6)
Marco Maciel (DEM)	2. César Borges (PR) (2)
Virginio de Carvalho (PSC) (13)	3. Kátia Abreu (DEM) (18,22)
Romeu Tuma (PTB) (3)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Arthur Virgílio (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Tasso Jereissati (PSDB) (12)
João Tenório (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB (7)	
Ada Mello (8,9,10,11,20,21)	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
9. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
10. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
11. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
12. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
13. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
14. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
15. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
16. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
17. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
18. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
19. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
20. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
21. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
22. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Augusto Botelho (PT)	1. João Ribeiro (PR)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. Vago em razão da substituição do Senador Valdir Raupp pelo Senador Geraldo Mesquita Júnior na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 22.08.2007 (Of. N° 362/2007-GLPMDB).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Of. 122/2008-GLPMDB).
4. Em 07.10.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (Of. n° 174/2008-CRE).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME
INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,6,7)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Ribeiro (PR-TO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,8)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Senador Fernando Collor, eleito em 01.03.2007, encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 29.08.2007, pelo prazo de 121 dias (Requerimento nº 968, de 2007).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
7. Em 07.10.2008, vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
8. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
VAGO ⁽¹⁾	1. Marcelo Crivella (PRB)
Maioria (PMDB)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) (2)	
Serys Slhessarenko (PT)	1. Flávio Arns (PT)
Delcídio Amaral (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Ideli Salvatti (PT)	3. Aloizio Mercadante (PT)
Francisco Dornelles (PP)	4. João Ribeiro (PR)
Inácio Arruda (PC DO B)	5. Augusto Botelho (PT)
Expedito Júnior (PR)	6. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB) (3,6)
Valdir Raupp (PMDB)	2. José Maranhão (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	3. VAGO (8,10)
Gilvam Borges (PMDB) (5,9)	4. Neuto De Conto (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	5. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	6. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Demóstenes Torres (DEM)
Eliseu Resende (DEM)	2. Marco Maciel (DEM)
Jayme Campos (DEM)	3. Adelmir Santana (DEM)
Heráclito Fortes (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	5. Romeu Tuma (PTB) (1)
João Tenório (PSDB)	6. Cícero Lucena (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	7. Eduardo Azeredo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	8. Mário Couto (PSDB)
Sérgio Guerra (PSDB)	9. Tasso Jereissati (PSDB)
PTB (4)	
Gim Argello	1. João Vicente Claudino
PDT	
João Durval	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 14:00 HS - Plenário nº 13 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Dulcília Ramos Calhao
Telefone(s): 3311-4607
Fax: 3311-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽⁴⁾	
Fátima Cleide (PT)	1. VAGO ⁽⁸⁾
Patrícia Saboya (PDT) ⁽³⁾	2. Expedito Júnior (PR)
João Pedro (PT)	3. Inácio Arruda (PC DO B)
João Vicente Claudino (PTB)	4. Antonio Carlos Valadares (PSB)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
José Maranhão (PMDB)	1. Leomar Quintanilha (PMDB)
Gim Argello (PTB) ⁽²⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(5,12)	3. Pedro Simon (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	4. Valdir Raupp (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Gilberto Goellner (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	2. Jayme Campos (DEM)
Marco Maciel (DEM)	3. Kátia Abreu (DEM) ^(10,13)
Rosalba Ciarlini (DEM)	4. Virgínio de Carvalho (PSC) ⁽⁷⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	5. Tasso Jereissati (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹¹⁾
Cícero Lucena (PSDB)	7. João Tenório (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
Mozarildo Cavalcanti	1.
PDT	
Jefferson Praia ⁽⁹⁾	1. Osmar Dias

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
8. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
9. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
10. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).
12. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
13. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Expedito Júnior (PR-RO)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Delcídio Amaral (PT)	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. VAGO ^(5,7)
Expedito Júnior (PR)	3. César Borges (PR)
João Pedro (PT)	4. Augusto Botelho (PT)
	5. José Nery (PSOL) ⁽¹⁾
Maioria (PMDB)	
VAGO ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Leomar Quintanilha (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	3. Valter Pereira (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	4. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Heráclito Fortes (DEM)	1. VAGO ⁽⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	2. Eliseu Resende (DEM)
Gilberto Goellner (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(9,11)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	5. Marconi Perillo (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	6. João Tenório (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB)
PTB ⁽⁶⁾	
VAGO ⁽¹⁰⁾	1.
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. Vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo ao PSOL.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
6. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Tenório (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. Mão Santa (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Sibá Machado deixou o cargo em 14.05.2008.
4. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Expedito Júnior (PR)
Augusto Botelho (PT)	2. Flávio Arns (PT)
Renato Casagrande (PSB)	3. João Ribeiro (PR)
Ideli Salvatti (PT)	4. Francisco Dornelles (PP)
	5. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Gerson Camata (PMDB)
Gilvam Borges (PMDB) ^(5,8)	3. Gim Argello (PTB) ^(6,7)
Valter Pereira (PMDB)	4. Leomar Quintanilha (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Eliseu Resende (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	2. Heráclito Fortes (DEM)
Virginio de Carvalho (PSC) ⁽⁴⁾	3. Marco Maciel (DEM)
Antonio Carlos Júnior (DEM)	4. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	5. Flexa Ribeiro (PSDB)
Eduardo Azeredo (PSDB)	6. Marconi Perillo (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	7. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽⁹⁾
PTB ⁽³⁾	
Sérgio Zambiasi	1.
PDT	
Cristovam Buarque	1.

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
4. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
6. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
7. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
8. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PT)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. Expedito Júnior (PR)
Maioria (PMDB)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - PÓLOS TECNOLÓGICOS

Finalidade: Estudo, acompanhamento e apoio ao desenvolvimento dos Pólos Tecnológicos

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP) ⁽²⁾	
Marcelo Crivella (PRB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Augusto Botelho (PT)	2. Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB)	
Mão Santa (PMDB)	1. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Romeu Tuma (PTB) ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Cícero Lucena (PSDB)	2. Eduardo Azeredo (PSDB)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 17/10/2007

Notas:

1. Eleito na Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93. O Senador Romeu Tuma, comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO
PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC DO B, PRB, PP)	
Augusto Botelho (PT-RR)	1. VAGO
João Pedro (PT-AM) ⁽⁶⁾	2. Fátima Cleide (PT-RO) ⁽⁴⁾
Renato Casagrande (PSB-ES)	3. Ideli Salvatti (PT-SC) ⁽¹⁾
João Vicente Claudino (PTB-PI) ⁽²⁾	4.
Eduardo Suplicy (PT-SP)	5.
Maioria (PMDB)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE) ⁽⁷⁾	2. Gerson Camata (PMDB-ES)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Romero Jucá (PMDB-RR)
Leomar Quintanilha (PMDB-TO)	4. José Maranhão (PMDB-PB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO ⁽⁹⁾
Heráclito Fortes (DEM-PI)	2. César Borges (PR-BA) ⁽¹³⁾
Adelmir Santana (DEM-DF)	3. Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹¹⁾
Marconi Perillo (PSDB-GO)	4. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁰⁾
Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽¹²⁾	5. Sérgio Guerra (PSDB-PE)
PDT	
VAGO ⁽¹⁴⁾	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP) ⁽⁸⁾	

Atualização: 19/07/2008

Notas:

1. Eleitos na Sessão de 29.05.2007.

2. Eleito na Sessão de 29.05.2007 para a vaga anteriormente ocupada pela Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT), que renunciou ao mandato de titular de acordo com o Ofício GSSS nº 346, lido nessa mesma Sessão, Senador Epitácio Cafeteira renunciou ao mandato de titular, conforme Ofício 106/2007-GSECAF, lido na sessão do Senado de 26.09.2007. Senador João Vicente Claudino foi eleito em 16.10.2007 (Ofício nº 158/2007 - GLDBAG) (DSF 18.10.2007).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

3. Eleito em 30.05.2007, na 1ª Reunião de 2007 do CEDP
4. Eleita na Sessão de 27.06.2007.
5. Eleito em 27.06.2007, na 5ª Reunião de 2007 do CEDP
6. Eleito na Sessão de 16.08.2007.
7. Eleito na sessão de 27.06.2007, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Valter Pereira, que renunciou em 25.06.2007.
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
9. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, ocorrido em 19.02.2008.
10. Senador Arthur Virgílio renunciou ao cargo de membro suplente, conforme Ofício nº 135/07, e foi eleito, nessa mesma data, como titular. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício nº 142/2007 - GLPSDB, e foi eleito, na mesma data, como membro suplente.
11. Senadora Maria do Carmo Alves encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 03.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
12. Senadora Marisa Serrano renunciou ao cargo de membro titular, conforme Ofício datado de 27.06.2007, e foi eleita, nessa mesma data, como suplente. Em 04.07.2007 renunciou ao cargo de membro suplente e foi eleita, na mesma data, como membro titular.
13. Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e filiou-se ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º.10.2007.
14. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Péres, ocorrido em 23.05.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3311-5255 **Fax:**3311-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽¹⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

MEMBROS
PMDB
Roseana Sarney (MA)
DEM
Marco Maciel (PE) ⁽²⁾
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Serys Slhessarenko (MT)
PTB
Sérgio Zambiasi (RS)
PR
PDT
Cristovam Buarque (DF)
PSB
Patrícia Saboya (PDT-CE)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PP
PSOL

Atualização: 16/10/2008

Notas:

1. Escolhidos, nos termos do Ofício GSSS nº 536/08.

2. Indicado para ocupar a vaga do DEM em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, conforme OF. nº 098/08 - GLPFL, lido na Sessão do dia 16.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO
18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)
Designação: 27/04/2007

Presidente: Aloizio Mercadante (PT/SP)
Vice-Presidente: Deputado George Hilton² (PP-MG)
Vice-Presidente: Deputado Claudio Diaz² (PSDB – RS)

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PT/PR)
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR ⁸ (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1.
DEPUTADOS	
TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
CEZAR SCHIRMER (PMDB/RS)	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. VALDIR COLATTO (PMDB/SC)
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO RESENDE (PPS/MS)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 13.11.2008)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/l/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado por 123 (cento e vinte e três) dias, a partir de 10.09.2008.

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	LÍDER DA MAIORIA VALDIR RAUPP PMDB-RO
LÍDER DA MINORIA ZENALDO COUTINHO PSDB-PA	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA MÁRIO COUTO PSDB-PA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL MARCONDES GADELHA PSB-PB	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL HERÁCLITO FORTES DEM-PI

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258

scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA²

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

² Constituída na 11ª Reunião do CCS, de 5.12.2005, como união da Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação com a Comissão de Radiodifusão Comunitária. Todos os membros de cada uma das duas comissões originais foram considerados membros da nova comissão. Aguardando escolha do coordenador (art. 31, § 5º, do Regimento Interno do CCS).

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)	PRESIDENTE Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Alvaro Dias (PSDB-PR)
1º SECRETÁRIO Deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Morais (DEM-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º SECRETÁRIO Senador Gerson Camata (PMDB-ES)
3º SECRETÁRIO Deputado Waldemir Moka (PMDB-MS)	3º SECRETÁRIO Senador César Borges (PR-BA)
4º SECRETÁRIO Deputado José Carlos Machado (DEM-SE)	4º SECRETÁRIO Senador Magno Malta (PR-ES)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Valdir Raupp (PMDB-RO)
LÍDER DA MINORIA Deputado Zenaldo Coutinho (PSDB-PA)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Mário Couto (PSDB-PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Marco Maciel (DEM-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Marcondes Gadelha (PSB-PB)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)

(Atualizada em 02.06.2008)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp> **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



EDIÇÃO DE HOJE: 272 PÁGINAS

(OS: 16934/2008)